



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 044 – TERÇA-FEIRA, 9 DE ABRIL DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1ª VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2ª SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3ª - João Durval - (PDT-BA)
4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eunício Oliveira - Bloco (66,69)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (66,69)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (106) Romero Jucá (40,105)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,89)</p> <p>Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (85,88)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (76)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Wellington Dias - Bloco (25,71,92)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,101,107) Rodrigo Rollemberg (68,94) Inácio Arruda (90,102) Eduardo Lopes (37,44,65,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (25,71,92)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,26,97) Anibal Diniz (27,98) Paulo Paim (99) Eduardo Suplicy (100)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,70,101,107)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (68,94)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,84)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda (90,102)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,44,65,103)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,77)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Mário Couto - Bloco (32,62)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Wilder Moraes (104) Ataídes Oliveira (96) Cyro Miranda (33,95)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PSDB - 12</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,63)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (75) Alvaro Dias (79) Paulo Bauer (5,31,80,81)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,45,46,78)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Gim - Bloco (56,59,60)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Alfredo Nascimento (41,67) Eduardo Amorim (17,47,48,73) João Costa (82,83) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,59,60)</p> <p>Líder do PR - 4</p> <p>Alfredo Nascimento (41,67)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (93)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,73)</p> <p>Líder do PPL - 1</p> <p>João Costa (82,83)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder</p> <p>Eduardo Braga - Governo (38)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes</p> <p>Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (30,39,84) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p style="text-align: center;">José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Rogério de Castro Pastor Diretor da Secretaria de Ata</p> <p style="text-align: center;">Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigrafia</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 44ª SESSÃO, ESPECIAL, EM 8 DE ABRIL DE 2013.....	16191	
1.1 – ABERTURA	16191	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO		
Em memória dos mortos no Holocausto e para marcar o transcurso de setenta anos da insurreição dos judeus no Gueto de Varsóvia, nos termos do Requerimento nº 54, de 2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores.....	16191	
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Flexa Ribeiro).....	16191	
1.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro		
1.2.3 – Oradores		
Srª Maria do Rosário Nunes, Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.....	16193	
Senador Aloysio Nunes Ferreira	16195	
Sr. Rafael Eldad, Embaixador do Estado de Israel no Brasil.....	16196	
Sr. Michael Stivelman.....	16196	
Sr. Manoel Knopfholz, representante da Confederação Israelita do Brasil	16198	
Sr. Miguel Krigsner, Presidente do Museu do Holocausto.....	16198	
Senador Renan Calheiros (art. 203 do Regimento Interno)	16199	
1.3 – ENCERRAMENTO.....	16199	
2 – ATA DA 45ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE ABRIL DE 2013	16200	
2.1 – ABERTURA	16200	
2.2 – EXPEDIENTE	16200	
2.2.1 – Leitura de requerimentos		
Nº 264, de 2013, de autoria do Senador Anibal Diniz, solicitando voto de aplauso aos Srs. Amauri Segalla, Mariana Brugger e Rodrigo Cardoso.	16200	
Nº 265, de 2013, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2013. Deferido.	16201	
2.2.2 – Pareceres		
Nº 198, de 2013, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004.	16202	
Nºs 199 e 200, de 2013, das Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, respectivamente, sobre o Ofício “S” nº 10, de 2012.....	16206	
Nº 201, de 2013, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Ofício “S” nº 1, de 2013.....	16215	
Nº 202, de 2013, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010.....	16216	
Nº 203, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2011.....	16223	
2.2.3 – Comunicações da Presidência		
Arquivamento do Ofício “S” nº 10, de 2012.	16228	
Arquivamento do Ofício “S” nº 1, de 2013. ..	16228	
Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário (Ofício nº 66/2013-CAS). ...	16228	
Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, do Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2011, cujo parecer foi lido anteriormente, a fim de ser declarado prejudicado.	16228	
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Resolução nºs 19 e 20, de 2013.	16228	
Término do prazo, sexta-feira última, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 356 e 623, de 2011; e 143, de 2012.....	16229	
Término do prazo, sexta-feira última, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 26 e 123, de 2012.....	16229	

2.2.4 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 17/2013 (nº 97/2013, na origem), encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro do corrente, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios..... 16229

2.2.5 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2013 (nº 6.903/2006, na Casa de origem), de autoria do Deputado Celso Russomano, que *altera o art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências*..... 16270

2.2.6 – Comunicação

Da Senadora Ana Amélia, encaminhando relatório de viagem realizada para participar da Assembleia da União Interparlamentar, em Quito, Equador, no período de 21 a 24 de março último (**Ofício nº 521/2013**). 16273

2.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Relato da participação de S. Exª em evento, no Rio de Janeiro, para promover a causa e os direitos dos autistas; e outros assuntos. 16279

2.2.8 – Comunicação

Da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (**Ofício nº 78/2013**). *Designação do Senador Armando Monteiro, como suplente, para compor a referida Comissão.* .. 16285

2.2.9 – Mensagem da Presidente da República

Nº 22/2013 (nº 118/2013, na origem), submetendo à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). 16286

2.2.10 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Balanço da atividade pecuária sul-mato-grossense; e outros assuntos. 16290

SENADOR RICARDO FERRAÇO – Relato da participação de S. Exª em audiência pública na Comissão de Modernização do Código de Defesa do Consumidor; e outros assuntos..... 16292

SENADOR JORGE VIANA – Preocupação com a imigração ilegal no Estado do Acre..... 16293

SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN – Registro do transcurso, ontem, do Dia Nacional do Jornalista; e outro assunto..... 16299

SENADOR JOSÉ PIMENTEL – Aplausos às políticas públicas do Governo Federal destinadas à população do Nordeste do País..... 16302

SENADOR BLAIRO MAGGI, como Líder – Comemoração pelo transcurso dos 294 anos da fundação do Município de Cuiabá – MT. 16308

SENADOR ATAÍDES OLIVEIRA – Considerações sobre o Sistema S..... 16309

2.2.11 – Comunicações da Presidência

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 2 de abril de 2013, e publicação em 4 do mesmo mês e ano, da Medida Provisória nº 610, de 2013, que *amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012, amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012, autoriza a distribuição de milho para venda a pequenos criadores, nos termos que especifica, altera as Leis nº 12.249, de 11 de junho de 2010 e nº 12.716, de 21 de setembro de 2012, e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 16312

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 4 de abril de 2013, e publicação no mesmo dia, mês e ano, da Medida Provisória nº 611, de 2013, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 3.969.200.000,00 (Três bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões e duzentos mil reais) para os fins que especifica. Estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 16313

2.2.12 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR JOSÉ AGRIPINO, como Líder – Pesar pelo falecimento da ex-Primeira-Ministra do Reino Unido Margaret Thatcher; e outro assunto. 16313

2.2.13 – Comunicação da Presidência

Adoção, pela Srª Presidente da República, em 4 de abril de 2013, e publicação no mesmo dia, mês e ano, da Medida Provisória nº 612, de 2013, que *reestrutura o modelo jurídico de organização dos recintos aduaneiros de zona secundária, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012; reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as indenizações a que se refere a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para dispor sobre multa pecuniária pelo descumprimento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO; e dá outras providências. Constituição da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para tramitação da matéria.* 16319

2.2.14 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR ANIBAL DINIZ – Reflexão acerca de matéria da revista **IstoÉ** sobre o sucesso da política de cotas raciais no País. 16321

SENADOR WELLINGTON DIAS, como Líder – Registro da homenagem ocorrida na Presidência do Senado Federal ao Dia Nacional do Sistema Braille... 16325

SENADOR RENAN CALHEIROS – Anúncio de plano para adequação dos prédios do Senado Federal aos deficientes visuais, em referência ao transcurso, hoje, do Dia Nacional do Sistema Braille; e outro assunto. 16327

SENADOR ACIR GURGACZ – Apelo ao Dnit para o início das obras de restauração da BR-364... 16330

SENADOR PEDRO TAQUES – Críticas ao Governo do Estado do Mato Grosso pelo não cumprimento de obras prometidas para a Copa do Mundo de 2014; e outro assunto. 16333

SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG – Homenagem pelo transcurso dos 103 anos de nascimento do Sr. Francisco Cândido Xavier..... 16335

SENADOR JOÃO COSTA, como Líder – Considerações sobre o projeto de lei, de autoria de S. Ex^a, que altera a legislação para admitir o controle de constitucionalidade da norma jurídica contratual de caráter geral..... 16337

SENADOR IVO CASSOL – Insatisfação com o plano de cargos e salários dos profissionais da educação básica do Estado de Rondônia; e outros assuntos. 16401

2.2.15 – Leitura de requerimento

Nº 266, de 2013, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 10 a 12 do corrente. 16406

2.2.16 – Mensagens da Presidente da República

Nº 112/2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 55, de 2012-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.795, de 2013. .. 16407

Nº 121/2013, na origem, restituindo os autógrafos do Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN, sancionado e transformado na Lei nº 12.798, de 2013. .. 16407

2.2.17 – Comunicações da Presidência

Recebimento da complementação dos documentos referentes ao Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2009, encaminhada pelo Sistema Arizona de Comunicação Ltda., em atendimento ao Requerimento nº 1.491, de 2009. 16407

Recebimento das prestações de contas referentes ao exercício de 2012 do Governo Federal (**Mensagem nº 25/2013-CN; nº 117/2013, na origem**), Tribunal Superior do Trabalho (**Ofício nº 12/2013-CN; nº 117/2013, na origem**), Conselho Nacional de Justiça (**Ofício nº 13/2013-CN; nº 68/2013, na origem**), Superior Tribunal Militar

(**Ofício nº 14/2013-CN; nº 104/2013, na origem**), Superior Tribunal de Justiça (**Ofício nº 15/2013-CN; nº 302/2013, na origem**) (**vide item 4**). 16407

Aditamento do despacho apostado aos Projetos de Lei do Senado nºs 26, 35, 36, 37 e 53, de 2013. *As matérias serão apreciadas terminativamente...* 16407

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada. 16407

2.3 – ENCERRAMENTO..... 16410

3 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 8.4.2013 16410

4 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO**4.1 – Governo Federal**

Mensagem nº 25, de 2013-CN (nº 117/2013, na origem) – Prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2012 (**Publicada em Suplemento “A”**).

4.2 – Tribunal Superior do Trabalho

Ofício nº 12, de 2013-CN (nº 117/2013, na origem) – Prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2012 (**Publicado em Suplemento “B”**).

4.3 – Conselho Nacional de Justiça

Ofício nº 13, de 2013-CN (nº 68/2013, na origem) – Prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2012 (**Publicado em Suplemento “C”**).

4.4 – Superior Tribunal Militar

Ofício nº 14, de 2013-CN (nº 104/2013, na origem) – Prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2012 (**Publicado em Suplemento “D”**).

4.5 – Superior Tribunal de Justiça

Ofício nº 15, de 2013-CN (nº 302/2013, na origem) – Prestação de contas relativas ao exercício financeiro de 2012 (**Publicado em Suplemento “E”**).

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação 16411

Bancadas dos Partidos 16412

Por ordem alfabética 16413

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL..... 16414

7 – LIDERANÇAS 16415

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO..... 16419

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 16420

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos 16432

CAS – Comissão de Assuntos Sociais 16439

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania 16443

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte 16449

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	16454	Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).	16510
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	16464	Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	16512
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	16472	Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	16514
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura.	16481		
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	16488	CONGRESSO NACIONAL	
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária	16494	12 – COMISSÕES MISTAS	
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	16498	CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	16516
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS		CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	16520
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	16502	Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007).....	16522
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	16503	CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	16523
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	16504	Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.	16524
Procuradoria da Mulher (Ato da Comissão Diretora nº 3, de 2013)	16505	Comissões Mistas Especiais	16526
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	16505	13 – CONSELHOS E ÓRGÃO	
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	16506	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	16530
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	16508	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	16531
		Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	16532

Ata da 44ª Sessão, Especial, em 8 de abril de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

Presidência do Sr. Flexa Ribeiro

(Inicia-se a sessão às 11 horas e 40 minutos e encerra-se às 12 horas e 48 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a reverenciar a memória dos mortos no Holocausto e a marcar o transcurso de 70 anos da insurreição dos judeus no Gueto de Varsóvia, nos termos do **Requerimento nº 54, de 2013**, do Senador Flexa Ribeiro e outros Senadores.

Convido a comporem a Mesa: a Srª Ministra Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ex^{ma} Srª Maria do Rosário Nunes. *(Palmas.)*

O Sr. Embaixador do Estado de Israel, Ex^{mo} Sr. Rafael Eldad. *(Palmas.)*

O Sr. Presidente do Museu do Holocausto, Sr. Miguel Krigsner. *(Palmas.)*

Sr. Michael Stivelman, sobrevivente do Holocausto. *(Palmas.)*

Sr. Presidente da Confederação Israelita do Paraná, Sr. Manoel Knopfholz, representando o Presidente da Confederação Israelita do Brasil, o Sr. Claudio Lotenberg. *(Palmas.)*

Srs. Senadores; Srªs Senadoras; senhor sobrevivente do Holocausto, Sr. George Legmann; filhos dos sobreviventes do Holocausto, Srª Szyja Ber Lorber, Srª Blima Lorber; Embaixador da República da Sérvia, Ex^{mo} Sr. Ljubomir Mili; Encarregado de Negócios e Primeiro-Secretário da República Tcheca, Sr. Viktor Dolista; Encarregado de Negócios da República da Polônia, Sr. Marcell Minc; Ministro para Assuntos Econômicos e Temas Globais da Embaixada da República Federal da Alemanha, Sr. Martin Eberts; Ministro Conselheiro da Embaixada da Itália, Sr. Andreas Ferrarese; Ministro Conselheiro da Embaixada dos Estados Unidos da América, Sr. Todd Chapman; Presidente da Federação Israelita do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Herry Rosenberg; Presidente da Wizo do Brasil, Srª Helena Kelner; Presidente da Wizo de Minas Gerais, Srª Maria Auxiliadora Buelli; Presidente da Wizo de Brasília, Srª Abitbol Raschkousky; Presidente da B'Nai B'Rith, Sr. Abraham Goldstein; Coordenadora do Instituto Shoah de Direitos Humanos, Srª Maria Luiza Tucci Carneiro,

minhas senhoras e meus senhores, a tragédia do Holocausto carregou de sombras a história contemporânea, imprimindo formas indelévels na consciência humana moderna. Recuperar e refletir sobre a memória desse terrível capítulo da história mundial deveria servir como poderoso alerta dos perigos que a discriminação, o preconceito, a intolerância, o ódio e o racismo representam para a civilização.

Uma sessão especial como esta, em memória dos mortos no Holocausto e do transcurso dos 70 anos da insurreição dos judeus no Gueto de Varsóvia, tem precisamente o significado de demarcar simbolicamente a solidariedade deste Parlamento com as vítimas das grandes tragédias humanas, mas, particularmente neste caso, a afirmação dos valores básicos de uma democracia inclusiva, que pratica ativamente os valores da tolerância racial e do respeito à adversidade.

Pois foram precisamente esses os valores solapados pelos estados totalitários nos anos de 1930/1940. O programa executado pelo regime nazista de Adolf Hitler, que resultou na morte de mais de 6 milhões de judeus, em curto espaço de tempo, articulou, a partir da chamada “solução final” da questão judaica, em 1942, o sistema de extermínio, por meio da discriminação de populações inteiras, identificando-as e marginalizando-as no encarceramento coletivo em campos de concentração e guetos e na organização de máquinas de terror nos campos de extermínio.

O Gueto de Varsóvia, cuja população judia antes da guerra remontava a um terço da população total, era o maior dos guetos judeus erguidos pelos alemães durante a Segunda Guerra. Quando as deportações de Treblinka iniciaram, o Gueto contava com mais de 450 mil judeus. Em três meses, de julho a setembro de 1942, mais de 260 mil moradores de Varsóvia foram transportados para o campo de extermínio.

A insurreição do Gueto de Varsóvia constituiu, portanto, reação desesperada e desafiadora da pequena porção da população judaica que ainda permanecia viva, algo em torno de 60 mil pessoas. Articulada meses antes do massacre final, que teve início na noite da Páscoa judaica, em 19 de abril de 1943, foi concebida na certeza, por parte dos judeus, de que os nazistas estavam a concretizar os planos de seu extermínio final.

O impulso primordial da preservação da vida, contudo, estava presente naquela sedição, que passou a servir de exemplo a muitas outras que espocaram logo a seguir, favorecendo a marcha da resistência aos nazistas. Revelaram-se, também, em muitos documentos que cristalizaram aquele instante, testemunhos de vida de artistas, intelectuais, pessoas comuns de todas as idades, inclusive crianças, verdadeiros sopros de vida que respiravam naquele ambiente macabro da morte.

Tragédias humanas dessa dimensão sempre passam para a posteridade a imagem da terra arrasada, de um mundo sem futuro, que resvala para a desesperança.

Lembra-nos a interpretação de Walter Benjamin, filósofo alemão vitimado pelo Holocausto, para o quadro de Paul Klee, *Angelus Novus*, onde vemos uma cadeia de acontecimentos, o anjo da história de Benjamin, perspectiva apenas – aspas –:

... catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar fragmentos, mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu.

Fecho aspas.

A tempestade assume em Benjamin o nome de progresso. Uma nova história, que tem como material os fragmentos das ruínas, mostraria que deles também cresce o mundo com perspectivas novas, portadoras de futuro. Isso explica porque, mesmo nas situações mais desprovidas de humanidade, como são as circunstâncias de um genocídio, é possível captar sinais da busca incansável por um mundo melhor, refletidos no brilho de um olhar, na expressão de quem luta com todas as forças para preservar a vida.

Temos registro desses lampejos de esperança na exposição que inauguramos hoje sobre as crianças do Holocausto. Momentos trágicos como aqueles podem ser férteis de testemunhos da solidariedade e da coragem humana. Chamo atenção, senhoras e senhores, para o papel ativo desempenhado por alguns brasileiros no resgate de vítimas que escaparam ao Holocausto.

Aracy Moebius de Carvalho Guimarães Rosa, Secretária do Consulado Brasileiro de Hamburgo, e o Embaixador Luiz Martins de Sousa Dantas, titular da Embaixada de Paris, tiveram seus nomes registrados no Jardim dos Justos entre as Nações, no Museu do

Holocausto, em Israel, por terem colaborado ativamente para salvar vidas do extermínio nazista.

Para o regime de Getúlio Vargas não foi conveniente se ver automaticamente identificado a quaisquer das forças em conflito nos anos 1930/1940. Por isso, não pôde optar por adotar abertamente qualquer bandeira antissemítica. O Estado Novo, contudo, manteve com os estados totalitários europeus afinidades de natureza política e ideológica.

O Ministério das Relações Exteriores varguista adotou, nesse contexto, portarias secretas para impedir a entrada de judeus. Em 7 de junho de 1937, ficou estabelecida a negativa de concessão de vistos a toda pessoa que se declarasse ou que se soubesse ser judia. A essa portaria seguiram-se mais cinco circulares secretas nas quais se proibiam vistos ou vistos temporários a estrangeiros de origem semítica.

Tudo isso feito à surdina, em silêncio e em segredo, o que permitiu ao País defender-se publicamente de acusações de antissemitismo. Mundo afora, os consulados brasileiros passaram a negar sistematicamente a concessão de vistos a judeus angustiados com a perseguição do regime nazista.

Aracy Rosa e o Embaixador Luiz Martins ignoraram tais orientações e facilitaram a concessão de documentos a foragidos da perseguição nazista.

Chefe da seção de passaportes, Aracy preparou vistos para judeus, permitindo sua entrada no Brasil, atitude que contou com o apoio de Guimarães Rosa, então cônsul adjunto. Naquele tempo, Aracy ainda não era casada com o maior nome da literatura moderna brasileira, o mesmo Guimarães Rosa que a homenagearia com a dedicatória de sua obra máxima *Grande Sertão: Veredas*.

Souza Dantas era Embaixador brasileiro na França desde 1922. Testemunhou, portanto, a chegada em massa de refugiados da invasão germânica, em 1940. Solicitou, naquela ocasião, permissão para conceder visto a pessoas sem documentos de identificação ou a portadores do Passaporte Nansen, documento de identificação pessoal reconhecido internacionalmente e emitido pela Liga das Nações a refugiados apátridas.

Por meio desse expediente, Souza Dantas desobedeceu sistematicamente às ordens restritivas a entrada de judeus no Brasil, concedendo centenas de vistos a refugiados judeus e não judeus.

Despertou, com isso, a ira das autoridades brasileiras, que se preparavam para intimá-lo judicialmente, quando atingiu a idade para se aposentar e escapou, assim, da punição.

Historicamente, senhoras e senhores, o Brasil tem-se afirmado como País que adotou integralmente a mensagem universal dos perigos que a discrimina-

ção, o preconceito, a intolerância, o ódio e o racismo representam para a civilização.

Parece certo que não vivemos uma democracia racial completa. A nossa experiência colonial organizou-se em torno da escravidão e no sistema que consagrava, no plano dos valores, a hierarquia entre as raças. A emancipação da escravidão demonstrou, claramente, as dificuldades enfrentadas por africanos e seus descendentes na afirmação dos direitos de cidadania no regime republicano.

Os indicadores dos censos demográficos são testemunhos fiéis de que as desigualdades de ordem econômica e social se sobrepõem e são reforçadas pelas desigualdades raciais.

Nossa experiência de relações raciais, porém, foi diferente daqueles países que passaram por processos semelhantes e sofreram grandes tragédias animadas pelo ódio racial.

Por isso, senhoras e senhores, tive a iniciativa de apresentar requerimento solicitando esta sessão especial em memória dos mortos no Holocausto e do transcurso de 70 anos da insurreição dos judeus no Gueto de Varsóvia. Desperta e revigora, em todos nós, a necessidade imperiosa de afirmação dos valores universais da tolerância racial e do respeito à diversidade, fundamentos de qualquer regime democrático verdadeiramente autêntico.

Ao abordar os traumáticos acontecimentos do Holocausto, gostaria ainda de mencionar, para encerrar, o quanto devemos aproximar culturas e praticar a tolerância. Karol Wojtyła, em seu papado, chamou os judeus sempre de – aspas – “amados irmãos mais velhos” – fecho aspas.

João Paulo II foi o primeiro Papa a pedir perdão aos judeus pelo que a Igreja fez na Inquisição e, posteriormente, ao que os cristãos fizeram durante a guerra. Foi o primeiro a orar juntamente com rabinos e representantes de outras religiões a favor da paz mundial. Faço esta menção, pois, como todos sabem, temos na nossa Igreja católica um novo líder, o Papa Francisco.

Sabemos do longo diálogo inter-religioso entre o Papa e o rabino Abraham Skorka, reitor do Seminário Rabínico Latino-Americano, com sede em Buenos Aires, e que resultou na publicação do livro de diálogos *Sobre o Céu e a Terra*, que aborda temas como Deus, o capitalismo e a morte. E torcemos para que ele continue esse importante trabalho de praticar a tolerância e a paz entre os povos, num momento em que novamente temos um clima tenso entre alguns países.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Eu peço desculpas aos senhores e às senhoras e convido a todos para, de pé, ouvirmos o Hino Nacional.

(*Procede-se à execução do Hino Nacional.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Convido para usar da palavra a Sr^a Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ex^{ma} Sr^a Maria do Rosário Nunes. (*Palmas.*)

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO NUNES – Ex^{mo} Sr. Senador Flexa Ribeiro, 1^o Secretário do Senado Federal, que preside, neste momento, esta sessão especial; Ex^{mo} Sr. Embaixador do Estado de Israel, Rafael Eldad; Ex^{mo} Sr. Presidente do Museu do Holocausto, Miguel Krigsner; Ex^{mo} Sr. sobrevivente do Holocausto, Sr. Michael Stivelman; Sr. Presidente da Confederação Israelita do Paraná, Sr. Manoel Knopfholz, que representa aqui o Presidente da Confederação Israelita do Brasil, o Sr. Cláudio Lottenberg; senhoras e senhores; Sr. Senador Aloysio Nunes Ferreira; Sr^{as} e Srs. Senadores, é uma honra estar presente a esta sessão especial do Senado Federal, em nome da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e representando a Senhora Presidenta Dilma Rousseff.

Hoje nos reunimos com o objetivo de promovermos a reflexão sobre os 70 anos da insurreição da comunidade judaica, dos judeus no Gueto de Varsóvia.

E, ao marcarmos esta data, o Senado Federal realiza, com o apoio do Museu do Holocausto em conjunto com o Museu do Holocausto no Brasil, uma importante exposição sobre a vida e o holocausto praticado contra a vida das crianças da comunidade judaica durante a Segunda Guerra Mundial.

Nós nos reunimos, também, para refletirmos o significado do Holocausto nos dias atuais, porque lembrar é vivenciar lições históricas, das quais não podemos nos afastar, na defesa da democracia e dos direitos humanos, contra a intolerância, o racismo, a discriminação, todas as formas de violação aos direitos humanos, e, assim, nessa reflexão, repassarmos, geração após geração, o significado do Holocausto.

Considero que momentos como este são revestidos de nobreza, são necessários para o objetivo que devemos ter de universalizarmos o tema da luta contra a intolerância, utilizando o Holocausto como o marco mais impressionante da violação a todos os direitos em cada ser humano vítima da intolerância promovida pelo nazismo e pelas suas formas de expressão.

É verdade que a intolerância, a xenofobia não foram totalmente extintas nos dias atuais. Ainda que, como resultado da aprendizagem que a humanidade produziu com a Segunda Grande Guerra Mundial, nós o tenhamos afirmado às Nações Unidas e à Declaração Universal dos Direitos Humanos, ainda que tanto tenhamos caminhado, em todo o mundo, as sociedades

ainda vivenciam preconceitos e violências que precisam ser permanentemente questionadas e superadas.

O combate ao ódio e à discriminação, no entanto, já não são grito isolado, mas integram o ideário das sociedades democráticas nos mais diversos continentes. E, no Brasil, a própria essência da democracia é a convivência, o respeito às diferenças e aos direitos humanos, que orientam as nossas relações internacionais, como cláusula fundamental da Constituição Federal pós ditadura militar, a Constituição cidadã de 1988.

Cuidar para que o Brasil não aceite a discriminação é a nossa missão. É seguramente a missão que o Senado Federal realiza, Senador Flexa Ribeiro, ao mobilizar a sociedade brasileira em torno desta sessão especial. É a missão que a comunidade judaica no Brasil tem realizado a cada dia, como brasileiras e brasileiros integrados de forma total à vida do País, mas que não esquecem a matriz da sua formação vocacionada à liberdade e aos direitos humanos. É sobretudo a missão que não apenas deve mobilizar as instituições, mas que deve mobilizar todos os brasileiros e todas as brasileiras.

No nosso País, temos uma legislação clara e rigorosa no que se refere ao enfrentamento às formas de intolerância. Somos uma das poucas democracias do mundo, talvez a única, na qual uma lei garante que o crime de racismo não receberá fiança ou prescrição.

A comunidade judaica, a comunidade árabe, os descendentes dos povos africanos que vivenciaram também a violência, porque foram retirados de seu continente e trazidos para cá, para o nosso território brasileiro, vivenciaram todas as formas de violação, as mais absurdas. Todos os povos, todas as comunidades têm no nosso País uma única Constituição, uma única forma de existência, a forma de existência do respeito, a forma de existência vinculada à convivência pacífica, harmoniosa nas nossas cidades, dividindo espaços e compartilhando a construção e o desenvolvimento do Brasil, todas as formas de existência, todos os povos absolutamente importantes para o desenvolvimento de nosso Brasil.

Seria impossível pensarmos o Brasil sem essa pluralidade, seria impossível pensarmos o Brasil sem o conjunto de povos que o compõem e que fazem do País uma grande democracia, com valor importantíssimo no cenário internacional.

Mas para isso, dentro do nosso País, precisamos manter vivos em nossa memória o terror e as iniquidades cometidas pelo aparato de Estado nazista contra o povo judeu. Precisamos afirmar que jamais nos filiaremos àquelas posições que negam o Holocausto, porque a negação do Holocausto como valor histórico e humano tem o significado de diminuir as atrocidades

que foram cometidas contra um povo. Portanto, como Nação, como Brasil, para evitarmos, para enfrentarmos a erva daninha da intolerância, que busca permanentemente espalhar-se como naqueles terríveis anos do século XX, devemos estar mobilizados de forma permanente.

Naquele momento, o aparato estatal estava voltado contra a comunidade judaica, estava voltado contra os socialistas, contra os social-democratas, contra os comunistas, contra os homossexuais, contra os negros, contra os ciganos, contra aqueles que professavam a fé também como testemunhas de Jeová, contra as pessoas com deficiência. Naquele momento, nós vivenciamos o mal e o horror e, por isso, nos dias atuais, precisamos trabalhar para que nunca mais aconteça, para que nunca mais se repita uma barbárie como a vivenciada e estabelecida pelo nazismo nos anos 40 do século XX.

Lembranças tristes e trágicas como a do Holocausto não devem e não podem ser apagadas, como não podem ser esquecidos os rostos das crianças que nesta exposição hoje temos a oportunidade de relembrar. Não podemos esquecer seus olhares; não podemos esquecer o sofrimento das mães, de pais, de famílias que foram separadas; não podemos esquecer porque o ponto final para esse povo não foi a câmara de gás. O ponto final que os nazistas queriam, o esquecimento e a morte, não se realizou. Os sobreviventes, a comunidade judaica e os povos do mundo, irmanados contra a intolerância, jamais permitirão que a vitória nazista do esquecimento ocorra. Nós continuaremos atuando, porque a lembrança da resistência deve alimentar sempre a esperança, deve alimentar a convicção de que a força dos valores dos direitos humanos, a força dos valores da humanidade é maior do que a violência em todas as suas formas de expressão.

Por isso, quero reiterar que os valores democráticos, o respeito inarredável à vida, à dignidade, à diversidade e aos direitos humanos são elementos que nos constituem como humanidade.

É certo que a memória e a dor são insuperáveis. Mas aprendemos que é necessário lembrar e eternizar os heróicos exemplos de resistência à barbárie, exemplos como os que Senador Flexa Ribeiro aqui lembrou: de Aracy Guimarães Rosa, do Embaixador Sousa Dantas, e todos aqueles que resistiram, aqueles que resistiram dentro do Gueto de Varsóvia, aqueles que enfrentaram e que morreram para salvarem seus irmãos, para salvarem as crianças.

Portanto, nesta data, nós os homenageamos. Homenageamos os que morreram, mas que tiveram sempre esperança. Homenageamos Olga Benário.

Homenageamos a menina Anne Frank, que, com seu diário, mobilizou gerações, e ainda mobiliza. Homenageamos os que resistiram. Homenageamos um milhão e meio de crianças que tiveram suas vidas ceifadas.

Neste período em que tenho tido a honra e a responsabilidade de me pronunciar em nome do Governo Federal em alguns momentos solenes da comunidade judaica no Brasil, tenho procurado lembrar Hannah Szenes, que lutou como paraquedista treinada pelo Exército Britânico para tentar impedir a deportação dos judeus da Hungria para a Alemanha, que faleceu aos 23 anos, que escreveu poesias, e que era ao mesmo tempo uma jovem lembrada por sua coragem como combatente, que dedicou sua vida à causa da libertação, como mulher, como menina, como alguém que, nos seus derradeiros poemas, nos deixou uma ode à resistência, sempre marca o significado, do meu ponto de vista, da expressão *shalom*. Ela disse então:

Abençoado o fósforo que queima em chama ardente
Abençoada a chama que arde em cada coração
Abençoado o coração que soube deter-se por honra
Abençoado o fósforo que queima em chama ardente.

A memória dos que morreram, mas a memória também dos que resistiram, dos que honraram, a memória da comunidade judaica, de um milhão e meio de crianças, hoje, nós lembramos nessas palavras de Hannah Szenes.

E, por isso, como ela, nós dizemos que a chama dos corações dessas crianças ainda permanece viva em todas as crianças do mundo, na comunidade judaica e em todas as comunidades humanas. Por isso, como Hannah, dizemos: *shalom!*

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, do PSDB de São Paulo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Flexa Ribeiro; Sr^a Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Sr. Embaixador do Estado de Israel; Sr. Presidente do Museu do Holocausto; Sr. Michael Stivelman, sobrevivente do Holocausto; Presidente da Federação Israelita do Paraná, que aqui representa o Sr. Claudio Lottenberg, Presidente da Confederação Israelita do Brasil; minhas senhoras, meus senhores, que bela iniciativa, meu caro Senador Flexa Ribeiro, essa que teve V. Ex^a de promover esta sessão solene para homenagear a me-

mória das vítimas do Holocausto, especialmente para honrar o heroísmo daqueles que se levantaram, há 70 anos, no Gueto de Varsóvia, contra a barbárie nazista.

Isso me faz voltar à minha mocidade, meu caro Flexa Ribeiro, quando tive ocasião de, inúmeras vezes, participar de cerimônias, muito mais modestas do que esta, promovidas em um centro cultural judaico, em São Paulo, a Casa do Povo, que agora está sendo reconstruída e reorganizada – tive notícias disso agora –, em que se homenageava esta façanha singular na história do gênero humano: o Levante do Gueto de Varsóvia, há 70 anos.

O mundo, hoje, é melhor do que há 70 anos. Hoje, existe um número muito maior de pessoas vivendo em regimes democráticos; o número de tiranias diminuiu, embora sobrevivam tiranias como a do Irã, que oprime o povo iraniano, que tem a audácia histórica de negar o Holocausto; o colonialismo praticamente desapareceu; os organismos multilaterais adquirem importância cada vez maior na vida das nações; existe um intercâmbio cultural, econômico e comercial que suaviza as relações internacionais e que aproxima as pessoas, mas, nem por isso, deixamos de nos lembrar, com muita emoção, desse episódio que ocorreu há 70 anos, em abril de 1943.

Qual era a conjuntura da guerra no início de 1943? O início da mudança de rumo era muito recente, a Batalha de Stalingrado teve seu desfecho em fevereiro de 1943. Talvez, os judeus que viviam no Gueto de Varsóvia nem tivessem ainda notícia da vitória do exército soviético contra as tropas nazistas. Demorariam ainda três anos – mais de dois anos, quase três anos – para que a guerra na Europa se encerrasse. No entanto, aquele punhado de homens, de mulheres e de jovens se levantou numa causa que parecia impossível, que era impossível, mas que se inscreve na tradição dos grandes feitos da história humana, como a resistência no desfiladeiro das Termópilas e como, na própria história do povo judeu, a resistência na fortaleza de Massada. Ali, não havia a menor perspectiva de vitória militar; o que havia, ali, era uma resistência moral, a afirmação dos valores da humanidade. Aquelas pessoas morreram para dizer: “Nós lutamos. Nós não nos deixamos abater. E nós estamos afirmando aqui que a essência do homem feito à imagem e semelhança de Deus não perecerá”.

Eles contribuíram para que o mundo de hoje, 70 anos passados, fosse muito melhor para se viver do que em 1943. E prosseguiu a história do povo judeu. Criou-se o Estado de Israel. Reconquistou-se o direito ao seu lar nacional. Hoje, não teria sido possível a repetição de um episódio como aquele, como o nazis-

mo, porque, entre outras razões da evolução política e cultural da humanidade, existe o Estado de Israel.

Meus amigos, ao me associar a esta homenagem, eu não poderia deixar de dizer que aquelas pessoas, cujas fotografias vemos hoje nos folhetos que nos foram distribuídos, aqueles rostos, aquelas faces encovadas, aqueles olhos perplexos representaram, naquele momento, o que a humanidade tinha de mais bonito, de mais digno e de mais eterno.

Obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Sr. Embaixador do Estado de Israel, Sr. Rafael Eldad.

O SR. RAFAEL ELIDAD – Sr. Presidente desta sessão especial; Sr^a Ministra; Sr. Miguel Krigsner, Presidente do Museu do Holocausto; Sr. Senador; caros amigos dirigentes da comunidade judaica, esta sessão especial em homenagem às vítimas do Holocausto, que estamos realizando em Brasília e em todas as partes do mundo, faz-nos lembrar que, a cada dia, ficam menos testemunhos diretos desta tragédia, deste massacre, deste Shoah, que é o Holocausto que ocorreu contra o povo judeu. É tão importante lembrar isso, porque, dentro de poucos anos, pode ser que não haja vestígios diretos disso. Isso é muito importante, porque, agora, quando ainda temos entre nós esses vestígios, essas vítimas diretas do Holocausto, ainda vemos expressões de negação do Holocausto, vemos um ressurgimento do antissemitismo, do ódio racial, de preconceitos. E, por isso, é muito importante lembrar essa questão.

Às vezes, nós nos perguntamos: “Por que lembrar isso, se foi tão traumático, se foi tão difícil? O melhor, o mais humano é tentar esquecer, tentar não lembrar, não saber”. Mas não é assim. A resposta do povo judeu sempre foi a memória, a lembrança, porque essa é uma das características fundamentais do nosso povo, do povo judeu. Foi isso que ajudou o povo judeu a seguir existindo. Apesar de perseguições, de discriminações, de massacres constantes, através de muitos séculos, segue existindo o que é o povo judeu.

Muitas vezes, também nos perguntamos: como pode um povo tão culto e tão desenvolvido, como o povo alemão, fazer uma coisa tão horrorosa, uma coisa tão cruel? E uma das respostas podem ser os séculos de discriminação, os séculos de antissemitismo, os séculos em que os judeus foram representados como não humanos, como responsáveis por todos os males do mundo. Essa acumulação de ódio durante séculos, durante muito tempo, fez com que a exterminação, a matança, o massacre dos judeus fosse uma coisa não difícil.

Ontem, numa cerimônia que realizou a Acib, a comunidade de Brasília, mostraram um documentário, uma entrevista com um historiador, e ele contava que os nazistas que foram pesquisados por ele não diziam: “Estive cumprindo ordens.” Não, eles diziam: “No momento em que realizei esses massacres, essas matanças, eu estava convencido de que era a coisa a se fazer, de que era a coisa boa a se fazer.” Isso mostra o abismo do ódio, o abismo do antissemitismo, dessa cultura de discriminação durante tantos séculos!

É esta a lição para a nossa geração, para os tempos que estão por vir: criar um clima, criar um ambiente de mais harmonia, de mais respeito, de mais tolerância entre os povos, entre as etnias, entre as culturas todas. E essa é uma tarefa difícil. Muitas vezes, quando vemos o que está se passando no mundo, podemos ficar um pouco pessimistas, mas temos que perseguir, que resistir, que trabalhar constantemente para criar esse clima se queremos que nossa humanidade possa continuar.

E, como sempre dizemos, talvez a única garantia para o povo judeu de que não se repetirá uma matança, um massacre como esse, seja a existência de um Estado de Israel forte e próspero. E, por isso, temos todos que trabalhar também na existência e na fortaleza do Estado de Israel como uma garantia fundamental para que o povo judeu possa viver como todos os outros povos.

Quero terminar parabenizando o Senado por esta sessão especial, a Ministra por participar conosco e, especialmente, o Miguel e a todos que fizeram possível esse museu, tão significativo, tão importante dentro do Brasil, e, sobretudo, este evento de hoje, com a exposição e com esta sessão especial.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Sr. Michael Stivelman, sobrevivente do Holocausto.

O SR. MICHAEL STIVELMAN – Ex^{ma} Sr^a Maria do Rosário Nunes, Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Ex^{mo} Sr. Rafael Eldad, Embaixador de Israel no Brasil, Ex^{mo} Senador Flexa Ribeiro, autor desta homenagem, Ex^{mo} Senador Aloysio Nunes Ferreira, Ex^{mo} Sr. Miguel Krigsner, Presidente do Museu do Holocausto de Curitiba e Patrocinador da Exposição Tão Somente Crianças, Srs. Parlamentares, demais autoridades, sinto-me honrado por ter sido escolhido entre os sobreviventes do Holocausto para, neste dia terrivelmente simbólico, trazer a esta Casa, onde nascem as leis que definirão os rumos da sociedade brasileira, o testemunho vivencial, pessoal, real, em nível mais de memória do registro histórico pessoal, do que podem vir a ser

as consequências da intolerância, da categorização de seres humanos, quando se associam ao poder totalitário. A honra que sinto não decorre de uma percepção de reconhecimento de mérito – onde mérito não existe, a não ser o da sobrevivência –, mas da responsabilidade de ainda poder ser, como testemunha pessoal de uma tragédia histórica que muitos já querem negar, uma voz de protesto e de advertência ante o recrudescer do rascismo, do antisemitismo e de tantas formas de rejeição da convivência entre as diferenças. E faço isto na Casa dos Legisladores de um País democrático, que me recebeu como se filho dele fosse e como hoje realmente sou, cidadão de um Estado onde a discriminação é ilegal, onde a pluralidade é uma realidade nas ruas, nas leis, onde todos e cada um têm o seu espaço seja qual for sua etnia, sua religião, sua identificação cultural, sua preferência sexual, o clube pelo qual torce. Por isso, meu testemunho não expressa somente uma memória e uma advertência, mas também a minha gratidão de poder ser cidadão brasileiro.

Eu vi, vivi e sobrevivi ao Holocausto. Da numerosa família Stivelman, sou o único sobrevivente. Ao revelar alguns episódios trágicos que sofri durante o Holocausto, estou cumprindo um dever sagrado diante daqueles que pereceram como vítimas do nazismo e todos aqueles que, inspirados em sua fé em Deus, enfrentaram a tirania nazista.

Com este meu relato, não gostaria de provocar lágrimas, lamentos. Ao contrário, o meu depoimento deve servir como uma expressão de advertência e repulsa contra as atrocidades e preconceitos que ainda estão acontecendo no mundo em que vivemos. Não estive em campo de extermínio, não conheci as câmaras de gás, não vi a fumaça subir dos fornos crematórios, mas vi meus parentes, meus vizinhos, meus amigos e também desconhecidos serem deliberadamente eliminados pelo cansaço de marchas forçadas, por fuzilamentos, pela doença e pela desnutrição. Vi casas sendo incendiadas com famílias inteiras dentro.

Convivi com muitos demônios nesta minha saga. A crueldade e a bestialidade dos nazistas, a minha profunda decepção com o sentimento puro de amizade, a capacidade que os seres humanos têm de humilhar e maltratar aqueles a quem subjagam foram alguns dos meus demônios. Em contrapartida, a doçura, a bondade e o desprendimento da minha mãe cristã Maria Tavshenko, que me adotou, com três anos de idade, e que se arriscou muito por mim e graças a quem sobrevivi.

A Marcha da Morte, criação dos nazistas para a solução final, extermínio de todos os judeus, ciganos, testemunhas de Jeová, teve início em julho de 1941. O propósito era eliminar todos os judeus da Bessarábia.

No dia 6 de julho de 1941, o exército nazista ocupou a nossa cidade, Securení, onde viviam cerca de 22 mil habitantes, 9 mil dos quais judeus, sobrevivendo apenas 461.

Com a anuência e o apoio dos nazistas, foi provocado um *pogrom* que durou sete dias e que resultou em muitos estupros, saques, depredações, humilhações e 97 mortes.

No dia 16 de julho de 1941, sob ameaça de fuzilamento, todos os judeus da minha cidade foram reunidos numa praça em frente ao Cemitério Judaico. Após algumas horas de espera num dia de muito calor, os velhos, os doentes e os incapacitados de locomoção foram separados para serem transportados em carroças. Algumas centenas deles foram despejados numa velha mina de carvão desativada e lá encontraram a morte e a sepultura quando a mina foi explodida pelos nazistas.

O cansaço nos exauria, as doenças e os piolhos nos consumiam. As pessoas que não resistiam tombavam e recebiam o tiro de misericórdia dos assassinos. E os que sobreviviam se alimentavam com a esperança de que a próxima aldeia seria o nosso destino final.

Desse método lento e bestial de morte, resultou o aniquilamento de quase 90% dos judeus da Bessarábia, hoje Ucrânia.

Um episódio que me marcou para toda a minha vida foi a despedida do meu pai em meados de setembro de 1941.

Em 14 de setembro de 1941, os nazistas deram a seguinte ordem: todos os homens entre 15 e 60 anos deveriam apresentar-se rapidamente, dentro de, no máximo, meia hora, na floresta de Casautzi, onde estávamos descansando, para fazer um trabalho de limpeza nas estradas. Não deveriam levar qualquer bagagem e, à noite, após o trabalho, voltariam, cada um com um quilo de pão. Antes de sair, meu pai se despediu da minha mãe e, depois, de mim. Com lágrimas nos olhos, olhando fixamente para mim, colocou a mão direita sobre a minha cabeça e me disse: “Meu querido filho, tome conta de sua mãe – eu tinha 13 anos. Ao sobreviver, você terá obrigação de contar ao mundo as atrocidades cometidas pelos nazistas”. Neste mesmo dia, todos os homens foram fuzilados, inclusive meu pai. Esta imagem nunca saiu da minha mente e se repete dia e noite. Esse pedido do meu pai eu acatei como uma ordem e esse é o motivo pelo qual, nos dias de hoje, nenhuma distância é grande o suficiente para que eu deixe de cumprir com a minha obrigação.

Os homens não pedem para nascer, nascem pela vontade de Deus. Por que discriminá-los pelas suas diferenças religiosas, de raça, cor e outras?

Esta decisão de não permitir que se esqueça o Holocausto não se alimenta apenas da dor de termos sido vítimas, ou do respeito e reverência à memória dos milhões que foram brutalmente assassinados, ou, muito menos, como muitos querem nos impingir, de uma intenção furtiva de cobrar simpatias ou direitos em troca do que sofremos, porque o sofrimento em si não outorga direitos e não redime o homem, o seu sentido maior é o que ele ensina ao homem e o que ele desperta no homem, em benefício de todos os homens.

O nazismo como fruto de uma ideologia, de uma visão de mundo, de um plano, não esgota os componentes que provocaram o Holocausto. Ele paira como um perigo solto no ar, aguardando um terreno fértil para lançar de novo suas raízes e renascer em ódio, preconceito e destruição. Isto é verdadeiro para aqueles que negam o Holocausto e para os que se incomodam com a nossa teimosia em lembrá-lo sempre.

Se tantas foram as vítimas martirizadas, tantos foram sacrificados, tenhamos esperança de que tal genocídio sirva como redenção de toda a humanidade de qualquer nova tentativa de cultivar a maldita intolerância.

Assim, é preciso lembrar sempre, incomodar, provocar sempre, não com gemidos de pobres vítimas em busca de remorsos e compensações, mas com o dedo acusatório da denúncia e da advertência.

Por isso, não nos calamus. Se renovamos o nosso sofrimento ao recordar, estamos pensando em um futuro melhor para todos. Este é o sentido do nosso apelo, que, por tudo e apesar de tudo, repetiremos sem desanimar: não se repitam tantas violências, tanta crueldade, tantos crimes! Nunca! Jamais!

Ao terminar este depoimento, confesso sentir uma certa paz e ter a sensação de um dever cumprido.

Se infligi sofrimento aos que me ouviram, peço desculpas.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSB – PA) – Minha senhoras e meus senhores, o depoimento do Sr. Michael Stivelman nos dá a certeza de que este momento é da maior importância e significado para o Senado Federal.

Como bem disse o Sr. Michael Stivelman, ao terminar o seu pronunciamento, ele se deu pelo dever cumprido da obrigação assumida quando da despedida do seu pai.

Ministra Maria do Rosário, esses ensinamentos precisam estar vivos para todos nós e para toda a humanidade, para que, sob as bênçãos de Deus, eles jamais, em momento algum, possam se repetir.

Concedo a palavra ao Presidente da Confederação Israelita do Paraná, Sr. Manoel Knopffholz, repre-

sentando o Presidente da Confederação Israelita do Brasil, Sr. Cláudio Lottenberg.

O SR. MANOEL KNOPFFHOLZ – Il^{mo} Senador Flexa Ribeiro, em nome do qual cumprimento todos os presentes, autoridades, senhoras e senhores, importante manifestar que a síntese de todo este emocionante momento nos determina dizer que de todas as poluições que afligem o homem – a da terra, a do ar, a do mar – nenhuma é mais mortífera, nenhuma é mais letal do que a poluição dos espíritos.

Os seres humanos já deveriam ter aprendido a viver em paz uns com os outros, num mundo onde não houvesse ódio, onde não houvesse discriminação e onde todos pudessem ter uma harmonia civilizatória e edificante.

O Holocausto foi, definitivamente, o paradigma do mal; foi, efetivamente, a maior crueldade que o mundo e a história da humanidade já constataram. Por outro lado, o Levante do Gueto de Varsóvia representou, emblematicamente, a luta contra a opressão. E essa luta é um exemplo para que ninguém seja vítima de opressão de nenhuma ordem, nem de natureza física, nem intelectual, nem moral.

Eu gostaria de, em nome da Comunidade Israelita do Brasil, como brasileiro, como judeu, enaltecer a magnitude e a dimensão deste evento, numa Casa que representa um País pluralista, um País democrático, um País que nos dá essa oportunidade, como poucos no mundo, de reverenciar, de maneira formal, de maneira solene, a gravidade e a importância que essa data nos impõe como, definitivamente, um marco para que esse tipo de intolerância jamais aconteça de novo.

Agradeço reiteradamente todas as manifestações e reitero, também, o nosso amor a este País que tão amorosamente nos recebe.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Concedo a palavra ao Sr. Miguel Krigsner, Presidente do Museu do Holocausto.

O SR. MIGUEL KRIGSNER – Autoridades aqui presentes, amigos, ao ouvir todos esses depoimentos e dada a importância deste dia de hoje, dentro daquilo que nós consideramos que é a grande lembrança do Holocausto, eu só posso dizer que me sinto profundamente gratificado pelo reconhecimento que recebemos hoje do Governo brasileiro.

Tenham a certeza de que o Brasil é a nossa terra, esta terra que tanto amamos e que jamais gostaríamos de ver envolvida em atrocidades como essas.

Eu finalizaria dizendo apenas duas frases: “quem salva uma criança salva a humanidade” e que “cada um de nós é responsável pelo todo”.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – O Sr. Senador Renan Calheiros enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs, Senadores, a história da insurreição do Gueto de Varsóvia - e de toda a Segunda Grande Guerra - nos relata uma das páginas mais dramáticas da barbárie autoritária. E o que é capaz o homem, em um extremo de maldade e selvageria, de planejar o extermínio de um povo por ser diferente. Na outra ponta a outra face desta mesma história, nos legou a bravura, a coragem e resistência de quem se levanta diante tantas atrocidades.

Aquele distante abril de 1943, em que a colônia judia de Varsóvia se insurgiu contra a morte certa nas câmaras de gás, nos deixou lições importantes.

Cada um de nós, cada geração e cada povo poderá escolher a melhor forma de apreender com tão cruel episódio.

O ato de resistência contra os nazistas, que já tinham levado ao campo de extermínio de Treblinka cerca de 310 mil judeus, foi uma tentativa sobre-humana de sobrevivência. Assolados pela fome, pelo medo, e pelo frio, os 60 mil sobreviventes resistiam amontoados em porões, sótãos, esgotos, em qualquer lugar enfim que pudesse livrá-los da morte anunciada. Desses, 50 mil foram levados acorrentados aos fornos crematórios. Sete mil, impiedosamente massacrados.

Inúmeras são as produções cinematográficas que nos mostram os horrores por que passaram. Creio que cada um de nós pode puxar da memória uma cena em especial, de desespero, de agonia e de sofrimento extremo de famílias inteiras serem arrastadas para os camburões que os levariam à morte.

A crença na existência de uma raça superior levou uma nação a tal desatino, naqueles idos. Mas, infelizmente, não é o único exemplo que temos, pois as tentativas de genocídio e de aniquilação do diverso, do diferente é recorrente. Ao longo da história, a ideia foi utilizada muitas vezes.

Algumas vezes para justificar a escravidão, o domínio de determinados povos por outros, e ainda para justificar o combate aos homossexuais, aos negros, aos índios, aos ciganos, ao deficiente. Enfim, ao diferente.

Assim nos parece que muitas lições ainda temos que aprender. O racismo não morreu e permanece sendo um grande desafio para todos os povos e nações. A intolerância ainda continua viva e pode ser constatada em diversos aspectos de nossas vidas.

Não por outro motivo, a artista plástica checa Helga Weiss recentemente tomou coragem para nos contar os horrores pelos quais passou em um campo de concentração.

Diz que resolveu publicar a obra O Diário de Helga por que lhe aflige verificar que a intolerância continua atingindo graus extremos na política, na religião, como se pouco, ou nada, se tenha aprendido sobre os riscos e as consequências de alimentar o ódio.

Oxalá seu relato e sua mensagem sirvam à reflexão de todos. E que essa sessão especial em memória dos mortos do Holocausto, e para marcar o transcurso de setenta anos da insurreição do Gueto de Varsóvia, seja também objeto para nossas reflexões.

O Brasil é reconhecido mundialmente como um país que recebe de braços abertos os imigrantes que por aqui aportam.

Não por outro motivo, nosso passaporte é o mais ambicionado por falsificadores, já que um brasileiro pode ter a cara de um indivíduo de qualquer etnia existente no mundo. Aqui se falam várias línguas. Aqui temos muitas gastronomias. Aqui se dançam diversos ritmos. Aqui professamos muitas religiões. Não deixemos, pois, que os preconceitos transforme o Brasil em uma nação de intolerância, seja ela qual for: racial, cultural, regional, religiosa, de orientação sexual.

Muito Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. Bloco/PSDB – PA) – Cumprida a finalidade da sessão, agradeço a todas as personalidades, às senhoras e aos senhores que nos honraram com o seu comparecimento.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 48 minutos.)

Ata da 45ª Sessão, Não Deliberativa, em 8 de abril de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Jorge Viana, Ruben Figueiró, Anibal Diniz,
Blairo Maggi e Paulo Paim*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e
encerra-se às 19 horas e 44 minutos)*

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Declaro aberta a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 264, DE 2013

*Requer VOTO DE APLAUSO aos jornalistas **Amauri Segalla, Mariana Brugger e Rodrigo Cardoso**, pela autoria da reportagem intitulada “Por que as cotas raciais deram certo no Brasil”, veiculada pela revista IstoÉ, de 5 de abril de 2013.*

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado Federal, VOTO DE APLAUSO aos jornalistas Amauri Segalla, Mariana Brugger e Rodrigo Cardoso, pela autoria da reportagem intitulada “Por que as cotas raciais deram certo no Brasil”, veiculada pela revista IstoÉ, de 5 de abril de 2013.

Requeiro, mais, que este Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento dos jornalistas, bem como da direção da Revista IstoÉ.

JUSTIFICAÇÃO

A reportagem é determinante, pois esclarece que o Governo e o Congresso Nacional trilharam o caminho correto ao aprovar a política de cotas para ingresso nas universidades brasileiras.

Seu texto informa que a política de inclusão de negros nas universidades melhorou a qualidade do ensino e reduziu os índices de evasão, e, acima de tudo, está transformando a vida de milhares de brasileiros.

Ressalta, também, que “com a aprovação recente, pelo Senado, do projeto que regulamenta o sistema de cotas nas universidades federais (e que prevê que até 2016 25% do total de vagas seja destinado aos estudantes negros), as próximas

gerações vão conhecer uma transformação ainda mais profunda. Os negros terão, enfim, as condições ideais para anular os impedimentos que há 205 anos, desde a fundação da primeira faculdade brasileira, os afastavam do ensino superior. Por mais que os críticos se assustem com essa mudança, ela é justa por fazer uma devida reparação.”

Assim, pelo extraordinário trabalho de campo realizado com o objetivo de levar ao conhecimento da população brasileira os resultados da política de cotas adotada em nossas universidades, são os jornalistas citados merecedores do presente Voto de Aplauso que ora proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 08 de abril de 2013

Senador **ANIBAL DINIZ**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

**REQUERIMENTO
Nº 265, DE 2013**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa Diretora do Senado Federal, Senador Renan Calheiros.

Requeiro, nos termos do art. 256, inciso I, de Regimento Interno do Senado Federal a retirada em

caráter definitivo do Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2013, de minha autoria.

Sela das Sessões de 2013. – Senador **Flexa Ribeiro**.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PARECER

Nº 198, DE 2013

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004 (nº 4.646/2004, na Câmara dos Deputados), do Senador José Jorge, que altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”.

RELATOR: Senador ANIBAL DINIZ

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o Substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 147, de 2004 (Projeto de Lei nº 4.646, de 2004, na Câmara dos Deputados).

De autoria do Senador José Jorge, o PLS nº 147, de 2004, objetiva disciplinar a gestão democrática no âmbito da educação superior pública.

Para tanto, a proposição original inseria novo dispositivo no art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira (LDB), com vistas a estabelecer que, na composição do colegiado superior deliberativo das universidades públicas, dois terços dos respectivos assentos caberiam à comunidade acadêmica e a terça parte restante a representantes da sociedade civil.

Aprovada no Senado, a proposição seguiu à Câmara dos Deputados, onde foi aprovada por meio de emenda substitutiva. Com as modificações da Câmara, a proposição passou a abranger, em adição às universidades, o conjunto de instituições públicas de educação superior. Além disso, o projeto foi acrescido de novo dispositivo (§ 3º do art. 56 da LDB), mediante o qual se institui o processo eleitoral direto para a escolha dos ocupantes dos cargos/funções de Reitor, Vice-Reitor e Diretor das instituições públicas de educação superior, com a participação de toda a comunidade acadêmica (docentes, discentes e servidores), nos termos do que se dispuser nos respectivos estatutos e regimentos.

II – ANÁLISE

Nos termos do inciso I do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre proposições que versem, entre outros assuntos, a respeito de normas gerais sobre educação, instituições educativas e diretrizes e bases da educação nacional. Dessa maneira, a apreciação do SCD nº 147, de 2004, respeita a competência regimentalmente atribuída a esta Comissão.

No que concerne à constitucionalidade, a proposição não apresenta qualquer vício. A matéria tratada no projeto se inclui entre aquelas reservadas à competência legislativa da União, nos termos do art. 22, XXIV, da Constituição Federal (CF), caso em que é legítima a iniciativa exercida por membros do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF). No mais, a espécie normativa escolhida também é adequada, razão porque não cabe falar em injuridicidade.

Em relação ao mérito, o projeto é relevante e remanesce oportuno. O postulado da gestão democrática, inscrito como princípio norteador do ensino público no art. 206, VI, da CF, deve ser aplicado a todos os níveis de ensino, tal é sua importância no concerto das práticas institucionais que fortalecem a democratização da sociedade brasileira como um todo. No entanto, trata-se de uma norma inconclusa, a padecer de eficácia por falta de disciplinamento na legislação ordinária.

À ocasião da discussão em torno da LDB vigente, ocorrida ao longo do período de 1989 a 1996, o legislador até tentou trazer o assunto à baila. Todavia, nos termos em que a matéria foi tratada na LDB, como diretriz aberta, a aplicação da gestão democrática nas instituições de educação superior ficou à mercê da boa vontade dos colegiados das instituições de ensino. Em consequência, não se tem conhecimento de medidas de cunho institucional com o fito de implantar um modelo democrático de gestão nas universidades brasileiras, ao menos nos termos da proposta em análise.

A presente avaliação é extensiva à reformulação sugerida para a matéria pela douta Câmara dos Deputados, que a aprimorou também na questão da técnica legislativa. Particularmente em relação ao estabelecimento da eleição direta como meio de escolha dos dirigentes máximos das instituições públicas de educação superior, entendemos tratar-se de solução

ainda controversa. Contudo, não se pode olvidar que esse processo é o que mais se coaduna com a democracia representativa em vigor no País. Não bastasse isso, trata-se de um critério objetivo que mitiga o desvirtuamento da norma constitucional com o recurso a modelos alternativos aplicáveis a qualquer propósito.

Por fim, no que tange à técnica legislativa, a despeito das contribuições tanto desta Casa quanto da Câmara dos Deputados, a ementa da proposição permanece pouco esclarecedora. Por esse motivo, propomos emenda de redação a essa parte do texto, apenas para deixar patente o objetivo da norma a ser gerada, qual seja disciplinar a gestão democrática no âmbito das instituições públicas de educação superior.

Desse modo, nossa posição não pode ser outra que não o acolhimento do SCD nº 147, de 2004, com o reparo apresentado.

III – VOTO

Em face do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade e juridicidade do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, e, no mérito, por sua APROVAÇÃO, com a emenda de redação apresentada a seguir.

EMENDA Nº 1-CE (ao SCD nº 147, de 2004)

Dê-se à ementa do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 147, de 2004, a seguinte redação:

“Altera o art. 56 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a gestão democrática nas instituições públicas de educação superior.”

Sala das Comissões, 2 de abril de 2013.

 , Presidente
, Relator



Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE
SUBSTITUTIVO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 147,
de 2004

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 02/04/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: [Assinatura] SENADOR CYRO MIRANDA
RELATOR: [Assinatura] SENADOR ANÍBAL DINIZ

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Angela Portela (PT) . <u>[Assinatura]</u>	1. Lindbergh Farias (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT) <u>[Assinatura]</u>
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT) <u>[Assinatura]</u>	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT) . <u>[Assinatura]</u>	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Lidice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) <u>[Assinatura]</u>
VAGO	9. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Ricardo Ferraço (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Valdir Raupp (PMDB) <u>[Assinatura]</u>
João Alberto Souza (PMDB) .	4. Luiz Henrique (PMDB) <u>[Assinatura]</u>
Pedro Simon (PMDB)	5. VAGO
Ana Amélia (PP) <u>[Assinatura]</u>	6. VAGO
Benedito de Lira (PP) <u>[Assinatura]</u>	7. VAGO
Ciro Nogueira (PP)	8. VAGO
Kátia Abreu (PSD)	9. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB) <u>[Assinatura]</u>
Alvaro Dias (PSDB) . <u>[Assinatura]</u>	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Maria do Carmo Alves (DEM) . <u>[Assinatura]</u>	4. Lúcia Vânia (PSDB)
José Agripino (DEM)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) <u>[Assinatura]</u>
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB) <u>[Assinatura]</u>	1. Eduardo Amorim (PSC)
Sodré Santoro (PTB)	2. João Vicente Claudino (PTB)
VAGO	3. VAGO
VAGO	4. VAGO

PARECERES

NºS 199 E 200, DE 2013

Sobre o Ofício "S" nº 10, de 2012 (nº 327/2012, na origem), da Secretária de Governo do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, que encaminha ao Senado Federal o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde no âmbito daquele Município, referente ao quadrimestre de 2012.

PARECER 199 DE 2013 **(Da Comissão de Assuntos Sociais)**

RELATOR: Senador BENEDITO DE LIRA

RELATOR "AD HOC": Senador WALDEMIR MOKA

I – RELATÓRIO

Vem à análise desta Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Ofício "S" nº 10, de 2012 (Ofício nº 327, de 2012, na origem), da Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, que encaminha ao Senado Federal o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito daquele Município, referente ao primeiro quadrimestre de 2012.

O ofício é acompanhado de extensa documentação relativa às atividades de gestão do SUS no Município, complementada por gráficos e tabelas pertinentes.

O envio da matéria à apreciação do Senado Federal foi fundamentado no art. 12 da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, que *altera a Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que "dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS e dá outras providências", para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde - SUS ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo.*

A matéria foi distribuída à apreciação da CAS e da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

II – ANÁLISE

A competência da CAS para deliberar sobre matérias relativas à saúde está consignada no inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Não obstante, o envio do Ofício “S” nº 10, de 2012, a esta Casa Legislativa está apoiado em interpretação equivocada das normas legais relativas à prestação de contas da gestão do SUS, conforme demonstraremos a seguir.

Diferentemente do que informa a Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo, o assunto não é regido por um suposto art. 12 da Lei nº 12.438, de 2011, pois esta contém apenas dois artigos. Pode-se inferir, contudo, que a Sra. Elenice Vieira, responsável pelo expediente da Secretaria e quem subscreve o ofício, pretendia fundamentar o envio do documento no art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, com a redação dada por aquele diploma legal.

Com efeito, a redação original do artigo dispunha que os gestores municipais e estaduais do SUS deveriam apresentar, trimestralmente, o relatório circunstanciado de sua atuação no período aos respectivos conselhos de saúde e ao órgão do Poder Legislativo. Dessa forma, o gestor municipal apresentaria seus relatórios à câmara de vereadores e o gestor estadual, à assembleia legislativa.

O Senador Tião Viana apresentou, então, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 71, de 2003, com o intuito de estender a regra à esfera federal. A proposição foi aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.438, de 2011.

Com a nova redação dada ao art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, o Ministro da Saúde deveria apresentar, a cada trimestre, relatório de sua gestão ao Conselho Nacional de Saúde e, em audiência pública, às duas Casas do Congresso Nacional. Essa foi a inovação jurídica implementada pela Lei nº 12.438, de 2011.

Não há, no texto legal, menção alguma ao suposto papel do Congresso Nacional como órgão fiscalizador da gestão do SUS pelos Estados e Municípios brasileiros. Ademais, qualquer interpretação legal nesse sentido estaria eivada de inconstitucionalidade, por violação do pacto federativo, pois o Poder Legislativo Federal estaria usurpando, aos poderes legislativos dos demais entes federados, a competência de fiscalização a estes atribuída pela Constituição.

Mesmo que tentasse conferir à norma a interpretação dada pela Secretaria, o envio do documento ao Senado continuaria a carecer de suporte legal, pois o art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, foi expressamente revogado pelo art. 47 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

Atualmente, a matéria é regida pelo art. 36 da referida Lei Complementar, *in verbis*:

Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I - montante e fonte dos recursos aplicados no período;
- II - auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;
- III - oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

.....
§ 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública **na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação**, o Relatório de que trata o *caput*.

Se, mesmo antes da revogação do art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, não se poderia entender que competia ao Senado apreciar as contas da gestão da saúde de cada Município brasileiro, agora a questão está ainda mais cristalina com o disposto no § 5º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Questão idêntica já foi objeto de deliberação desta Comissão por ocasião da apreciação do Ofício “S” nº 51, de 2011 (Ofício nº 2-0498, de 5 de agosto de 2011, na origem), do Secretário de Governo do Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo. O envio desse documento ao Senado também foi fundamentado pelo Secretário no inexistente art. 12 da Lei nº 12.438, de 2011.

O relator da matéria, Senador Eduardo Suplicy, concluiu pelo arquivamento do Ofício e pela comunicação ao autor do teor da decisão da Comissão, frente à incompetência do Senado para deliberar sobre a prestação de contas municipal. O relatório foi aprovado por unanimidade pelos membros deste colegiado, em 11 de abril do corrente ano, e passou a constituir o parecer da CAS.

O Ofício “S” nº 51, de 2011, seguiu sua tramitação para a CMA, onde nem chegou a ser distribuído para a relatoria de parlamentar. Diante do flagrante equívoco no envio daquele documento para o Senado, a Comissão determinou o arquivamento do Ofício, com fundamento no Ato nº 2, de 2009, da CMA, por meio de nota técnica elaborada pelo próprio colegiado. Nessa nota, a Comissão corroborou o parecer aprovado pela CAS sobre a matéria.

O Ofício seguiu, então, para o Plenário, onde foi confirmada a decisão proferida por esta Comissão, de arquivamento do Ofício e comunicação ao autor do teor da decisão.

Diante do exposto, pode-se concluir que o Ofício “S” nº 10, de 2012, não merece melhor sorte que seu antecessor, também oriundo do Governo do Município de São Bernardo do Campo. O precedente estabelecido por esta CAS, acatando o voto exarado pelo Senador Eduardo Suplicy sobre o Ofício “S” nº 51, de 2011, é no sentido de arquivar a matéria e comunicar ao autor o teor da decisão

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pelo **arquivamento** do Ofício “S” nº 10, de 2012, e pela comunicação à autora do teor da decisão desta Comissão.

Sala da Comissão, 12 de dezembro de 2012.

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Presidente

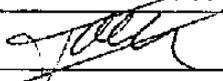
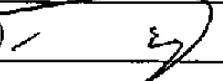
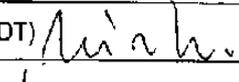
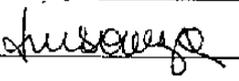
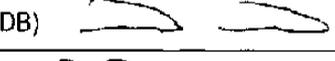
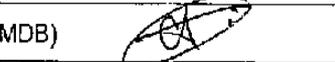
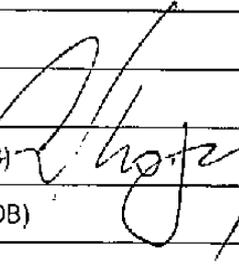
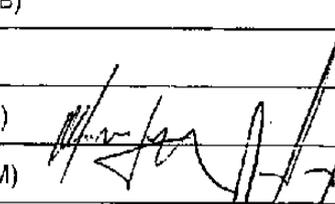
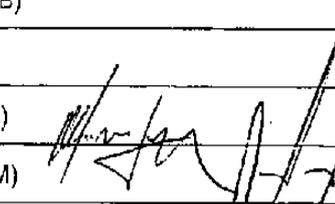

, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
OFÍCIO "S" Nº 10, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 47ª REUNIÃO, DE 12/12/2012, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos

RELATOR AD HOC: Senador Waldemir Moka

Bloco de Apoio ao Governo(PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT) 	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT) 	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT) 	4. Ana Rita (PT) 
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT) 
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB) 
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB) 	1. Renan Calheiros (PMDB)
Paulo Davim (PV) 	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Romero Jucá (PMDB)	3. Pedro Simon (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB) 	4. Lobão Filho (PMDB) 
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Eduardo Braga (PMDB)
Ana Amélia (PP) 	6. Roberto Requião (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) 	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM) 	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Armando Monteiro (PTB)
João Vicente Claudino (PTB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
João Costa (PPL)	3. Antonio Russo (PR)

PARECER 200, DE 2013

(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

RELATOR: Senador IVO CASSOL

RELATOR "AD HOC": Senador ALOYSIO NUNES FERREIRA

I – RELATÓRIO

O Ofício "S" nº 10, de 2012 (Ofício nº 327, de 2012, na origem), da Secretária de Governo do Município de São Bernardo do Campo, do Estado de São Paulo, encaminha ao Senado Federal o relatório circunstanciado referente à gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito daquele Município, referente ao primeiro quadrimestre de 2012.

O documento vem acompanhado por demonstração pormenorizada das atividades de gestão do SUS no Município, complementada por gráficos e tabelas pertinentes.

O envio da matéria à apreciação do Senado Federal foi fundamentado no art. 12 da Lei nº 12.438, de 6 de julho de 2011, que *altera a Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993, que "dispõe sobre a extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS e dá outras providências", para que a prestação de contas dos gestores do Sistema Único de Saúde - SUS ao Poder Legislativo estenda-se à esfera federal de governo.*

A matéria foi distribuída à prévia apreciação da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde recebeu parecer pelo arquivamento e pela comunicação à autora do teor da decisão proferida. Após a apreciação por esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), o Ofício seguirá para o Plenário do Senado Federal.

II – ANÁLISE

A competência da CMA para deliberar sobre matérias relativas à fiscalização e ao controle dos atos do Poder Executivo está consignada no inciso I do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). No entanto, é evidente que o dispositivo refere-se ao Poder Executivo Federal, e não à Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. Com efeito, o envio do Ofício "S" nº 10, de 2012, a esta Casa Legislativa está apoiado em interpretação equivocada das normas legais relativas à prestação de contas da gestão do SUS, conforme ficou demonstrado pelo relator que nos antecedeu no exame da matéria, Senador Waldemir Moka, na CAS.

Diferentemente do que informa a Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo, o assunto não é regido por um suposto art. 12 da Lei nº 12.438, de 2011, pois este diploma legal contém apenas dois artigos. O dispositivo empregado pela Sra. Elenice Vieira, responsável pelo expediente da Secretaria e quem subscreve o ofício, para fundamentar o envio da documentação ao Senado sequer existe, portanto.

É possível inferir, todavia, que aquela servidora pretendia fundamentar a medida no art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, com a redação dada pela Lei nº 12.438, de 2011. No entanto, o dispositivo determina que o Ministro da Saúde deveria apresentar, a cada trimestre, relatório de sua gestão ao Conselho Nacional de Saúde e, em audiência pública, às duas Casas do Congresso Nacional, enquanto o gestor municipal apresentaria seus relatórios à câmara de vereadores e o gestor estadual, à assembleia legislativa. Não há referência à obrigatoriedade de o gestor municipal prestar contas ao Poder Legislativo Federal.

Mesmo que tentasse conferir à norma a interpretação dada pela Secretaria, o envio do documento ao Senado continuaria a carecer de suporte legal, pois o art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, foi expressamente revogado pelo art. 47 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

Atualmente, a matéria é regida pelo art. 36 da referida Lei Complementar, *in verbis*:

Art. 36. O gestor do SUS em cada ente da Federação elaborará Relatório detalhado referente ao quadrimestre anterior, o qual conterá, no mínimo, as seguintes informações:

- I – montante e fonte dos recursos aplicados no período;
- II – auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;
- III – oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação.

§ 5º O gestor do SUS apresentará, até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, em audiência pública na Casa Legislativa do respectivo ente da Federação, o Relatório de que trata o *caput*.

Se, mesmo antes da revogação do art. 12 da Lei nº 8.689, de 1993, não se poderia entender que competia ao Senado apreciar as contas da gestão da saúde de cada Município brasileiro, agora a questão está ainda mais cristalina com o disposto no § 5º do art. 36 da Lei Complementar nº 141, de 2012.

Esse foi o entendimento firmado pela CAS, seguindo precedente daquele colegiado quando da apreciação do Ofício “S” nº 51, de 2011 (Ofício nº 2-0498, de 5 de agosto de 2011, na origem), do Secretário de Governo do Município de São Bernardo do Campo. Em ambos os ofícios oriundos desse Município, a CAS opinou pelo arquivamento do documento e pela comunicação ao autor do teor da decisão da Comissão, frente à incompetência do Senado para deliberar sobre a prestação de contas municipal.

Com efeito, o Senador Waldemir Moka e o então Presidente da CAS, Senador Jaime Campos, não pouparam críticas à conduta da Secretaria de Governo do Município de São Bernardo do Campo de insistir no envio desses ofícios ao Senado. A transcrição das notas taquigráficas referentes à discussão da matéria naquele colegiado registra a justa indignação desses parlamentares frente ao absoluto desperdício de tempo e esforço da CAS para deliberar sobre matéria estranha às competências desta Casa Legislativa.

É importante registrar que, durante sua tramitação nesta CMA, o Ofício “S” nº 51, de 2011, sequer foi distribuído para a relatoria de um Senador. Diante do flagrante equívoco no envio daquele documento para o Senado, esta Comissão determinou liminarmente o arquivamento do Ofício, com fundamento no Ato nº 2, de 2009, da CMA, por meio de nota técnica elaborada por este colegiado. Nessa nota, a Comissão corroborou o parecer aprovado pela CAS sobre a matéria.

O Ofício seguiu, então, para o Plenário, onde foi confirmada a decisão proferida pela CAS e pela CMA, de arquivamento do Ofício e comunicação ao autor do teor da decisão. Não resta dúvida de que essa decisão aplica-se também ao Ofício sob análise, razão pela qual opino por seu arquivamento.

III – VOTO

Ante o exposto, nosso voto é pelo arquivamento do Ofício “S” nº 10, de 2012, e pela comunicação à autora do teor da decisão desta Comissão.

Sala da Comissão, 2 de abril de 2013.

, Presidente



, Relator

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
OFÍCIO "S" Nº 10, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 02/04/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE:

RELATOR: Aditor

Sen. Blairo Maggi

Sen. Aloysio Nunes

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Anibal Diniz (PT)	1. VAGO
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) ✓
Luiz Henrique (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB) ✓
Valdir Raupp (PMDB)	4. VAGO
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ✓
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ✓
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Costa (PPL) ✓
Fernando Collor (PTB)	3. VAGO

PARECER Nº 201, DE 2013

(Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle)

RELATOR: Senador ALOYSIO NUNES

À C.M.A.

Ciente.

Não se trata de matéria de competência do Senado.

Ao Arquivo. – 23-3-2013. – Senador Aloysio Nunes.

Sala das Comissões, 2 de abril de 2013.

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
OFÍCIO "S" Nº 1, de 2013

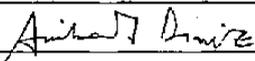
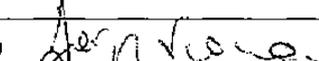
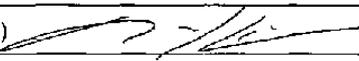
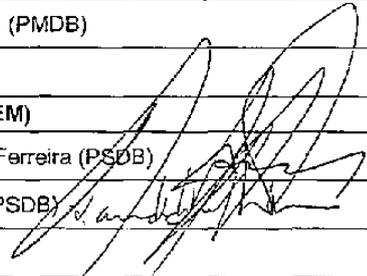
ASSINAM O PARECER, NA 6ª REUNIÃO, DE 02/04/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: _____

RELATOR: _____

Senador Blairo Maggi

Senador Aloysio Nunes Ferreira

Bloco de Apoio ao Governo(PSDL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Aníbal Diniz (PT) 	1. VAGO
Acir Gurgacz (PDT)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Jorge Viana (PT) 	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) 	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) 
Luiz Henrique (PMDB) 	2. Eduardo Braga (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. João Alberto Souza (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	4. VAGO
Ivo Cassol (PP)	5. Eunício Oliveira (PMDB)
Kátia Abreu (PSD)	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) 	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) 
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. VAGO
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Blairo Maggi (PR)	1. Gim (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Costa (PPL)
Fernando Collor (PTB)	3. VAGO

PARECER Nº 202, DE 2013

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010, do Senador Arthur Virgílio, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados.

RELATOR: Senador RICARDO FERRAÇO

RELATORA "AD HOC": Senadora VANESSA GRAZZIOTIN

I – RELATÓRIO

Em análise nesta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010, do Senador Arthur Virgílio. A iniciativa altera a legislação de regência dos benefícios previdenciários, Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para determinar que sejam punidas com multa as associações e entidades de aposentados legalmente constituídas que realizem descontos de mensalidades nos benefícios, sem que haja a devida autorização do associado.

Em sua justificação, o autor informa que, muito embora a lei somente autorize o desconto de mensalidades quando haja autorização expressa, várias entidades vêm realizando os descontos sem a concordância dos aposentados.

O projeto foi distribuído para esta Comissão, em caráter terminativo e, até o momento, não recebeu emendas.

II – ANÁLISE

Conforme disposto nos arts. 90, I, combinado com 100, I, compete a esta Comissão discutir e votar o presente Projeto de Lei.

Não se vislumbram vícios no que concerne aos requisitos de constitucionalidade formal e material, porquanto observadas as regras

pertinentes à competência do ente federativo e de iniciativa, consoante o disposto nos arts. 22, I; 48, e 61 da Carta Magna, respectivamente, quanto à competência da União para legislar sobre a matéria, do Congresso Nacional para apreciá-la e do Senador para apresentá-la.

Os termos em que a proposição se formula, não violam cláusula pétrea e, no que se refere à juridicidade, o projeto se acha livre de vícios, utilizando o meio adequado aos objetivos pretendidos, inovando o ordenamento jurídico com generalidade e obedece aos princípios gerais de direito.

Sob a ótica da técnica legislativa, nada a opor, pois seus comandos encontram-se em conformidade com o que estatui a Lei Complementar nº 95, de 1998.

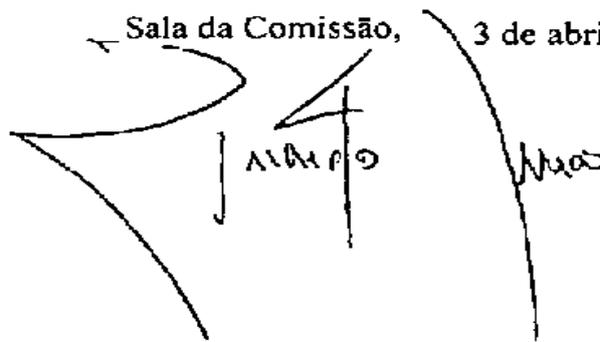
Quanto ao mérito, a iniciativa é bem vinda, já que proibição sem sanção acaba se tornando inócua. A punição para as entidades que se aproveitam da dificuldade de controle e efetivam descontos dos benefícios de aposentados sem autorização destes, alcançando arrecadações milionárias deve ser severa.

Assim, fixar multa, restituição do valor cobrado sem a devida autorização do aposentado e suspensão da consignação até a completa regularização da situação é medida de justiça e deve ser implementada.

III – VOTO

Em razão do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010.

Sala da Comissão, 3 de abril de 2013.



, Presidente
Senador WALDEMIR MOKA
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente

, Relator

Comissão de Assuntos Sociais - CAS
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, de 2010

TERMINATIVO

ASSINAM O PARECER, NA 8ª REUNIÃO, DE 03/04/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka

RELATORA: "Ad Hoc" Senadora Vanessa Grazziotin

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT)
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	2. Pedro Simon (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Romero Jucá (PMDB)
Ana Amélia (PP)	6. Benedito de Lira (PP)
Paulo Davim (PV)	7. Sérgio Petecão (PSD)
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Sócrates Santoro (PTB)	1. Amando Monteiro (PTB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. João Vicente Claudino (PTB)
João Costa (PPL)	3. VAGO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - LISTA DE VOTAÇÃO - PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 316, DE 2010

TITULARES				SUPLENTE					
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PAULO PAIM (PT)	X				1- EDUARDO SUPLICY (PT)	X			
ÂNGELA PORTELA (PT)	X				2- MARTA SUPLICY (PT)				
HUMBERTO COSTA (PT)					3- JOSÉ PIMENTEL (PT)				
WELLINGTON DIAS (PT)					4- ANA RITA (PT)	X			
JOÃO DURVAL (PDT)					5- LINDBERGH FARIAS (PT)				
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)					6- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)				
VANESSA GRAZZIOTTIN (PC do B)	X				7- LÍDICE DA MATA (PSB)				
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
WALDEMIR MOKA (PMDB)					1- SERGIO SOUZA	X			
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)					2- PEDRO SIMON (PMDB)				
CASILDO MALDANER (PMDB)	X				3- EDUARDO BRAGA (PMDB)				
VITAL DO RÉGO (PMDB)	X				4- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)				
JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)	X				5- ROMERO JUCÁ (PMDB)				
ANA AMÉLIA (PP)	X				6- BENEDITO DE LIRA (PT)				
PAULO DAVIM (PV)	X				7- SERGIO PETEÇÃO (PSD)				
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CÍCERO LUCENA (PSDB)					1- AÉCIO NEVES (PSDB)				
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	X				2- CYRO MIRANDA (PSDB)	X			
JOSÉ AGRIPINO (DEM)					3- PAULO BAUER (PSDB)				
JAYME CAMPOS (DEM)	X				4- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)				
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
SODRÉ SANTORO (PTB)	X				1- ARMANDO MONTEIRO (PTB)	X			
EDUARDO AMÓRIM (PSC)					2- JOAO VICENTE CLAUDINO (PTB)				
JOÃO COSTA (PPL)					3- VAGO				

TOTAL: 46 SIM: 15 NÃO: 15 ABSTENÇÃO: 16 AUTOR: 1 PRESIDENTE: 1 SALA DA COMISSÃO, EM 03 / 04 / 2013.
 OBS: O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIDERANDO-SE SUA PRESENCIA PARA EFEITO DE QUORUM (Art. 152, § 1º, RISF)

Atualizada em 26/03/2013



Senador WALDEMIR MOKA
 Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b;

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

Subseção III Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º - São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I - fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva.

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991.

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

OFÍCIO Nº 66/2013 – PRESIDÊNCIA/CAS

Brasília, 3 de abril de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010, que *altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados*, de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Respeitosamente,



Senador WALDEMIR MOKA
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais;

PARECER

Nº 203, DE 2013

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2011, dos Senadores Lindbergh Farias, Marcelo Crivella e Lobão Filho, que “susta os efeitos da Resolução nº 2, de 2011, do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC”.

RELATOR: Senador JORGE VIANA

RELATOR “AD HOC”: Senador JOSÉ PIMENTEL

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 244, de 2011, que susta os efeitos da Resolução nº 2, de 2011, editada pelo Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

A referida norma determinou que a atual programação religiosa veiculada pela TV Brasil, hoje composta por programas de orientação católica e evangélica, fosse substituída por outra que expressasse da forma mais plural possível a religiosidade do povo brasileiro.

Nos termos da referida resolução, a antiga direção da EBC deveria apresentar, em um prazo de seis meses, proposta para dar cumprimento à decisão do Colegiado. Contudo, em função de diversas circunstâncias, tal proposta não foi construída em tempo hábil para que a nova faixa de programação substituísse a existente, o que impediu que a transição idealizada pelo Conselho Curador se materializasse.

De modo a evitar que os atuais programas fossem tirados do ar, e em alinhamento com liminar da Justiça Federal do Distrito Federal que sustou temporariamente os efeitos da Resolução, foi apresentado o presente PDS, de autoria dos Senadores Lindbergh Farias, Marcelo Crivella e Lobão Filho.

Ao justificarem a iniciativa, Suas Excelências assinalam que “como aconteceu com a presença de símbolos religiosos em prédios públicos, a exibição de programas de cunho religioso nos veículos da EBC não ofende a laicidade do Estado, razão pela qual a Resolução nº 2, de 2011, do Conselho Curador padece de substrato constitucional”.

Além disso, consideram ser notório que, ao editar a norma, o Conselho Curador da EBC exorbitou das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.652, de 2008. Diz o art. 17 que ao Colegiado compete deliberar sobre

diretrizes da política de comunicação e sobre a **programação** proposta pela Diretoria Executiva da EBC. Dessa forma, a Resolução, a par de ir além das diretrizes, modifica a programação dos veículos públicos de comunicação aprovada pelo próprio Conselho Curador.

II – ANÁLISE

A remessa do PDS nº 244, de 2011, a esta Comissão encontra respaldo no que dispõe o art. 90, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF). Neste momento, a CCJ exerce o papel de subsidiar decisão relativa à competência do Congresso Nacional de sustar atos normativos do Poder Executivo que ultrapassem os limites de seu poder regulamentar.

A propositura também tem lastro na Constituição, que, em seu artigo 49, inciso V, confere competência ao Congresso Nacional para *sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites da delegação legislativa*.

Conquanto o PDS em exame tenha sido apresentado em conformidade com os pressupostos de natureza regimental, observamos que a Resolução nº 2, de 2011, objeto de contestação por parte dos Senadores, foi revogada e substituída pela Resolução nº 4, de 2012, igualmente com origem no Conselho Curador da EBC.

A nova norma é resultante de trabalho do Grupo Consultivo criado para estudo e elaboração da proposta de faixa de programação religiosa, que contou com representantes de diversas orientações religiosas, incluídos os representantes dos programas atualmente no ar. Convém ressaltar que a proposta consubstanciada na Resolução foi aprovada pela unanimidade dos membros do Grupo Consultivo em maio de 2012.

Para maior clareza, reproduzimos seu texto *ipsis litteris*:

CONSELHO CURADOR – EBC RESOLUÇÃO Nº 4 /2012

Dispõe sobre a criação da Faixa da Diversidade Religiosa e do Conselho Editorial da Faixa da Diversidade Religiosa da EBC.

Considerando o disposto na Resolução CC/EBC/02/2012;

Considerando as discussões conduzidas no âmbito do Grupo Consultivo criado para estudo e elaboração da proposta de faixa de programação religiosa, nos termos da Resolução nº 03/2011/CC/EBC;

A Presidente do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação - EBC, no uso de suas atribuições legais, e considerando a deliberação tomada em sessão realizada no dia 23 de maio de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Faixa da Diversidade Religiosa a ser veiculada na TV Brasil, composta por:

I – Programa semanal com duração de 1 hora, produzido ou co-produzido pela EBC, com abordagem jornalística a respeito de temas filosóficos e culturais ligados à religiosidade;

II – Interprogramas derivados conceitualmente do programa indicado no item I, a serem veiculados em toda a programação da TV Brasil;

III – Programa semanal com duração de 30 minutos, produzido ou co-produzido pela EBC, com a apresentação de mensagens dos grupos religiosos diversos.

Parágrafo único. A emissora poderá, ainda, receber propostas de programas produzidos e custeados por grupos religiosos, que observem os princípios e objetivos inerentes à prestação dos serviços de radiodifusão pública, sejam aprovados pelo Conselho Editorial da Faixa da Diversidade Religiosa da EBC, e veiculados mediante instrumento legal firmado entre os proponentes e a empresa.

Art. 2º Fica instituído o Conselho Editorial da Faixa da Diversidade Religiosa da EBC, vinculado ao Conselho Curador da EBC, e composto por 2 (dois) representantes deste Conselho; 2 (dois) representantes da Diretoria Executiva da EBC; 1 (um) representante do Ministério da Cultura, indicado pelo titular da pasta; 1 (um) representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), indicado pelo titular da pasta.

Art. 3º Compete ao Conselho Editorial da Faixa da Diversidade Religiosa da EBC:

I – Aprovar a linha e a condução editorial das produções descritas nos incisos I, II e III do art. 1º;

II – Analisar e aprovar as propostas dos programas a que se refere o parágrafo único do art. 1º e indicar a metodologia, prazos e demais especificações para a apresentação das mesmas, inclusive aquelas relativas aos atuais programas, os quais deverão harmonizar-se com a nova Faixa da Diversidade Religiosa;

III – Informar o Conselho Curador a respeito da implementação do conjunto da Faixa da Diversidade Religiosa.

Parágrafo único. O Comitê da Diversidade Religiosa da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) funcionará como órgão consultivo e de assessoramento ao Conselho Editorial.

Art. 4º A Faixa da Diversidade Religiosa proposta pela presente Resolução será objeto de avaliação pelo Conselho Curador da EBC após 1 (um) ano contado a partir da entrada no ar dos programas previstos no art. 1º desta Resolução.

Art. 5º A Faixa da Diversidade Religiosa deverá entrar no ar 180 dias após a publicação desta Resolução.

§ 1º Até o início da veiculação da nova Faixa da Diversidade Religiosa, será mantida a atual programação de conteúdo religioso nos veículos da EBC.

§ 2º Em até 90 dias após a publicação desta Resolução, a Diretoria Executiva da EBC deverá apresentar ao Conselho Editorial da Faixa da Diversidade Religiosa proposta para o estabelecimento da nova programação de cunho religioso para as rádios da EBC, em harmonia com o disposto na presente resolução.

Art. 6º Fica revogada a Resolução 02/2011 do Conselho Curador da EBC, bem como as demais disposições em contrário.

Brasília, 27 de junho de 2012

ANA LUIZA FLECK SAIBRO

Presidente

Como se vê, o PDS em análise perdeu seu objeto em razão de fato superveniente da edição de nova norma regulamentadora sobre a matéria.

III – VOTO

Em vista do exposto, manifestamo-nos pela **prejudicialidade** do Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 244, de 2011, nos termos do inciso I do art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal.

Sala da Comissão, 4 de abril de 2013.

Senador Vital do Rêgo, Presidente

João Viana, Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PDS Nº 244 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/04/2013 , OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Senador Vital do Rêgo</i>	
RELATORIA <i>ad hoc</i> : <i>Senador José Pimentel</i>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB, PSOL)	
JOSÉ PIMENTEL <i>J. Pimentel</i>	1. EDUARDO SUPLYCY
ANA RITA	2. LÍDICE DA MATA
PEDRO TAQUES <i>P. Taques</i>	3. JORGE VIANA
ANIBAL DINIZ <i>Anibal Diniz</i>	4. ACIR GURGACZ
ANTONIO CARLOS VALADARES	5. WALTER PINHEIRO
INÁCIO ARRUDA <i>I. Arruda</i>	6. RODRIGO ROLLEMBERG
EDUARDO LÔRES <i>E. Lôres</i>	7. HUMBERTO COSTA <i>Humberto Costa</i>
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PMDB, PP, PSD, PV)	
EDUARDO BRAGA <i>E. Braga</i>	1. ROMERO JUCÁ
VITAL DO RÉGO <i>V. Rêgo</i>	2. ROBERTO REQUIÃO <i>R. Requião</i>
PEDRO SIMON	3. RICARDO FERRAÇO
SÉRGIO SOUZA	4. CLÉSIO ANDRADE
LUIZ HENRIQUE	5. VALDIR RAUPP
EUNÍCIO OLIVEIRA	6. BENEDITO DE LIRA
FRANCISCO DORNELLES <i>F. Dornelles</i>	7. WALDEMIR MOKA
SÉRGIO PETECÃO	8. KÁTIA ABREU
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES	1. LÚCIA VÂNIA
CÁSSIO CUNHA LIMA <i>C. Cunha Lima</i>	2. ATAÍDES DE OLIVEIRA
ALVARO DIAS <i>A. Dias</i>	3. ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>A. Nunes Ferreira</i>
JOSÉ AGRIPINO <i>J. Agripino</i>	4. PAULO BAUER
BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO E FORÇA (PTB, PR, PSC/PPL)	
ARMANDO MONTEIRO <i>A. Monteiro</i>	1. GIM
SODRÉ SANTORÓ <i>S. Santoró</i>	2. EDUARDO AMORIM
MAGNO MALTA	3. BLAIRO MAGGI
ANTONIO CARLOS RODRIGUES	4. ALFREDO NASCIMENTO

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
 Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 199 e 200, de 2013**, das Comissões de Assuntos Sociais; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, concluindo pelo conhecimento e arquivamento do **Ofício nº S/10, de 2012**.

A Presidência, em cumprimento à sua conclusão, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 201, de 2013**, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que conclui pelo arquivamento do **Ofício “S” nº 1, de 2013**.

A Presidência, em cumprimento às suas conclusões, encaminha a matéria ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 66, de 2013**, da Comissão de Assuntos Sociais, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do **Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010**.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 66/2013 – Presidência/CAS

Brasília, 3 de abril de 2013

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º do artigo 91 do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2010, que “altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre o Plano de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para dispor sobre penalidade administrativa no caso de consignação de mensalidades de associações e demais entidades de aposentados

legalmente reconhecidas, sem a autorização de seus filiados”, de autoria do senador Arthur Virgílio.

Respeitosamente, – Senador **Waldemir Moka**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 66, de 2013**, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 203, de 2013**, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que conclui pela prejudicialidade do **Projeto de Decreto Legislativo nº 244, de 2011**, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores, que *susta os efeitos da Resolução nº 2, de 2011, do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC*.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente, a fim de ser declarada prejudicada, nos termos do § 1º do art. 334 do Regimento Interno.

Será feita a devida comunicação ao Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação – EBC e ao Conselho de Comunicação Social.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se na última sexta o prazo para apresentação de emendas aos seguintes Projetos de Resolução do Senado:

– **nº 19, de 2013**, do Senador Pedro Taques, que *altera dispositivos do Regimento Interno do Senado Federal para permitir maior participação popular, inclusive por meio eletrônico, nas atividades fiscalizatórias e legislativas da Casa*; e

– **nº 20, de 2013**, do Senador Rodrigo Rollemberg, que *altera o art. 102-E da Resolução nº 93, de 1970 (Regimento Interno do Senado*

Federal), para substituir a expressão “pessoas portadoras de deficiências” por “pessoa com deficiência”.

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o **Projeto de Resolução nº 17, de 2009**, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que os projetos supracitados também modificam a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno, conforme a fala da Presidência de 2 de abril de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se na última sexta o prazo previsto no art. 91, §§ 3º ao 5º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 356, de 2011**, da Senadora Ana Amélia, que altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que “regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências”, denominada *Estatuto da Cidade, para instituir o dever da União de prestar assistência técnica e financeira aos municípios para elaboração do Plano Diretor e de outras normas dele decorrentes;*

– **Projeto de Lei do Senado nº 623, de 2011**, do Senador Sérgio Souza, que altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986 (*Código Brasileiro de Aeronáutica*), para disciplinar o recebimento de reclamações de usuários de serviços aéreos; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 143, de 2012**, da Senadora Lídice da Mata e outros Senadores, que altera a Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, para incluir o Vale do Rio Vaza-Barris na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), e dá outras providências.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões competentes, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Encerrou-se na última sexta o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 26, de 2012** (nº 7.528/2006, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *dispõe sobre o conflito de interesses no exercício de cargo ou emprego do Poder Executivo federal e impedimentos posteriores ao exercício do cargo ou emprego; e revoga dispositivos da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e das Medidas Provisórias nºs 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e 2.225-45, de 4 de setembro de 2001; e*

– **Projeto de Lei da Câmara nº 123, de 2012** (nº 2.205/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Presidência da República, que *cria cargos de Especialista em Infraestrutura Sênior, cargos das carreiras de Analista de Infraestrutura, de Especialista em Meio Ambiente e de Analista de Comércio Exterior, cargos nos quadros de pessoal da Superintendência da Zona Franca de Manaus, da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal e do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde – DENASUS, cargos em comissão, funções gratificadas; altera as Leis nºs 9.620, de 2 de abril de 1998, e 11.539, de 8 de novembro de 2007; e dá outras providências.*

Aos Projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 17, de 2013** (nº 97/2013, na origem), do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando o relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito daquela Pasta, no mês de fevereiro de 2013, a tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios.

É o seguinte o Aviso:

AVISO Nº 17, DE 2013

Aviso nº 97/GMF/MF-DF

Brasília, 2 de abril de 2013.

Assunto: **Art. 41 e §§ 1º e 2º do art. 24 da Resolução do Senado Federal nº 43/2001.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

1. Em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43/2001, encaminho documentação anexa contendo, além de relatório com as características das operações de crédito analisadas no âmbito deste Ministério no mês de **fevereiro de 2013**, tabelas demonstrativas da posição de endividamento dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Informo que os dados relativos às dívidas consolidadas foram extraídos pela Caixa Econômica Federal dos Relatórios de Gestão Fiscal, publicados no Sistema de Coleta de Dados Contábeis dos Entes da Federação – SISTN e elaborados pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, em cumprimento ao art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF).
2. Quanto ao atendimento ao disposto no § 2º do art. 24 da RSF 43/2001, editou-se a Portaria STN nº 227, de 11 de abril de 2011, que estabelece procedimentos de comunicação pelo Ministério da Fazenda ao Poder Legislativo local, ao Tribunal de Contas competente e ao Senado Federal em caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização regidos pela RSF 43/2001. As irregularidades constatadas no período são comunicadas por meio do Anexo 5, para atendimento ao § 2º art. 24 da RSF 43/2001.
3. Com fulcro na mencionada Portaria, este Ministério enviava aviso a essa Casa Legislativa para cada caso de constatação de irregularidades na instrução de processos de autorização. Entretanto, considerando a elevação do quantitativo desse tipo de operação, bem como o Princípio da Eficiência na administração pública, a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001 realizar-se-á, a partir de **fevereiro** do corrente ano, por meio de relatório encaminhado mensalmente ao Senado Federal, conforme disposto no art. 41 da aludida Resolução.
4. Destaco que informações detalhadas acerca de cada operação de crédito enquadrada na situação descrita no parágrafo anterior, tais como Ente Federativo, Instituição Credora, valor, tipo de operação e condições financeiras, constarão de relatório anexo a este Ofício.
5. Esclareço que as informações ora encaminhadas estão dispostas nos seguintes anexos:

- **Anexo 1** – Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 2** – Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, art. 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 3** – Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, art. 41 da RSF 43/2001;
- **Anexo 4** – Tabela contendo informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001; e
- **Anexo 5** – Tabela contendo informações sobre irregularidades constatadas no período, passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF).

6. Informo que o trâmite das operações de crédito neste Ministério é atualizado diariamente em www.tesouro.fazenda.gov.br/operacoesdecredito-estados-municipios, no link “Consultar Operações de Crédito”. Nesse mesmo endereço, poderão ser encontradas as planilhas eletrônicas com os dados que compõem os Anexos 2 e 3 deste Ofício.

Atenciosamente,


GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO 1

Tabela demonstrativa da posição de endividamento dos Estados e do Distrito Federal, em atendimento ao inc. I, art. 41 da RSF 43/2001

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

R\$ mil

UF	Dívida Consolidada Líquida - DCU															
	31/12/09	31/12/10	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/4/12	31/8/12	31/12/12	n.d.		
AC	705.834	652.786	903.747	718.119	653.890	844.825	794.953	632.092	896.178	1.423.032	1.498.775	1.333.915	1.485.982	1.017.189		
AL	2.670.510	3.451.253	3.491.788	5.075.920	5.487.783	5.927.277	6.218.122	6.955.432	6.509.156	6.798.649	7.099.747	6.754.318	7.194.948	n.d.		
AM	1.923.679	1.568.313	1.859.102	1.681.725	1.662.703	1.536.436	1.011.746	819.600	1.459.103	2.006.938	1.648.814	753.823	62.535	n.d.		
AP	31.016	35.232	226.777	260.458	151.826	172.481	184.009	97.330	246.308	449.436	347.815	493.495	26.553	595.233		
BA	8.365.037	9.738.867	12.156.457	12.246.048	12.048.374	11.616.488	10.370.037	10.278.352	9.234.947	9.957.007	8.917.888	7.396.037	8.336.806	10.617.355		
CE	2.711.864	3.402.600	4.143.190	4.448.874	3.876.734	3.641.566	2.512.029	1.857.038	1.446.923	2.080.112	2.221.215	2.805.716	2.732.540	n.d.		
DF	1.125.478	1.200.158	1.387.209	1.599.518	1.467.452	2.278.933	1.551.469	1.943.196	1.777.378	2.081.761	2.040.859	1.266.781	697.870	1.432.933		
ES	2.129.037	2.133.028	2.063.875	3.385.641	3.011.009	1.872.659	1.210.426	800.377	616.022	1.415.501	1.335.716	837.460	1.217.183	1.633.945		
GO	8.368.821	9.029.900	10.011.539	10.948.751	11.368.819	11.334.808	12.211.662	12.553.278	11.697.604	13.680.116	12.770.815	12.901.124	12.812.223	14.378.860		
MA	4.623.266	4.432.227	5.284.811	5.448.982	5.141.515	5.954.291	4.479.836	4.316.480	4.033.183	4.339.646	3.865.134	2.776.694	2.615.214	n.d.		
MG	13.643.394	26.737.557	32.041.741	34.732.247	39.706.846	41.787.078	44.892.747	51.360.659	52.364.415	60.499.483	67.779.833	65.477.046	68.693.983	70.161.771		
MS	4.132.569	4.507.029	5.450.997	5.602.201	6.001.254	6.173.330	5.829.442	5.567.198	5.602.768	6.213.168	6.781.344	6.291.815	6.698.475	6.955.693		
MT	4.379.490	4.103.381	3.995.655	5.506.364	5.037.846	4.381.493	4.959.587	4.592.566	4.324.155	3.628.181	3.121.225	2.341.941	2.071.126	n.d.		
PA	1.314.362	1.713.754	2.138.123	2.121.048	2.458.420	2.229.659	2.164.718	2.144.101	1.907.584	1.609.966	2.020.245	3.295.199	3.183.527	3.323.729		
PB	2.438.937	1.977.968	2.759.785	2.618.406	2.512.817	2.584.626	2.403.929	2.115.180	1.585.380	1.809.843	1.492.832	1.212.561	1.142.171	1.651.102		
PE	2.861.347	4.253.625	5.691.023	5.428.048	5.230.444	4.920.433	4.404.193	4.249.424	4.589.102	4.760.385	5.876.720	4.664.909	5.437.705	7.143.209		
PI	2.002.176	2.241.780	2.602.580	2.581.528	2.751.157	2.590.295	2.380.281	2.208.190	2.434.575	2.443.126	2.867.500	2.554.171	2.536.917	2.815.560		
PR	7.355.797	8.395.766	9.205.301	8.755.690	9.951.077	12.490.315	14.346.486	17.192.100	16.917.485	15.130.153	14.930.807	13.671.316	13.850.764	13.087.786		
RJ	23.870.049	25.840.352	33.449.514	38.571.989	42.029.196	43.901.520	45.072.844	51.061.607	47.204.513	53.952.732	57.289.426	55.719.676	60.869.465	67.063.121		
RN	1.148.656	984.036	1.291.902	1.127.023	992.857	1.001.351	870.272	879.003	841.601	1.104.556	735.654	862.198	451.139	713.792		
RO	1.002.894	1.076.043	1.743.381	1.781.627	1.314.749	1.640.296	1.666.352	1.647.838	1.716.595	2.010.026	2.222.441	1.962.216	2.073.674	2.155.481		
RR	160.000	171.309	257.377	289.172	32.909	159.649	123.991	-204.269	506.160	73.668	-208.747	-429.333	197.888	466.622		
RS	17.740.010	18.535.183	21.496.895	27.608.812	30.353.246	31.835.491	33.743.927	35.514.404	39.058.534	38.70.677	46.874.222	47.435.864	49.961.522	51.718.917		
SC	6.018.285	3.680.842	8.511.284	8.555.084	9.724.484	8.019.912	8.030.930	7.677.817	8.065.824	6.312.245	7.464.223	6.298.371	5.237.060	5.608.678		
SE	1.064.373	1.086.809	1.214.477	1.236.566	1.332.030	1.149.133	1.516.853	1.312.738	1.048.669	1.541.388	2.133.519	2.222.919	2.488.012	2.252.403		
SP	62.347.593	70.208.006	90.210.056	97.878.864	110.330.939	111.916.608	118.355.919	120.461.906	133.929.558	130.298.983	152.723.542	157.420.440	160.238.123	171.317.847		
TO	332.319	291.442	512.556	403.339	607.264	312.979	348.850	348.955	374.955	634.923	930.303	665.050	669.078	1.528.898		
Totais	184.856.607	212.584.928	271.278.952	290.079.444	315.639.960	321.287.505	335.486.027	364.848.999	350.220.448	404.273.068	421.084.215	408.831.184	425.690.197	n.d.		

Fonte: Relatórios Fiscais homologados no SISTRN em cumprimento à Portaria STM nº 893/11.

Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados

n.d. - Informação não disponível

Obs.: Os dados referentes a 31/12/2012 foram excluídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012 homologados e publicados até 18/02/2013 no SISTRN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

RS mil

UF	Receita Corrente Líquida - RCL														31/12/12
	31/12/2000	31/12/2001	31/12/02	31/12/03	31/12/04	31/12/05	31/12/06	31/12/07	31/12/08	31/12/09	31/12/10	31/12/11	30/04/12	31/03/12	
AC	675.082	784.700	970.673	1.023.480	1.156.660	1.466.850	1.635.875	1.933.470	2.223.227	2.453.090	2.948.033	2.975.828	3.074.919	3.146.494	3.281.115
AL	1.195.875	1.275.355	1.677.873	1.619.021	1.918.355	2.442.959	2.615.902	3.105.263	3.538.416	3.597.965	4.705.565	4.801.999	4.913.115	5.015.187	n.d.
AM	1.925.171	2.288.832	2.707.751	3.054.662	3.751.410	4.294.330	4.670.214	5.331.931	6.395.993	6.161.491	7.407.732	8.515.332	8.712.384	9.219.811	n.d.
AP	678.300	701.103	810.519	940.819	1.210.660	1.444.006	1.584.277	1.917.132	2.404.878	2.237.987	2.492.365	2.897.411	3.160.680	3.301.463	3.344.164
BA	5.105.240	5.715.509	6.603.304	7.506.320	9.075.419	10.329.111	11.360.178	12.584.607	14.237.786	14.671.427	17.372.551	19.226.970	19.935.929	20.716.157	21.624.181
CE	3.103.121	3.624.078	3.866.405	4.209.618	4.636.442	5.304.380	6.024.606	6.840.099	7.886.593	8.400.940	9.664.273	10.966.435	11.439.092	11.443.276	n.d.
DF	3.206.332	3.415.965	3.987.823	4.467.483	5.309.961	6.149.618	6.969.807	8.171.686	9.626.476	10.294.999	11.485.148	12.859.742	13.401.452	13.738.411	14.312.436
ES	2.176.226	2.858.412	2.560.265	3.331.517	4.122.816	5.143.638	5.527.712	6.347.980	7.735.370	7.486.192	8.230.168	9.272.998	10.230.232	10.612.321	10.915.833
GO	2.671.603	3.205.972	3.839.074	4.352.743	5.304.978	6.155.147	6.330.982	7.618.320	8.944.459	9.105.948	10.530.493	12.638.405	12.770.497	13.735.072	14.102.472
MA	1.794.116	2.121.935	2.121.935	2.454.001	2.950.828	3.700.427	4.389.940	4.900.239	5.836.926	5.971.500	6.818.192	8.065.450	8.405.679	8.594.127	n.d.
MG	9.627.758	11.412.838	12.542.039	14.305.976	16.695.979	19.350.334	22.083.399	23.802.678	27.242.489	26.118.970	31.179.152	37.284.184	38.422.272	39.490.016	40.371.093
MS	1.335.384	1.531.786	1.756.433	2.123.530	2.379.044	3.041.885	3.427.592	3.930.837	4.829.848	4.886.919	5.180.065	5.903.642	6.251.565	6.338.432	6.596.714
MT	1.748.553	2.065.671	2.512.858	3.136.458	3.872.936	4.296.180	4.516.921	4.882.482	6.817.777	6.487.071	7.099.677	7.820.279	8.185.162	8.620.266	n.d.
PA	2.113.543	2.704.265	3.264.737	3.502.064	4.068.167	4.842.313	5.990.771	6.373.309	7.887.651	7.997.183	9.117.950	10.426.350	11.044.049	11.476.212	12.722.720
PB	1.399.214	1.401.118	1.944.563	2.734.882	2.335.662	2.912.004	3.284.483	3.668.585	4.391.207	4.637.840	5.087.418	5.992.568	6.151.946	6.274.082	6.286.655
PE	3.438.438	3.803.187	4.383.769	4.628.449	5.293.501	6.281.379	7.388.664	8.391.076	10.010.231	10.631.834	12.441.687	14.549.104	15.054.538	15.330.032	15.612.666
PI	1.155.252	1.290.514	1.586.555	1.689.464	1.940.461	2.327.829	2.671.040	3.054.159	3.831.028	4.043.365	4.524.858	5.030.101	5.176.180	5.356.334	5.575.468
PR	5.705.876	6.560.845	7.490.807	8.367.454	9.243.030	10.453.929	11.406.970	12.469.291	14.482.743	15.092.440	16.968.377	19.733.389	20.657.570	21.394.805	21.840.073
RJ	11.839.908	13.608.848	15.100.326	16.168.781	21.609.274	23.094.091	26.132.742	26.849.821	31.830.885	28.976.688	34.534.924	39.268.345	39.532.480	40.487.220	40.613.415
RN	1.620.144	1.784.766	1.999.524	2.166.838	2.618.951	3.144.162	3.691.517	3.936.340	4.516.127	4.832.600	5.443.289	5.915.554	6.233.416	6.441.111	6.761.203
RO	902.789	1.023.159	1.204.801	1.467.602	1.757.081	2.094.079	2.282.720	2.586.405	3.261.805	3.236.548	3.715.154	4.480.602	4.643.895	4.757.735	4.769.361
RR	517.009	604.774	732.206	668.297	776.946	1.038.251	1.199.870	1.314.562	1.596.732	1.633.114	1.788.536	2.332.210	2.380.804	2.456.558	2.380.344
RS	6.647.896	7.778.894	8.414.927	9.859.591	10.734.730	12.349.332	13.312.373	13.961.264	16.457.385	17.387.287	20.297.847	21.927.905	22.625.744	23.188.622	23.710.657
SC	3.388.096	3.904.463	4.371.551	5.129.578	5.669.194	6.718.212	7.376.828	8.498.748	10.420.913	10.409.660	11.837.684	13.791.477	14.213.807	14.292.391	14.535.174
SE	1.269.361	1.395.943	1.674.710	1.803.467	2.043.107	2.516.558	2.845.674	3.102.889	3.799.164	3.934.265	4.629.387	4.914.168	5.002.473	5.119.165	5.221.654
SP	32.258.817	35.683.658	39.675.808	43.699.168	49.479.722	56.775.075	63.468.334	70.567.901	82.182.334	86.630.248	99.914.614	108.030.553	111.201.270	114.405.943	115.360.728
TO	922.233	1.084.724	1.301.422	1.537.933	1.743.111	2.268.316	2.416.421	2.781.499	3.451.007	3.406.416	3.881.219	4.568.795	4.735.170	4.844.947	4.991.475
Totais	108.432.525	123.170.204	136.075.333	158.652.765	181.304.271	210.188.337	233.187.924	258.453.753	307.095.093	313.650.466	360.515.197	404.773.944	412.781.320	423.937.560	n.d.

Fontes: Relatórios Fiscais Homologados no SISTRN em cumprimento à Portaria STN nº 883/11.
 Relatórios Fiscais disponibilizados no SISTRN em cumprimento à Portaria STN nº 883/11.
 n.d. - Informação não disponível.
 Os dados referentes a 31/12/2012 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012 homologados e publicados
 em 18/03/2013 no SISTRN.

Dívida Consolidada Líquida dos Estados

Atualizado: 18/3/2013

UF	Relação DCL / RCL														
	31/12/2000	31/12/2001	31/12/2002	31/12/2003	31/12/2004	31/12/2005	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010	31/12/2011	30/4/12	30/8/12	31/12/12
AC	1,04	0,81	0,33	0,68	0,62	0,45	0,42	0,41	0,28	0,37	0,34	0,30	0,44	0,47	0,38
AL	2,23	1,78	2,26	2,37	2,54	2,25	2,22	2,00	1,97	1,81	1,82	1,48	1,31	1,43	n.d.
AM	1,00	0,69	0,67	0,48	0,45	0,37	0,33	0,19	0,13	0,24	0,27	0,19	0,09	0,01	n.d.
AP	0,05	0,05	0,28	0,38	0,25	0,11	0,11	0,10	0,04	0,11	0,18	0,12	-0,03	-0,40	0,18
BA	1,54	1,71	1,82	1,63	1,42	1,17	1,02	0,82	0,72	0,63	0,52	0,46	0,37	0,40	0,49
CE	0,87	0,04	1,18	1,04	0,92	0,73	0,60	0,38	0,24	0,17	0,28	0,29	0,24	0,24	n.d.
DF	0,16	0,35	0,40	0,35	0,28	0,25	0,22	0,19	0,16	0,17	0,18	0,14	0,09	0,05	0,10
ES	0,98	0,83	1,16	1,02	0,73	0,44	0,24	0,19	0,10	0,08	0,17	0,14	0,08	0,17	0,15
GO	2,13	2,61	2,37	2,40	2,21	1,85	1,82	1,61	1,40	1,28	1,30	1,01	1,01	0,93	1,02
MA	2,38	2,10	2,75	2,22	1,74	1,32	1,15	0,91	0,74	0,68	0,64	0,47	0,33	0,31	n.d.
MG	1,41	2,34	2,63	2,41	2,24	2,03	1,89	1,88	1,76	1,79	1,82	1,82	1,70	1,74	1,75
MS	3,10	2,94	3,10	2,87	2,35	2,01	1,81	1,48	1,15	1,15	1,20	1,13	1,02	1,05	1,03
MT	2,50	1,81	1,56	1,76	1,30	1,11	1,10	0,84	0,70	0,54	0,55	0,40	0,29	0,24	n.d.
PA	0,57	0,62	0,67	0,61	0,60	0,46	0,44	0,35	0,28	0,24	0,29	0,19	0,12	0,10	0,11
PB	1,53	1,10	1,42	1,17	1,08	0,89	0,76	0,60	0,48	0,24	0,26	0,25	0,20	0,18	0,26
PE	0,86	1,12	1,25	1,17	1,04	0,83	0,67	0,33	0,42	0,43	0,38	0,39	0,31	0,35	0,46
PI	1,73	1,74	1,64	1,42	1,42	1,09	0,85	0,78	0,60	0,60	0,54	0,37	0,49	0,47	0,50
PR	1,29	1,34	1,24	1,05	1,08	1,20	1,26	1,10	1,19	1,12	0,89	0,76	0,66	0,65	0,60
RJ	2,07	1,90	2,25	2,01	2,04	1,90	1,72	1,71	1,60	1,53	1,29	1,46	1,41	1,50	1,65
RN	0,71	0,54	0,65	0,53	0,28	0,22	0,26	0,22	0,19	0,17	0,20	0,13	0,14	0,07	0,11
RO	1,11	1,05	1,45	1,21	1,03	0,85	0,72	0,64	0,50	0,53	0,44	0,50	0,42	0,44	0,45
RR	0,31	0,28	0,35	0,43	0,04	0,15	0,10	-0,13	-0,13	0,21	0,04	-0,10	-0,16	0,08	0,20
RS	2,65	2,51	2,79	2,80	2,82	2,58	2,23	2,24	2,24	2,20	2,14	2,14	2,10	2,15	2,18
SC	1,81	1,45	1,95	1,67	1,84	1,19	1,09	0,90	0,77	0,61	0,63	0,46	0,38	0,44	0,41
SE	0,88	0,78	0,73	0,68	0,65	0,45	0,57	0,42	0,23	0,27	0,33	0,43	0,45	0,48	0,53
SP	1,93	1,97	2,27	2,24	2,23	1,97	1,89	1,71	1,63	1,50	1,53	1,46	1,44	1,43	1,54
TO	0,33	0,37	0,37	0,26	0,33	0,14	0,12	0,08	0,10	0,11	0,16	0,21	0,14	0,14	0,21
Total	1,20	1,73	1,95	1,83	1,74	1,53	1,43	1,30	1,19	1,13	1,12	1,04	0,98	0,99	n.d.

Relatórios Fiscais homologados no SIFIN, em cumprimento à Portaria STN nº 620/11.

Relatórios Fiscais disponibilizados na Internet ou encaminhados pelos Estados.

n.d. - informação não disponível

Obs.: Os dados referentes a 31/12/2012 foram extraídos exclusivamente dos Relatórios de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012 homologados e publicados em 19/3/2013 no SIS.

ANEXO 2

Tabela contendo a posição de endividamento dos Municípios, em atendimento ao inciso I, art. 41 da RSF 43/2001

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCL/RCL - RGF 3º Quadrimestre de 2012
data-base 31/12/2012

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 18/3/2013

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 2º Quadrimestre 2012	RCL 2º Quadrimestre 2012	% DCL/RCL
AC	RIO BRANCO	12	40	1	118.958.721,80	472.226.169,32	25,19
AL	PAULO JACINTO	27	560	4	(1.581.773,07)	12.380.853,02	-
AM	MANAUS	13	260	3	(471.485.247,94)	2.887.017.847,99	-
BA	AIQUARA	29	60	3	(1.628.837,77)	11.377.661,40	-
BA	ALAGOINHAS	29	70	2	23.099.642,31	212.429.362,71	10,87
BA	BOQUIRA	29	410	0	3.659.731,05	29.958.704,43	13,22
BA	BURITIRAMA	29	475	3	(2.450.242,04)	32.349.525,91	-
BA	CAMACAN	29	560	2	20.539.491,68	40.847.509,06	50,28
BA	CANDIBA	29	660	0	3.662.111,76	16.672.842,41	23,16
BA	CAPIM GROSSO	29	687	3	-	37.846.881,96	-
BA	CARAVELAS	29	690	7	(3.312.648,23)	51.129.474,77	-
BA	EUNAPOLIS	29	1072	7	70.297.298,96	157.888.928,25	44,52
BA	IBIRAPUA	29	1280	6	651.133,85	17.749.605,12	3,67
BA	IRAJUBA	29	1420	8	(457.022,02)	15.021.068,64	-
BA	ITANHÉM	29	1600	5	217.194,99	28.822.519,17	0,75
BA	ITIRUCU	29	1690	6	(242.354,76)	17.668.968,26	-
BA	JUSSIAPE	29	1890	5	(1.333.200,20)	11.166.479,48	-
BA	MADRE DE DEUS	29	1992	6	(9.587.663,84)	128.526.462,39	-
BA	MATA DE SÃO JOÃO	29	2100	5	9.608.859,96	113.146.084,77	8,49
BA	MORTUGABA	29	2180	7	(578.665,47)	17.970.728,57	-
BA	MUCURI	29	2200	3	64.978.145,22	94.135.412,80	69,03
BA	NOVA VICOSA	29	2300	1	(429.807,77)	2.061.542,12	-
BA	SALVADOR	29	2740	8	1.819.439.681,04	3.512.572.230,41	51,80
BA	SÃO FELIX DO CORIBE	29	2906	7	(6.798.680,55)	23.443.032,97	-
BA	SAÚDE	29	2980	0	7.573.221,88	17.415.096,97	43,49
BA	SERRINHA	29	3050	1	32.443.984,90	101.096.600,50	32,09
BA	UIBAI	29	3240	8	(1.972.818,36)	19.867.343,59	-
BA	VEREDA	29	3325	7	(2.449,86)	13.145.597,03	-
BA	VITÓRIA DA CONQUISTA	29	3330	7	72.549.561,62	419.598.099,29	17,29
CE	BARBALHA	23	190	1	1.233.446,45	115.771.515,98	1,07
CE	FORTALEZA	23	440	0	171.465.299,83	4.014.305.976,52	4,27
CE	JUAZEIRO DO NORTE	23	730	4	55.084.139,63	293.820.901,92	18,75
CE	MARACANAÚ	23	765	0	(37.370.784,83)	421.771.045,25	-
CE	PAGUJA	23	990	4	2.705.386,68	13.580.968,68	19,92
CE	PENAFORTE	23	1060	5	(2.197.526,49)	18.265.663,19	-
CE	SOBRAL	23	1290	8	(2.475.013,90)	367.423.861,77	-
ES	ALTO RIO NOVO	32	35	9	(312.443,38)	18.533.755,04	-
ES	ARACRUZ	32	60	7	(15.740.986,00)	299.677.121,00	-
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	32	120	9	(99.626.379,00)	303.480.297,63	-
ES	LINHARES	32	320	5	-	447.800.177,16	-
ES	NOVA VENEZIA	32	390	8	9.311.027,83	89.192.330,07	10,44
ES	SERRA	32	500	2	215.544.703,12	834.109.992,50	25,84
ES	VITÓRIA	32	530	9	113.767.879,95	1.371.113.549,32	8,30
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	52	140	5	(189.888.987,85)	576.569.427,85	-
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	52	145	4	1.078.909,37	11.408.935,40	9,46
GO	ARENÓPOLIS	52	235	3	247.239,59	10.691.042,63	2,31
GO	BOM JESUS DE GOIÁS	52	350	0	(5.201.796,12)	48.343.008,91	-
GO	CAIAPONIA	52	440	9	(3.423.305,00)	30.750.165,00	-
GO	CRISTALINA	52	620	6	2.377.858,53	96.861.209,70	2,45
GO	EDEIA	52	740	2	140.310,00	26.906.542,95	0,52
GO	FAZENDA NOVA	52	760	0	2.595.244,99	11.312.471,81	23,83
GO	GOIÂNIA	52	870	7	118.962.353,62	2.821.042.777,43	4,22
GO	IPORA	52	1020	8	(4.319.475,95)	41.149.120,27	-
GO	JARAGUA	52	1180	0	69.790.323,62	54.939.348,69	127,03
GO	JATAÍ	52	1190	9	(31.079.651,79)	220.454.602,71	-
GO	JESUPOLIS	52	1205	5	(2.362.777,49)	8.215.252,28	-
GO	NOVA AMÉRICA	52	1470	5	-	8.080.304,37	-
GO	RIANAPOLIS	52	1870	6	323.440,12	10.137.137,76	3,19
GO	RIO VERDE	52	1880	5	(146.010.163,22)	444.958.402,51	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

GO	SANTA ISABEL	52	1935	7	(4.809.491,62)	10.342.382,42	-
MA	IMPERATRIZ	21	530	2	54.361.162,15	375.666.193,88	14,47
MA	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	21	1120	1	(1.257.606,94)	168.704.802,15	-
MG	ALFENAS	31	160	7	39.905.693,65	141.958.408,15	28,11
MG	ARAGUARI	31	350	4	(3.974.545,87)	178.878.854,33	-
MG	BELO HORIZONTE	31	620	0	2.119.370.537,47	6.092.781.463,02	34,78
MG	CABO VERDE	31	950	1	903.659,75	16.977.985,79	5,32
MG	CAMPESTRE	31	1100	2	-	25.470.048,18	-
MG	CARMO DA CACHOEIRA	31	1390	9	39.577,48	18.512.366,48	0,21
MG	CARVALHOPOLIS	31	1470	9	(2.861.473,59)	10.228.710,55	-
MG	CAXAMBU	31	1550	8	778.875,90	31.591.219,31	2,47
MG	CLAUDIO	31	1660	5	1.140.515,54	36.718.723,11	3,11
MG	CONCEICAO DO MATO DENTRO	31	1750	4	(1.625.205,40)	35.942.682,05	-
MG	COQUEIRAL	31	1870	0	1.139.278,42	13.510.310,04	8,43
MG	DELFINOPOLIS	31	2120	9	-	20.126.158,13	-
MG	DIVINOPOLIS	31	2230	6	69.628.781,33	360.430.353,26	18,30
MG	ESTIVA	31	2450	0	(549.670,74)	14.132.092,05	-
MG	FORMIGA	31	2610	9	(34.328.700,98)	94.451.248,70	-
MG	FRUTAL	31	2710	7	9.807.733,00	86.633.587,36	11,32
MG	GOVERNADOR VALADARES	31	2770	1	109.389.266,72	470.425.046,17	23,25
MG	GUAPÉ	31	2810	5	2.261.448,49	25.168.152,90	8,99
MG	ITABIRA	31	3170	3	(33.651.224,95)	372.143.781,81	-
MG	ITAUNA	31	3380	8	25.597.748,38	158.731.454,26	16,13
MG	JOAO MONLEVADE	31	3620	7	11.431.388,00	136.954.726,00	8,35
MG	JUIZ DE FORA	31	3670	2	(17.139.662,58)	963.444.771,90	-
MG	MACHADO	31	3900	3	(1.982.225,46)	53.054.738,23	-
MG	MARIANA	31	4000	1	(74.065.092,78)	256.135.043,21	-
MG	MOEMA	31	4240	3	(207.072,61)	10.965.500,02	-
MG	MURIAE	31	4390	6	(4.918.402,37)	161.415.341,54	-
MG	OURO PRETO	31	4610	7	(27.668.762,37)	237.237.815,18	-
MG	PARA DE MINAS	31	4710	5	299.233,87	118.251.124,23	0,25
MG	PATROCINIO	31	4810	3	22.954.778,50	141.194.294,96	16,26
MG	PONTE NOVA	31	5210	5	7.343.114,68	116.042.557,81	6,33
MG	POUSO ALEGRE	31	5250	1	(2.843.589,72)	249.906.541,69	-
MG	PRATINHA	31	5300	4	732.500,00	9.066.802,79	8,08
MG	SABARA	31	5670	0	(4.511.042,28)	163.658.908,36	-
MG	SANTA LUZIA	31	5780	7	41.576.666,62	251.508.102,98	16,53
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	31	5960	5	1.545.410,27	51.804.750,59	2,98
MG	SÃO BENTO ABADE	31	6080	1	-	9.690.446,38	-
MG	SÃO JOAO DEL REI	31	6250	0	10.712.470,96	126.073.460,48	8,50
MG	SÃO SEBASTIAO DO PARAISO	31	6470	4	7.055.016,51	99.725.976,29	7,07
MG	SERRA AZUL DE MINAS	31	6650	1	1.500.069,53	9.145.394,43	16,40
MG	TEOFILO OTONI	31	6860	6	(28.593.855,96)	193.395.679,36	-
MG	TIROS	31	6890	3	(231.138,95)	13.522.602,96	-
MG	TRES PONTAS	31	6940	6	(6.098.339,51)	78.154.276,96	-
MG	UBA	31	6990	1	(63.063.334,68)	124.248.274,83	-
MG	UBERLANDIA	31	7020	6	43.681.231,00	1.286.360.402,00	3,40
MG	VESPASIANO	31	7120	4	6.885.659,70	155.897.084,36	4,42
MS	APARECIDA DO TABOADO	50	100	3	1.375.304,67	53.927.150,81	2,55
MS	CAARAPO	50	240	7	(1.550.735,23)	48.864.278,46	-
MS	CAMPO GRANDE	50	270	4	56.630.663,40	2.084.204.859,46	2,72
MS	ININHEMA	50	470	0	(2.534.147,46)	48.071.451,74	-
MS	NAVIRAÍ	50	570	7	5.415.971,36	104.000.867,07	5,21
MS	TRES LAGOAS	50	830	5	3.308.887,81	267.934.747,81	1,23
MT	ALTA FLORESTA	51	25	0	(22.107.551,86)	75.790.652,55	-
MT	ALTO ARAGUAIA	51	30	0	(17.117.845,41)	52.560.610,32	-
MT	ARAGUAIANA	51	100	1	(309.588,50)	11.322.776,89	-
MT	ARAPUTANGA	51	125	8	(16.019.737,90)	28.532.072,60	-
MT	ARIPUANA	51	140	7	(3.604.800,06)	38.242.620,12	-
MT	BARRA DO BUGRES	51	170	4	(25.566.576,44)	58.064.438,62	-
MT	BARRA DO GARCAS	51	180	3	(49.631.726,19)	99.645.198,01	-
MT	CAMPOS DE JULIO	51	268	6	(1.777.381,45)	23.787.079,70	-
MT	CARLINDA	51	279	3	(11.476.010,11)	18.619.051,48	-
MT	CLAUDIA	51	305	6	507.147,14	18.809.948,85	2,70
MT	COLIDER	51	320	5	(20.479.865,61)	47.704.520,15	-
MT	GUIABA	51	340	3	525.856.932,77	1.223.847.426,75	42,97

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MT	DIAMANTINO	51	350	2	4.786.591,23	47.700.722,51	10,03
MT	FELIZ NATAL	51	370	0	(3.824.954,65)	23.096.905,91	-
MT	GUARANTA DO NORTE	51	410	4	1.362.191,91	45.918.429,11	2,97
MT	INDIAÍVAI	51	450	0	(1.139.286,97)	9.213.525,27	-
MT	IPIRANGA DO NORTE	51	452	6	(5.396.943,75)	18.824.304,54	-
MT	LUCAS DO RIO VERDE	51	525	9	(58.734.687,67)	115.774.492,82	-
MT	MARCELÂNDIA	51	558	0	(9.850.487,74)	20.908.570,81	-
MT	MATUPA	51	560	6	(11.759.478,66)	27.875.705,25	-
MT	MIRASSOL D'OESTE	51	562	2	(4.755.042,59)	32.759.778,98	-
MT	NOVA CANAÃ DO NORTE	51	621	6	(9.766.635,42)	31.589.043,22	-
MT	NOVA GUARITA	51	880	8	(3.661.724,35)	9.892.101,76	-
MT	NOVA MARINGÁ	51	890	7	(1.346.256,00)	16.150.214,92	-
MT	NOVA MUTUM	51	622	4	(14.604.133,14)	76.443.864,53	-
MT	NOVA SANTA HELENA	51	619	0	(3.863.575,24)	10.557.765,06	-
MT	NOVA UBIRATA	51	624	0	(5.785.529,23)	29.058.548,12	-
MT	NOVA XAVANTINA	51	625	7	(9.510.637,68)	30.955.275,46	-
MT	PARANATINGA	51	630	7	(896.208,34)	42.206.364,34	-
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	51	677	8	(2.079.458,03)	14.724.528,87	-
MT	QUERÊNCIA	51	706	5	(2.038.768,08)	38.769.456,44	-
MT	RONDONÓPOLIS	51	760	2	145.191.643,00	399.185.215,35	36,37
MT	SALTO DO CEU	51	775	0	(493.950,84)	9.441.811,41	-
MT	SANTA CARMEM	51	724	8	(575.442,58)	11.873.472,43	-
MT	SÃO JOSÉ DO POVO	51	729	7	(5.175.933,25)	8.399.469,24	-
MT	SÃO JOSÉ DO RIO CLARO	51	730	5	(12.890.124,24)	29.320.766,43	-
MT	SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS	51	710	7	(18.163.597,96)	27.020.527,36	-
MT	SINOP	51	790	9	10.234.411,53	204.770.461,69	5,00
MT	SORRISO	51	792	5	(55.797.941,38)	139.268.115,97	-
MT	TABAPORA	51	794	1	-	17.231.757,21	-
MT	TANGARA DA SERRA	51	795	8	(3.472.755,27)	133.292.295,80	-
MT	TESOURO	51	810	5	(231.573,35)	7.432.430,83	-
MT	UNIÃO DO SUL	51	830	3	(749.800,83)	10.195.590,24	-
MT	VERA	51	850	1	(10.861.613,39)	20.414.109,80	-
PA	BELEM	15	140	2	219.265.889,00	1.855.539.405,00	11,82
PA	PARAUPEBAS	15	553	6	92.547.403,81	904.478.578,22	10,23
PB	BOA VENTURA	25	210	2	-	8.263.198,14	-
PB	CACIMBAS	25	355	5	-	12.206.131,05	-
PB	CAJAZEIRAS	25	370	4	-	53.758.471,95	-
PB	CAJAZEIRINHAS	25	375	3	-	7.959.986,20	-
PB	CAMPINA GRANDE	25	400	9	195.818.638,08	493.613.731,55	39,57
PB	CATINGUEIRA	25	420	7	-	9.013.524,77	-
PB	IBIARA	25	660	8	-	8.473.665,18	-
PB	JOÃO PESSOA	25	750	7	(177.074.405,59)	1.329.908.473,03	-
PB	MANAIRA	25	900	8	-	12.291.611,19	-
PB	SÃO JOSÉ DE PRINCESA	25	1455	2	-	7.391.557,76	-
PE	ABREU E LIMA	26	5	4	15.603.129,44	96.772.122,91	16,12
PE	AGRESTINA	26	30	2	19.086.539,87	30.599.538,89	62,38
PE	ÁGUA PRETA	26	40	1	8.618.264,60	43.014.993,79	20,04
PE	AGUAS BELAS	26	50	0	11.654.423,21	50.356.908,23	23,14
PE	ALAGOINHA	26	60	9	107.019,48	22.897.198,71	0,47
PE	ALIANÇA	26	70	8	19.855.859,97	45.047.280,09	44,08
PE	ALTINHO	26	80	7	77.901.104,58	26.475.418,28	294,24
PE	AMARAÍ	26	90	6	13.719.268,82	30.976.402,35	44,29
PE	ANGELIM	26	100	3	-	17.716.829,13	-
PE	BARRA DE GUABIRABA	26	130	0	10.861.971,81	18.903.047,27	57,46
PE	BARREIROS	26	140	9	32.644.204,48	47.434.186,90	68,82
PE	BELEM DE SÃO FRANCISCO	26	160	7	1.077.217,29	30.778.727,39	3,50
PE	BELO JARDIM	26	170	6	7.780.290,01	96.892.985,01	8,03
PE	BOM CONSELHO	26	210	0	2.120.006,59	55.052.389,00	3,85
PE	BONITO	26	230	8	17.514.577,80	49.487.923,07	35,39
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	26	260	5	3.892.258,09	56.053.788,53	6,89
PE	BUENOS AIRES	26	270	4	981.175,62	17.518.747,06	5,60
PE	BUIQUE	26	280	3	(3.001.302,76)	57.352.555,46	-
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	26	290	2	11.417.444,21	427.422.903,31	2,57
PE	CABROBO	26	300	9	4.990.932,97	45.960.910,30	10,86
PE	CACHOEIRINHA	26	310	8	5.671.642,82	23.559.417,82	24,07
PE	CALCADO	26	330	6	(2.936.941,48)	17.640.771,72	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	CALUMBI	26	340	5	222.341,41	12.468.183,67	1,78
PE	CAMUTANGA	26	360	3	5.283.121,30	19.757.164,33	26,74
PE	CANHOTINHO	29	370	2	4.102.348,19	30.648.096,32	13,38
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	26	392	6	(957.423,38)	17.217.711,87	-
PE	CARUARU	26	410	6	2.816.930,82	395.070.126,57	0,71
PE	CATENDE	26	420	5	14.515.832,01	45.429.056,91	31,95
PE	CFDRO	26	430	4	(2.923.309,82)	19.257.930,10	-
PE	CHA GRANDE	26	450	2	6.338.571,28	33.653.291,67	18,83
PE	CORRENTES	26	470	0	(3.308.326,03)	25.044.674,44	-
PE	CUPIRA	26	500	4	7.418.893,85	26.973.485,86	27,50
PE	CUSTODIA	26	510	3	12.901.498,00	46.353.527,00	27,83
PE	DORMENTES	26	515	2	7.173.038,10	28.145.765,90	25,49
PE	ESCADA	26	520	2	24.247.159,67	71.381.533,55	33,97
PE	EXU	26	530	1	(6.093.828,20)	42.013.034,40	-
PE	FEIRA NOVA	26	540	0	(171.115,51)	25.716.550,19	-
PE	FLORESTA	26	570	7	13.231.747,56	55.810.951,03	23,71
PE	GARANHUNS	26	600	2	7.872.966,37	169.281.335,79	4,65
PE	GLORIA DO GOITA	26	610	1	682.384,67	33.842.995,23	2,02
PE	GOIANA	26	620	0	42.500.666,68	105.798.906,79	40,17
PE	IATI	26	650	7	2.035.311,42	31.685.350,83	6,42
PE	IBIMIRIM	26	660	6	5.103.308,85	34.857.654,05	14,64
PE	INAJA	26	700	0	(1.287.719,31)	24.559.307,73	-
PE	IPOJUCA	26	720	8	(6.189.165,08)	417.953.936,48	-
PE	IPUBI	26	730	7	(1.818.615,20)	44.885.188,90	-
PE	ITAMBE	26	765	3	5.253.252,10	42.687.154,52	12,31
PE	ITAQUITINGA	26	780	2	10.900.324,04	35.357.575,17	29,98
PE	JABOATÃO DOS GUARARAPES	26	790	1	111.547.405,23	706.926.981,44	15,78
PE	JAQUEIRA	26	795	0	-	18.297.266,06	-
PE	JATAUBA	26	800	8	1.679.775,99	24.992.328,96	6,72
PE	JOÃO ALFREDO	26	810	7	5.682.765,24	37.042.111,63	15,34
PE	JOAQUIM NABUCO	26	820	6	(365.360,15)	27.062.244,47	-
PE	JUCATI	26	825	5	1.033.678,50	19.052.857,09	5,43
PE	JUPI	26	830	5	(1.837.877,82)	22.716.082,63	-
PE	JURÉMA	26	840	4	7.012.271,25	21.283.771,56	32,95
PE	LAGOA DO CARRO	26	845	3	10.375.513,28	21.178.020,44	48,99
PE	LAGOA DO ITAENGA	26	850	3	20.906.097,25	33.924.254,91	61,63
PE	LAGOA DO OURO	26	860	2	2.061.874,07	22.148.745,30	9,31
PE	LAGOA DOS GATOS	26	870	1	4.586.046,22	22.529.826,72	20,36
PE	LAJEDO	26	880	0	6.559.997,05	51.505.416,42	12,74
PE	LIMOEIRO	26	890	9	34.738.845,45	64.632.545,05	53,75
PE	MANARI	26	915	4	543.772,67	27.998.337,02	1,94
PE	MARAIAL	26	920	4	16.138.031,92	18.787.009,99	85,90
PE	MIRANDIBA	26	930	3	(3.521.655,55)	19.972.973,47	-
PE	MOREILANDIA	26	1430	3	(1.188.128,26)	20.112.993,53	-
PE	NAZARE DA MATA	26	950	1	26.304.829,19	33.062.024,50	79,56
PE	OLINDA	26	960	0	34.108.772,66	418.068.308,38	8,16
PE	OROCO	26	980	8	3.981.075,18	21.689.834,75	18,35
PE	OURICURI	26	990	7	24.139.833,63	81.356.927,10	29,67
PE	PALMARES	26	1000	4	5.997.054,73	93.169.345,02	6,44
PE	PALMEIRINA	26	1010	3	2.155.952,37	14.431.172,60	14,94
PE	PANELAS	26	1020	2	12.809.577,49	26.807.185,49	47,78
PE	PARANATAMA	26	1030	1	(3.803.992,12)	19.728.257,11	-
PE	PARNAMIRIM	26	1040	0	(5.706.610,98)	31.755.273,81	-
PE	PAUDALHO	26	1060	8	51.171.749,59	60.698.005,05	84,31
PE	PAULISTA	26	1070	7	59.940.572,19	264.264.538,97	22,68
PE	PESQUEIRA	26	1090	5	19.535.125,64	71.295.829,51	27,40
PE	PETROLANDIA	29	1100	2	(1.673.047,13)	72.924.301,70	-
PE	PETROLINA	29	1110	1	108.787.232,85	377.080.391,20	28,85
PE	RECIFE	26	1160	6	157.977.114,31	3.099.850.699,49	5,10
PE	RIACHO DAS ALMAS	26	1170	5	5.404.972,62	28.993.297,53	18,64
PE	RIBEIRAO	26	1180	4	18.601.998,86	50.173.269,52	37,08
PE	RIO FORMOSO	26	1190	3	16.869.701,86	38.996.492,35	43,26
PE	SAIRE	26	1200	0	12.115.058,89	20.015.209,51	60,53
PE	SALGUEIRO	26	1220	8	2.916.866,25	75.512.342,11	3,86
PE	SALOA	26	1230	7	2.959.243,47	23.918.056,46	12,37
PE	SANHARO	26	1240	6	-	27.494.354,40	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	26	1250	5	8.397.189,41	88.775.615,58	9,46
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	26	1260	4	5.586.006,52	53.395.631,01	10,46
PE	SÃO BENEDITO DO SUL	26	1290	1	5.619.687,06	19.163.041,92	29,33
PE	SÃO CAITANO	26	1310	7	10.642.129,58	39.368.420,63	27,03
PE	SÃO JOAQUIM DO MONTE	26	1330	5	6.148.950,22	30.747.272,83	20,00
PE	SÃO JOSÉ DO BELMONTE	26	1350	3	(394.962,00)	39.930.185,09	-
PE	SÃO LOURENÇO DA MATA	26	1370	1	20.876.434,51	100.719.015,65	20,73
PE	SERRA TALHADA	26	1390	9	18.637.007,01	100.896.088,11	18,47
PE	SIRINHAEM	26	1420	4	21.405.037,74	48.708.846,70	43,94
PE	SOLIDÃO	26	1440	2	1.682.220,28	12.861.434,29	13,08
PE	SURUBIM	26	1450	1	(2.642.242,13)	62.450.955,64	-
PE	TABIRA	26	1460	0	739.473,93	32.133.287,64	2,30
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	26	1500	3	16.857.980,07	29.733.071,62	56,70
PE	TEREZINHA	26	1510	2	76.712,94	12.824.632,77	0,60
PE	TERRA NOVA	26	1520	1	(3.720.872,41)	15.668.233,20	-
PE	TIMBAUBA	26	1530	0	21.999.636,46	72.587.575,29	30,31
PE	TORITAMA	26	1540	9	382.311,13	39.843.686,57	0,96
PE	TRACUNHAEM	26	1550	8	8.513.115,64	15.295.651,22	55,66
PE	TUPANATINGA	26	1580	5	1.128.247,68	39.454.313,44	2,86
PE	VERTENTES	26	1620	9	(1.268.903,49)	27.276.959,98	-
PE	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	26	1640	7	19.797.757,83	157.163.528,82	12,60
PE	XEXEU	26	1650	6	15.554.857,47	23.192.468,02	67,07
PR	BOCAIÚVA DO SUL	41	310	7	(178.804,69)	20.832.634,21	-
PR	CAMBE	41	370	1	(14.799.716,00)	128.919.973,00	-
PR	CAMPO MOURÃO	41	430	3	15.602,40	150.433.535,22	0,01
PR	CASTRO	41	490	7	5.020.627,28	110.830.017,54	4,53
PR	CURITIBA	41	690	2	309.319.341,49	5.076.599.863,95	6,09
PR	FOZ DO IGUAÇU	41	830	4	86.372.000,45	493.858.960,23	17,49
PR	GUARATUBA	41	960	9	33.828.211,79	72.499.541,83	46,66
PR	IBAITI	41	970	8	287.319,79	34.053.724,55	0,84
PR	IRATI	41	1070	6	517.422,12	75.940.442,56	0,68
PR	MANGUEIRINHA	41	1440	1	7.791.777,54	40.214.807,10	19,38
PR	PARANAGUA	41	1820	4	30.279.803,59	237.681.627,11	12,74
PR	PATO BRANCO	41	1850	1	3.530.333,35	148.199.620,71	2,38
PR	PINHAIS	41	1915	2	(22.107.892,75)	201.739.282,09	-
PR	RANCHO ALEGRE	41	2130	7	(437.537,20)	9.254.348,07	-
PR	SALTO DO ITARARE	41	2290	9	-	9.111.081,54	-
PR	SENSES	41	2630	6	(1.912.242,78)	28.278.365,15	-
PR	TOLEDO	41	2770	0	4.597.335,46	216.761.114,89	2,12
RJ	ANGRA DOS REIS	33	10	0	35.034.024,50	761.816.911,00	4,60
RJ	AREAL	33	22	5	15.296.524,40	39.099.718,70	39,12
RJ	ARMACÃO DOS BUZIOS	33	23	3	(4.560.791,20)	189.799.438,10	-
RJ	BARRA DO PIRAI	33	30	8	7.013.325,20	161.031.572,70	4,36
RJ	BARRA MANSÁ	33	40	7	28.018.760,50	325.233.055,30	8,61
RJ	DUQUE DE CAXIAS	33	170	2	131.139.036,70	1.458.487.612,40	8,99
RJ	ITABORAÍ	33	190	0	(129.381.652,80)	491.406.455,40	-
RJ	MARICÁ	33	270	0	(73.182.254,00)	266.779.236,00	-
RJ	MESQUITA	33	285	8	(61.981.214,70)	168.600.761,10	-
RJ	NOVA IGUAÇU	33	350	0	123.785.241,20	773.434.975,30	16,00
RJ	PETROPOLIS	33	390	6	5.610.907,80	640.857.310,80	0,88
RJ	RESENDE	33	420	1	93.109.863,70	341.074.066,60	27,30
RJ	RIO DE JANEIRO	33	455	7	8.687.009.248,55	16.042.062.267,07	54,15
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	33	510	9	(29.805.511,80)	404.838.144,50	-
RJ	SAPUCAIA	33	540	6	(2.422.497,20)	48.601.247,30	-
RJ	SAQUAREMA	33	550	5	18.039.697,60	138.594.755,50	13,02
RJ	TERESÓPOLIS	33	580	2	(1.914.263,40)	312.169.423,70	-
RN	ACU	24	20	8	(2.126.504,40)	69.375.478,23	-
RN	CAICÓ	24	200	6	7.061.544,24	76.744.293,50	9,20
RN	MOSSORÓ	24	800	3	35.199.228,42	403.778.872,40	8,72
RN	NATAL	24	810	2	189.269.362,23	1.288.992.434,71	14,69
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	11	37	9	(2.114.757,70)	21.254.547,85	-
RO	CAÇÓAL	11	4	9	(1.380.626,13)	114.722.002,94	-
RO	CEREJEIRAS	11	5	6	(8.659.867,37)	27.022.968,95	-
RO	CORUMBIAÍRA	11	7	2	(294.980,61)	18.692.647,03	-
RO	ITAPUA DO OESTE	11	110	4	(619.846,23)	15.987.496,22	-
RO	JARU	11	11	4	18.423.178,77	80.083.694,55	23,00

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RO	JI-PARANA	11	12	2	(355.168,59)	154.880.935,35	-
RO	NOVA MAMORE	11	33	8	655.638,96	31.480.658,95	2,08
RO	PIMENTA BUENO	11	18	9	-	49.887.044,99	-
RO	PORTO VELHO	11	20	5	(88.549.695,72)	825.431.961,80	-
RO	PRESIDENTE MEDICI	11	25	4	3.152.760,10	29.529.638,34	10,68
RO	VILHENA	11	30	4	(3.365.528,54)	136.540.311,79	-
RS	ALTO ALEGRE	43	55	4	1.542.093,56	11.057.271,07	13,95
RS	ALVORADA	43	60	4	22.135.710,78	190.762.219,26	11,60
RS	BAGE	43	160	2	13.668.446,61	195.637.242,76	6,99
RS	BENTO GONCALVES	43	210	5	645.458,50	268.922.644,23	0,24
RS	CACAPAVA DO SUL	43	280	8	(651.421,12)	48.315.210,08	-
RS	CACHOEIRA DO SUL	43	300	4	1.620.145,49	127.742.152,31	1,27
RS	CAMAQUA	43	350	9	1.623.312,72	85.602.829,64	1,90
RS	CAMPO BOM	43	390	5	5.462.114,75	134.367.675,93	4,07
RS	CANGUCU	43	450	7	(985.418,92)	83.298.491,25	-
RS	CANDAS	43	460	6	45.139.492,36	783.409.460,72	5,76
RS	CAPAO BONITO DO SUL	43	462	2	-	9.139.669,19	-
RS	CARAZINHO	43	470	5	(1.228.765,02)	102.014.429,34	-
RS	CARLOS GOMES	43	485	3	47.044,76	6.951.462,66	0,68
RS	CAXIAS DO SUL	43	510	8	107.228.100,07	1.060.730.500,09	10,11
RS	CHIAPETTA	43	540	5	1.587.423,40	12.152.010,07	13,06
RS	CRISTAL DO SUL	43	607	2	62.587,70	7.963.039,95	0,79
RS	CRUZ ALTA	43	610	6	(3.425.056,76)	89.302.410,01	-
RS	ERECHIM	43	700	5	(16.145.229,46)	153.211.431,04	-
RS	ESTEIO	43	770	8	-	138.312.568,81	-
RS	FARROUPILHA	43	790	6	(7.898.404,31)	141.667.704,32	-
RS	FAXINAL DO SOTURNO	43	800	3	376.020,79	11.403.563,76	3,30
RS	GRAVATAI	43	920	9	298.824.178,12	416.518.552,73	71,74
RS	GUAIBA	43	930	8	20.333.840,60	155.082.204,03	13,11
RS	IJUI	43	1020	7	(24.708.514,04)	180.690.651,35	-
RS	IMBE	43	1033	0	24.657.780,84	50.682.624,54	48,65
RS	ITAQUI	43	1060	3	(3.702.012,23)	72.719.748,72	-
RS	LAJEADO	43	1140	3	(34.033.061,56)	133.767.357,23	-
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	43	1220	3	(151.276,24)	10.519.324,98	-
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	43	1237	7	(1.153.466,57)	12.990.504,90	-
RS	MONTENEGRO	43	1240	1	54.515.374,24	101.473.060,10	53,72
RS	NOVA SANTA RITA	43	1337	5	(992.332,09)	47.944.321,34	-
RS	NOVO HAMBURGO	43	1340	9	(13.820.709,89)	529.029.268,57	-
RS	PAROBE	43	1405	0	9.360.349,33	76.853.502,10	12,18
RS	PASSO FUNDO	43	1410	0	(41.603.364,28)	322.130.900,64	-
RS	PEDRO OSORIO	43	1420	9	(709.367,21)	12.978.987,42	-
RS	PELOTAS	43	1440	7	136.749.725,99	489.112.085,42	27,96
RS	PINHEIRO MACHADO	43	1450	6	612.841,88	25.507.718,50	2,40
RS	PORTAO	43	1480	3	9.940.801,86	59.844.237,91	16,61
RS	RIO GRANDE	43	1560	2	(53.326.269,87)	383.816.134,01	-
RS	RIOZINHO	43	1575	0	582.161,33	12.368.547,36	4,71
RS	ROLANTE	43	1600	6	(1.413.590,78)	29.938.584,63	-
RS	SANTA CRUZ DO SUL	43	1680	8	49.245.651,64	255.986.762,84	19,24
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	43	1697	2	(351.003,25)	9.563.619,50	-
RS	SANTA MARIA	43	1690	7	(117.978.092,10)	307.654.208,47	-
RS	SANTA ROSA	43	1720	2	(13.871.872,99)	155.520.662,57	-
RS	SANTO ANGELO	43	1750	9	(6.122.349,51)	98.850.575,68	-
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	43	1770	7	1.801.016,85	20.961.403,48	8,59
RS	SÃO BORJA	43	1800	2	(2.500.673,25)	113.232.224,39	-
RS	SÃO GABRIEL	43	1830	9	3.321.279,00	84.696.754,00	3,92
RS	SÃO JOAO DA URTIGA	43	1842	4	(1.409.931,45)	11.570.829,98	-
RS	SÃO LEOPOLDO	43	1870	5	187.942.957,85	443.778.518,75	42,35
RS	SAPIRANGA	43	1890	1	(19.277.405,44)	125.826.024,19	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	43	2000	8	12.827.673,77	215.122.951,17	5,96
RS	SOLEDADE	43	2080	0	1.160.201,89	43.685.947,19	2,66
RS	TAQUARA	43	2120	4	7.492.150,81	76.115.723,23	9,84
RS	TAQUARI	43	2130	3	3.647.757,21	33.226.060,03	10,98
RS	TORRES	43	2150	1	12.787.871,05	74.750.781,28	17,11
RS	URUGUAIANA	43	2240	0	76.181.829,48	157.826.718,11	48,27
RS	VACARIA	43	2250	9	(2.102.659,75)	107.225.368,91	-
RS	VENANCIO AIRES	43	2260	8	(16.351.511,73)	99.910.131,04	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	VIAMAO	43	2300	2	84.274.082,67	211.084.833,24	39,92
RS	VILA FLORES	43	2330	9	1.026.575,59	12.722.575,25	8,07
SC	APIUNA	42	125	7	186.865,89	21.558.992,04	0,87
SC	ARARANGUA	42	140	6	75.526,51	90.547.211,80	0,08
SC	BALNEARIO CAMBORIU	42	200	8	(69.837.238,29)	407.160.175,16	-
SC	BIGUACU	42	230	5	4.316.580,97	105.074.960,86	4,11
SC	BOTUVERA	42	270	1	(710.254,57)	10.860.600,40	-
SC	BRUSQUE	42	290	9	37.800.039,68	220.329.425,28	17,07
SC	CACADOR	42	300	6	(2.972.068,07)	117.468.244,03	-
SC	CAMBORIU	42	320	4	(576.898,30)	103.402.909,43	-
SC	CANOINHAS	42	380	8	(513.650,45)	84.778.845,45	-
SC	CONCORDIA	42	430	1	(11.385.029,96)	143.362.362,54	-
SC	CORONEL MARTINS	42	445	9	90.793,27	8.292.254,59	1,09
SC	CRICIUMA	42	460	8	67.268.839,68	389.188.010,05	17,28
SC	ERMO	42	519	1	(231.835,76)	8.054.641,48	-
SC	FLORIANOPOLIS	42	540	7	321.780.341,42	955.152.888,73	33,69
SC	GALVAO	42	560	5	492.667,74	9.248.544,90	5,33
SC	GASPAR	42	590	2	(11.737.597,87)	114.928.223,59	-
SC	GRAO PARA	42	610	6	1.596.236,03	12.683.073,03	12,59
SC	HERVAL D'OESTE	42	670	2	(4.164.709,38)	37.062.268,82	-
SC	IBIAM	42	675	1	(19.401,29)	8.455.787,87	-
SC	INDAIAL	42	750	2	2.829.234,42	112.489.614,73	2,52
SC	ITAPOA	42	845	0	(5.444.588,29)	50.635.551,57	-
SC	JACUARUNA	42	880	7	2.326.207,00	29.655.312,00	7,84
SC	JOACABA	42	900	3	(12.308.065,50)	82.504.601,48	-
SC	JOINVILLE	42	910	2	493.715.186,46	1.211.867.282,80	40,74
SC	LAGUNA	42	940	9	(3.913.054,83)	72.222.569,95	-
SC	LEBON REGIS	42	970	6	(257.636,10)	18.416.933,21	-
SC	LUZERNA	42	1003	5	(2.424.832,18)	13.275.546,22	-
SC	MAFRA	42	1010	0	6.250.704,64	88.148.075,34	7,09
SC	NAVEGANTES	42	1130	6	3.345.763,63	135.700.641,93	2,47
SC	PALHOCA	42	1190	0	(32.210.335,60)	221.425.853,79	-
SC	PETROLANDIA	42	1270	0	(595.385,85)	12.298.924,80	-
SC	RIO DO SUL	42	1480	5	6.120.143,72	160.340.209,91	3,82
SC	RIO NEGRINHO	42	1500	0	2.134.317,96	82.178.739,12	2,60
SC	SALETE	42	1530	7	(206.705,40)	14.407.722,17	-
SC	SAO BENTO DO SUL	42	1580	2	16.679.834,46	187.727.162,93	8,89
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	42	1620	6	(7.158.780,32)	162.718.952,24	-
SC	TAIO	42	1780	8	(4.218.018,83)	33.471.139,48	-
SC	TREZE TILIAS	42	1850	9	(3.247.500,91)	18.347.012,06	-
SC	TUBARAO	42	1870	7	6.038.022,80	157.893.101,92	3,82
SC	TURVO	42	1880	6	(4.391.778,01)	24.945.522,73	-
SC	VIDAL RAMOS	42	1920	0	(440.050,66)	15.304.718,03	-
SC	XANXERE	42	1950	7	(5.126.724,72)	74.767.610,42	-
SE	ARACAJU	28	30	8	95.457.723,86	1.129.825.543,54	8,45
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	28	450	8	(7.971.307,62)	42.225.354,61	-
SP	ADAMANTINA	35	10	5	(4.362.169,35)	63.141.195,66	-
SP	AGUAI	35	30	3	796.801,24	57.346.700,78	1,39
SP	AGUAS DA PRATA	35	40	2	(3.809.183,91)	18.578.985,34	-
SP	AGUAS DE LINDOIA	35	50	1	(1.857.399,00)	47.056.402,00	-
SP	ALAMBARI	35	75	8	-	12.450.111,50	-
SP	ALTINOPOLIS	35	100	4	578.080,70	43.885.379,17	1,32
SP	ALUMINIO	35	115	2	3.094.312,23	54.000.090,81	5,73
SP	AMPARO	35	190	5	(11.217.118,73)	166.072.193,45	-
SP	ARACOIABA DA SERRA	35	290	3	4.311.077,90	57.665.029,74	7,48
SP	ARANDU	35	310	9	411.703,96	17.023.252,49	2,42
SP	ARARAQUARA	35	320	8	14.493.738,46	497.049.127,00	2,92
SP	ARARAS	35	330	7	(42.137.169,04)	306.448.507,25	-
SP	ASSIS	35	400	6	14.704.288,72	172.333.646,41	8,53
SP	AVANHANDAVA	35	440	4	1.560.691,38	22.625.649,86	6,90
SP	AVARE	35	450	3	15.853.304,00	168.919.803,00	9,39
SP	BARAO DE ANTONINA	35	500	5	(1.043.930,31)	10.481.196,98	-
SP	BARUERI	35	570	8	(538.543.634,25)	1.704.529.535,91	-
SP	BASTOS	35	580	7	34.623,52	36.320.210,61	0,10
SP	BAURU	35	600	3	166.995.391,62	688.408.404,61	24,26
SP	BIRIGUI	35	650	8	(8.085.193,48)	208.256.017,38	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCU/RCL)

SP	BIRITIBA MIRIM	35	660	7	4.308.526,51	42.913.908,78	10,04
SP	BOM SUCESSO DE ITARARE	35	715	9	39.001,00	10.367.053,00	0,38
SP	BORACEIA	35	730	8	(1.054.384,09)	1.700.364,09	-
SP	BORBOREMA	35	740	7	4.482.378,96	30.156.549,09	14,86
SP	BREJO ALEGRE	35	775	3	(1.617.699,73)	13.860.417,54	-
SP	BRODOWSKI	35	780	3	20.635.310,62	45.401.206,74	45,89
SP	BURITAMA	35	810	8	986.778,26	40.385.757,09	2,44
SP	BURITIZAL	35	820	7	-	18.383.352,52	-
SP	CAIABU	35	890	0	85.639,12	12.224.381,92	0,70
SP	CAEIRAS	35	900	7	(15.269.365,40)	165.093.246,26	-
SP	CAIUA	35	910	6	19.749.932,24	17.582.077,71	112,33
SP	CAJATI	35	925	4	(5.993.975,95)	65.201.717,22	-
SP	CAJOBI	35	930	4	2.694.805,06	20.295.350,56	13,28
SP	CAJURU	35	940	3	(692.372,19)	42.570.037,24	-
SP	CAMPINAS	35	950	2	1.280.611.750,98	2.838.159.684,59	45,12
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	35	960	1	17.368.629,09	132.081.947,05	13,15
SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	35	980	9	308.006,33	13.712.605,63	2,25
SP	CAPO BONITO	35	1020	3	16.404.361,19	82.143.435,77	19,97
SP	CAPELA DO ALTO	35	1030	2	893.733,10	34.979.207,75	2,56
SP	CARAPICUIBA	35	1080	9	74.479.511,35	348.329.950,14	21,38
SP	CASTILHO	35	1100	3	-	66.136.687,11	-
SP	CERQUEIRA CESAR	35	1140	9	3.202.192,95	38.865.625,99	8,24
SP	CHARQUEADA	35	1170	6	(1.246.385,89)	31.030.029,01	-
SP	CONCHAL	35	1220	9	5.867.424,71	58.546.542,63	10,02
SP	CONCHAS	35	1230	8	1.344.985,44	33.825.272,19	3,98
SP	CORDEIROPOLIS	35	1240	7	5.727.471,79	86.783.827,36	6,60
SP	CORONEL MACEDO	35	1260	5	17.378.542,06	13.085.933,26	132,80
SP	CORUMBATAI	35	1270	4	29.452,00	15.901.708,00	0,19
SP	COSMOPOLIS	35	1280	3	43.334.142,41	117.387.876,72	36,92
SP	COSMORAMA	35	1290	2	578.463,80	19.227.375,94	3,01
SP	CRUZALIA	35	1330	6	489.347,88	11.092.972,20	4,41
SP	CUBATAO	35	1350	4	-	709.484.115,24	-
SP	DOBRADA	35	1400	7	1.272.058,80	13.146.430,23	9,68
SP	DOURADO	35	1430	4	(2.201.073,74)	17.283.099,12	-
SP	EMBU	35	1500	4	33.654.519,13	364.319.882,55	9,24
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	35	1518	6	(4.693.986,02)	71.566.270,01	-
SP	ESPIRITO SANTO DO TURVO	35	1519	4	-	14.336.723,39	-
SP	FERNANDO PRESTES	35	1560	8	(782.039,23)	14.711.800,26	-
SP	FERNANDOPOLIS	35	1550	9	(8.810.618,98)	107.536.070,55	-
SP	FRANCA	35	1620	0	(72.977.503,85)	436.402.576,42	-
SP	GENERAL SALGADO	35	1690	3	52.947.539,97	25.339.498,98	209,95
SP	GLICERIO	35	1710	9	861.119,97	13.873.979,15	6,21
SP	GUAIRA	35	1740	6	5.281.547,44	115.640.039,05	4,57
SP	GUAPIACU	35	1750	5	(1.802.592,43)	43.180.077,88	-
SP	GUARACI	35	1790	1	4.435.923,18	31.574.193,80	14,05
SP	GUARAREMA	35	1830	5	(10.113.901,09)	158.630.165,55	-
SP	GUARATINGUETA	35	1840	4	60.407.295,50	219.196.040,46	27,56
SP	GUARUJA	35	1870	1	494.603.549,71	839.814.314,42	58,89
SP	GUARULHOS	35	1880	0	1.857.469.109,40	2.597.166.293,60	71,52
SP	HORTOLANDIA	35	1907	1	(244.659.913,56)	489.737.034,86	-
SP	ILHABELA	35	2040	0	(13.385.170,70)	145.946.274,80	-
SP	INDAIA TUBA	35	2050	9	(733.475.222,63)	663.936.018,41	-
SP	INUBIA PAULISTA	35	2080	6	(1.109.422,61)	10.743.809,38	-
SP	IPAUSSU	35	2090	5	59.435,61	33.782.101,95	0,18
SP	IPEUNA	35	2110	1	(2.602.765,44)	20.997.863,76	-
SP	IPIGUA	35	2115	0	1.134.116,20	11.827.649,77	9,59
SP	IPORANGA	35	2120	0	3.075.032,57	14.797.270,41	20,78
SP	IPIUA	35	2130	9	(506.143,55)	36.287.735,42	-
SP	ITABERA	35	2170	5	(1.452.149,89)	31.011.003,03	-
SP	ITAI	35	2180	4	(23.303.225,32)	52.939.915,69	-
SP	ITAJOBI	35	2190	3	551.530,61	35.825.658,62	1,54
SP	ITAPECERICA DA SERRA	35	2220	8	(29.410.115,06)	266.398.391,50	-
SP	ITAPETININGA	35	2230	7	62.380.154,75	277.830.977,70	22,45
SP	ITAPEVA	35	2240	6	40.168.847,68	190.779.507,57	21,06
SP	ITAPORANGA	35	2280	2	(1.676.609,28)	25.481.556,67	-
SP	ITARARE	35	2320	6	10.326.480,21	81.654.809,63	12,62

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	ITATIBA	35	2340	4	(14.150.407,28)	232.355.903,22	-
SP	ITIRAPINA	35	2350	2	1.434.865,89	41.523.653,62	3,46
SP	ITU	35	2390	9	66.591.587,72	373.277.511,73	17,84
SP	ITUPEVA	35	2400	8	8.855.994,96	142.781.880,47	4,80
SP	JABOTICABAL	35	2430	3	(43.732.725,12)	158.432.505,92	-
SP	JACAREI	35	2440	2	18.088.804,35	488.215.792,18	3,71
SP	JACUPIRANGA	35	2460	0	4.322.021,83	30.411.207,47	14,21
SP	JARDINOPOLIS	35	2510	2	(3.216.775,09)	82.653.257,66	-
SP	JUNDIAI	35	2590	4	197.150.871,15	1.258.904.596,33	15,66
SP	LEME	35	2670	4	29.960.515,52	190.141.169,68	15,76
SP	LENCOIS PAULISTA	35	2680	3	(13.695.040,40)	168.947.894,92	-
SP	LINS	35	2710	8	12.775.954,33	129.609.577,57	9,86
SP	LOUVEIRA	35	2730	6	(196.401.998,32)	279.253.342,28	-
SP	LUCIANOPOLIS	35	2750	4	(589.625,87)	9.844.893,37	-
SP	MAIRIPORA	35	2850	2	(13.982.530,41)	154.280.037,66	-
SP	MARACAI	35	2880	9	(1.105.694,52)	31.708.604,07	-
SP	MARIAPOLIS	35	2890	8	(1.785.049,56)	10.082.537,07	-
SP	MARILIA	35	2900	5	140.216.496,21	496.138.527,12	28,26
SP	MARTINOPOLIS	35	2920	3	14.522.954,93	48.892.934,18	29,70
SP	MATAO	35	2930	2	52.168.846,12	145.419.998,50	35,87
SP	MINEIROS DO TIETE	35	2980	7	4.384.606,00	19.825.515,90	22,12
SP	MOGI DAS CRUZES	35	3060	7	16.275.379,09	815.695.701,95	2,00
SP	MOJI MIRIM	35	3080	5	11.381.770,15	228.765.394,58	4,98
SP	NHANDEARA	35	3260	3	(29.063,03)	22.590.160,30	-
SP	NOVA GUATAPORANCA	35	3310	6	(1.752.509,33)	8.940.785,73	-
SP	NOVA ODESSA	35	3340	3	(2.824.564,78)	117.222.400,53	-
SP	ORINDIUVÁ	35	3420	3	(2.283.572,89)	20.248.981,47	-
SP	OSASCO	35	3440	1	957.419.347,00	1.416.757.659,00	67,58
SP	PACAEMBU	35	3490	6	1.731.518,68	23.865.060,04	7,26
SP	PALMITAL	35	3530	9	(3.876.902,29)	49.505.181,84	-
SP	PEDERNEIRAS	35	3670	3	(13.526.226,85)	81.923.598,28	-
SP	PEDRANOPOLIS	35	3690	1	(344.169,72)	10.319.912,16	-
SP	PEDREIRA	35	3710	7	9.185.767,39	94.628.158,23	9,71
SP	PEDRO DE TOLEDO	35	3720	6	(865.671,31)	23.154.373,33	-
SP	PENAPOLIS	35	3730	5	42.735.658,81	125.981.545,04	33,92
SP	PIEDADE	35	3780	0	1.049.425,73	71.059.934,58	1,48
SP	PINDAMONHANGABA	35	3800	6	(51.215.176,79)	319.958.739,43	-
SP	PIQUEROBI	35	3830	3	99.160,00	12.602.873,00	0,79
SP	PIQUETE	35	3850	1	514.723,69	18.715.924,81	2,75
SP	PIRACICABA	35	3870	9	(26.896.082,99)	918.949.319,97	-
SP	PITANGUEIRAS	35	3950	9	10.111.355,42	73.487.969,20	13,76
SP	PLATINA	35	3970	7	-	11.967.340,93	-
SP	POA	35	3980	6	(5.116.134,01)	262.946.793,88	-
SP	PORTO FERREIRA	35	4070	5	26.160.074,69	113.748.002,49	23,00
SP	POTIM	35	4075	4	1.913.501,14	31.502.564,58	6,07
SP	PRACINHA	35	4085	3	-	8.072.254,74	-
SP	PRAIA GRANDE	35	4100	0	132.316.919,14	782.132.435,64	16,92
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	35	4140	6	41.327.511,74	410.589.109,56	10,07
SP	PROMISSAO	35	4160	4	(2.807.734,76)	71.980.938,60	-
SP	RANCHARIA	35	4220	6	(2.840.841,43)	61.345.638,59	-
SP	REGINOPOLIS	35	4250	3	37.547,03	16.878.115,89	0,23
SP	RIBEIRAO BONITO	35	4290	9	(3.858.066,04)	26.190.430,88	-
SP	RIBEIRAO PIRES	35	4330	3	36.674.357,14	185.241.989,18	19,80
SP	RIBEIRAO PRETO	35	4340	2	595.636.332,15	1.426.488.511,25	41,76
SP	RIO DAS PEDRAS	35	4400	4	12.911.849,54	76.106.081,06	16,97
SP	RIO GRANDE DA SERRA	35	4410	3	26.140.583,60	50.597.218,40	51,66
SP	RIOLANDIA	35	4420	2	(1.536.568,10)	24.331.253,83	-
SP	RIVERSUL	35	4350	1	5.164.990,98	12.205.874,35	42,32
SP	ROSEIRA	35	4430	1	4.260.510,38	20.249.907,79	21,04
SP	SALTO	35	4520	9	18.713.125,42	194.857.990,72	9,60
SP	SANTA BARBARA D'OESTE	35	4580	3	15.835.460,97	315.144.069,40	5,02
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	35	4520	7	(437.760,00)	14.374.929,00	-
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	35	4540	5	1.864.811,78	84.570.847,48	2,20
SP	SANTA ISABEL	35	4680	1	(9.715.243,38)	103.320.975,97	-
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	35	4760	1	21.382.341,78	42.842.503,09	49,91
SP	SANTANA DE PARNAIBA	35	4730	4	19.538.772,51	520.065.450,40	3,76

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	SANTO ANASTACIO	35	4770	0	-	33.274.349,40	-
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	35	4790	8	249.377,81	15.126.134,02	1,65
SP	SAO BENTO DO SAPUCAI	35	4860	9	(1.013.098,46)	19.347.291,76	-
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	35	4870	8	689.744.532,01	2.579.056.077,15	26,74
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	35	4910	2	(84.775.344,17)	186.327.359,77	-
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	35	4925	0	(6.200.026,12)	11.266.595,00	-
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	35	4940	9	7.139.992,21	85.781.272,20	8,32
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	35	4980	5	42.090.583,44	929.908.461,69	4,53
SP	SAO MANUEL	35	5010	0	(32.191.940,89)	79.705.437,82	-
SP	SAO PAULO	35	5030	8	63.083.408.915,88	31.572.359.127,12	199,81
SP	SAO PEDRO DO TURVO	35	5050	6	(800.171,49)	18.036.211,08	-
SP	SAO VICENTE	35	5100	9	438.261.601,61	599.206.415,07	73,14
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	35	5130	6	(216.968,44)	18.103.804,10	-
SP	TAGUAI	35	5300	5	(1.269.925,45)	20.292.381,00	-
SP	TAIUVA	35	5320	3	1.468.528,00	12.989.397,00	11,31
SP	TAMBAU	35	5330	2	2.209.220,08	52.807.850,10	4,18
SP	TAPIRAI	35	5350	0	510.371,14	17.497.060,86	2,92
SP	TAQUARITUBA	35	5380	7	-	41.727.306,95	-
SP	TARUMA	35	5395	5	159.559,30	39.312.334,22	0,41
SP	TAUGATE	35	5410	2	13.271.883,17	655.930.939,41	2,02
SP	TIETE	35	5450	8	2.799.950,56	92.465.934,74	3,03
SP	TUPA	35	5500	0	51.000,90	101.609.658,56	0,05
SP	TUPI PAULISTA	35	5510	9	-	26.840.846,57	-
SP	UBATUBA	35	5540	6	7.460.122,88	225.840.719,92	3,30
SP	UCHOA	35	5560	4	59.019,34	22.716.300,81	0,26
SP	UNIAO PAULISTA	35	5570	3	(1.832.648,36)	9.750.149,84	-
SP	URU	35	5590	1	(315.342,35)	8.559.752,77	-
SP	URUPES	35	5600	8	-	25.438.306,87	-
SP	VALENTIM GENTIL	35	5610	7	(1.245.378,70)	24.042.540,44	-
SP	VALINHOS	35	5620	6	286.419.279,71	318.997.731,53	89,79
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	35	5690	9	(4.050.561,78)	19.494.673,14	-
SP	VOTUPORANGA	35	5710	5	(302.154,76)	162.079.569,05	-
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	17	625	8	-	7.013.050,62	-
TO	GURUPI	17	950	0	9.815.831,61	90.675.149,21	10,83

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

DCLRCL - RGF 2º Semestre de 2012
data-base 31/12/2012

Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes que optaram por divulgar semestralmente o Relatório de Gestão Fiscal, nos termos do artigo 63 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Dados extraídos dos Relatórios de Gestão Fiscal homologados no SISTN

Posição: 18/3/2013

UF	Nome do Município	Cód IBGE Estado	Cód IBGE Município	DV IBGE Município	DCL 1º Semestre 2012	RCL 1º Semestre 2012	DCL/RCL
BA	TAPEROA	29	3120	2	3.189.798,77	31.442.241,49	10,14
BA	PILAO ARCADEO	29	2440	5	(542.801,73)	54.077.528,82	-
BA	NILO PECANHA	29	2280	7	10.183.281,62	24.857.916,14	40,97
BA	ABAIRA	29	10	8	9.236.588,72	18.210.169,58	50,72
BA	ITIUBA	29	1700	3	3.724.087,00	49.375.889,19	7,54
CE	GUAIUBA	23	495	4	185.127,55	33.273.248,14	0,56
CE	MAURITI	23	810	4	2.826.856,08	58.637.280,92	4,82
CE	VARJOTA	23	1395	5	1.669.733,70	27.211.063,96	6,14
CE	ARARENDA	23	125	7	979.343,07	18.578.300,72	5,27
CE	URUOCA	23	1390	6	-	19.810.811,06	-
CE	UBAJARA	23	1360	9	4.562.893,57	43.650.237,91	10,45
CE	MERUOCA	23	820	3	(659.807,53)	23.189.848,85	-
ES	MUQUI	32	380	9	(851.626,47)	27.960.842,40	-
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	32	506	9	-	46.854.621,27	-
ES	VARGEM ALTA	32	503	6	(2.997.411,41)	46.794.709,84	-
ES	SÃO JOSÉ DO CALCADO	32	480	7	(4.950.205,64)	25.595.198,49	-
ES	SÃO GABRIEL DA PALHA	32	470	8	(9.353.711,38)	57.747.345,72	-
ES	MARATAIZES	32	332	0	(23.948.402,00)	110.498.107,00	-
ES	SANTA TERESA	32	460	9	(1.095.403,01)	54.657.023,18	-
ES	MANTENOPOLIS	32	330	4	1.195.700,56	28.904.216,90	4,14
ES	JERONIMO MONTEIRO	32	310	6	(3.801.325,67)	27.704.884,40	-
ES	ALEGRE	32	20	1	6.069.316,52	59.550.033,65	10,19
ES	SÃO DOMINGOS DO NORTE	32	465	8	(1.825.708,83)	21.940.004,59	-
ES	AFONSO CLAUDIO	32	10	2	(8.173.586,26)	59.095.963,02	-
ES	CONCEIÇÃO DO CASTELO	32	170	4	(2.881.845,94)	29.547.736,59	-
ES	BAIXO GUANDU	32	80	5	(5.264.849,81)	57.063.775,19	-
ES	CASTELO	32	140	7	(9.441.957,46)	68.895.299,44	-
GO	ABADIANIA	52	10	0	7.871.978,85	23.093.743,26	34,09
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	52	485	4	(635.446,39)	11.650.331,05	-
GO	PIRACANJUBA	52	1710	4	12.231.596,53	43.522.256,62	28,10
MG	SERRANIA	31	6690	7	14.544,06	13.869.062,76	0,10
MG	SERTINGA	31	6640	2	273.811,09	7.579.578,10	3,61
MG	TURVOLANDIA	31	6880	2	439.144,50	9.444.785,90	4,65
MG	TIRADENTES	31	6880	4	(1.651.145,67)	14.172.844,14	-
MG	SILVEIRANIA	31	6730	1	1.230.748,18	7.523.128,57	16,36
MG	UNIAO DE MINAS	31	7043	8	2.983.955,69	11.948.370,98	24,97
MG	SERICITA	31	6630	3	484.193,45	10.749.852,96	4,50
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	31	6620	4	733.428,80	11.549.634,06	6,35
MG	VARGEM BONITA	31	7060	2	2.465.602,12	8.567.959,13	28,78
MG	FREI GASPAR	31	2680	2	2.308.187,32	11.877.234,27	19,43
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	31	2070	6	2.945.029,42	12.277.345,56	23,99
MG	ITAOMBIM	31	3330	3	(5.055.769,37)	27.116.897,00	-
MG	ITAMOGI	31	3290	9	2.267.971,92	15.726.139,55	14,42
MG	INCONFIDENTES	31	3060	6	(105.087,46)	11.168.080,64	-
MG	ILICINEA	31	3050	7	3.211.790,08	15.699.521,39	19,23
MG	IBIRACI	31	2970	7	(3.871.448,77)	23.488.683,20	-
MG	GURINHATA	31	2910	3	-	13.508.717,64	-
MG	RIO DOCE	31	5500	9	363.115,90	9.059.686,99	4,01
MG	GUARANESIA	31	2830	3	(4.621.086,31)	30.083.987,98	-
MG	ITAPEVA	31	3360	0	4.676.107,97	17.169.819,79	27,23
MG	FRANCISCO BADARO	31	2650	5	938.446,03	12.370.023,29	7,59
MG	FERROS	31	2590	3	365.573,83	14.388.762,56	2,54
MG	EWBANK DA CAMARA	31	2500	2	-	8.265.245,78	-
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	31	2440	1	685.559,26	9.495.040,22	7,22
MG	DOURADOQUARA	31	2350	2	2.455.725,65	9.098.757,50	26,99
MG	DOM VICOSO	31	2280	1	415.808,31	7.264.077,63	5,72
MG	DOM SILVERIO	31	2270	2	(553.606,50)	9.725.305,21	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	31	4280	9	4.582.153,71	38.565.426,37	11,88
MG	GUIMARÃES	31	2890	7	-	12.169.863,73	-
MG	LAGOA FORMOSA	31	3750	2	3.470.095,79	27.661.116,24	12,55
MG	MONTALVANIA	31	4270	0	(2.501.111,91)	18.834.397,00	-
MG	MINDURI	31	4190	0	2.142.530,31	8.664.601,23	24,73
MG	MATUTINA	31	4120	7	(64.096,31)	9.615.174,68	-
MG	MARIO CAMPOS	31	4015	9	(2.460.745,84)	16.176.745,23	-
MG	MARIA DA FE	31	3990	4	(1.001.377,76)	19.223.005,85	-
MG	MACHACALIS	31	3890	6	608.186,47	11.412.662,54	5,33
MG	LUMINARIAS	31	3870	8	-	9.986.082,11	-
MG	ITAPAGIPE	31	3340	2	7.110.118,77	30.232.754,97	23,52
MG	LAGOA GRANDE	31	3753	6	(577.052,46)	14.079.041,31	-
MG	CRISTINA	31	2050	8	- 77.318,39	14.178.390,98	0,55
MG	LAGOA DOURADA	31	3740	3	(484.801,90)	17.324.709,92	-
MG	LAGOA DA PRATA	31	3720	5	906.566,00	62.252.376,18	1,46
MG	JENIPAPO DE MINAS	31	3545	6	114.336,79	11.659.382,22	0,98
MG	JAPARAIBA	31	3530	8	190.529,50	9.424.883,56	2,02
MG	JABOTICATUBAS	31	3460	8	(2.623.760,05)	25.530.503,89	-
MG	ITUTINGA	31	3450	9	473.855,77	10.255.039,34	4,62
MG	ITURAMA	31	3440	0	31.657.131,91	83.701.602,35	37,82
MG	SENADOR AMARAL	31	6557	8	(654.531,82)	10.092.292,81	-
MG	LEME DO PRADO	31	3835	1	347.867,54	10.605.226,19	3,28
MG	BOM REPOUSO	31	790	1	1.492.466,13	15.064.539,90	9,89
MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	31	2140	7	(632.100,22)	9.590.811,78	-
MG	CAMPANHA	31	1090	5	(325.368,28)	23.571.292,11	-
MG	CAMBUI	31	1060	8	(24.779.333,17)	42.234.114,67	-
MG	CAMANDUCAIA	31	1050	9	(3.824.744,76)	33.871.082,07	-
MG	CAETANÓPOLIS	31	990	7	1.270.100,01	14.720.263,41	8,63
MG	CACHOEIRA DE MINAS	31	970	9	(2.487.530,68)	15.510.547,97	-
MG	CACHOEIRA DA PRATA	31	960	0	(2.011.327,32)	9.116.174,50	-
MG	CAPITÓLIO	31	1280	2	(1.396.082,98)	19.055.281,29	-
MG	BRUMADINHO	31	900	6	(19.285.547,64)	149.631.148,33	-
MG	CARMO DE MINAS	31	1410	5	265.204,30	19.246.621,83	1,38
MG	BOM JESUS DO AMPARO	31	770	3	362.911,22	9.536.690,36	3,81
MG	BELO VALE	31	640	8	(2.069.226,72)	17.283.304,69	-
MG	BAMBUI	31	510	3	2.383.425,97	33.296.699,01	7,16
MG	ARGIRITA	31	440	3	-	9.001.945,36	-
MG	ANDRADAS	31	260	5	4.003.642,77	51.755.602,57	7,74
MG	ALVINÓPOLIS	31	230	8	4.791.502,19	20.628.306,24	23,23
MG	ALTEROSA	31	200	1	(1.795.957,31)	19.854.130,42	-
MG	ALEM PARAIBA	31	150	8	291.407,82	47.976.314,59	0,61
MG	BUENO BRANDÃO	31	910	5	(884.417,97)	13.686.824,92	-
MG	CONCEIÇÃO DA APARECIDA	31	1710	8	2.041.644,65	13.840.927,65	14,75
MG	CRISTAIS	31	2020	1	435.336,26	18.211.756,16	2,39
MG	CORREGO FUNDO	31	1995	5	(1.609.890,00)	12.875.348,00	-
MG	CORREGO DO BOM JESUS	31	1990	6	(468.313,91)	7.911.335,79	-
MG	CORDISBURGO	31	1890	8	2.744.885,40	10.513.702,89	26,11
MG	CONSOLACAO	31	1850	2	(382.443,35)	7.146.217,11	-
MG	CONGONHAL	31	1790	0	68.056,04	13.956.452,60	0,49
MG	CONCEIÇÃO DO RIO VERDE	31	1770	2	(1.453.254,68)	18.522.251,64	-
MG	CAPINÓPOLIS	31	1260	4	5.700.130,84	25.856.481,17	22,05
MG	CONCEIÇÃO DAS ALAGOAS	31	1730	6	8.615.123,99	54.781.714,22	15,73
MG	ITUETA	31	3410	3	(2.604.650,60)	12.296.819,54	-
MG	COMENDADOR GOMES	31	1690	2	-	12.299.906,73	-
MG	CLARAVAL	31	1640	7	1.712.581,63	9.803.097,35	17,47
MG	CHAPADA DO NORTE	31	1610	0	3.968.394,32	20.014.639,12	19,83
MG	CATUTI	31	1547	4	(1.651.542,54)	10.804.321,88	-
MG	CATAS ALTAS	31	1535	9	(1.110.434,59)	21.112.318,40	-
MG	CARMÓPOLIS DE MINAS	31	1450	1	-	27.183.719,73	-
MG	CARMO DO RIO CLARO	31	1440	2	2.210.177,26	33.205.796,76	6,66
MG	CARMO DO PARANAIBA	31	1430	3	(2.394.558,99)	40.958.924,97	-
MG	CONCEIÇÃO DAS PEDRAS	31	1720	7	(132.463,89)	7.407.027,16	-
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	31	5030	7	(142.790,88)	9.915.109,03	-
MG	NATALÂNDIA	31	4437	5	687.713,91	8.415.815,41	8,17
MG	PAPAGAIOS	31	4690	9	2.870.529,01	22.385.398,25	12,82
MG	NATERCIA	31	4440	9	949.435,83	9.256.051,50	10,26

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

MG	PEDRA DO ANTA	31	4880	6	(194.847,47)	8.056.955,28	-
MG	RESPLENDOR	31	5430	9	3.957.844,51	28.935.762,86	13,68
MG	PIRANGUCU	31	5090	1	-	8.898.719,20	-
MG	PEDRALVA	31	4910	1	189.682,17	14.500.411,16	1,31
MG	PRUDENTE DE MORAIS	31	5360	8	2.804.261,82	13.222.174,72	21,21
MG	NEPOMUCENO	31	4460	7	(3.150.459,35)	30.839.466,79	-
MG	RESENDE COSTA	31	5420	0	(879.831,77)	13.671.574,54	-
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	31	5340	0	(3.754.068,00)	32.202.996,87	-
MG	RIO PIRACICABA	31	5570	2	98.065,04	28.115.739,51	0,35
MG	PEDRA BONITA	31	4875	6	(13.062,63)	15.609.876,61	-
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	31	5320	2	1.150.681,43	9.116.602,98	12,62
MG	OLIMPIO NORONHA	31	4550	5	417.530,12	8.888.856,47	4,79
MG	PRATAPOLIS	31	5290	7	12.421.683,12	14.557.995,85	85,33
MG	OLIVEIRA	31	4560	4	(4.301.185,21)	60.264.684,80	-
MG	PIRACEMA	31	5060	4	-	10.285.098,82	-
MG	POMPEU	31	5200	6	9.872.847,82	43.298.357,34	22,80
MG	POCO FUNDO	31	5170	1	(685.405,37)	23.610.676,45	-
MG	OURO BRANCO	31	4590	1	9.649.016,26	83.541.724,23	11,55
MG	PIRANGUINHO	31	5100	8	-	12.028.690,11	-
MG	NOVA RESENDE	31	4510	9	(16.406.703,81)	24.798.313,45	-
MG	SÃO JOÃO DO PACUI	31	6265	8	828.730,16	9.243.300,23	8,97
MG	SARDOA	31	6550	3	100.000,00	9.596.590,02	1,04
MG	MONTE SANTO DE MINAS	31	4320	3	(719.050,92)	29.166.711,70	-
MG	MONTEZUMA	31	4345	0	(4.973.446,11)	11.553.948,95	-
MG	SAPUCAI-MIRIM	31	6540	4	-	11.224.983,59	-
MG	SÃO TOMAS DE AQUINO	31	6510	7	2.029.460,74	12.864.517,65	15,78
MG	SÃO SEBASTIAO DA BELA VISTA	31	6440	7	658.892,23	9.843.473,26	6,69
MG	SÃO LOURENÇO	31	6370	6	12.133.206,36	73.663.280,60	16,47
MG	SAC JOSE DO ALEGRE	31	6320	1	-	7.806.019,41	-
MG	SAC JOSE DA LAPA	31	6295	5	(359.003,96)	37.421.992,11	-
MG	MUNHOZ	31	4380	7	1.364.882,96	9.365.008,57	14,57
MG	PERDIZES	31	4980	4	7.130.331,31	35.780.375,16	19,93
MG	SÃO GOTARDO	31	6210	4	7.842.641,04	40.004.704,32	19,60
MG	SÃO GONÇALDO DO SAPUCAI	31	6200	5	1.318.818,02	30.350.479,57	4,35
MG	SÃO FRANCISCO DO GLORIA	31	6140	3	362.533,01	10.562.492,57	3,43
MG	SÃO BRAS DO SUACUI	31	6090	0	1.771.908,68	10.178.823,99	17,41
MG	SANTANA DO MANHUACU	31	5890	4	3.015.995,66	16.147.518,00	18,68
MG	MUZAMBINHO	31	4410	2	847.822,74	32.121.791,03	2,64
MG	NAQUE	31	4435	9	2.590.914,86	10.080.363,71	25,70
MG	SANTA VITORIA	31	5980	3	19.454.089,36	64.455.571,66	30,18
MG	SANTA MARGARIDA	31	5790	6	843.961,26	23.030.841,92	3,66
MG	RODEIRO	31	5630	4	-	12.123.164,41	-
MG	MORADA NOVA DE MINAS	31	4350	0	(9.244.551,58)	24.145.421,94	-
MS	SIDROLANDIA	50	790	1	6.253.846,13	93.512.617,04	6,69
MS	SANTA RITA DO PARDO	50	755	4	(4.095.178,71)	26.631.133,42	-
MS	RIO BRILHANTE	50	720	8	(4.417.757,15)	91.061.115,23	-
MS	RIBAS DO RIO PARDO	50	710	9	879.981,47	55.822.572,53	1,58
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	50	600	2	185.869,96	39.843.650,06	0,47
MS	LADARIO	50	520	2	(123.412,88)	33.349.006,99	-
MS	ITAQUIRAI	50	460	1	1.803.887,37	34.954.583,83	5,16
MS	INOCENCIA	50	440	3	(6.192.712,30)	25.026.745,87	-
MS	IGUATEMI	50	430	4	(2.448.915,84)	30.623.068,66	-
MS	FIGUEIRAO	50	390	0	(1.303.242,53)	13.721.312,30	-
MS	COSTA RICA	50	325	6	2.573.836,79	64.196.938,59	4,01
MS	CHAPADÃO DO SUL	50	295	1	(666.674,87)	71.094.799,38	-
MS	CAMAPUA	50	260	5	138.839,69	33.415.709,88	0,42
MS	AGUA CLARA	50	20	3	(1.361.588,25)	53.307.715,55	-
MS	COXIM	50	330	6	-	64.180.667,58	-
MS	SONORA	50	793	5	(2.268.638,85)	38.971.369,70	-
MT	PORTO ESTRELA	51	685	1	(4.379.138,91)	9.939.284,12	-
MT	SERRA NOVA DOURADA	51	788	3	(244.300,15)	6.743.814,71	-
PB	OLIVEDOS	25	1050	1	958.765,87	8.582.811,33	11,17
PB	CUITECI	25	520	4	64.240,02	10.399.533,02	0,62
PE	CAETES	26	320	7	1.645.431,14	36.462.693,02	4,51
PE	PRIMAVERA	26	1140	8	11.394.080,88	21.251.360,88	53,62
PE	QUIXABA	26	1153	3	3.123.696,41	13.171.577,55	23,72

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PE	SALGADINHO	26	1210	9	3.728.148,14	13.003.178,03	28,57
PE	BETANIA	26	180	5	1.445.304,96	21.493.441,22	6,72
PE	BREJINHO	26	250	6	(2.441.815,58)	13.909.224,45	-
PE	MACAPARANA	26	900	6	(1.309.801,00)	33.458.743,98	-
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	26	1270	3	772.241,12	17.965.095,65	4,30
PE	SANTA TEREZINHA	26	1280	2	2.579.561,51	18.441.110,57	13,99
PE	SÃO JOSE DO EGITO	26	1360	2	1.329.546,35	42.120.095,35	3,16
PE	SERRITA	26	1400	6	(1.678.759,91)	32.229.411,58	-
PE	BODOCO	26	200	1	3.472.103,74	50.381.282,96	6,89
PE	SANTA CRUZ	26	1245	5	-	25.433.341,10	-
PE	ITACURUBA	26	740	6	4.615.662,90	23.596.676,38	19,56
PE	FREI MIGUELINHO	26	580	6	6.084.129,04	19.335.712,64	31,47
PE	GRANITO	26	630	9	(3.857.639,39)	15.587.200,68	-
PE	IBIRAJUBA	26	670	5	5.792.488,27	13.680.588,97	42,34
PE	FERREIROS	26	550	9	1.106.968,35	18.111.296,44	6,11
PE	CUMARU	26	490	8	21.084.142,98	24.111.087,52	87,45
PE	CARNAIBA	26	390	0	2.124.004,02	31.039.649,90	6,84
PE	INGAZEIRA	26	710	9	300.139,02	12.008.555,89	2,50
PE	PASSIRA	26	1050	9	2.883.188,00	36.264.060,00	7,95
PE	ITAPETIM	26	770	3	1.109.058,87	18.257.721,00	6,07
PE	CHA DE ALEGRIA	26	440	3	535.218,72	19.209.246,61	2,79
PE	CASINHAS	26	415	5	900.391,00	24.666.056,86	3,65
PE	ITAPISSUMA	26	775	2	(3.434.607,33)	48.212.538,04	-
PE	JATOBA	26	805	7	-	21.695.631,56	-
PE	BOM JARDIM	26	220	9	2.534.267,02	44.399.858,58	5,71
PE	IGUARACI	26	690	3	(562.734,09)	16.165.277,83	-
PE	SERTANIA	26	1410	5	722.874,40	43.247.148,24	1,67
PE	VERTENTE DO LERIO	26	1618	3	-	13.704.250,24	-
PE	FLORES	26	560	8	1.650.872,39	31.611.881,78	5,22
PE	VERDEJANTE	26	1610	0	(1.565.512,29)	16.659.758,32	-
PE	VENTUROSA	26	1600	1	1.215.669,04	23.901.869,86	5,09
PE	TUPARETAMA	26	1590	4	2.363.473,52	14.322.206,89	16,50
PE	TRIUNFO	26	1570	6	(3.991.007,58)	23.895.664,65	-
PE	TAMANDARÉ	26	1485	7	25.517.933,91	38.016.585,66	67,12
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	26	10	4	10.187.349,48	48.451.195,42	21,03
PE	TACARATU	26	1480	8	-	26.962.823,12	-
PR	MARUMBI	41	1550	7	3.656.527,05	9.978.233,68	36,65
PR	LIDIANÓPOLIS	41	1342	9	(355.494,05)	8.876.405,25	-
PR	BORRAZÓPOLIS	41	330	5	5.122.212,21	12.920.689,98	39,64
PR	ENEAS MARQUES	41	740	5	983.858,52	13.969.878,68	7,04
PR	LUNARDELLI	41	1375	9	3.460.439,19	10.274.777,39	33,68
PR	MARIALVA	41	1480	7	3.866.978,33	49.226.229,90	7,86
PR	BOM SUCESSO DO SUL	41	322	2	2.111.863,54	10.685.909,89	19,76
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	41	305	7	955.888,05	16.197.444,23	5,90
PR	MARILÂNDIA DO SUL	41	1490	6	1.940.363,41	17.102.938,66	11,35
PR	MARILUZ	41	1510	1	2.672.108,67	17.450.724,11	15,30
PR	ADRIANÓPOLIS	41	20	2	3.330.759,66	15.714.978,59	21,19
PR	JANIÓPOLIS	41	1220	7	1.756.125,16	12.808.164,74	13,71
PR	MARIÓPOLIS	41	1530	9	(442.514,31)	15.132.377,56	-
PR	BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU	41	302	4	262.663,32	10.058.017,69	2,61
PR	BOA ESPERANÇA	41	300	8	362.631,19	12.342.893,38	2,94
PR	MEDIANEIRA	41	1580	4	14.568.664,41	62.823.102,88	23,19
PR	MERCEDES	41	1585	3	(517.019,70)	16.955.681,48	-
PR	ARIRANHA DO IVAI	41	185	3	218.236,45	8.649.546,87	2,52
PR	BELA VISTA DA CAROBA	41	275	2	96.145,90	9.003.436,00	1,07
PR	MIRADOR	41	1590	3	5.877.421,28	9.117.469,12	64,46
PR	MIRASELVA	41	1600	0	1.434.745,13	7.720.714,20	18,58
PR	BANDEIRANTES	41	240	6	5.037.503,07	48.451.251,38	10,40
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	41	200	0	878.790,85	51.019.009,06	1,72
PR	MISSAL	41	1605	9	(234.988,38)	26.221.409,71	-
PR	AMPERE	41	100	2	1.499.921,68	27.085.875,15	5,54
PR	CARAMBEI	41	465	9	3.092.088,01	49.129.666,02	6,29
PR	FLORAÍ	41	780	1	684.958,69	10.829.027,40	6,33
PR	CRUZEIRO DO IGUAÇU	41	657	1	305.793,45	13.047.530,30	2,34
PR	CURIÚVA	41	700	9	3.267.540,03	21.987.250,88	14,86
PR	FORMOSA DO OESTE	41	820	5	2.678.027,20	13.548.515,36	19,77

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

PR	CIDADE GAUCHA	41	560	7	-	20.352.852,76	-
PR	CHOPINZINHO	41	540	9	83.725,81	44.266.590,20	0,19
PR	CAMPINA DO SIMÃO	41	395	8	(231.846,85)	10.838.817,49	-
PR	GUARANIÁCU	41	930	2	(155.266,72)	27.043.459,53	-
PR	INDIANÓPOLIS	41	1040	9	2.541.640,89	11.157.617,49	22,78
PR	FERNANDES PINHEIRO	41	773	6	(853.218,40)	14.873.458,44	-
PR	CEJU AZUL	41	536	0	(1.977.907,18)	32.329.872,65	-
PR	KALORE	41	1310	6	-	10.819.267,14	-
PR	IRACEMA DO OESTE	41	1065	6	452.684,29	8.123.208,17	5,57
PR	CAMBARÁ	41	360	2	3.959.882,79	32.407.617,44	12,22
PR	NOVA ESPERANÇA	41	1690	1	5.332.556,11	37.117.058,60	14,37
PR	IRETAMA	41	1080	5	5.744.252,33	18.186.217,83	31,59
PR	IVAIPORA	41	1150	6	5.014.655,16	38.766.576,61	12,94
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	41	753	8	(36.791,60)	18.000.570,50	-
PR	CAMPO DO TENENTE	41	410	5	1.373.139,41	14.891.087,16	9,22
PR	JACAREZINHO	41	1180	3	3.916.483,78	58.485.129,96	6,70
PR	JAGUARIAÍVA	41	1200	9	(7.150.202,45)	58.878.451,37	-
PR	DOIS VIZINHOS	41	720	7	10.107.916,31	58.723.623,14	17,21
PR	GRANDES RIOS	41	870	0	14.033.421,09	11.110.272,44	126,31
PR	JESUITAS	41	1275	1	2.776.439,48	14.860.330,58	18,66
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	41	785	0	763.183,48	11.525.275,07	6,62
PR	IPIRANGA	41	1050	8	(284.110,09)	25.210.183,47	-
PR	SÃO JORGE D'OESTE	41	2520	9	1.975.553,85	28.219.236,58	7,00
PR	REALEZA	41	2140	6	(2.659.494,93)	25.358.035,05	-
PR	REBOUCAS	41	2150	5	266.037,43	23.535.815,01	1,13
PR	RESERVA	41	2170	3	(4.065.453,30)	37.416.740,92	-
PR	RIO NEGRO	41	2230	5	1.651.348,00	48.825.874,23	3,38
PR	SANTA HELENA	41	2350	1	(8.061.773,57)	83.799.398,67	-
PR	SANTA ISABEL DO OESTE	41	2380	8	1.972.846,56	20.223.541,16	9,76
PR	SANTA LUCIA	41	2382	4	(17.398,13)	9.798.992,43	-
PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	41	2135	6	593.625,24	9.321.225,56	6,37
PR	SÃO JOÃO DO IVAÍ	41	2500	1	2.962.882,82	17.779.084,50	16,66
PR	TAPIRÁ	41	2690	0	816.860,70	11.775.645,86	6,94
PR	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	41	2600	9	4.563.325,17	13.053.834,53	34,96
PR	SAÚDE DO IGUAÇU	41	2627	2	1.611.183,35	19.359.303,19	8,32
PR	SERRANÓPOLIS DO IGUAÇU	41	2635	5	759.758,19	18.233.212,85	4,17
PR	SERTANEJA	41	2640	5	-	16.260.545,01	-
PR	SULINA	41	2665	2	290.298,16	10.111.099,61	2,87
PR	TEIXEIRA SOARES	41	2700	7	(2.106.680,32)	18.455.307,27	-
PR	TUPASSI	41	2795	7	(3.487.766,07)	17.348.208,08	-
PR	VITORINO	41	2870	8	(877.729,36)	13.988.631,03	-
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	41	2440	0	2.206.389,60	26.995.496,39	8,17
PR	NOVA AMÉRICA DA COLINA	41	1660	4	1.288.929,14	9.728.765,18	13,23
PR	NOVA SANTA ROSA	41	1722	2	2.118.635,70	17.195.758,97	12,32
PR	NOVA ESPERANÇA DO SUDOESTE	41	1695	0	(89.125,79)	11.860.754,40	-
PR	QUITANDINHA	41	2120	8	133.684,21	26.614.957,22	0,50
PR	PRANCHITA	41	2035	8	(512.853,25)	11.628.519,35	-
PR	NOVA SANTA BARBARA	41	1721	4	576.774,87	10.218.416,66	5,64
PR	PIEN	41	1910	3	1.906.751,41	23.174.251,21	8,23
PR	PORTO AMAZONAS	41	2010	1	(411.215,51)	10.302.204,62	-
PR	OURO VERDE DO OESTE	41	1745	3	(2.411.586,56)	15.182.581,78	-
RJ	ITALVA	33	205	6	977.353,10	40.480.155,14	2,41
RJ	CANTAGALO	33	110	8	-	64.508.551,18	-
RJ	ITATIÁIA	33	225	4	6.376.188,30	106.444.481,00	5,99
RJ	VASSOURAS	33	620	6	(12.236.925,40)	85.744.568,20	-
RJ	PATY DO ALFERES	33	385	6	(5.230.784,90)	63.613.098,90	-
RJ	SANTA MARIA MADALENA	33	460	7	5.101.350,00	44.661.417,60	11,42
RN	SITIO NOVO	24	1370	6	2.666.458,86	9.778.511,97	27,27
RN	JARDIM DO SERIDÓ	24	570	2	2.356.339,09	15.542.035,96	15,16
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	11	1	5	1.632.590,71	43.559.283,04	3,75
RO	COLORADO DO OESTE	11	6	4	(2.976.930,71)	26.396.754,20	-
RO	ESPIGAO D'OESTE	11	9	8	(5.815.383,15)	43.954.855,45	-
RO	CACAULANDIA	11	60	1	(13.320.610,08)	14.622.499,20	-
RO	ALTO PARAISO	11	40	3	(4.311.107,24)	29.329.849,53	-
RO	VALE DO PARAISO	11	180	7	(2.333.149,35)	16.946.559,17	-
RO	ALVORADA D'OESTE	11	34	6	25.366,18	26.837.858,27	0,09

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RO	OURO PRETO DO OESTE	11	15	5	(10.076.988,68)	52.302.223,62	-
RO	MONTE NEGRO	11	140	1	4.639.434,88	26.837.960,95	17,29
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	11	146	8	(704.812,55)	11.782.481,45	-
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	11	147	6	(565.910,41)	9.823.864,20	-
RO	SÃO FRANCISCO DO GUAPORE	11	149	2	3.862.507,82	31.108.254,36	12,42
RO	URUPA	11	170	8	(2.310.948,76)	21.998.981,02	-
RO	CABIXI	11	3	1	(3.390.669,51)	14.200.493,29	-
RO	CASTANHEIRAS	11	90	8	932.892,67	11.947.228,56	7,81
RS	TEUTONIA	43	2145	1	1.037.789,95	50.948.175,95	2,04
RS	ITATIBA DO SUL	43	1070	2	150.932,37	10.437.616,16	1,45
RS	TAVARES	43	2135	2	2.304.001,76	10.968.972,25	21,00
RS	IRAI	43	1050	4	(588.400,95)	12.278.218,08	-
RS	IPIRANGA DO SUL	43	1046	2	(2.122.889,19)	9.680.656,27	-
RS	IPE	43	1043	9	978.903,73	13.539.582,56	7,23
RS	TIO HUGO	43	2146	9	704.016,80	9.419.041,99	7,47
RS	INHACORA	43	1041	3	361.824,22	8.500.945,30	4,26
RS	TIRADENTES DO SUL	43	2147	7	(3.824.343,55)	11.890.697,79	-
RS	ILÓPOLIS	43	1030	6	(1.651.770,98)	10.541.145,09	-
RS	IGREJINHA	43	1010	8	1.869.419,21	64.375.879,95	2,90
RS	TOROPI	43	2149	3	(1.674.376,37)	9.500.947,96	-
RS	IBIRUBA	43	1000	9	(366.025,35)	34.932.228,27	-
RS	IBIRAPUITA	43	995	1	-	12.192.047,76	-
RS	TRES ARROIOS	43	2163	4	(226.219,30)	10.404.099,78	-
RS	IBIRAJARAS	43	990	2	227.504,43	14.749.136,32	1,54
RS	IBIACA	43	980	3	(326.210,89)	13.025.290,36	-
RS	INDEPENDENCIA	43	1040	5	112.130,18	14.723.525,46	0,76
RS	SINIMBU	43	2067	7	(5.348.629,77)	17.231.244,34	-
RS	TABAI	43	2085	9	(334.255,65)	10.360.731,53	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	43	1142	9	191.182,38	8.128.745,46	2,35
RS	LAVRAS DO SUL	43	1150	2	(593.059,33)	17.490.099,92	-
RS	SETE DE SETEMBRO	43	2057	8	-	7.289.675,77	-
RS	MARCELINO RAMOS	43	1190	8	(1.025.800,98)	10.981.423,32	-
RS	SOBRADINHO	43	2070	1	2.179.533,97	25.681.917,72	8,49
RS	JACUTINGA	43	1090	0	(2.934.704,74)	9.866.298,31	-
RS	LINDOLFO COLLOR	43	1162	7	276.363,60	11.135.883,53	2,48
RS	MARIANO MORO	43	1200	5	(942.551,52)	8.877.946,36	-
RS	MARAU	43	1180	9	498.959,15	72.519.128,13	0,69
RS	MACAMBARA	43	1171	8	973.249,67	14.898.242,16	6,53
RS	MACHADINHO	43	1170	0	(3.319.083,08)	12.934.154,08	-
RS	SILVEIRA MARTINS	43	2065	1	242.565,45	8.830.811,22	2,75
RS	MAMPITUBA	43	1173	4	(1.258.245,29)	10.726.527,17	-
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	43	2060	2	(720.886,07)	11.040.268,33	-
RS	LIBERATO SALZANO	43	1160	1	(1.299.391,46)	12.788.093,37	-
RS	MATA	43	1210	4	(37.014,68)	11.948.159,03	-
RS	JACUIZINHO	43	1087	6	-	8.696.196,08	-
RS	TAQUARUCU DO SUL	43	2132	9	(1.142.219,69)	9.891.124,50	-
RS	JULIO DE CASTILHOS	43	1120	5	118.130,97	37.653.067,83	0,31
RS	JAGUARI	43	1110	6	(949.782,43)	17.967.207,89	-
RS	MARATA	43	1179	1	(4.390.460,29)	9.698.748,26	-
RS	TAPES	43	2110	5	(411.552,60)	26.153.645,33	-
RS	LAGOA VERMELHA	43	1130	4	(6.093.426,30)	47.069.506,63	-
RS	MATO CASTELHANO	43	1213	8	113.391,45	10.054.651,04	1,13
RS	MARIANA PIMENTEL	43	1198	1	562.616,96	14.049.063,57	4,00
RS	JOIA	43	1115	5	102.177,73	21.849.170,29	0,47
RS	TAPERA	43	2100	6	1.542.575,45	19.363.159,38	7,97
RS	SERTAO	43	2050	3	(95.869,74)	13.935.844,30	-
RS	LAGOA BONITA DO SUL	43	1123	9	(900.859,82)	7.640.376,88	-
RS	TAPEJARA	43	2090	9	(2.929.810,21)	36.226.676,43	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	43	1127	0	164.465,29	9.704.147,72	1,69
RS	IVOTI	43	1080	1	(3.562.151,33)	38.466.793,56	-
RS	JARI	43	1113	0	(1.721.722,21)	10.773.182,70	-
RS	ERVAL GRANDE	43	720	3	-	11.034.781,28	-
RS	TRINDADE DO SUL	43	2195	6	(559.608,01)	12.345.192,51	-
RS	FELIZ	43	810	2	(3.341.895,28)	27.601.612,96	-
RS	FAZENDA VILANOVA	43	807	8	(330.430,00)	12.592.264,00	-
RS	VALE REAL	43	2254	1	873.582,34	11.651.371,16	7,49

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	FAGUNDES VARELA	43	786	4	(401.488,48)	10.403.332,13	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	43	783	1	(527.976,12)	11.305.403,70	-
RS	VALE VERDE	43	2252	5	(483.843,20)	10.691.794,59	-
RS	ESTRELA	43	780	7	(1.011.495,42)	58.608.927,04	-
RS	ESTANCIA VELHA	43	760	9	3.990.544,58	80.668.633,71	4,95
RS	VANINI	43	2255	8	(670.379,72)	8.392.817,63	-
RS	ESPERANCA DO SUL	43	745	0	(2.717.959,04)	9.340.329,03	-
RS	FLORES DA CUNHA	43	820	1	(7.183.547,38)	58.378.365,80	-
RS	VERANOPOLIS	43	2280	6	(468.376,22)	55.069.787,59	-
RS	FORMIGUEIRO	43	840	9	(1.676.117,13)	12.012.419,89	-
RS	ERNESTINA	43	705	4	76.541,55	13.625.869,34	0,56
RS	VESPASIANO CORREA	43	2285	5	(1.147.361,88)	8.779.588,34	-
RS	ENTRE-IJUIS	43	693	2	397.272,66	14.721.111,14	2,70
RS	ENTRE RIOS DO SUL	43	695	7	(1.739.049,44)	12.893.321,82	-
RS	VIADUTOS	43	2290	5	(286.638,22)	12.183.386,07	-
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	43	1730	1	9.444.651,42	55.824.941,53	16,92
RS	VICENTE DUTRA	43	2310	1	(1.461.157,30)	10.593.192,37	-
RS	DOCTOR RICARDO	43	675	9	(981.042,88)	8.076.127,50	-
RS	DOCTOR MAURICIO CARDOSO	43	873	4	(1.158.832,00)	14.377.684,00	-
RS	VICTOR GRAEFF	43	2320	0	905.163,27	11.375.407,36	7,96
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	43	855	1	(967.284,01)	8.263.051,62	-
RS	ESMERALDA	43	740	1	-	11.958.183,00	-
RS	SAO VALERIO DO SUL	43	1973	7	2.181.451,75	8.393.002,56	25,99
RS	IBARAMA	43	975	3	(839.583,60)	10.823.481,35	-
RS	HUMAITA	43	970	4	(3.917.829,38)	14.942.486,82	-
RS	TRES DE MAIO	43	2180	8	(1.213.356,84)	33.153.335,77	-
RS	HULHA NEGRA	43	965	4	(1.789.534,99)	13.019.401,51	-
RS	HORIZONTINA	43	960	5	(8.884.395,12)	42.601.124,54	-
RS	TRES PALMEIRAS	43	2185	7	(2.376.477,22)	14.976.369,66	-
RS	HERVEIRAS	43	957	1	(949.365,40)	8.685.826,17	-
RS	HARMONIA	43	955	5	(163.553,04)	14.028.138,16	-
RS	TRES PASSOS	43	2190	7	(2.655.875,95)	43.272.542,68	-
RS	GUABUJU	43	925	8	(1.484.006,14)	7.764.987,41	-
RS	GRAMADO XAVIER	43	915	9	(614.386,98)	9.842.566,47	-
RS	UBIRETAMA	43	2234	3	(2.540.561,44)	8.582.265,31	-
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	43	912	6	573.586,71	8.364.827,84	6,86
RS	TRES CACHOEIRAS	43	2166	7	(3.826.359,59)	16.282.849,04	-
RS	GRAMADO	43	910	0	924.902,92	110.053.582,40	0,84
RS	TUCUNDUVA	43	2210	3	(2.224,96)	11.427.320,84	-
RS	GLORINHA	43	905	0	(2.722.099,72)	20.837.649,63	-
RS	GIRUA	43	900	1	564.907,03	38.556.965,86	1,47
RS	TUPANCI DO SUL	43	2218	6	-	8.249.570,58	-
RS	GETULIO VARGAS	43	890	4	8.015.255,92	25.701.435,01	31,19
RS	GAURAMA	43	870	6	(3.129.406,90)	12.647.974,28	-
RS	TUPANDI	43	2225	1	(504.046,97)	19.911.300,91	-
RS	GARIBALDI	43	860	7	(9.094.144,69)	65.993.252,12	-
RS	FORQUETINHA	43	843	3	(1.033.982,08)	8.226.792,91	-
RS	TUPARENDI	43	2230	1	554.475,13	14.711.835,23	3,77
RS	SERAFINA CORREA	43	2040	4	1.731.626,65	32.953.494,97	5,25
RS	PIRAPO	43	1455	5	(858.183,46)	8.647.464,12	-
RS	PASSO DO SOBRADO	43	1407	6	10.308,64	12.798.109,68	0,08
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	43	1535	4	(260.213,23)	12.135.311,11	-
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	43	1848	1	(2.255.850,34)	13.100.937,40	-
RS	QUATRO IRMAOS	43	1531	3	(686.932,77)	8.027.176,19	-
RS	PUTINGA	43	1520	6	(163.737,80)	13.017.236,94	-
RS	SAO JOSE DO INHACORA	43	1849	9	(1.075.535,88)	8.718.415,73	-
RS	PROGRESSO	43	1515	6	175.342,97	12.012.107,61	1,46
RS	PRESIDENTE LUCENA	43	1514	9	(531.782,36)	8.719.486,23	-
RS	SAO JOSE DO NORTE	43	1850	7	(10.391.388,14)	34.472.603,83	-
RS	PORTO XAVIER	43	1510	7	(692.425,06)	18.266.689,00	-
RS	POÇO DAS ANTAS	43	1475	3	(1.748.787,82)	9.275.613,73	-
RS	SAO JORGE	43	1844	0	(123.997,22)	8.552.791,89	-
RS	PLANALTO	43	1470	4	-	15.862.723,90	-
RS	RELVAO	43	1545	3	(806.309,78)	8.545.998,82	-
RS	SAO JOSE DO SUL	43	1861	4	(766.597,57)	10.548.941,75	-
RS	PINHEIRINHO DO VALE	43	1449	8	(164.072,39)	10.910.954,74	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	PINHAL GRANDE	43	1447	2	(2.414.686,70)	18.446.867,23	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	43	1880	4	(16.650.028,61)	69.001.350,05	-
RS	PINHAL DA SERRA	43	1446	4	(808.901,30)	15.547.371,74	-
RS	PICADA CAFE	43	1442	3	(880.100,70)	17.219.615,17	-
RS	SAO MARTINHO	43	1910	9	397.315,32	12.033.145,17	3,30
RS	PEJUCARA	43	1430	8	1.148.043,45	13.656.117,89	8,41
RS	PEDRAS ALTAS	43	1417	5	(4.559.184,26)	11.420.441,90	-
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	43	1912	5	(173.090,82)	9.019.741,68	-
RS	NOVA ALVORADA	43	1275	7	(375.615,73)	11.496.939,60	-
RS	SAO JOSE DO OURO	43	1860	6	(538.331,46)	13.124.291,40	-
RS	RONDINHA	43	1620	4	(117.792,90)	12.669.355,05	-
RS	SANTA TEREZA	43	1725	1	(1.795.325,05)	7.473.641,77	-
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	43	1695	6	570.463,54	13.541.148,20	4,21
RS	SANTANA DA BOA VISTA	43	1700	4	1.192.573,75	16.420.954,45	7,26
RS	SANTA CLARA DO SUL	43	1675	8	(1.729.106,00)	12.743.826,26	-
RS	SANTA CECILIA DO SUL	43	1673	3	(134.984,77)	9.057.955,58	-
RS	SANTIAGO	43	1740	0	5.708.565,36	66.727.029,89	10,05
RS	SANTA BARBARA DO SUL	43	1670	9	4.006.353,45	22.138.700,83	18,10
RS	SANANDUVA	43	1660	0	(1.494.542,85)	27.618.457,57	-
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	43	1750	8	(1.994.938,11)	58.095.800,75	-
RS	SALVADOR DO SUL	43	1650	1	1.326.648,70	16.544.529,00	8,02
RS	SALVADOR DAS MISSOES	43	1647	7	(812.644,40)	10.142.638,99	-
RS	REDENTORA	43	1540	4	2.257.511,30	16.218.645,68	13,92
RS	SALTO DO JACUI	43	1645	1	5.724.114,05	22.799.967,53	25,11
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	43	1915	8	(2.691.925,23)	20.662.721,40	-
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	43	1795	4	133.795,82	8.805.997,96	1,52
RS	RONDA ALTA	43	1610	5	1.718.390,60	20.753.183,87	8,28
RS	ROLADOR	43	1595	8	-	9.293.052,76	-
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	43	1805	1	(1.182.103,74)	9.191.498,36	-
RS	RODEIO BONITO	43	1590	9	(691.891,35)	12.163.607,83	-
RS	ROCA SALES	43	1580	0	(3.695.489,43)	19.805.974,32	-
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	43	1810	1	3.231.861,21	32.848.632,45	9,84
RS	RIO PARDO	43	1570	1	13.984.850,50	50.317.592,99	27,79
RS	RIO DOS INDIOS	43	1555	2	3.795.417,58	10.053.998,63	37,75
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	43	1820	0	(4.266.500,25)	38.291.504,16	-
RS	RESTINGA SECA	43	1550	3	(12.028.910,97)	26.866.453,26	-
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	43	1755	8	(211.405,05)	9.560.794,49	-
RS	MORRO REUTER	43	1247	8	582.657,64	13.721.097,10	4,25
RS	PAVERAMA	43	1415	9	831.666,00	12.243.120,00	6,79
RS	DOM PEDRITO	43	660	1	(7.665.624,80)	66.680.548,19	-
RS	SAO VENDELINO	43	1975	2	(568.945,00)	10.153.325,00	-
RS	NONOAI	43	1270	8	4.983.711,61	20.898.845,26	23,85
RS	NICOLAU VERGUEIRO	43	1267	4	(2.054.580,02)	7.896.033,44	-
RS	SAO VICENTE DO SUL	43	1980	2	(2.677.880,77)	17.459.014,27	-
RS	NAO-ME-TOQUE	43	1265	8	(4.293.679,45)	33.958.698,56	-
RS	MULITERNO	43	1262	5	348.479,33	9.120.326,72	3,82
RS	SARANDI	43	2010	7	(3.620.276,77)	34.871.669,02	-
RS	MUITOS CAPOES	43	1281	7	(2.457.011,70)	12.825.771,00	-
RS	MUCUM	43	1260	9	-	12.188.101,32	-
RS	ELDORADO DO SUL	43	676	7	(4.325.452,60)	68.439.517,58	-
RS	MOSTARDAS	43	1250	0	2.245.859,20	27.887.353,85	8,05
RS	NOVA BASSANO	43	1290	6	(7.841.056,73)	23.785.705,92	-
RS	SEDE NOVA	43	2023	0	(1.345.023,29)	9.945.970,40	-
RS	MORRO REDONDO	43	1245	0	(2.847.318,51)	11.445.047,92	-
RS	MORRINHOS DO SUL	43	1244	3	(750.934,25)	7.936.561,56	-
RS	SEGREDO	43	2028	3	(1.702.941,24)	15.032.034,31	-
RS	MORMACO	43	1242	7	(530.002,72)	8.786.046,74	-
RS	MONTE BELO DO SUL	43	1238	5	(527.880,82)	9.747.119,54	-
RS	SELBACH	43	2030	5	(146.280,89)	13.448.095,92	-
RS	MONTAURI	43	1235	1	(2.457.238,37)	9.622.754,94	-
RS	MIRAGUAI	43	1230	2	1.777.501,78	8.940.546,89	19,88
RS	SENADOR SALGADO FILHO	43	2032	1	(1.056.489,34)	9.051.945,79	-
RS	MATO QUEIMADO	43	1217	9	(102.405,28)	7.996.224,99	-
RS	SEBERI	43	2020	6	(434.487,47)	20.211.114,52	-
RS	NOVA RAMADA	43	1333	4	(1.993.010,81)	9.799.956,82	-
RS	PARAI	43	1400	1	(900.350,14)	16.351.323,99	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	PANTANO GRANDE	43	1395	3	2.033.046,86	17.578.615,90	11,57
RS	SAO PEDRO DA SERRA	43	1935	6	(2.003.262,73)	11.965.817,58	-
RS	PANAMBI	43	1390	4	(2.453.091,73)	92.529.077,14	-
RS	PALMITINHO	43	1380	5	(189.774,26)	13.184.116,63	-
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	43	1938	4	218.671,25	8.306.282,04	2,63
RS	PAIM FILHO	43	1360	7	(320.635,83)	10.649.628,73	-
RS	OSORIO	43	1350	8	(20.378.316,94)	167.568.080,73	-
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	43	1937	2	(2.298.361,93)	10.168.196,76	-
RS	NOVO TIRADENTES	43	1344	1	(137.682,81)	8.761.509,46	-
RS	NOVO CABRAIS	43	1339	1	(633.090,85)	10.866.031,12	-
RS	NOVA ARACA	43	1280	7	(1.906.203,02)	13.305.814,81	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	43	1335	9	-	13.145.440,66	-
RS	MATO LEITAO	43	1215	3	(525.176,95)	11.679.212,41	-
RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	43	1950	5	1.340.345,12	42.793.597,31	3,13
RS	NOVA PRATA	43	1330	0	(4.380.221,12)	55.458.144,11	-
RS	NOVA PETROPOLIS	43	1320	1	(8.611.753,03)	40.951.377,48	-
RS	SAO SEPE	43	1960	4	(27.141.078,00)	40.209.316,00	-
RS	NOVA PALMA	43	1310	2	(640.597,72)	16.201.288,74	-
RS	NOVA PADUA	43	1308	6	508.849,12	9.727.465,14	5,23
RS	SAO VALENTIM	43	1970	3	(1.881.925,17)	10.069.115,26	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	43	1303	7	714.971,28	10.058.449,07	7,11
RS	NOVA CANDELARIA	43	1301	1	(953.376,26)	10.920.676,92	-
RS	SAO VALENTIM DO SUL	43	1971	1	(1.658.815,99)	8.523.047,50	-
RS	NOVA BOA VISTA	43	1296	5	1.382.125,81	9.391.177,79	14,72
RS	SAO PEDRO DO SUL	43	1940	6	(3.456.043,35)	28.644.986,54	-
RS	CERRO BRANCO	43	513	2	(46.255,56)	10.757.934,42	-
RS	AMETISTA DO SUL	43	84	6	(228.537,00)	14.519.449,00	-
RS	CACIQUE DOBLE	43	320	2	(244.599,83)	10.216.360,77	-
RS	CARLOS BARBOSA	43	480	4	(3.693.888,58)	64.733.990,77	-
RS	CASEIROS	43	495	2	(2.734.742,10)	9.710.975,76	-
RS	CACEQUI	43	290	7	3.807.755,49	21.428.401,66	17,77
RS	CATUIPE	43	500	9	579.799,22	16.502.230,68	3,51
RS	ANDRE DA ROCHA	43	66	1	(1.827.882,83)	7.714.183,93	-
RS	CENTENARIO	43	511	6	-	9.320.118,70	-
RS	BUTIA	43	270	9	8.014.752,64	29.821.861,28	26,88
RS	BOSSOCROCA	43	250	1	(460.311,15)	15.832.440,44	-
RS	ANTA GORDA	43	70	3	1.103.277,01	13.580.189,04	8,12
RS	CAPITAO	43	469	7	(227.464,03)	11.547.068,34	-
RS	CERRO GRANDE	43	515	7	(152.369,00)	8.622.575,00	-
RS	BRAGA	43	260	0	857.640,29	9.247.857,97	9,27
RS	CERRO GRANDE DO SUL	43	517	3	(759.008,50)	17.327.332,13	-
RS	CERRO LARGO	43	520	7	(312.807,39)	23.688.461,88	-
RS	ANTONIO PRADO	43	80	2	1.364.031,51	25.494.168,49	5,35
RS	BOZANO	43	258	4	(959.349,56)	7.990.978,10	-
RS	CAMPINAS DO SUL	43	380	6	(2.568.064,56)	13.278.605,64	-
RS	ARAMBARE	43	85	1	(27.927.376,25)	13.088.710,02	-
RS	CHARRUA	43	537	1	(3.119.509,06)	8.633.859,34	-
RS	BROCHIER	43	265	9	(154.380,54)	11.466.816,68	-
RS	CAMARGO	43	355	8	(1.677.926,28)	10.285.617,10	-
RS	CAMPINA DAS MISSOES	43	370	7	(1.536.684,21)	12.467.723,74	-
RS	AJURICABA	43	20	8	-	15.418.889,37	-
RS	AGUDO	43	10	9	826.435,99	28.189.585,42	2,93
RS	CAMPO NOVO	43	400	2	(190.845,22)	11.604.460,87	-
RS	AGUA SANTA	43	5	9	(941.986,43)	12.469.881,77	-
RS	CANDELARIA	43	420	0	(3.208.816,57)	39.659.795,46	-
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	43	47	1	(738.834,54)	9.364.197,56	-
RS	ACEGUA	43	3	4	(2.619.078,03)	15.996.429,91	-
RS	CANDIDO GODOI	43	430	9	441.013,41	13.944.448,92	3,16
RS	AMARAL FERRADOR	43	63	8	559.624,60	12.271.202,98	4,56
RS	CAMPESTRE DA SERRA	43	367	3	408.130,55	11.327.759,41	3,60
RS	CAPIVARI DO SUL	43	467	1	(5.480.361,48)	13.302.902,36	-
RS	CANELA	43	440	8	(23.334.747,06)	82.900.812,35	-
RS	CAPAO DA CANOA	43	463	0	11.891.139,57	94.167.220,96	12,63
RS	ALPESTRE	43	50	5	(277.848,59)	16.965.016,23	-
RS	ALTO FELIZ	43	57	0	(2.261.652,94)	9.967.523,46	-
RS	CAICARA	43	340	0	828.618,54	12.217.980,90	5,78

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

RS	CAPAO DO CIPÓ	43	465	5	(572.521,93)	12.406.243,56	-
RS	CAPELA DE SANTANA	43	468	9	(8.874.612,07)	16.666.495,23	-
RS	BARRA DO QUARAI	43	187	5	(1.046.183,91)	14.234.152,26	-
RS	CAIBATE	43	330	1	(830.628,98)	11.194.468,58	-
RS	CHAPADA	43	530	6	(1.563.269,45)	19.519.273,33	-
RS	CANDIOTÁ	43	435	8	4.454.724,49	39.386.716,75	11,31
RS	CRUZEIRO DO SUL	43	620	5	1.301.584,25	19.591.009,89	6,64
RS	VISTA GAÚCHA	43	2370	5	701.268,83	10.552.468,32	6,65
RS	BOM PRINCÍPIO	43	235	2	3.048.636,32	30.013.395,82	10,16
RS	CORONEL PILAR	43	593	4	(949.831,64)	8.622.133,11	-
RS	AUGUSTO PESTANA	43	150	3	(1.765.636,97)	15.076.091,79	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	43	2360	6	(150.953,33)	10.175.128,21	-
RS	COTIPORA	43	595	9	(378.647,00)	11.624.573,00	-
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	43	205	5	(463.069,43)	8.827.097,20	-
RS	CRISSIUMAL	43	600	7	(1.139.113,03)	23.694.026,07	-
RS	BARRAÇAO	43	180	0	(541.360,09)	13.870.239,08	-
RS	VISTA ALEGRE	43	2350	7	(740.431,25)	8.972.714,25	-
RS	BOA VISTA DAS MISSOES	43	215	4	-	10.139.185,65	-
RS	CRISTAL	43	605	6	(1.489.213,89)	13.294.541,61	-
RS	CORONEL BICACO	43	590	0	1.092.343,10	14.407.683,36	7,58
RS	VILA NOVA DO SUL	43	2345	7	(84.871,81)	9.960.896,35	-
RS	DAVID CANABARRO	43	630	4	(390.119,36)	10.990.340,41	-
RS	DOIS IRMÃOS	43	640	3	(1.581.527,14)	57.377.578,45	-
RS	BARRA FUNDA	43	195	8	(482.478,67)	11.762.452,47	-
RS	BARRA DO RIO AZUL	43	192	5	200.227,79	9.511.248,04	2,11
RS	VILA MARIA	43	2340	8	(469.811,13)	14.396.862,14	-
RS	DOIS LAJEADOS	43	645	2	(835.971,89)	9.838.909,15	-
RS	BARÃO	43	155	1	1.127.374,00	13.099.428,00	8,61
RS	DOM FELICIANO	43	650	2	(2.774.281,09)	26.490.129,73	-
RS	ENCANTADO	43	680	9	(870.412,88)	40.460.820,45	-
RS	AUREA	43	155	2	(462.523,43)	9.258.419,12	-
RS	ARROIO DO SAL	43	105	7	(156.134,13)	25.098.340,59	-
RS	COLORADO	43	560	3	(7.386.905,64)	11.990.361,68	-
RS	COLINAS	43	558	7	(937.166,30)	9.685.691,82	-
RS	CORONEL BARROS	43	587	1	(1.634.664,39)	10.765.069,09	-
RS	VILA LANGARO	43	2335	8	615.327,14	9.756.234,14	6,31
RS	CONDOR	43	570	2	1.105.352,96	15.266.683,63	7,24
RS	BOM JESUS	43	230	3	11.312.711,02	22.152.124,11	51,07
RS	COQUEIRO BAIXO	43	583	5	194.812,70	7.879.178,20	2,47
RS	BOA VISTA DO CADEADO	43	222	0	(1.504.506,18)	11.682.742,78	-
RS	BOA VISTA DO BURICA	43	220	4	(171.380,69)	14.342.673,69	-
RS	ARARICA	43	87	7	225.784,89	13.661.721,00	1,65
RS	ARROIO GRANDE	43	130	5	3.032.069,31	30.639.928,02	9,90
RS	COQUEIROS DO SUL	43	585	0	(1.599.046,04)	9.953.674,94	-
RS	CIRIACO	43	550	4	(1.026.107,41)	11.293.043,87	-
RS	CHUVISCA	43	544	7	(1.917.585,35)	11.206.104,56	-
RS	ARATIBA	43	90	1	(4.556.691,49)	36.492.422,43	-
SC	SANGÃO	42	1545	5	(1.276.793,39)	16.898.463,72	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	42	1400	3	2.891.154,59	27.936.919,21	10,35
SC	RIO DOS CEDROS	42	1470	6	(3.751.075,25)	19.275.711,12	-
SC	DIONÍSIO CERQUEIRA	42	500	1	(7.076.586,86)	24.851.921,92	-
SC	CORONEL FREITAS	42	440	0	(1.358.410,07)	20.254.260,01	-
SC	SANTA HELENA	42	1555	4	(681.046,67)	8.893.647,40	-
SC	ERVAL VELHO	42	520	9	(696.899,95)	11.471.230,97	-
SC	CORUPA	42	450	9	48.660,59	27.038.769,90	0,18
SC	RIQUEZA	42	1507	5	(534.182,33)	10.547.586,78	-
SC	DESCANSO	42	490	5	(1.295.801,68)	14.158.646,44	-
SC	RIO FORTUNA	42	1490	4	(489.855,25)	10.792.457,36	-
SC	ENTRE RIOS	42	517	5	(699.451,23)	8.821.300,33	-
SC	RODEIO	42	1510	9	167.395,23	17.667.542,34	1,05
SC	DOUTOR PEDRINHO	42	515	9	(52.554,07)	9.486.181,83	-
SC	RIO RUFINO	42	1505	9	232.322,05	7.311.552,54	3,18
SC	SANTA CECÍLIA	42	1550	5	1.772.342,17	27.739.793,47	6,39
SC	DONA EMMA	42	510	0	(369.431,01)	8.919.758,83	-
SC	MODELO	42	1090	2	797.448,33	10.900.280,07	7,32
SC	PRESIDENTE NEREU	42	1410	2	(183.696,30)	8.388.038,91	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	NOVO HORIZONTE	42	1165	2	227.298,95	10.594.496,02	2,15
SC	ITAIOPOLIS	42	810	4	(1.532.189,35)	33.844.742,97	-
SC	NOVA VENEZA	42	1160	3	1.698.845,24	25.673.163,94	6,33
SC	ITAPIRANGA	42	840	1	(85.991,92)	34.800.738,60	-
SC	NOVA ITABERABA	42	1145	4	(279.235,31)	11.681.354,28	-
SC	ITUPORANGA	42	850	0	(332.956,78)	37.717.382,06	-
SC	NOVA ERECHIM	42	1140	5	321.444,44	11.825.372,55	2,72
SC	JABORA	42	860	9	(280.376,37)	11.929.514,86	-
SC	MORRO GRANDE	42	1125	6	1.449.201,71	10.476.130,03	13,63
SC	JACINTO MACHADO	42	870	8	(574.765,12)	17.280.994,10	-
SC	OURO	42	1180	1	(652.349,46)	13.553.746,26	-
SC	JARDINOPOLIS	42	895	5	674.732,72	8.014.265,92	8,42
SC	IRINEOPOLIS	42	790	8	(2.077.263,39)	19.241.314,35	-
SC	JOSÉ BOITEUX	42	915	1	903.839,04	10.804.474,91	8,37
SC	MIRIM DOCE	42	1085	2	(585.557,91)	9.080.289,94	-
SC	JUPIÁ	42	917	7	(332.727,38)	8.097.464,42	-
SC	MELEIRO	42	1080	3	1.134.955,09	15.570.008,49	7,29
SC	LAJEADO GRANDE	42	945	8	(344.065,20)	8.328.655,30	-
SC	MATOS COSTA	42	1070	4	396.822,16	8.752.128,29	4,53
SC	LAURENTINO	42	950	8	337.087,25	12.035.282,21	2,80
SC	MASSARANDUBA	42	1060	5	(383.812,12)	28.818.002,00	-
SC	LAURO MULLER	42	960	7	3.104.025,52	27.098.943,16	11,45
SC	MACIEIRA	42	1005	0	-	9.362.202,77	-
SC	LEOBERTO LEAL	42	980	5	(790.802,24)	10.545.255,35	-
SC	LINDOIA DO SUL	42	985	4	(1.949.344,07)	12.636.965,60	-
SC	MONTE CASTELO	42	1110	8	365.564,93	13.777.192,63	2,65
SC	PRAIA GRANDE	42	1380	7	(330.319,16)	13.288.568,26	-
SC	RIO DO OESTE	42	1460	7	(1.676.976,81)	12.699.905,89	-
SC	GAROPABA	42	570	4	(2.824.145,03)	37.221.291,96	-
SC	RIO DO CAMPO	42	1450	8	1.457.551,92	12.918.050,11	11,28
SC	GUARACIABA	42	640	5	(24.008.437,08)	17.140.960,69	-
SC	RIO DAS ANTAS	42	1440	9	(610.752,23)	16.306.443,57	-
SC	GUARUJA DO SUL	42	660	3	(817.124,13)	10.801.602,58	-
SC	RANCHO QUEIMADO	42	1430	0	(597.111,12)	10.857.278,60	-
SC	GUATAMBU	42	665	2	-	13.735.278,80	-
SC	QUILOMBO	42	1420	1	(27.300.329,49)	20.838.740,61	-
SC	IBICARE	42	680	1	(1.710.828,90)	9.515.701,15	-
SC	IBIRAMA	42	690	0	(844.379,69)	32.418.086,00	-
SC	ITA	42	800	5	2.796.223,52	27.588.912,75	10,14
SC	IMARUI	42	720	5	1.112.634,04	21.178.363,65	5,25
SC	FRAIBURGO	42	550	6	(2.889.225,24)	67.742.947,65	-
SC	IMBUÍ	42	740	3	(2.067.087,39)	12.055.511,95	-
SC	POUSO REDONDO	42	1370	8	(783.219,93)	27.764.110,49	-
SC	IOMERE	42	757	7	174.639,44	12.111.255,38	1,44
SC	PINHEIRO PRETO	42	1300	5	616.953,36	10.961.180,98	5,63
SC	IPORA DO OESTE	42	765	0	(231.867,47)	16.757.592,28	-
SC	PICARRAS	42	1280	9	(1.304.996,43)	44.906.555,40	-
SC	IPUMIRIM	42	770	0	(160.879,19)	18.394.257,10	-
SC	PERITIBA	42	1260	1	(335.225,04)	9.120.216,64	-
SC	IRACEMINHA	42	775	9	(250.418,13)	9.909.971,15	-
SC	PEDRAS GRANDES	42	1240	3	(846.385,73)	9.414.621,20	-
SC	IRANI	42	780	9	327.074,38	18.059.532,43	1,81
SC	PAULO LOPES	42	1230	4	893.060,91	13.123.963,00	6,80
SC	CAMPO ERE	42	350	1	(618.752,99)	17.839.765,67	-
SC	SÃO MARTINHO	42	1710	5	(133.592,70)	8.910.210,60	-
SC	BELMONTE	42	215	6	(183.567,01)	8.723.607,73	-
SC	SAUDADES	42	1730	3	876.968,67	16.217.267,60	5,41
SC	TREZE DE MAIO	42	1840	0	(984.515,48)	12.210.315,65	-
SC	BENEDITO NOVO	42	220	6	(2.174.108,80)	16.811.705,07	-
SC	SÃO MIGUEL DO OESTE	42	1720	4	12.094.879,09	59.847.796,85	20,28
SC	URUSSANGA	42	1900	2	1.563.744,31	39.017.307,29	4,01
SC	AGUA DOCE	42	40	8	(3.022.060,02)	20.775.095,72	-
SC	TREVISÓ	42	1835	0	(411.047,79)	16.047.860,95	-
SC	TIMBÉ DO SUL	42	1810	3	(275.381,30)	11.023.715,34	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	42	257	8	235.461,60	8.196.251,60	2,87
SC	BALNEÁRIO GAIVOTA	42	207	3	(1.590.592,92)	18.150.759,70	-

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SC	AGROLANDIA	42	20	0	479.293,73	16.159.402,97	2,97
SC	BOM RETIRO	42	260	2	(502.846,11)	14.886.453,47	-
SC	SÃO JOSÉ DO CEDRO	42	1670	1	(441.087,77)	23.512.206,78	-
SC	BOCAINA DO SUL	42	243	8	152.443,64	10.138.407,49	1,50
SC	TANGARA	42	1790	7	1.916.608,99	22.470.935,06	8,53
SC	ANTÔNIO CARLOS	42	120	8	(462.516,71)	20.692.952,89	-
SC	ARABUTA	42	127	3	42.301,48	12.335.654,19	0,34
SC	TIJUCAS	42	1800	4	-	68.241.252,91	-
SC	TIMBO	42	1820	2	(9.344.488,47)	89.192.569,01	-
SC	ARROIO TRINTA	42	160	4	(913.441,20)	12.954.616,92	-
SC	ANCHIETA	42	80	4	(1.570.100,37)	11.725.147,65	-
SC	AGUAS FRIAS	42	55	6	(382.114,34)	9.301.313,14	-
SC	ASCURRA	42	170	3	(568.665,47)	12.569.799,44	-
SC	SEARA	42	1750	1	1.060.096,69	35.153.261,65	3,02
SC	TRES BARRAS	42	1830	1	4.680.783,95	42.723.142,00	10,96
SC	AGUAS MORNAS	42	60	6	(468.974,90)	11.705.765,91	-
SC	SANTA ROSA DE LIMA	42	1560	4	(2.309,30)	8.393.035,16	-
SC	SOMBRIO	42	1770	9	10.590.653,85	42.556.490,65	24,89
SC	BELA VISTA DO TOLDO	42	213	1	(289.698,56)	14.282.519,10	-
SC	SÃO LOURENÇO DO OESTE	42	1690	9	(464.711,04)	45.769.241,61	-
SC	TIGRINHOS	42	1795	6	(717.973,93)	7.827.319,17	-
SC	SANTIAGO DO SUL	42	1569	5	-	7.744.285,38	-
SC	CAMPO ALEGRE	42	330	3	(3.286.679,83)	23.847.276,92	-
SC	VIDEIRA	42	1930	9	(8.196.542,19)	109.907.438,69	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	42	285	9	(1.811.079,35)	11.902.730,41	-
SC	SÃO BERNARDINO	42	1575	2	(222.302,35)	9.162.336,80	-
SC	UNIAO DO OESTE	42	1885	5	30.945,43	9.267.127,91	0,33
SC	SÃO JOÃO BATISTA	42	1630	5	(604.030,42)	47.145.109,44	-
SC	CAPIVARI DE BAIXO	42	395	6	905.412,15	52.143.613,73	1,74
SC	SÃO DOMINGOS	42	1610	7	(1.082.736,84)	16.245.874,98	-
SC	XAVANTINA	42	1960	8	(1.640.798,92)	13.266.692,55	-
SC	CAXAMBU DO SUL	42	410	3	1.571.529,90	12.158.632,03	12,93
SC	XAXIM	42	1970	5	610.345,34	51.425.285,42	1,19
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	42	1568	7	616.222,23	8.363.650,24	7,37
SC	ZORTEA	42	1985	3	(958.808,63)	10.558.755,07	-
SC	COCAL DO SUL	42	425	1	1.481.717,49	32.612.508,87	4,52
SC	WITMARSUM	42	1940	8	(1.645.417,91)	9.969.847,51	-
SC	VARGEM BONITA	42	1917	6	76.260,44	15.607.905,10	0,49
SC	ABELARDO LUZ	42	10	1	3.703.346,46	38.493.460,62	9,62
SC	SÃO JOAQUIM	42	1650	3	1.650.675,54	33.407.016,84	4,94
SC	CAIBI	42	310	5	926.910,69	13.548.990,34	6,84
SC	SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	42	1635	4	(73.060,10)	9.423.271,35	-
SC	CALMON	42	315	4	2.933.479,11	10.842.942,19	27,05
SE	ITABAIANINHA	28	300	5	(9.238.026,43)	56.069.205,04	-
SE	MACAMBIRA	28	370	8	1.234.478,63	12.324.586,07	10,02
SP	CRAVINHOS	35	1310	8	16.303.841,55	70.047.863,09	23,28
SP	ARIRANHA	35	370	3	(2.250.472,54)	38.456.663,09	-
SP	CUNHA	35	1360	3	(1.157.895,95)	33.902.542,89	-
SP	UBARANA	35	5535	6	1.814.876,02	16.927.881,28	10,72
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEÍ	35	4840	1	(952.628,11)	11.029.540,68	-
SP	ALTAIR	35	90	7	600.383,70	13.284.745,82	4,52
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	35	710	0	(4.125.446,12)	45.508.164,88	-
SP	CRISTAIS PAULISTA	35	1320	7	-	18.744.599,26	-
SP	TORRINHA	35	5470	6	472.090,98	17.119.952,79	2,76
SP	VITÓRIA BRASIL	35	5695	8	(334.434,30)	8.628.729,74	-
SP	AMÉRICO BRASILENSE	35	170	7	(3.607.559,05)	60.676.050,45	-
SP	SOCORRO	35	5210	6	(3.707.032,92)	57.119.803,78	-
SP	VIRADOURO	35	5680	0	1.230.913,72	36.493.911,17	3,37
SP	BOCAINA	35	680	5	-	25.861.849,14	-
SP	ALVARES FLORENCE	35	120	2	(101.328,75)	12.636.132,38	-
SP	AGUAS DE SÃO PEDRO	35	60	0	4.294.618,75	16.266.095,29	26,40
SP	BADY BASSITT	35	460	2	3.076.886,36	31.549.919,13	9,75
SP	SÃO PEDRO	35	5040	7	(3.436.604,18)	65.682.180,87	-
SP	AGUDOS	35	70	9	13.334.772,60	89.825.641,72	14,85
SP	CLEMENTINA	35	1190	4	675.031,38	16.671.253,85	4,05

Relação Dívida Consolidada Líquida/Receita Corrente Líquida dos Municípios (DCL/RCL)

SP	TABAPUA	35	5260	1	2.316.065,13	23.618.147,91	9,81
SP	VALPARAISO	35	5630	5	112.148,00	46.901.937,00	0,24
SP	SAO FRANCISCO	35	4900	3	(4.718.713,45)	10.246.340,26	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	35	2600	1	982.658,04	40.204.421,33	2,44
SP	FLORIDA PAULISTA	35	1600	2	(1.884.925,56)	23.809.889,04	-
SP	ITAPURA	35	2300	8	-	17.414.332,53	-
SP	ITOBI	35	2380	0	2.141.525,17	13.430.571,94	15,95
SP	PEDREGULHO	35	3700	8	(1.980.296,00)	34.572.926,90	-
SP	JOAO RAMALHO	35	2560	7	(1.095.473,88)	14.664.444,22	-
SP	PARAPUA	35	3600	0	(1.756.092,80)	21.858.941,04	-
SP	JOSE BOMIFACIO	35	2570	6	(6.368.867,27)	65.373.149,89	-
SP	PALMEIRA D'OESTE	35	3520	0	2.573.878,58	15.880.170,95	16,21
SP	ITAJU	35	2200	0	-	11.579.028,03	-
SP	PALMARES PAULISTA	35	3510	1	6.532.572,80	16.574.353,60	39,41
SP	PIRANGI	35	3900	4	(1.113.733,24)	20.263.138,08	-
SP	NOVAIS	35	3325	4	479.095,39	11.542.053,19	4,15
SP	ADOLFO	35	20	4	(2.536.528,99)	13.532.276,11	-
SP	MACATUBA	35	2800	7	(2.780.388,61)	51.793.313,88	-
SP	NOVA ALIANCA	35	3280	1	(234.185,80)	14.779.097,52	-
SP	MERIDIANO	35	2960	9	899.902,31	14.987.741,70	6,00
SP	NIPOA	35	3270	2	606.477,00	10.779.001,00	5,63
SP	MONTE ALEGRE DO SUL	35	3120	9	(1.319.810,28)	17.706.043,47	-
SP	MONTE CASTELO	35	3160	5	(3.964.948,13)	12.354.594,28	-
SP	MONTEIRO LOBATO	35	3170	4	(340.287,97)	11.655.579,43	-
SP	JUMIRIM	35	2585	4	(842.570,23)	12.681.055,59	-
SP	RINOPOLIS	35	4380	8	(1.479.710,28)	17.203.962,74	-
SP	DIRCE REIS	35	1385	0	(992.269,01)	8.616.475,16	-
SP	SANTA ERNESTINA	35	4650	4	(1.601.673,81)	11.976.787,14	-
SP	DRACENA	35	1440	3	2.559.979,33	77.616.397,36	3,30
SP	ELISIARIO	35	1492	4	(589.620,00)	10.539.192,95	-
SP	SANTA ALBERTINA	35	4570	4	(388.278,58)	16.529.666,11	-
SP	ESTRELA D'OESTE	35	1520	2	119.687,65	19.829.423,10	0,60
SP	SANTA ADELIA	35	4560	5	(137.656,36)	28.757.215,75	-
SP	LAVINIA	35	2650	6	(6.977.924,06)	19.688.189,50	-
SP	PINDORAMA	35	3810	5	1.049.875,70	30.538.649,20	3,44
SP	GABRIEL MONTEIRO	35	1650	7	634.457,44	9.101.135,88	6,97
SP	SANTA SALETE	35	4765	0	(702.140,20)	10.024.407,83	-
SP	GUATAPARA	35	1885	9	1.275.349,81	20.759.909,83	6,14
SP	IACANGA	35	1910	5	(308.839,89)	28.266.838,32	-
SP	RIBEIRAO GRANDE	35	4325	3	-	23.585.433,67	-
SP	IACRI	35	1920	4	(692.805,52)	13.992.592,75	-
SP	QUATA	35	4170	3	(1.977.297,66)	30.535.736,22	-
SP	IBATE	35	1930	3	12.756.211,23	58.511.798,67	21,80
SP	POTIRENDABA	35	4080	4	567.156,03	37.558.855,62	1,51
SP	IBIRA	35	1940	2	7.161.997,00	23.722.523,00	30,19
SP	PORANGABA	35	4050	7	-	16.741.693,99	-
SP	IRACEMAPOLIS	35	2140	8	2.985.375,61	44.801.289,18	6,66
SP	SALTINHO	35	4515	9	-	17.269.852,16	-
TO	NOVA OLINDA	17	1488	0	1.564.646,82	13.397.126,51	11,68
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	17	360	2	(892.995,23)	6.311.295,26	-

ANEXO 3

Tabela contendo cada uma das operações de crédito deferidas e não deferidas no período, bem como o número de instituições financeiras participantes das operações de crédito autorizadas no período, classificadas por tipo de operação em atendimento aos incisos II e III, art. 41 da RSF 43/2001

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

Data: 25/03/2013

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS

Período de 01/02/2013 a 28/02/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
		Tipo de Operação:	Prazo:	Valor:	Juros Efetivos:	
17944001059201218	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Ivinhema <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>UF:</u> MS	Operação Contratual Interna	54 meses	1.250.000,00	4% a.a. acrescidos de T.JLP
	<u>Data:</u> 01/02/2013	<u>Status:</u> ARQUIVADO				
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944001333200645	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Maracanau <u>Instituição Financeira:</u> Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH	<u>UF:</u> CE	Operação Contratual Externa (com garantia)	66 meses	12.892.350,00	7.5% a.a., Euro
	<u>Data:</u> 01/02/2013	<u>Status:</u> ARQUIVADO				
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944001741201111	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Novo Cruzeiro <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> MG	Operação Contratual Interna	72 meses	850.000,00	4% a.a. acrescidos da T.JLP
	<u>Data:</u> 01/02/2013	<u>Status:</u> ARQUIVADO				
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES				
17944001741201111	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Umburata <u>Instituição Financeira:</u> Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	<u>UF:</u> MG	Operação Contratual Interna	54 meses	150.000,00	4% a.a. acrescidos de T.JLP
	<u>Data:</u> 01/02/2013	<u>Status:</u> ARQUIVADO				

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS Período de 01/02/2013 a 28/02/2013

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF:	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1794000283201284	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itaitinga	CE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Valor:</u> 1.186.800,00 <u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 04/02/2013 <u>Status:</u> ARQUIVADO
1794001233201133	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Itaitinga	CE	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Valor:</u> 6.836.027,54 <u>Juros Efetivos:</u> 6% acrescido de TR
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal		<u>Data:</u> 04/02/2013 <u>Status:</u> ARQUIVADO
1794001614200906	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Jaciara	MT	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Valor:</u> 1.107.850,00 <u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 04/02/2013 <u>Status:</u> ARQUIVADO
1794001614200906	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Pedra Preta	MT	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna <u>Valor:</u> 1.936.160,00 <u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A		<u>Data:</u> 04/02/2013 <u>Status:</u> ARQUIVADO

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS		Período de 01/02/2013 a 28/02/2013	
PROCESSO	INTERESSADO / INST. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
17944001651201040	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> MT <u>Data:</u> 05/02/2013 <u>Status:</u> ARQUIVADO	<u>Valor:</u> 594.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP <u>Prazo:</u> 72 meses
17944001013201261	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Leopoldo <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>UF:</u> RS <u>Data:</u> 05/02/2013 <u>Status:</u> ARQUIVADO	<u>Valor:</u> 3.000.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 8,5% a.a. acrescido de T.JLP <u>Prazo:</u> 60 meses
17944001014201235	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Leopoldo <u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>UF:</u> RS <u>Data:</u> 05/02/2013 <u>Status:</u> ARQUIVADO	<u>Valor:</u> 3.000.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 6,75% a.a. acrescido de T.JLP <u>Prazo:</u> 60 meses
17944001202201263	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Corderópolis <u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>UF:</u> SP <u>Data:</u> 06/02/2013 <u>Status:</u> ARQUIVADO	<u>Valor:</u> 608.000,00 <u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP <u>Prazo:</u> 72 meses

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS		Período de 01/02/2013 a 28/02/2013	
PROCESSO 1704400096200042	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
	<p><u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Matão</p> <p><u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A</p>	<p><u>UF:</u> SP</p> <p><u>Data:</u> 06/02/2013</p> <p><u>Status:</u> ARQUIVADO</p>	<p><u>Prazo:</u> 54 meses</p> <p><u>Valor:</u> 2.200.000,00</p> <p><u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP</p>
PROCESSO 17944000796201295	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
	<p><u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Navegantes</p> <p><u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal</p>	<p><u>UF:</u> SC</p> <p><u>Data:</u> 06/02/2013</p> <p><u>Status:</u> ARQUIVADO</p>	<p><u>Prazo:</u> 72 meses</p> <p><u>Valor:</u> 473.690,00</p> <p><u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP</p>
PROCESSO 17944001065201267	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
	<p><u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Potirondaba</p> <p><u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A</p>	<p><u>UF:</u> SP</p> <p><u>Data:</u> 06/02/2013</p> <p><u>Status:</u> ARQUIVADO</p>	<p><u>Prazo:</u> 54 meses</p> <p><u>Valor:</u> 350.000,00</p> <p><u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP</p>
PROCESSO 1794400013201273	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
	<p><u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Registro</p> <p><u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal</p>	<p><u>UF:</u> SP</p> <p><u>Data:</u> 06/02/2013</p> <p><u>Status:</u> ARQUIVADO</p>	<p><u>Prazo:</u> 54 meses</p> <p><u>Valor:</u> 3.000.000,00</p> <p><u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de T.JLP</p>

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS		Período de 01/02/2013 a 28/02/2013	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
17944001037201240	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Leopoldo	<u>UF:</u> RS	<u>Juros Efetivos:</u> 3,9% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Valor:</u> 11.317.127,00
		<u>Data:</u> 06/02/2013	<u>Status:</u> ARQUIVADO
	<u>Interessado / INSTIT. FINANCEIRA</u>	<u>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</u>	
17944001122201215	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Castanheiras	<u>UF:</u> RO	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos da TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Valor:</u> 735.580,00
		<u>Data:</u> 07/02/2013	<u>Status:</u> ARQUIVADO
	<u>Interessado / INSTIT. FINANCEIRA</u>	<u>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</u>	
17944001025201215	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Paracatu	<u>UF:</u> MG	<u>Juros Efetivos:</u> 4% a.a. acrescidos de TJLP
	<u>Instituição Financeira:</u> Banco do Brasil S/A	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Valor:</u> 3.000.000,00
		<u>Data:</u> 07/02/2013	<u>Status:</u> ARQUIVADO
	<u>Interessado / INSTIT. FINANCEIRA</u>	<u>INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES</u>	
17944001025201215	<u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de São Sebastião	<u>UF:</u> SP	<u>Juros Efetivos:</u> 10,5% a.a. + 4,5% a.a. composto por 50% do IGP-M + 50% do IPCA
	<u>Instituição Financeira:</u> Bancariane de Energia	<u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna	<u>Valor:</u> 4.550.105,81
		<u>Data:</u> 07/02/2013	<u>Status:</u> ARQUIVADO

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS		Período de 01/02/2013 a 28/02/2013	
PROCESSO	INTERESSADO / INSTT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
	<p><u>UF:</u> GO</p> <p><u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás</p> <p><u>Instituição Financeira:</u> Companhia Energética de Goiás</p>	<p><u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna</p> <p><u>Valor:</u> 134.453,33</p> <p><u>Prazo:</u> 70 meses</p> <p><u>Juros Efetivos:</u> 12% a. a. acrescidos da variação do ICPM</p>	<p><u>Data:</u> 18/02/2013</p> <p><u>Status:</u> ARQUIVADO - A REGULARIZAR</p>
PROCESSO	INTERESSADO / INSTT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
	<p><u>UF:</u> GO</p> <p><u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás</p> <p><u>Instituição Financeira:</u> Companhia Energética de Goiás</p>	<p><u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna</p> <p><u>Valor:</u> 1.013.118,87</p> <p><u>Prazo:</u> 200 meses</p>	<p><u>Data:</u> 18/02/2013</p> <p><u>Status:</u> ARQUIVADO - A REGULARIZAR</p>
PROCESSO	INTERESSADO / INSTT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
	<p><u>UF:</u> GO</p> <p><u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás</p> <p><u>Instituição Financeira:</u> Companhia de Saneamento de Goiás S/A</p>	<p><u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna</p> <p><u>Valor:</u> 265.584,44</p> <p><u>Prazo:</u> 84 meses</p>	<p><u>Data:</u> 19/02/2013</p> <p><u>Status:</u> ARQUIVADO - A REGULARIZAR</p>
PROCESSO	INTERESSADO / INSTT. FINANCEIRA	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
	<p><u>UF:</u> RS</p> <p><u>Interessado:</u> Prefeitura Municipal de Porto Alegre</p> <p><u>Instituição Financeira:</u> Caixa Econômica Federal</p>	<p><u>Tipo de Operação:</u> Operação Contratual Interna</p> <p><u>Valor:</u> 28.000.000,00</p> <p><u>Prazo:</u> 258 meses</p>	<p><u>Data:</u> 27/02/2013</p> <p><u>Status:</u> AUTORIZADO</p>

Período de 01/02/2013 a 28/02/2013

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS**ARQUIVADO**

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S/A	1	150.000,00
Município	Banco do Brasil S/A	9	11.531.810,00
Município	Bandeirante de Energia	1	4.560.105,81
Município	Caixa Econômica Federal	5	12.295.387,64
Município	Caixa Estadual S.A. - Agência de Fomento/RS	3	17.317.127,00
Município	Intermed Handels - Und Consultinggesellschaft mbH	1	12.892.350,00
	Total de operações - Municípios	20	58.746.780,45
	Total de operações	20	58.746.780,45

ARQUIVADO - A REGULARIZAR

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Companhia de Saneamento de Goiás S/A	1	265.684,44
Município	Companhia Energética de Goiás	2	1.147.572,20
	Total de operações - Municípios	3	1.413.256,64
	Total de operações	3	1.413.256,64

AUTORIZADO

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA / NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Caixa Econômica Federal	1	28.000.000,00
	Total de operações - Municípios	1	28.000.000,00
	Total de operações	1	28.000.000,00

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 3)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento dos documentos e informações solicitados necessários para sua regularização
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	<p>Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

ANEXO 4

Tabela contendo informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

Período de 01/02/2013 a 28/02/2013

MINISTÉRIO DA FAZENDA - MF
Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - Complemento

PROCESSO	INTERESSADO / INSTIT. FINANCEIRA	UF	TIPO DE OPERAÇÃO	PERÍODO	VALOR	INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
1794401636201153	INTERESSADOS: Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás	GO	Operação Contratual Inicial	75 meses	124.433,33	ALÍQUOTA EFETIVA: 12% a 16 acrescidos da variação do IGP-M
	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Companhia Energética de Goiás		DATA: 16/02/2013 SITUAÇÃO: ARQUIVADO - A REGULARIZAR			
1794401636201117	INTERESSADOS: Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás	GO	Operação Contratual Inicial	300 meses	1.013.113,87	ALÍQUOTA EFETIVA: Percentual que se aplica ao tarifa de energia elétrica na data em que o mesmo passar a estar pela CEAO
	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Companhia Energética de Goiás		DATA: 16/02/2013 SITUAÇÃO: ARQUIVADO - A REGULARIZAR			
179440163701106	INTERESSADOS: Prefeitura Municipal de Bela Vista de Goiás	GO	Operação Contratual Inicial	84 meses	293.886,34	ALÍQUOTA EFETIVA: Juros de 1% a m. acrescidos de 1% de atualização mensal
	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA: Companhia de Saneamento de Goiás S/A		DATA: 13/07/2013 SITUAÇÃO: ARQUIVADO - A REGULARIZAR			

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS - complemento

OPERAÇÕES INTERNAS - informações sobre a comunicação de que trata o § 2º art. 24 da RSF 43/2001

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
Município	Companhia Energética de Goiás	2	1.147.572,20
Município	Companhia de Saneamento de Goiás S/A	1	265.684,44
Total de operações		3	1.413.256,64

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 4)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento dos documentos e informações solicitados necessários para sua regularização
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	<p>Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

ANEXO 5

Tabela contendo informações sobre irregularidades constatadas no período, passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001) ou passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF)

RESUMO DO DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE ESTADOS E MUNICÍPIOS (Anexo 5)

OPERAÇÕES INTERNAS - Irregularidades constatadas:

Passíveis de regularização (art. 24 da RSF 43/2001)

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
	Total de operações	0	0,00

Passíveis de cancelamento (artigos 35 ou 37 da LRF)

TIPO DE ENTE	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA/NÃO-FINANCEIRA	NÚMERO DE OPERAÇÕES	VALOR (R\$)
	Total de operações	0	0,00

Status das Operações de Crédito analisadas (Integrante do Anexo 5)

Status	Descrição
Arquivado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados
Arquivado – A Regularizar	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o não envio dos documentos e informações solicitados. A contratação de novas operações de crédito fica condicionada à regularização da operação de crédito em questão
Arquivado – Regularizado	O pleito foi arquivado em conformidade com a RSF nº 43/2001, tendo em vista o recebimento documentos e informações solicitados necessários para sua regularização
Autorizado	O pleito atendeu os requisitos prévios à contratação da operação de crédito, conforme dispõe o art. 32 da LRF
Autorizado pela Resolução 48 – Operação Contratual Interna (com garantia)	<p>Não há nada a opor à concessão da pleiteada garantia da União, desde que, previamente à assinatura do contrato de garantia, seja:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) verificada pelo Ministério da Fazenda a adimplência do Ente com a União e suas entidades controladas; ii) formalizado o respectivo contrato de contragarantia.
Indeferido	O pleito sob exame não atende os requisitos mínimos previstos no art. 32 da RSF nº 43/2001

(À Comissão de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O **Aviso nº 17, de 2013**, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência recebeu, da Câmara dos Deputados, o **Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2013** (nº

6.903/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomano), que *altera o art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências.*

É o seguinte o Projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 10, DE 2013

(nº 6.903/2006, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomano)

Altera o art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 148.

§ 1º

I - se a vítima é ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou convivente do agente;

II - se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos ou contra mulher grávida, enfermo ou pessoa com deficiência física ou mental;

III - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

IV - se a privação da liberdade dura mais de 15 (quinze) dias;

V - se o crime é praticado com fins libidinosos.

..... " (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.903, DE 2006

Altera o inciso I do § 1º ao Art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera o inciso I do § 1º ao art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, qualificando o crime de seqüestro e cárcere privado quando for cometido também contra mulher grávida, enfermo ou pessoa com a qual o agente tenha convivido.

Art. 2º O inciso I do § 1º do art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 148.

§ 1º

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou com ele tenha convivido, mulher grávida, maior de sessenta anos ou enfermo;

..... (NR)º

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No sistema trifásico de aplicação da pena que foi adotado pelo Código Penal, o juiz analisa, primeiramente, as circunstâncias judiciais referidas no art. 59 do mencionado diploma legal; logo após, passa ao exame das circunstâncias agravantes e atenuantes genéricas previstas em seus artigos 61 e 65; finalmente, verifica a possibilidade de se aplicar as causas de aumento e de diminuição de pena que se encontram distribuídas no texto das Partes geral e especial do Código Penal. Se o crime for, entretanto, qualificado na forma da lei, deve considerar o juiz, ao iniciar a fórmula ora descrita, a pena-base prevista para tal forma.

Entre as circunstâncias genéricas que sempre agravam a pena, quando não constituem ou qualificam o crime (art. 61 do Código Penal), podemos encontrar algumas situações que levam em conta, não um comportamento do autor do delito, mas uma situação da vítima, que torna a conduta do agente ainda mais reprovável, qualquer que seja o crime praticado. Assim é que se prevê como circunstância agravante genérica ter o agente cometido o crime contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge, criança, maior de sessenta anos, enfermo ou mulher grávida (art. 61, inciso I, alíneas "e" e "h", do Código Penal).

De outra parte, estabelece-se no Código Penal que o crime de seqüestro ou cárcere privado, quando cometido contra ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente, menor de dezoito anos ou maior de sessenta anos, deve consubstanciar uma das formas qualificadas previstas no disposto em seu art. 148, § 1º, para as quais se determina que a pena-base deve ser a de reclusão de dois a cinco anos.

Verifica-se, pois, que o crime de seqüestro e cárcere privado, quando cometido contra pessoa com a qual tenha o agente convivido (e não conviva mais), enfermo ou mulher grávida sem relação de parentesco ou convivência com

ele, não configurará qualquer das formas qualificadas legalmente previstas. Será possível reconhecer em tais hipóteses apenas a existência da circunstância agravante genérica já mencionada, que deve implicar a majoração da pena, porém em quantidade a ser determinada pelo juiz na análise de cada caso concreto submetido à sua apreciação.

A reprovação angariada pelo crime de seqüestro e cárcere privado no seio da sociedade indica, todavia, que, todas as vezes que tal delito for cometido também contra mulher grávida, enfermo ou pessoa com a qual o agente tenha convivido, tais circunstâncias relativas à situação da vítima deveriam qualificá-lo de modo a se garantir sempre a aplicação de uma pena mais severa em relação à legalmente prevista para a forma simples do delito.

Neste sentido, propõe-se, nesta oportunidade, modificar o disposto no inciso I do § 1º ao art. 148 do Decreto-Lei nº 2.848, de 11 de janeiro de 1940 (Código Penal), com vistas a instituir novas formas qualificadas para o crime de seqüestro e cárcere privado que contemplem as situações da vítima em comento.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 2006.

Deputado CELSO RUSSOMANNO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940.

Código Penal.

Art. 148 - Privar alguém de sua liberdade, mediante seqüestro ou cárcere privado: (Vide Lei nº 10.446, de 2002)

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º - A pena é de reclusão, de dois a cinco anos:

I - se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro do agente ou maior de 60 (sessenta) anos; (Redação dada pela Lei nº 11.106, de 2005)

II - se o crime é praticado mediante internação da vítima em casa de saúde ou hospital;

III - se a privação da liberdade dura mais de quinze dias.

IV - se o crime é praticado contra menor de 18 (dezoito) anos, (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

V - se o crime é praticado com fins libidinosos. (Incluído pela Lei nº 11.106, de 2005)

§ 2º - Se resulta à vítima, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral:

Pena - reclusão, de dois a oito anos.

(À Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2013**, vai à Comissão Temporária de Reforma do Código Penal Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência do Senado Federal recebeu, por meio do **Ofício nº 521**, Relatório de Viagem da Senadora Ana Amélia, referente ao Requerimento nº 125, de 2013, de missão, no qual relata participação na Assembleia da União Interparlamentar, em Quito, Equador, no período de 21 a 24 de março de 2013.

O Ofício vai à publicação.

O Requerimento vai ao Arquivo.

São os seguintes o Ofício e o Relatório:

Ofício nº 521/2012 – GSAAME

Brasília, 3 de abril de 2013

Cumprimentando-o cordialmente, encaminho o registro de minha participação, no período de 21 a 24 de março de 2013, na 128ª Assembleia da União Interparlamentar, realizada em Quito no Equador.

Cordialmente, – Senadora **Ana Amélia**, PP-RS.

Ana Amélia participa de encontro da União Interparlamentar no Equador

Senadora acompanha debates sobre desafios para crescimento sustentável

Ana Amélia está entre os representantes do Senado Brasileiro no evento que ocorre no Equador

A senadora Ana Amélia (PP-RS) participa, de quinta-feira (21) a domingo (24), de encontro da União Interparlamentar, organização internacional de parlamentos. O encontro em Quito, no Equador, discutirá temas relativos aos desafios para o crescimento sustentável.

A programação se inicia nesta quinta-feira, às 14h, com reunião do Grupo Latino-Americano e do Caribe (Grulac). Em seguida, entre 18h e 19h, representantes de Portugal, Espanha e Andorra também participam do encontro do Grulac.

Na sexta-feira, durante o dia, estão previstas novos debates do Grulac, além de encontros das mulheres parlamentares. Às 19h30min, haverá a abertura oficial da 128ª Assembleia da União Interparlamentar.

O debate central está previsto para o sábado, a partir das 10h15min. Os parlamentares integrantes do encontro abordarão o tema "Do crescimento sem fim ao desenvolvimento com vistas ao "Buen vivir": novos enfoques, novas soluções". Também serão discutidos pontos de urgência apresentados por Marrocos, Nova Zelândia e Síria. No domingo, os debates serão reiniciados às 9h.

Fonte: Assessoria de Imprensa

Registros pessoais da Senadora Ana Amélia no período de 21 a 24 de março de 2013, feitos através do Twitter, por ocasião da 128ª Assembleia da União Interparlamentar, em Quito, Equador.

1. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemos 21 mar
Uma das riquezas do Equador são as flores! Uma amostra delas para meus seguidores <http://yfrog.com/oduzlhwj>
2. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemos 21 mar
As rosas equatorianas são exuberantes e de todas as cores <http://yfrog.com/gzc25phj>
3. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemos 21 mar
Senador Petcao,deps Marcal Filho ,Claudio Cajado e eu particip da 128 Assembleia da Uniao Interparlamentar. Latinos conf cargo p Mexico
4. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemos 21 mar
Inaugurado ha um mes o novo aeroporto de Quito eh grande,funcional e bonito! E os nossos? Aqui empresas canadenses construíram!
5. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemos 21 mar
Centro de convencoes abriga tb um grande shopping center com restaurantes e paisagismo moderno e bonito!
6. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemos 21 mar
Com aplausos mantido acordo para a vaga do Mexico no Grulac formado p 22 paises <http://yfrog.com/kkdlaywj>
7. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemos 21 mar
Centro de convencoes e shopping em Quito onde ocorre reuniao da Interparlamentar <http://yfrog.com/h68wmwdj>
8. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemos 21 mar
Reuniao dos parlamentos do mundo prossegue amanha em Quito! <http://yfrog.com/obioyeaj>
9. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemo 21 mar
Radicalimo ideologico de Correa não assusta investidores estrangeiros! Vejam o Centro de Conven <http://yfrog.com/ocux0toj>
10. **Ana Amélia Lemos** @anaamelialemo 21 mar
Capital de varios paises cntra no Equador onde a moeda corrente,imaginem eh o dolar americano!

11. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস21-mar)*
Equador tb conta com dinheiro do petroleo que esta com aumento da producao e novas areas!
12. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস22-mar)*
Representante argentino fala sobre as dificuldades na renegotiacao da divida e represen Espanha fala sobre transparencia na governanca!
13. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস22-mar)*
Grupo Latinoamericano/Caribe rejeita plebiscito do Reino Unido p/ populacao das Ilhas Malvinas que decidiu manter-se vinculada a ingleses.
14. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস22-mar)*
Fala agora represen de Portugal no encontro Grulac +tres (Esp.Port e Andorra)! O tema eh boa governanca, crise europeia e ccon emerg da AL!
15. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস22-mar)*
Falei para Tv do Equador sobre a boa governanca a lei de acesso as informacao!Para radio da Venezuela falei sobre politicas p mulheres no Br
16. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস22-mar)*
A pedido de Cuba participantes do Grulac fazem minuto de silencio em memoria a Hugo Chaves!
17. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস22-mar)*
Presidente do Parlatino pede que latinos tenham + protagonismo na UIP-Uniao Interparlamentar!Panama constroi sede para Parlatino US\$17 mil!
18. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস22-mar)*
Na Praca Sao Francisco no centro historico de Quito <http://yfrog.com/od4lnpwvj>
19. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস22-mar)*
Outro angulo da Praca Sao Francisco e a arquitetura colonial espanhola <http://yfrog.com/mmmrflcj>
20. **Ana Amélia Lemos** *(/anaameliালেমোস22-mar)*
Tres alegres engraxates na Praca S Francisco em Quito <http://yfrog.com/gzrapvmj>

21. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
No plenário Nela Martínez Espinosa do Palacio Legislativo de Quito a cerimonia de abertura da 128 assembleia da Uniao Interparlamentaria!
22. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
O nome eh homenagem a primeira mulher parlamentar do Equador! O presidente Rafael Correa presente !
23. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
Fachada da Igreja da Cia de Jesus decorada com laminas de ouro! <http://yfrog.com/00qa2msj>
24. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
Detalhe de pinheiro no centro historico de Quito <http://yfrog.com/h8ujgynj>
25. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
Rafael Correa, presidente do Equador repete Dilma ao dizer que o Papa eh argentino mas Deus eh Brasileiro!
26. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
Presidente da Uniao Interparlamentar foi aplaudido qdo manifestou gde preocupacao com o aumento da violencia contra a mulher no mundo!
27. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
Rafael Correa insiste na democracia participativa e direta! O parlamento, na sua visao, tem pouca relevancia! Oposicao e midia o incomodam!
28. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
@Tyagoamorim sim o centro historico de Quito eh uma heranca da arquitetura colonial espanhola! Mto parecida com Cusco!
29. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
Rafael Correa aproveita plateia para atacar midia, bloqueio a Cuba, neocolonialismo, Malvinas alem de argentinas sao latinoamericanas, disse
30. **Ana Amélia Lemos** / anaamelialemos 22 mar
Aplausos a Correa sao em maior numero de equatorianos! Agora ataca OEA em relacao a Comissao de Direitos Humanos!

31. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Começa a sessão da 128ª Assembleia da União Interparlamentar com 152 países presentes!
32. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
A assembleia debate direitos humanos, crise económica europeia, violência contra a mulher
<http://yfrog.com/klembaouj>
33. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Senador Petecão, dep Marçal Filho e eu pedimos a delegação parlamentar da Bolívia solução para o caso do senador Efraim q está así na Emb Br!
34. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Senador faz oposição ao governo Evo Morales que restringiu acesso na Emb em La Paz
35. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Representação de Portugal na UTP oferece almoço a chefes da delegação de países de língua portuguesa!
Representei o Brasil!
36. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Prossegue assembleia geral focando Direitos Humanos, Violência contra a mulher, desenvolvimento sustentável
<http://yfrog.com/eskfoompj>
37. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Fachada do Centro de Convenções onde se realiza a assembleia! <http://yfrog.com/od8zemvhj>
38. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Interior do Centro de Convenções <http://yfrog.com/mg7jkhwj>
39. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Jardim suspenso na entrada do centro de convenções <http://yfrog.com/keck8brj>
40. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Presid Rafael Correa deveria falar 15 min para saudar parlamentares de 152 países! Falou 1h e 20min e defendeu fim da imunidade parlamentar!

41. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Delegacao do Iraque pede apoio do Senado para aprovar acordo da divida com Clube de Paris!
42. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Iraquianos interessados em conhecer o sistema de votacao no Brasil! Disse-lhes que se trata de tecnologia brasileira!
43. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 23 mar
Hall de acesso a sala das sessoes plenarias no Centro de Convencoes San Francisco <http://yfrog.com/h4v2sjjj>
44. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 24 mar
Visitei o marco que separa hemisferio Norte do Hemisferio Sul em Quito <http://yfrog.com/nym0ovxj>
45. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 24 mar
Aqui estao as coordenadas dessa "metade do mundo" <http://yfrog.com/nypxqdwj>
46. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 24 mar
O parque da "Metade do Mundo" tem museus,restaur,artesanato,teatros e jardins <http://yfrog.com/ntr31hfj>
47. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 24 mar
A vista na avenida central de acesso ao marco da metade do mundo <http://yfrog.com/nxibjymj>
48. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 24 mar
Mapa da metade do mundo! Entrada custa 2 US p pessoa <http://yfrog.com/mnsh6brj>
49. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 24 mar
@JorgeVianaAcre amigo estou em Quito na assembleia geral da Uniao Interparlamentar! Na volta celebramos!
50. **Ana Amélia Lemos** *@anaamelialemos* 25 mar
Cheguei do Equador as 5h25min e estou ainda no Senado no debate sobre a divida dos Estados e Municipios!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu queria cumprimentar a Senadora Vanessa, o Senador Ruben Figueiró, o Senador Paim, todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado. Acabei de chegar do Acre, como os colegas também, certamente, dos seus Estados, e eu, particularmente, estou muito preocupado com a situação dos haitianos e estrangeiros de outras nacionalidades, são 1.280 que estão no Acre hoje – ontem, em Brasília. Passei meu domingo lá e, daqui a pouco, inclusive, vou fazer um pronunciamento sobre este assunto, que é da maior gravidade, e espero, Senadora Vanessa, que encontremos uma solução definitiva para uma situação tão grave como essa.

Mas eu queria cumprimentar todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado e desejar uma boa semana. Tomara que esta seja também uma boa semana de trabalho aqui na nossa Casa. A agenda está intensa e, certamente, espero que seja bem produtiva.

Eu convido para fazer uso da palavra, como primeiro orador inscrito, o Senador Paulo Paim. Em seguida, a inscrição é do Senador Ruben Figueiró, como orador inscrito.

Senador Paim, por se tratar de uma sessão não deliberativa, V. Ex^a dispõe do tempo regimental de 20 minutos.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Paim, que tão bem representa o Rio Grande do Sul nesta Casa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Jorge Viana, Presidente desta sessão e Vice-Presidente da Casa, Senador Ruben Figueiró, Senadora Vanessa Grazziotin, esta minha fala no dia de hoje vai na linha de comentar, primeiro, o encontro que ontem tivemos no Rio de Janeiro. Tivemos a alegria de... (*Pausa.*)

É este telefone, Presidente. Desculpe-me, eu vou desligá-lo, é o único jeito, porque eles sempre me ligam bem na hora que eu vou começar a falar.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – É um instrumento fundamental, mas que nos faz viver um dia de 48 horas às vezes.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Mas eu consegui desligar aqui.

Mas, Presidente, eu estive ontem, pela manhã, na Praia do Leblon, Zona Sul do Rio de Janeiro, participando da caminhada “Mundo Azul – O Brasil precisa conhecer o autismo”.

O evento teve o objetivo de chamar a atenção do País para a causa e os direitos dos autistas. Mais de duas mil pessoas caminharam ali naquele momento, e o momento mais alto, Sr. Presidente, de mais clamor, de mais euforia, de mais satisfação dos pais, mães, líderes e, naturalmente, das crianças que estavam ali, foi quando a apresentadora Xuxa Meneghel, também gaúcha, esteve no evento. Eu confesso que nunca tinha estado pessoalmente com ela. Dei um abraço nela e

lhe disse: “Olha, é de um gaúcho para uma gaúcha”. Ela sorriu e, naturalmente, cumprimentou a todos. Eu fiquei impressionado com o carinho dela para cada um. Não importava a cor da pele, se deficiente ou não, a idade, se criança ou alguém que estava ali, caminhando na praia naquele momento, o carinho da Xuxa com todos foi algo que me impressionou. Sem sombra de dúvida, ela tem um carisma muito grande.

Então, meus cumprimentos à Xuxa Meneghel por estar lá. Uma multidão à sua volta, e ela atendendo a todos, cumprimentando todos, não negando um abraço, um beijo para cada um que se aproximava dela. Eu fiquei impressionado positivamente. Conhecia a Xuxa somente da TV e vi ali não uma apresentadora, mas uma lutadora pelos direitos humanos, com um cuidado enorme com as crianças que estavam à sua volta. Quando ela chegou, centenas de pessoas a cercaram, e ela, com um carinho enorme, atendeu a todos.

Também quero cumprimentar os seguranças da Xuxa, que, com muito cuidado, deixavam que todos se aproximassem, evitando, claro, um tumulto maior. Calculem duas mil pessoas numa caminhada e todos querendo, no mínimo, tocar nela.

Então, parabéns, Xuxa! Parabéns, parabéns mesmo! Eu saí dali muito feliz pela forma como você tratou aquela moçada. Para aquele com a menor idade, Senador Ruben, até para aquele que tem a idade mais avançada, de cabelos brancos, o tratamento dessa atriz, cantora e apresentadora foi o mesmo. Não por ser gaúcha, pois não importa aqui o Estado, não importa sequer o país, mas a pessoa que eu vi ali foi de uma enorme grandeza. Meus cumprimentos não só à Xuxa, mas também – repito – aos seus seguranças, àqueles que a acompanhavam, todos dando um tratamento muito, muito elegante, qualificado, de alto nível para todos que se aproximavam.

Enfim, também estava na caminhada conosco a líder da Associação em Defesa dos Autistas, Berenice Piana de Piana, que eu recebi aqui, no Senado, quando ela veio com a ideia da proposta de uma lei nacional para os autistas. Eu abracei a causa e, felizmente, para nossa alegria, na Comissão de Direitos Humanos, escrevemos o projeto, de forma coletiva, com os líderes do movimento. Em resumo, hoje é lei. É claro que teve a participação de Senadores e Deputados.

Eu quero dizer que fiquei muito emocionado. Foi um momento lindo. Foi uma honra e – posso dizer – um dos momentos mais bonitos da minha vida pela emoção das crianças autistas que ali estavam.

Percebemos ali que o que nós ajudamos a semear estava dando resultado para mais de dois milhões de famílias que, de uma forma ou de outra, vivem com essa questão.

Lembro que, em dezembro do ano passado, a Comissão de Direitos Humanos, que então eu presidia, aprovou o PLS nº 168, que instituía a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, de forma definitiva.

O que nós aprovamos foi para a Câmara, onde ele sofreu uma pequena alteração, voltando para nós. Aí, houve a participação direta – quero destacar aqui – dos Senadores Wellington Dias e Lindbergh Farias, que foram os Relatores, na figura de quem cumprimentamos todos os Senadores, e, na Câmara, da Deputada Federal Mara Gabrilli, que foi a Relatora lá.

Assim, Sr. Presidente, o projeto foi encaminhado à Presidenta Dilma.

Muito diziam que, porque ia haver alguns gastos na área da saúde, ele poderia ser vetado. Mas ele teve o apoio do Ministro Padilha, da Saúde, e da Ministra Gleisi, da Casa Civil. Quero dizer que a Ministra Gleisi foi muito companheira no encaminhamento do projeto para a sanção. Ele teve o apoio do Ministério do Trabalho, do Ministério da Fazenda e, claro, teve o apoio mais fundamental de todos, que foi o da Presidenta Dilma, que sancionou a lei para alegria de milhões e milhões de brasileiros e brasileiras.

A lei estabelece direitos fundamentais do autista e equipara o portador desse transtorno à pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, o que até então não existia. Além disso, cria um cadastro único dos autistas com a finalidade de produzir estatísticas nacionais sobre essa questão.

Quero dizer que, no final da caminhada, recebi uma homenagem de autistas, familiares e amigos, com uma bela placa, que, naturalmente, ficará comigo para sempre, no gabinete ou mesmo quando eu retornar, de forma definitiva, para o meu Rio Grande, porque um dia, é claro, vamos ter de... Não seremos parlamentares eternos, mas voltarei abraçado a essa placa, que diz:

Mérito Autista. Grupo de Pais Mundo Azul – Medalha Mérito Autista.

O grupo de pais Mundo Azul consagra [diz a placa, Senador Ruben] o título de padrinho azul, por todo seu empenho e apoio na causa da pessoa com autismo no Brasil e pela coragem de lutar ao nosso lado pela aprovação da Lei nº 12.764, que trará a essas pessoas uma condição de vida melhor.

Eu agradeço a todos. Foi muito gostoso estar aí com os autistas, com os familiares. Almocei com eles. Fizeram questão de me levar até o Cristo, ao Bondinho, enfim. Foi um domingo de muita alegria.

Senado Ruben, eu saí de casa, daqui de Brasília, às quatro e meia da manhã e voltei às dez da noite, mas

voltei com a alma lavada, com o coração batendo mais forte, ciente do dever cumprido. Não sou Senador pelo Rio de Janeiro. Senador Jorge Viana, permita-me dizer que o Senador Lindbergh estava em uma atividade no interior do Rio mas me ligou cumprimentando-me por eu estar lá naquele momento, já que ele foi um dos Relatores da matéria.

Senador Ruben, por favor.

O Sr. Ruben Figueiró (Bloco/PSDB – MS) – Senador Paulo Paim, estou participando da alegria de V. Ex^a. Realmente, o trabalho que V. Ex^a realiza em favor das minorias, dos deficientes, dos marginalizados deve ser proclamado por toda a Nação brasileira. Conheço o trabalho das associações que cuidam dos autistas. Ainda no dia 1º de abril, em Campo Grande, houve uma solenidade comemorativa em que se exaltou o trabalho da Associação. Agora, com muito prazer, tomo conhecimento de que a lei que estabelece as diretrizes de apoio aos autistas é de autoria de V. Ex^a, como tantas outras que V. Ex^a tem trazido para a legislação brasileira. Neste instante, quero cumprimentá-lo, prestar minhas homenagens a um dos cidadãos que mais tem velado pelas minorias de nosso País, em todos os sentidos. V. Ex^a recebeu, no Rio de Janeiro, as homenagens de todo o povo brasileiro. V. Ex^a tem toda razão de se rejubilar com o acontecimento. Quero, sinceramente, associar-me àqueles que o aplaudiram nessa caminhada que se realizou em homenagem ao Dia do Autista. Minhas homenagens, repito, a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Ruben, sempre muito elegante, um diplomata. Repito o que já disse algumas vezes: tenho muito orgulho de dizer ao Brasil que fui constituinte, que escrevemos juntos a Constituição Cidadã, juntamente com Lula, Mário Covas, Ulysses Guimarães, Fernando Henrique Cardoso, Cabral e tantos outros, o Fogaça, eu me lembro, lá do meu Rio Grande do Sul, o meu querido Bisol. Enfim, foi uma alegria estar lá com vocês e estar hoje aqui com V. Ex^a. Muito obrigado pelo aparte.

Sr. Presidente, quero também registrar que eu tenho andado mais pelo Rio Grande. Como não estou mais presidindo uma comissão, eu me dou o direito de viajar um pouco mais nos finais de semana pelo Rio Grande e pelo Brasil, dialogando, sentindo lá, como a gente diz, no chão da fábrica, nas ruas, nas vilas, nos bairros, nas escolas, o dia a dia da nossa gente.

Então, estou também reafirmando que, nos dias 11, 12 e 13 de abril, portanto, quinta, sexta e sábado próximos, estarei em Aracaju, capital do Estado de Sergipe, participando do 1º Seminário Nacional de Aposentados, Pensionistas e Idosos de 2013 – o primeiro deste ano; já tivemos centenas. O evento é promovido pela Cobap – Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, que é liderada pelo Pre-

sidente Warley, e também pela Federação das Associações dos Aposentados e Pensionistas e Idosos do Estado de Sergipe, a Faapise. Essa mobilização terá a participação de representantes da categoria de todos os Estados brasileiros: sindicatos de base, federações, confederações e centrais sindicais. Nós, naturalmente, confirmamos presença num dos painéis para falar sobre a Previdência que queremos, na visão dos trabalhadores e dos aposentados, e sobre aquilo que está em debate aqui no Congresso Nacional.

O movimento, conforme fui informado pelos organizadores, visa programar uma grande cruzada nacional em defesa dos direitos dos aposentados e pensionistas, buscando reajustes reais para a categoria e, naturalmente, o fim do fator previdenciário. Os aposentados, assim, estão dando um belo exemplo de mobilização em defesa dos seus direitos e de suas necessidades. Que bom ver esse movimento, que é não só dos aposentados, mas de outros setores organizados da sociedade.

Por fim, Sr. Presidente, quero falar um pouco sobre outro tema: o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Trata-se de projeto de que sou autor, já aprovado aqui no Senado há muito tempo, e que está na Câmara. Agora estamos nos encaminhando para a fase final de sua tramitação, para que o País tenha o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Então, Sr. Presidente, venho a esta tribuna, no dia de hoje, para falar de algo que, para mim, é motivo de muita alegria. Quero dividir com vocês, com todos, o fato de que a Ministra Maria do Rosário montou um Grupo de Trabalho que analisa o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência que o Senado já votou, mas que a Câmara não votou. Já analisaram 90% do trabalho realizado pelo Senado, e, nessa análise, avançamos na melhoria da redação final, restando agora apenas alteração da Lei nº 8.213, de 1991, na parte que trata das reservas de vagas para as pessoas com deficiência nas empresas, bem como os itens que tratam de criminalizar o preconceito contra a pessoa que tem algum tipo de deficiência.

A finalidade desse GT é analisar o projeto do estatuto, incorporar à sua redação os novos conceitos introduzidos pelo debate internacional sobre o tema da deficiência e apresentar uma sugestão de texto final para apreciação da Câmara e, depois, do Senado com base naquilo que nós já produzimos aqui.

É preciso destacar que, para o sucesso desse trabalho, está sendo imprescindível o apoio da Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e do Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o amigo e líder Antonio José.

Antes de começar os trabalhos, o GT assumiu o compromisso de que todas as conquistas das pessoas

com deficiência seriam mantidas e não se perderiam pela elaboração de um novo instrumento.

Sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos, o Grupo de Trabalho está formado por representantes da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, especialistas da área, Ministério Público, OAB e Parlamentares e seus representantes.

A legislação brasileira para a área da deficiência encontra-se hoje esparsa, presente em decretos, regulamentos, portarias, resoluções. Existe, então, a necessidade de um instrumento legal e de maior robustez para essa legislação, que vai beneficiar, hoje, sem medo de errar, cerca de 30 milhões de pessoas.

É preciso reconhecer que, ao longo de décadas, foram enormes as conquistas feitas pelos movimentos das pessoas com deficiência na promoção de direitos dessa significativa parcela da população. Mas os conceitos são dinâmicos, e as leis precisam acompanhar os avanços dos debates.

É do conhecimento de todos que, em 25 de agosto de 2009, foi promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, processo este que se efetivou pelo Decreto nº 6.949, primeiro documento internacional a se incorporar ao nosso escopo legal com *status* de Emenda Constitucional, conforme consta no art. 5º, §3º, da nossa Constituição.

A convenção internacional determina que os Estados membros formulem leis que protejam e promovam direitos das pessoas com deficiência.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência orienta a legislação em âmbito internacional. O Estatuto, por sua vez, vai dar um norte às demais normas brasileiras e às políticas públicas de promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

Conforme determina a própria Convenção, o Estatuto destina-se a estabelecer as diretrizes e normas gerais, bem como os critérios básicos para assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e à cidadania plena e efetiva.

Não canso de repetir que um dos maiores avanços trazidos pela convenção internacional e que considero uma verdadeira revolução é o modelo que passa a classificar a deficiência. De acordo com esse modelo, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ou seja, a classificação de deficiência passa a ser médica e social: a avaliação médica terá como base...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... as deficiências nas funções e nas estruturas do corpo; já a avaliação social levará em consideração os fatores ambientais e pessoais.

A partir dessa compreensão, a deficiência passa a ter um componente político, afinal, as barreiras que dificultam ou até impossibilitam a inclusão e a emancipação da pessoa com deficiência devem ser eliminadas por intermédio de ações do Estado em políticas públicas de urbanização, acessibilidade, transporte, trabalho, educação. Enfim, em todas as áreas, em todas as políticas públicas deve estar presente o princípio da acessibilidade.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Senador Paim...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Já passarei, em seguida, a palavra a V. Ex^a. Vou só concluir esse raciocínio.

Em total consonância com a convenção, o Estatuto define acessibilidade como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança...
(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... e autonomia, dos espaços, mobiliários e também equipamentos *(Fora do microfone.)* urbanos, das edificações, dos transportes, da informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso público, tanto na zona urbana, rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Assim, estaríamos buscando um espaço melhor, para as pessoas com deficiência ou com a mobilidade reduzida.

Em outro artigo, o Estatuto diz que o Estado deverá incentivar a produção científica, tecnológica na área das deficiência, principalmente no campo das tecnologias assistivas. Deverá apoiar a criação de cursos de pós-graduação que formem recursos humanos e estabeleçam diretrizes para a área do conhecimento.

Aqui, eu dizia 30 milhões, mas são muitos mais, Senador Ruben, Senadora Vanessa: são mais de 45 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência, segundo o censo do IBGE de 2010, a maioria delas é de pobres, negros e brancos...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... sexo feminino, tem mais de 40 anos, tem baixa escolaridade, baixos rendimentos e se encaixa no grupo de pessoas sem ocupação ou economicamente inativas. Ou seja, 24% da população brasileira vive, em algum grau, os desafios de estar em uma sociedade na qual a população ocupada com pelo menos uma das deficiências investigadas representa 23,6%, ou seja, 20,3 milhões do total ocupado – 86,3 milhões no País. Além disso,

mais da metade (53,8%)... Aqui, a seguir, vão todos os dados que mostram as estatísticas em nível nacional, e mesmo em nível internacional.

Antes de passar para a Senadora, só quero terminar. Faço questão de registrar as impressões pessoais de assessores do meu gabinete que me representam no Grupo de Trabalho. Palavras deles: “Lá, Senador, “são momentos de um convívio maravilhoso”; “lá, Senador, a alegria e o empenho com que todos se dedicavam na análise do Estatuto e na redação do novo texto é algo impressionante”; “lá, Senador, é um espaço onde aprendemos e trocamos conhecimento e experiência.”. E, ainda, palavras do Luciano, um dos que faz parte do GT e é cego: “Além da satisfação com o trabalho...
(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ... esses meses de GT serviram também para fazermos amigos. Temos certeza de que o resultado do GT será excelente, não só pelo empenho e dedicação de todos, mas também pela atmosfera de cordialidade, de respeito e de amizade, onde todos só querem o bem comum”.

Por fim, eles dizem – tanto a Lone, que é assessora nessa área, quanto o meu amigo Luciano, que é deficiente visual: “A riqueza do trabalho não se deu apenas pela análise do Estatuto e das sugestões incorporadas ao texto, mas também nas conversas descontraídas e o entendimento e a compreensão de todos de um tema tão importante”.

Quero agradecer, então, a todos, do fundo do meu coração, que estão trabalhando para construir a redação final do Estatuto.

Termino, Sr. Presidente, com essas poucas palavras, referindo-me ao Grupo de Trabalho.

O que era um Grupo de Trabalho tornou-se também um grupo de amigos onde a alegria fazia parte dos encontros. Foram semanas de trabalho intenso, de convívio intenso, de uma forte troca de experiências, troca de energias salutares, de profundo respeito à opinião do outro; foram momentos ricos de discussão, de debate, de construção coletiva, de momentos de se dar a mão, de colaboração, de ouvir a voz da alma e do coração. Jamais vou esquecer os momentos de aprendizado, de diálogos construtivos, jamais vou me esquecer dos momentos de risos, de alegria produtiva, mas não posso mesmo é deixar de agradecer, agradecer pelo trabalho feito, pelos momentos agradáveis, pela oportunidade de trabalhar, de aprender e de fazer amigos.

Essa é a redação feita por alguns, entre eles o Luciano, que, repito, é deficiente visual, dando conta de como eles sentiram no Grupo de Trabalho.

Senadora Vanessa, é com alegria que lhe concedo um aparte, com a tolerância do meu Presidente.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Eu serei breve. Quero apenas cumprimentá-lo, Senador Paim. O seu pronunciamento explica a importância de seu projeto, instituindo o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Há muita gente que questiona o porquê do Estatuto do Idoso, o da Juventude, que deveremos votar esta semana em plenário, e o das Pessoas Portadoras de Deficiência. Os problemas relativos a essas parcelas importantes da nossa sociedade geralmente são tratados de forma dispersa. Assim, ter um instrumento que seja aquele instrumento não só dá uma visibilidade maior à questão, como também um senso de responsabilidade à sociedade, que é algo fantástico, Senador Paim. Por isso, quero cumprimentá-lo por mais esta iniciativa. E quero repetir aqui o que ouvi do Presidente do Senado Federal: Senador Paim, V. Ex^a sem dúvida alguma é um exemplo não só para esta Casa como para o Brasil do que é ser um legislador. V. Ex^a tem-se mostrado muito preocupado em apresentar projetos, em trazer para cá ideias, sempre visando à melhoria da qualidade de vida da nossa querida gente brasileira. Parabéns! Mais uma vez estamos juntos nessa luta para, também, aprovarmos o Estatuto da Pessoa com Deficiência. O Senado já o aprovou; está, agora, na Câmara. Contudo, ir à Câmara é muito fácil. Então, precisamos ir lá e fazer gestões, para que lá também o debate transcorra rapidamente, e a gente veja mais essa importante vitória para os deficientes, que, infelizmente, sofrem tanto no País. Parabéns, Senador!

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin, pelo seu aparte.

Eu peço ao Presidente que incorpore, na íntegra, o meu pronunciamento.

Sr. Presidente, eu pediria a V. Ex^a que, se puder, considere na íntegra tanto o evento que comentei que teremos com os aposentados de Aracaju, lá em Sergipe, visando a uma grande cruzada nacional em defesa dos seus interesses, quanto o que comentei sobre grande parte do evento dos autistas, no Rio de Janeiro. Também a homenagem que aqui fez a Berenice Piana, que é a grande líder deles, e a que fiz ao Presidente Cotta, da entidade também, e à apresentadora Xuxa Meneghel, pela forma como ela, brilhantemente, atendeu a todas aquelas milhares de pessoas que estavam lá no Rio de Janeiro, para aquela caminhada, na qual tive a alegria de estar junto, num momento tão bonito.

Peço, então, a V. Ex^a que considere isso na íntegra. *(Soa a campanha.)*

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Por fim, também na íntegra, o que comentei sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Era isso.

Obrigado, Sr. Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estive ontem pela manhã na Praia do Leblon, zona sul do Rio de Janeiro, participando da caminhada “Mundo Azul – O Brasil precisa conhecer o autismo”.

O objetivo do evento foi chamar a atenção do país para a causa e os direitos dos autistas. Mais de 2 mil pessoas caminharam. Entre elas a apresentadora Xuxa Meneguel e a líder da Associação Nacional em Defesa do Autista, Berenice Piana de Piana. Fiquei emocionado com o convite para estar lá. Foi uma honra e um dos momentos mais bonitos da minha vida. O que nós ajudamos a semear está começando a dar resultados para mais de dois milhões de famílias.

Em dezembro do ano passado, a Comissão de Direitos Humanos do Senado, então presidida por mim, aprovou o PLS 168 sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Destaco o belo trabalho de relatoria feito pelos senadores Wellington Dias e Lindberg Farias nessa casa, e na Câmara pela deputada federal Mara Gabrille.

Sr. Presidente, logo em seguida o projeto foi sancionado pela presidenta Dilma Rousseff.

A Lei estabelece direitos fundamentais do autista e equipara o portador desse transtorno à pessoa com deficiência para todos os efeitos legais.

Além disso, cria um cadastro único dos autistas com finalidade de produzir estatísticas nacionais sobre o problema.

Sr. Presidente, no final da caminhada eu recebi uma homenagem de autistas, familiares e amigos de autistas. Uma bela de uma placa, com os seguintes dizer:

“Mérito Autista. Grupo de Pais Mundo Azul – Medalha Mérito Autista...”

O grupo de pais Mundo Azul consagra o título de padrinho azul, por todo seu empenho e apoio na causa da pessoa com autismo no Brasil e pela coragem de lutar ao nosso lado pela aprovação da Lei 12.764, que trará a essas pessoas uma condição de vida melhor.”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nos dias 11, 12 e 13 de abril, portanto, quinta, sexta e sábado próximos, acontecerá na cidade de Aracaju, capital do estado de Sergipe, o Primeiro Seminário Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos 2013. Evento promovido pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (COBAP), cujo presidente Warley Martins Gonçalves, está sempre na luta e pela Federação das Associações de Aposentados, Pensionistas e Idosos do Estado de Sergipe

(FAAPISE), que tem como presidente nosso também companheiro de luta, João Valdir de Souza. Essa mobilização terá a participação de representantes da categoria de todos os estados brasileiros: sindicatos de base, federações, confederações e centrais sindicais. Eu já confirmei a minha presença.

O movimento vai programar uma grande cruzada nacional em defesas dos direitos dos aposentados e pensionistas e por reajustes reais e pelo fim do fator previdenciário.

Sr. Presidente, os aposentados estão dando um belo exemplo de mobilização em defesa dos seus direitos e suas necessidades. Que bom que outras categorias façam o mesmo.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna, no dia de hoje, para falar com vocês algo que para mim, é motivo de enorme alegria.

Quero compartilhar com todos o fato de que o Grupo de Trabalho que analisava o projeto do Estatuto da Pessoa com Deficiência concluiu 90% do seus trabalhos, restando agora apenas alterações na lei 8.213 de 1991 na parte que trata da reserva de vagas para pessoas com deficiência nas empresas, bem como os itens que tratam das criminalizações.

A finalidade deste GT é analisar o projeto do estatuto, incorporar à sua redação os novos conceitos introduzidos pelo debate internacional sobre o tema da Deficiência e apresentar uma sugestão de texto para apreciação do Congresso Nacional.

É preciso destacar que, para o sucesso deste trabalho está sendo imprescindível o apoio da Ministra de Direitos Humanos Maria do Rosário e do Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Antônio José.

Antes de começar os trabalhos, o GT assumiu o compromisso de que todas as conquistas das pessoas com deficiência seriam mantidas e não se perderiam pela elaboração de um novo instrumento.

Sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos, o grupo de trabalho era formado por representantes da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, especialistas da área, Ministério Público, OAB e parlamentares.

A legislação brasileira para a área da deficiência encontra-se esparsa, presente em decretos, regulamentos, portarias, resoluções. Existe, então, a necessidade de um instrumento legal que dê maior robustez a essa legislação.

É preciso reconhecer que, ao longo de décadas, foram enormes as conquistas feitas pelos movimentos de pessoas com deficiência na promoção de direitos dessa significativa parcela da população, mas os con-

ceitos são dinâmicos e as leis precisam acompanhar os avanços dos debates.

É do conhecimento de todos que em 25 de agosto de 2009 foi promulgada a Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência. Processo este que se efetivou pelo decreto 6949, primeiro documento internacional a se incorporar ao nosso escopo legal com status de emenda à constituição, conforme consta do artigo 5º, parágrafo 3º da Constituição Federal.

A Convenção Internacional determina que os estados membros formulem leis que protejam e promovam direitos das pessoas com deficiência.

A Convenção Internacional sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência orienta a legislação em âmbito internacional. O Estatuto, por sua vez, norteará as demais normas brasileiras e as políticas públicas de promoção dos direitos da pessoa com deficiência.

Conforme determina a Convenção, o Estatuto destina-se a estabelecer as diretrizes e normas gerais, bem como os critérios básicos para assegurar, promover e proteger o exercício pleno e em condições de igualdade de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais para as pessoas com deficiência, visando a sua inclusão social e cidadania plena e efetiva.

Sr^a e Srs. Senadores, eu não canso de repetir que um dos maiores avanços trazidos pela Convenção Internacional e que considero uma verdadeira revolução, é o modelo que passa a classificar a deficiência.

De acordo com este modelo, pessoa com deficiência é aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Ou seja, a classificação da deficiência passa a ser médica e social: a avaliação médica terá como base as deficiências nas funções e nas estruturas do corpo.

Já a avaliação social, levará em consideração os fatores ambientais e pessoais.

A partir dessa compreensão a deficiência passa a ter um componente político, afinal as barreiras que dificultam ou até impossibilitam a inclusão e a emancipação da pessoa com deficiência devem ser eliminadas por intermédio de ações do Estado em políticas públicas de urbanização, transporte, trabalho, educação. Em todas as políticas públicas deve estar presente o princípio da acessibilidade.

Em total consonância com a convenção, o Estatuto define acessibilidade como sendo a possibilidade e condição de alcance para a utilização com segurança e autonomia dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes da informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público

ou de uso público, tanto na zona urbana quanto na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em outro artigo, o Estatuto diz que o Estado deverá incentivar a produção científica e tecnológica na área das deficiências, principalmente no campo das tecnologias assistivas.

Deverá também apoiar a criação de cursos de pós-graduação que formem recursos humanos e estabeleçam diretrizes para a área do conhecimento.

Sr. Presidente, são mais de 45 milhões de pessoas que têm algum tipo de deficiência, segundo o censo do IBGE de 2010. A maioria delas são negros, do sexo feminino, tem mais de 40 anos, tem baixa escolaridade, baixos rendimentos e se encaixam no grupo de pessoas sem ocupação ou economicamente inativas.

Ou seja, 24% da população brasileira vive, em algum grau, os desafios de estar em uma sociedade na qual a população ocupada com pelo menos uma das deficiências investigadas representa 23,6% (20,3 milhões) do total ocupado (86,3 milhões) no país. Além disso, mais da metade (53,8%) dos 44 milhões de pessoas com deficiência em idade ativa (10 anos ou mais) estava desocupada ou não era economicamente ativa. Em relação ao total da população desocupada ou não economicamente ativa, que somava 75,6 milhões em 2010, as pessoas com deficiência representam 31,3%. Uma sociedade na qual 61,1% da população de 15 anos ou mais com deficiência não tem instrução ou cursaram apenas o fundamental incompleto. Com isso, só conseguem empregos com baixa remuneração. Uma sociedade em que apenas 4% das ruas possuem rampas de acesso para cadeirantes.

Sr^{as} e Srs. Senadores, esse Estatuto será um instrumento valoroso para as pessoas com deficiência e as reuniões, os debates, as deliberações desenvolvidas por esse Grupo de Trabalho estão sendo, sem sombra de dúvida, fundamentais para seu enriquecimento.

Faço questão de registrar impressões pessoais de assessores do meu Gabinete que me representam no Grupo de Trabalho.

Palavras deles:

“foram momentos de um convívio maravilhoso”;

“a alegria e o empenho com que todos se dedicavam na análise do estatuto e na redação do novo texto era algo impressionante”;

“era um espaço para aprendermos e trocarmos conhecimentos e experiências”;

“além da satisfação com o trabalho, esses meses de GT serviram também para fazermos amigos”;

“temos certeza de que o resultado do GT será excelente, não só pelo empenho e dedicação de todos, mas também pela atmosfera de cordialidade, de respeito e de amizade que envolvia os trabalhos”;

“a riqueza do trabalho não se deu apenas pela análise do estatuto e das sugestões a serem incorporadas ao texto, mas também nas conversas descontraídas e aparentemente despretensiosas”

Sr. Presidente, quero agradecer, do fundo do meu coração, do fundo da alma, a todos que estão contribuindo na construção do Estatuto, afinal, alguns dos participantes vieram, inclusive, de outros estados, deixando suas atividades e suas famílias para contribuir, para somar esforços, na construção de um documento que levará a sociedade brasileira a uma realidade mais humana.

Antes de terminar, gostaria de ler um poema que me permitiu perceber toda a riqueza deste trabalho e dos bons momentos e da convivência agradável vivida por essa corrente pró Estatuto da Pessoa com Deficiência.

GRUPO DE TRABALHO?

era um grupo de trabalho
tornou-se também um grupo de amigos
onde a alegria fazia parte dos encontros
foram semanas de trabalho intenso
de convívio intenso
de uma forte troca de experiências
troca de energias salutares
de profundo respeito à opinião do outro
foram momentos ricos de discussão,
de debate, de construção
momentos de se dar a mão
de colaboração
jamais vou esquecer os momentos de aprendizado
de diálogos construtivos
jamais vou esquecer dos momentos de risos
de alegria produtiva
mas não posso mesmo é deixar de agradecer
agradecer pelo trabalho feito
pelos momentos agradáveis
pela oportunidade de trabalhar
de aprender
e de fazer amigos

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a, meu caro colega, Senador Paim, será atendido em seu pedido, conforme o Regimento.

Eu queria cumprimentá-lo também por, de alguma maneira, representar todos aqueles que são dessa causa. E essa atividade no Rio, na qual V. Ex^a pôde estar presente, eu acho que merecia o registro que fez aqui neste plenário. É um avanço, e esse avanço foi graças a colegas como V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu leio Expediente sobre a mesa.

A Presidência designa o Senador Armando Monteiro para integrar, como suplente, a Comissão de Meio

Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização, nos termos do **Ofício nº 78, de 2013**, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 78/2013-BLUFOR

Brasília, 8 de abril de 2013

Senhor Presidente,

Com meus cordiais cumprimentos e nos termos regimentais, dirijo-me a Vossa Excelência para indicar, pelo Bloco Parlamentar União e Força o Senador Armando Monteiro como membro Suplente para integrar

a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA, desta Casa.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência protesto de estima e consideração.

Atenciosamente, – Senador **Gim**, Líder do Bloco Parlamentar União e Força PTB/PR/PSC/PPL.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O Senado Federal recebeu a **Mensagem nº 22, de 2013** (nº 118/2013, na origem), da Senhora Presidente da República, submetendo à apreciação desta Casa a indicação do Sr. Paulo Sérgio Oliveira Passos, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

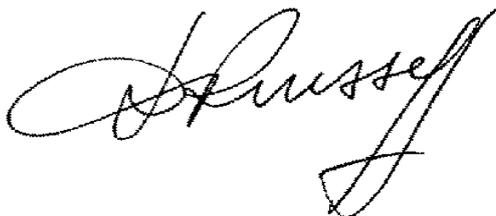
É a seguinte a Mensagem:

**MENSAGEM
Nº 22, DE 2013
(nº 118/2013, na origem)**

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Brasília, 4 de abril de 2013.



Paulo Sérgio Oliveira Passos
CURRICULUM VITAE
Brasília – DF

Dados Pessoais:

Nome: Paulo Sérgio Oliveira Passos

Nacionalidade: Brasileira

Profissão: Economista

Carteira de Identidade: 00.671.890-67

CPF: 128.620.881-53

Filiação: Walter de Oliveira Passos
Célia Oliveira

Natural: Muritiba – BA

Estado Civil: Casado

Data Nascimento: 13/12/1950

Formação Acadêmica:

- Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia.
- Técnico em Planejamento pelo II Curso de Formação de Técnicos para o Sistema Nacional de Planejamento – Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas – São Paulo – SP.

Experiência Profissional:

- **No Ministério dos Transportes**

Assessor e Coordenador da Coordenadoria de Acompanhamento e Avaliação da Programação (1973/1980)

Assessor e Coordenador da Coordenadoria de Programação Orçamentária (1980/1986)

Secretário de Programação Financeira e Orçamento (1986/1990)

Secretário Executivo (dez/2001 – jan/2003)

Secretário de Desenvolvimento (jan/2003 – jun/2003)

Secretário de Gestão dos Programas de Transportes (jun/2003 – abr/2004)

Secretário Executivo (abr/2004 – março/2006)

Ministro de Estado dos Transportes (março/2006 – março/2007)

Secretário Executivo (abril/2007 – 31/03/2010)

Ministro de Estado dos Transportes (31/03/2010 - 31/12/2010)

Secretário Executivo (fev/2011 - 11/07/11)

Ministro de Estado dos Transportes Interino (06/jul;2011 - 11/07/2011)

Ministro de Estados dos Transportes (12/07/2011 a 03/04/2013)

- **No Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**

Secretário de Orçamento Federal Adjunto (1993)

Secretário de Orçamento Federal Adjunto (1995/2001)

- **Na Câmara dos Deputados**

Assessor Parlamentar (1994)

- **No Ministério do Bem-Estar Social**

Secretário de Administração Geral (1992/1993)

- **Na Secretaria Nacional de Transportes do Ministério de Infra-Estrutura**

Assessor do Gabinete do Secretário Nacional de Transportes (1990/1991)

Coordenador-Geral de Transportes Rodoviários (1991/1992)

Outras Experiências:

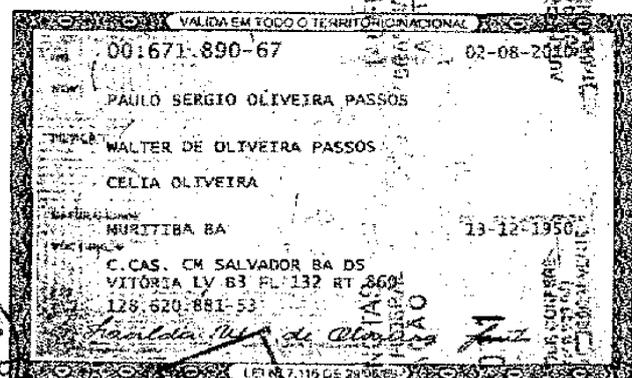
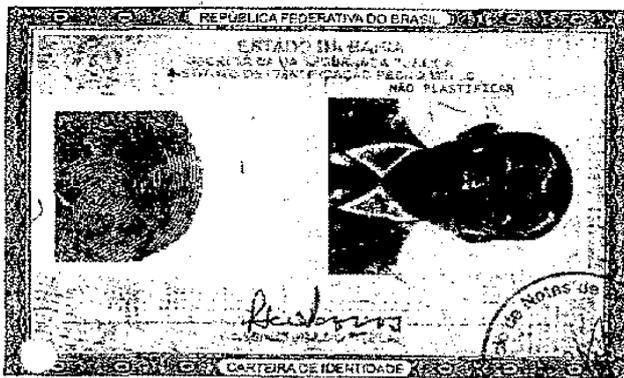
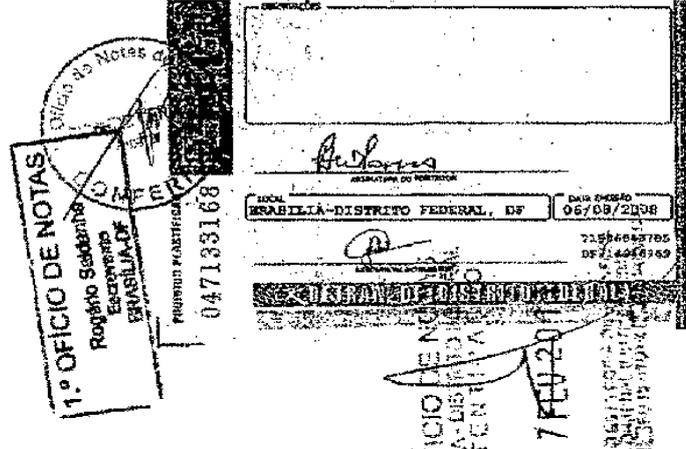
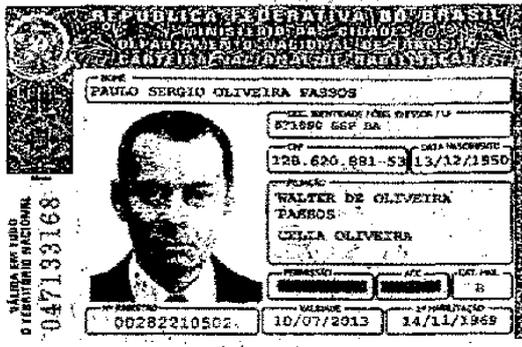
- Membro do Conselho Nacional de Seguridade Social (1992/1993)
- Membro do Conselho de Administração da Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP (1990/1992), da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ (2002/2003), da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU (2002), da Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA (1989/1990) (2001/2002) (2003/2006), do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT (2001/2002) (2004/2006) (2007/março2010), da Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A (2001/2002) (2004/2006) e do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante (2004/2006) (2007/março2010).
- Membro do Conselho Fiscal da Companhia das Docas do Estado da Bahia – CODEBA (1980/1983), Empresa de Portos do Brasil S.A – PORTOBRÁS (1983/1984), Rede Ferroviária Federal S.A – RFFSA (1984/1985) e Companhia Docas do Estado de São Paulo – CODESP (1986/1989).

Condecorações

- Medalha do Mérito Ferroviário.
- Medalha do Mérito Mauá.
- Ordem do Mérito Militar – Grande Oficial.
- Ordem do Mérito Rio Branco – Grande Oficial.
- Ordem do Mérito Rio Branco ao Grau de Grã Cruz
- Ordem do Mérito Naval – ao Grau de Grande Oficial.
- Heróis da Batalha do Jenipapo – Ordem Grã-Cruz.
- Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística – NTC – Serviços Relevantes.
- Ordem do Mérito Rio Branco ao Grau de Grã Cruz do Rio Branco.
- Ordem do Mérito Legislativo do Estado de Minas Gerais, no Grau Grande Mérito.

Brasília, Abril 2013





Aviso nº 235 - C. Civil.

Em 4 de abril de 2013.

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO SÉRGIO OLIVEIRA PASSOS para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Atenciosamente,

GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Serviços de Infraestrutura)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Volto à lista de oradores inscritos.

Convido o nobre Senador Ruben Figueiró para fazer uso da palavra, como orador inscrito

Em seguida, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em primeiro lugar, tenho certeza de que V. Ex^a traz do Acre notícias auspiciosas sobre a recuperação da saúde do nosso querido amigo e ex-Deputado, seu progenitor, Wildy Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Estive com ele, inclusive, no fim de semana. Almoçamos, ontem, lá no Shopping Rio Branco: eu, ele, minha mãe, minha irmã. Todos nós estávamos juntos.

Sempre que estou com ele, ele fala de V. Ex^a, que foi contemporâneo dele na Câmara dos Deputados. E não duvido até de ele estar nos assistindo a esta hora.

Desculpe-me pela interrupção, Senador.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, é consabido que o meu Estado, Mato Grosso do Sul, apascenta um rebanho bovino que supera a 21 milhões de reses, talvez o segundo maior do Brasil, após o Estado irmão, Mato Grosso. Levando-se em consideração a área de apascentamento, Mato Grosso do Sul, por certo, possui a maior taxa de lotação bovina por hectare.

Em recente depoimento à imprensa, um dos mais conceituados pesquisadores da Embrapa Gado de Corte, situada na minha cidade, Campo Grande, o Dr. Armindo Kichel disse que a taxa de desfrute em Mato Grosso do Sul está em torno de 20%, considerando a proporção de animais abatidos e comercializados em relação à quantidade total do rebanho. Esse índice é o maior entre os Estados produtores de bovinos do Brasil.

Tal auspicioso resultado é um testemunho eloquente do desenvolvimento das técnicas para a criação, recreação e engorda praticada pelos produtores pecuaristas do meu Estado, Mato Grosso do Sul. A relevância desse dado ressalta o quanto avançou este importante segmento da economia nacional: a pecuária de corte bovina.

Tomo a liberdade de focalizar desta tribuna do Senado algumas das principais impressões do cientista Armindo Kichel, para que fiquem gravadas nos anais desta Casa.

Segundo captou a jornalista Cristiane Reis, da Via Livre, transcrito na edição de março do mensário *Folha*

do Fazendeiro, editado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrissul), o Dr. Kichel considera em expressão tanto interessante quanto hilária que o sistema de produção pecuária em Mato Grosso do Sul é “um grande boitel”. E justifica: “Quanto mais tecnificada for a propriedade, melhor serão os resultados”.

Para ele, quanto mais cedo os animais forem abatidos, menores serão os custos. E mais: a arroba de um boi abatido por volta dos 36 meses tem um custo de produção médio de R\$85,00. Se o *checkout* for feito aos 24 meses, o custo cai para R\$70,00. Ou seja, ele defende que, para as fazendas que desenvolvem o ciclo completo da pecuária, haverá aumento da taxa de desfrute da propriedade, se houver redução da idade do abate.

Mas o Dr. Armindo Kichel adverte que abater mais cedo não é, nas palavras dele, “entupir o boi de ração”. Ele ressalta a importância fundamental do investimento em boa genética, pastagens, sistema de criação, sanidade do rebanho e suplementação. Também cita a natalidade, a fertilidade, o sistema de criação como outros fatores determinantes para garantir a boa taxa de desfrute da propriedade.

Ele faz uma análise de como a tecnologia interfere positivamente na produção de carne. Segundo seus cálculos, em áreas degradadas, a produção é de 30 quilos/ha/ano. Em pastagem intensiva, sobe para 90 kg/ha/ano. **Quando é em pastagem intensiva com suplemento**, a produção pode subir para 120 kg de carne/ha/ano. **Agora, se houver a reunião de pastagem intensiva, suplemento, confinamento e integração lavoura-pecuária**, a taxa de desfrute da propriedade subirá para 35%, com produção de carne de 230 kg/ha/ano!

Essa é uma demonstração matemática do quanto a pesquisa e a tecnologia têm contribuído para o aumento da produtividade no campo brasileiro, e dela precisamos aproveitar.

Sr. Presidente, em abono a essa auspiciosa realidade da pecuária sul-mato-grossense, a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), na mesma reportagem, acrescenta pormenores que não podem passar despercebidos.

O Mato Grosso do Sul supera o percentual de desfrute em relação aos principais Estados produtores de bovinos de corte: Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Segundo dados da instituição, em 2012, o abate total de bovinos em Mato Grosso do Sul superou 3,8 milhões de cabeças, para um rebanho de 21 milhões, o que significa uma taxa de desfrute de 17,78%, superior à de Mato Grosso, que foi de 16,87%; Goiás, com 8,94%; e Minas Gerais, com 6,52%.

Tais resultados são frutos de longos anos de aperfeiçoamento genético praticado no rebanho sul-

-mato-grossense, através de uma seleção criteriosa de rebanhos e de matrizes que ganharam expressão nacional. São o resultado da compreensão, da adaptação e do espírito agudo do pecuarista na utilização de técnicas modernas oferecidas pela genética; do espírito de competição com os mais credenciados selecionadores, inclusive de outros Estados; da presença matriz da Embrapa Gado de Corte, que estimulou a disseminação de forragem como a braquiária, hoje reconhecida como a salvação das pastagens de nossos campos, aos substituí-los aos do capim-gordura e capim Jaraguá, das terras ferazes dos capins naturais dos campos cerrados, transformando-os em um colchão fértil de pastos proteinados, que se espriam pela longitude do Estado.

Ano a ano a população celebra o constante avanço da produção e produtividade alcançada pelo rebanho bovino sul-mato-grossense, cujos resultados econômicos e financeiros constituem a pujança de nossa economia. O maior acontecimento festivo desse resultado é a realização da Exposição e Feira Agropecuária Internacional de Campo Grande (Expogrande). Em 2013, o evento terá a 75ª edição, a iniciar-se no próximo dia 11 de abril, sob o patrocínio da mais antiga entidade da laboriosa classe rural do Centro-Oeste, a Acrissul – Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul.

Essa entidade, atualmente sob a atinada e dinâmica presidência do Sr. Francisco Maia Costa, dando sequência a outras administrações virtuosas, tem realizado um extraordinário trabalho pela conceituação aos reais valores e objetivos da classe rural, a ponto de ultrapassar os próprios limites territoriais do Estado ao liderar movimentos de defesa do setor da produção pecuária, sobretudo no que se refere às relações tensas com o especulador segmento da indústria frigorífica da carne bovina.

Aliás, Sr. Presidente, foi a persistência do trabalho da Acrissul contra o processo de concentração das praças frigoríficas sob o controle de grandes empresas que determinou a constituição da Funapec – Fundação Nacional da Pecuária, reunindo nela diversas associações de produtores de todo o Brasil. E seu trabalho de conscientização levou o Governo a encaminhar ao Cade uma investigação sobre a intenção das indústrias de formarem um cartel que venha a prejudicar a comercialização da carne bovina no País.

É bom lembrar que a concentração na mão de alguns grupos industriais, como está acontecendo, em detrimento da livre concorrência no setor da indústria da carne é motivo de preocupação da Comissão de Agricultura desta Casa, tanto que ela vai realizar audiência pública sobre o assunto.

Registro, pois, Sr. Presidente, o quanto tem avançado a pecuária bovina no meu Estado, nada obstante as dificuldades que lhe são apostas pelo setor público federal, pela gula açambarcadora da indústria da carne; e repito: suplantando os obstáculos, irá realizar a 75ª Expogrande, expressão maior da coragem e do arrojo empreendedor do bravo povo e homens do campo sul-mato-grossense.

Sr. Presidente, ao ressaltar essa participação na Expogrande, para mostrar a realidade do progresso que temos obtido na pecuária de cria e de corte do meu Estado, desejo agradecer, aqui deste plenário, ao eminente Presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Benedito de Lira, que nomeou uma comissão, composta pelo Senador Waldemir Moka e por minha pessoa, para estarmos lá presentes, representando aquela Comissão.

E desejo, por fim, Sr. Presidente, fazer um apelo a V. Ex^a, para que leve à Mesa desta Casa um pedido no sentido de que se coloque, na pauta da Ordem do Dia de uma das próximas reuniões desta Casa, o Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2008, de autoria do Deputado Gonzaga Patriota, que trata de instituir o Dia Nacional dos Agentes da Autoridade de Trânsito. Aliás, uma comissão de representantes desse grupo de trabalho está visitando esta Casa, nos gabinetes dos Srs. Senadores, pedindo a eles agilidade nesse processo.

Eu gostaria apenas, para concluir, Sr. Presidente, de ler aqui um trecho da justificção, apresentada pelo então Deputado Gonzaga Patriota, na defesa do seu projeto de lei:

É inegável a transformação que houve no cotidiano dos brasileiros com a nova lei de Trânsito, é inegável também como os Agentes da Autoridade de Trânsito [os que nós chamamos de “amarelinhos”, que cuidam do trânsito em nossas áreas urbanas] se tornaram indispensáveis na administração do sistema e no contato direto com os seus usuários. Tal relacionamento do poder público com a sociedade em geral, traduzido nas ações dessa nova categoria, exige um perfeito treinamento, especialização em diversas áreas afins e motivação para o trabalho.

A motivação, intrínseca por natureza, pode ser induzida no profissional através de projetos, como o que ora justificamos, simples na sua essência, mas de grande importância no seu significado: a instituição do Dia Nacional do Agente da Autoridade de Trânsito; trará um reconhecimento junto à categoria que invariavelmente sofre com as cobranças da sociedade, com orçamentos apertados, salários

baixos e a incompreensão natural que órgãos de fiscalização costumam causar.

Sr. Presidente, o apelo que faço a V. Ex^a é que a Mesa desta Casa agilize a colocação em pauta do projeto para a decisão em plenário.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró, e peço à assessoria da Mesa que veja, do ponto de vista regimental, como podemos atender à solicitação de V. Ex^a.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, V. Ex^a me permite...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pois não, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – É só um registro de 30 segundos, nem 10 segundos.

É que, na tribuna, eu acabei não citando – veja como a TV Senado é vista no Brasil todo – o nome do Presidente da Federação, que vai receber a delegação em Sergipe. Permita-me apenas dizer seu nome. O Presidente da Federação dos Aposentados de Sergipe, Sr. João Valdir de Souza, é quem está a receber a delegação nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu que agradeço a compreensão de V. Ex^a, Senador Paim.

Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço, que nesta Casa também preside a Comissão de Relações Exteriores, uma das Comissões mais importantes da Casa. Já neste começo de mandato tem se demonstrado absolutamente atuante, trabalhando de segunda a sexta na Comissão. Hoje, inclusive, há uma audiência às 6 horas da tarde. Comunico a todos que haverá um grande debate sobre a política de relações exteriores no Brasil, com o ex-Ministro Samuel Pinheiro Guimarães e com o Embaixador Rubens Barbosa, grande diplomata também.

Com a palavra, V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Sr^s e Srs. Senadores.

Faço, Sr. Presidente, da tribuna do Senado, alguns registros.

Hoje é um dos dias mais importantes em meu Estado. Hoje é o Dia de Nossa Senhora da Penha, a grande padroeira dos capixabas, em torno de quem nós devotamos toda a nossa fé. Hoje é feriado no meu

Estado. Meu coração está lá, mas o meu dever de ofício está aqui, e daqui acompanho as manifestações que os meus irmãos e as minhas irmãs capixabas estão fazendo.

Pela manhã, participei de mais uma importante audiência pública, Sr. Presidente, na condição de relator do novo Código de Defesa do Consumidor. Em bom tempo, o Senado constituiu uma comissão de juristas, todos homens e mulheres muito experientes, para que pudéssemos atualizar, modernizar, adequar esse que é um dos mais importantes diplomas da nossa cidadania e que representou avanços fundamentais para o consumidor brasileiro, o elo mais fraco, Senador Figueiró, na relação de consumo, um diploma que foi elaborado, constituído há 22 anos, e que, no decorrer do tempo, acabou por necessitar de mudanças e atualizações que pudessem, como premissa básica, manter as conquistas alcançadas ao longo desses anos. Mas alguns temas não estiveram presentes naquele momento e naquele ambiente. Por isso, o Senado constituiu uma comissão de juristas, coordenada por esse excepcional magistrado, Ministro do Superior Tribunal de Justiça, Herman Benjamin, e estamos atualizando, portanto, o nosso CDC (Código de Defesa do Consumidor).

Já tratamos de comércio eletrônico. À época em que o Código foi edificado, o comércio eletrônico era uma realidade absolutamente irrelevante. Hoje, é uma realidade, e existe a necessidade de proteger a relação equilibrada entre consumidor e fornecedor. Pelo menos 40 milhões de brasileiros utilizam o *e-commerce*, a plataforma eletrônica, como forma de comercialização.

Tratamos também de temas como a necessidade de regular o superendividamento, pois, nos últimos anos, uma massa muito grande de brasileiros e de brasileiras foi ao mercado de consumo. Pelos menos 30 milhões de brasileiros ingressaram na classe média e, portanto, há que se ter um ambiente equilibrado, com a responsabilidade de quem consome e a responsabilidade também de quem fornece o crédito.

Quando temos acesso a uma publicidade, Senadora Vanessa, em que oferecem um bem, um produto, e a compra desse produto em 36 meses sem juros, é claro que isso carece de verdade, porque não há como ofertar um produto com tanto parcelamento sem que estejam embutidos juros. Ali há a estratégia de induzir a que se faça a aquisição daquele bem ou daquele produto de maneira parcelada, tanto que, quando se deseja exercer o direito da opção por fazer o pagamento à vista, o desconto que se dá é absolutamente irrelevante, induzindo o consumidor a comprar aquele bem, aquele produto, enfim, com aquela quantidade extraordinária de parcelas.

Tratamos de ações coletivas e, hoje pela manhã, de um tema também muito relevante, qual seja: o fortalecimento dos PROCONs. Pois é nos PROCONs, na prática, no dia a dia, na rotina da relação de consumo, que se traduz ou que se materializa o efeito da capilaridade da presença do sistema de defesa do consumidor em nossos Estados e em nossos Municípios. Já existem hoje, no Brasil, aproximadamente 500 PROCONs municipais e 27 PROCONs estaduais.

Hoje pela manhã, fizemos mais uma audiência pública, e estamos caminhando para que, ao final do mês de maio, nós possamos entregar, na Comissão, o nosso relatório e, quem sabe antes ainda do recesso parlamentar, aqui do plenário do Senado, deliberar e oferecer à sociedade brasileira avanços importantes nesse que é, seguramente, um dos mais importantes diplomas da nossa cidadania.

Além dessa agenda, também faremos um debate, que foi alvo de registro aqui pelo nosso Presidente, Senador Jorge Viana, hoje, às 18 horas, na Comissão de Relações Exteriores. Será o primeiro de um ciclo de debates que estamos desenvolvendo. Neste debate, recepcionaremos dois dos mais importantes profissionais da diplomacia, do serviço público brasileiro: o Embaixador Rubens Barbosa e o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Dois homens com visões distintas, específicas de mundo, que deram extraordinária contribuição, cada um ao seu jeito, ao seu modo, com o seu perfil, mas dois extraordinários servidores públicos.

Portanto, uma agenda extremamente produtiva nesta segunda-feira, aqui em Brasília. Por isso mesmo não tive oportunidade de estar pessoalmente em meu Estado, com os meus conterrâneos, para participar dessa que é a maior manifestação de fé dos capixabas. Daqui a pouco, com uma grande missa, encerraremos os festejos em homenagem à nossa padroeira, Nossa Senhora da Penha. E faço aqui esse registro de fé, da tribuna do Senado.

Sr. Presidente, era essa a minha manifestação, nesta segunda-feira, da tribuna do Senado Federal.

Muito obrigado.

Convidamos os nossos Senadores, aqueles que puderem e que estiverem por aqui, para que compareçam, às 18 horas, à Comissão de Relações Exteriores, para o importante debate desses dois excepcionais embaixadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, Presidente da Comissão de Relações Exteriores.

Passo a presidência dos trabalhos para o Senador Rubem Figueiró, para que eu possa fazer uso da palavra como orador inscrito.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Ruben Figueiró.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Concedo a palavra ao ilustre Senador Jorge Viana, por permuta com o Senador Cristovam Buarque.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu venho à tribuna, às vezes, nesta Casa, celebrar conquistas, comemorar feitos do nosso Governo do Estado, ou mesmo do nosso Governo Federal. Hoje, lamentavelmente, caro Líder Pimentel, colega de bancada e Líder do Governo no Congresso, eu venho, Senadora Vanessa, para trazer um assunto que V. Ex^a conhece muito bem e que é da maior gravidade.

Eu fui ao Acre neste final de semana. Nós estamos lidando com a situação de imigrantes haitianos há dois anos. O Governador Tião Viana tem enfrentado muitas dificuldades pelo número de haitianos que começaram a passar pela fronteira do Acre, de dezembro de 2010 até os dias de hoje.

Para aqueles que nos acompanham pela Rádio Senado, pela TV Senado e aqui no plenário, meus colegas Senadores – esse assunto inclusive foi tratado pelo Senador Aníbal Diniz, na sexta-feira –, de dezembro de 2010 para cá, Líder Pimentel, passaram 5.590 haitianos pelo Acre. Uma situação absolutamente fora daquilo que seria a imigração regular.

Aproveito inclusive a presença do Presidente da Comissão de Relações Exteriores nesta Casa para dizer que o Acre sempre foi acolhedor, teve uma ocupação e passou a existir por conta da presença de estrangeiros, sejam portugueses, sejam libaneses, sejam sírios, árabes, de modo geral, uma forte presença do nordestino, também peruanos e bolivianos. Nos anos 70, o pessoal da Região Sul e da Região Sudeste do Brasil também chegou ao Acre. Mas o certo é que nós nunca lidamos com uma situação tão grave como esta.

Eu nunca vi algo tão grave e tão sério como presenciei ontem, no Clube de Brasília, que agora virou um grande acampamento. E a situação só não é mais grave tendo em vista a dedicação do pessoal do próprio Governador Tião Viana, do Nilson Mourão, Secretário de Justiça e Direitos Humanos do Estado. Eu fui acompanhado de um assessor do Governador,

o ex-Prefeito de Rio Branco, Raimundo Angelim. Ele também ficou chocado, como minha assessoria.

Então, Senador Ricardo Ferraço, o Acre começou a se tornar uma rota de entrada ilegal de haitianos no País em dezembro de 2010. De dezembro de 2010 até 2011, até dezembro de 2011, entraram 1.593 basicamente haitianos, que eu chamo de refugiados, porque a situação deles é de refugiados, seja numa nova categoria que existe, de refugiados ambientais, em decorrência do desastre natural que houve lá, que a ONU estabelece como uma tipificação para refugiados, seja do ponto de vista da fuga da miséria – não há como viver nem como constituir e seguir com suas famílias. E, aí, de janeiro de 2012 a dezembro de 2012, foram mais 1,9 mil, tendo situações de pico, de sérios problemas, pelas circunstâncias por que eles passam. Foram legalizados, em 2013, até agora – do começo do ano para cá –, 1,7 mil, e hoje temos 1,8 mil haitianos lá em Brasileia.

Aí se agravou, porque não são mais haitianos e haitianas. Há 1.213, são haitianos; 56 senegaleses – do Senegal, saem do Senegal, vão para a Espanha, passam pelo Panamá, vão para o Equador, entram no Peru e chegam até lá –; 2 nigerianos; 8 da República Dominicana e 1 de Bangladesh.

Ontem, domingo, enquanto eu estava lá visitando, chegaram mais de 30, e hoje, eu acabei de ligar para o Damião, uma pessoa dedicada, que trabalha na Secretaria de Direitos Humanos do Estado, que me disse que hoje já foram mais de 30, mas ele só vai ter o número no final do dia.

E a situação não tem solução fácil, Presidente – já, já, concedo, com muita honra, aparte a V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, que preside a Comissão de Relações Exteriores.

Cheguei hoje a Brasília, liguei para o Ministro Patriota, a pedido do Governador Tião Viana; falei com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo; falei como Secretário-Geral do Itamaraty, agora, veja, caro Líder, Pimentel, como fazer?

São 1,2 mil haitianos e de outras nacionalidades. Falei com o Superintendente da Polícia Federal sobre as condições que ela tem: estava expedindo dez vistos por dia. Dez vistos por dia! Nós demoraríamos aí meio ano para atender os que estão lá. Situação de absoluto caos, Senador Paim! Eu nunca vi aquilo na minha vida. Um grupo de 1.280 pessoas concentradas num grande barracão, uns por cima dos outros. São 120 mulheres grávidas.

Eu vou contar aqui, porque conversei com eles, convivi e vi. E trago para o Plenário do Senado um apelo e para a imprensa nacional – pedi à minha as-

essoria que comunicasse – para que possamos fazer algo humanitário. Não se trata aqui de disputa política.

A Presidente Dilma foi ao Haiti – há um ato, que vou ler aqui –, criou uma política de receber 100 haitianos por mês – 1,2 mil por ano. Acalmou no Amazonas, acalmou no Acre durante um período. Mas eu vou falar aqui – já, já passo para V. Ex^a – as informações deles: há quatro grupos de máfia – e digo para a minha querida acriana, conterrânea, Glória Perez, que está fazendo uma novela agora sobre isso – de quem eles ficam reféns, que tiram dinheiro deles. A viagem é cara: US\$3 mil para alguns. Juntam dinheiro que a família não tem e chegam sem nada a Brasileia. E, agora, 100 vistos por dia. A Federal está tentando dar um jeito – uma ação do Governador Tião Viana – para que essa situação possa ser minimizada. Mas como vamos parar isso?

Ouçó, com atenção e com satisfação, o Senador Ricardo Ferraço, que preside, nesta Casa, a Comissão de Relações Exteriores.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senador Jorge Viana, o relato de V. Ex^a, seguramente, nos move na direção de sair em socorro não apenas do Governador Tião Viana, porque sabemos que, por maior que seja a boa vontade do Governador, por maior que seja a sua forma diligente, por maior que seja a sua atenção e o seu acolhimento a esses seres humanos, seguramente, sem a participação do Governo Federal, sem a participação do Ministério da Justiça, sem a participação do Ministério das Relações Exteriores, nós teremos muita dificuldade em conseguir um porto seguro, em conseguir uma resposta efetiva para esse drama que vive o Estado do Acre, esse drama que vivem esses haitianos, haitianas, senegaleses, esses irmãos de outras origens que vêm para cá na busca de um abrigo, tentando reverter a ausência de horizonte e de vida em seus países. Eu acho que, muito mais que solidariedade ao Acre, nós precisamos ter uma conversa executiva com o Governo Federal. E desde já me coloco à disposição de V. Ex^a, para que, na condição de Presidente, seu companheiro na Comissão de Relações Exteriores, possamos pautar este tema, para conversas e diálogos com o Ministro José Eduardo, para conversas e diálogos com o Ministro Patriota e, para se for o caso, agendarmos, o mais urgentemente possível, de maneira diligente, uma visita da Comissão de Relações Exteriores ao Acre, a Brasileia, para vermos de perto, *in loco*, essa situação, esse drama e, em conjunto, encontrarmos um denominador comum. Quero manifestar aqui a minha solidariedade e a minha disposição de estar ao lado de V. Ex^a e do Governador Tião Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço a sensibilidade de V. Ex^a. Devo dizer que, na conversa que tive com o Ministro da Justiça hoje, com o Ministro das Relações Exteriores, ele me falou que vai organizar uma reunião de Ministros e penso que a presença de V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, como Presidente da Comissão de Relações Exteriores, é fundamental.

Vou ouvir o aparte da Senadora Vanessa – e agradeço a todos que estão presentes, Senador Pimentel, Senador Paim e Senador Anibal –, mas devo dizer o seguinte: estou fazendo um apelo da tribuna. Vou distribuir as fotografias. Estão à disposição da imprensa as fotografias que tiramos. São chocantes as imagens que temos. Uma tragédia pode acontecer a qualquer momento, num conflito. Imaginem, 10% da população de Brasileira hoje – 10%! – é de haitianos ilegais, sem documento – mulheres grávidas, com crianças pequenas, uma cega, inclusive, que não tem como se locomover. E, graças ao apoio do Governo – mas um apoio tímido, porque o Governo do Estado não pode dar uma solução para o caso; isso envolve o Comitê de Refugiados do Brasil, o Ministério das Relações Exteriores....

O Governador Tião Viana não tem sossego. No fim de semana, ligou para o Palácio, pedindo ajuda, mas acho que as autoridades brasileiras têm de pôr o pé em Brasileira. Nós, Senadores, temos de ir, mas tem de haver uma delegação do Ministério da Justiça, do Ministério das Relações Exteriores, para ir lá – porque a nossa cabeça está onde estão os nossos pés – e sentir. Quando virem aquilo, quando observarem aquilo – como trago nas fotografias –, aí sim, vai haver alguma medida adotada que possa ser definitiva.

Ouçó, com satisfação, a Senadora Vanessa e, em seguida, os demais colegas que estão pedindo o aparte.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Jorge Viana. Primeiro quero cumprimentá-lo pelo compromisso, pela preocupação que V. Ex^a traz em relação não só ao Acre, mas também ao Brasil. Eles entraram pelo Acre, mas poderiam ter entrado pelo Amazonas ou por qualquer outro Estado Brasileiro. E dizer que, há pouco mais de um ano, quando o problema se apresentou pela primeira vez, o Acre foi um grande exemplo para todos nós dos Estados vizinhos que também recebemos número significativo de haitianos. No Amazonas, imagino eu, esse é um problema resolvido, se bem que a rota pela qual eles chegam ao Brasil é pelo Acre e, logo, eles vão para o Amazonas e, de lá, espalham-se e vão para todos os lugares do Brasil. À época, eu lembro, foi até um pouco polêmica a decisão do Governo Federal de expedir esses 100 vistos por mês, mas essa atitude foi neces-

sária até para evitar uma vinda desorganizada dessas pessoas. Após a entrada deles, pela CPI do Tráfico de Pessoas, Senador Jorge Viana, nós organizamos uma audiência pública na cidade de Manaus, porque, como V. Ex^a, eu também ouvi deles, mas eles não quiseram prestar depoimento formal perante a CPI, o que nos impediu de tomar outras atitudes. Então, de fato, aqui no Brasil, eles são obrigados a mandar 90% do que recebem com o trabalho que ganham, Senador Jorge. Portanto, quero me colocar à disposição de V. Ex^a. Se precisar ir junto ao Ministério da Justiça, ao Ministério das Relações Exteriores, para que o Governo brasileiro possa fazer agora o que fez na vez anterior, V. Ex^a conte comigo também. Receber mil e poucos haitianos em Manaus, uma cidade de dois milhões de habitantes, é uma coisa; agora, Brasileira...

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Tem dez mil habitantes.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM) – ...com dez mil habitantes, é outra coisa. Então, quero me solidarizar com V. Ex^a, com o povo do Acre e dizer que estamos aqui para ajudar naquilo que for possível para resolver o problema definitivamente, tanto dos brasileiros como dos próprios haitianos, que também são vítimas, Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu a cumprimento, agradeço-a e fico lisonjeado com o aparte de V. Ex^a, que viveu no Amazonas. Eu estava mostrando as fotografias e, antes de passar o aparte ao Senador Pimentel, queria falar sobre um caso.

Ontem, conversei com uma moça de 30 anos. Ela é cega, Senador Paim, enxerga 5% apenas, e fala quatro idiomas. Ela chegou com o tio, não tem pai nem mãe no Haiti. Ela conversou comigo, porque foi saqueada ao longo da viagem. Tem uma competência, tem profissão. O tio foi para Uberlândia, em Minas Gerais, ia mandar R\$70,00 para ela hoje. E ela está querendo juntar as condições – já está com o CPF, que já foi dado a ela –, para que possa, Senadora Vanessa, começar uma vida nova. O problema todo é que as empresas, que sempre acolhiam mulheres – há 120 mulheres lá –, há dois meses não acolhem mais.

E todas as empresas que acolheram haitianos falam que são pessoas que vêm com qualificação. É claro, a família se reúne, pega o melhor que ela tem de melhor e manda na frente para ver se ele se instala e salva o resto da família.

Ouçó com atenção o aparte do Senador José Pimentel, Líder do Governo no Congresso.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senador Jorge Viana, quero me solidarizar com V. Ex^a, com o Governo do Acre e com as famílias do Acre em face de mais um problema. Recentemente, foi uma grande

cheia que vitimou o Acre. Antes de se recuperar dessa tragédia, temos esse problema. Aliás, não: aparenta para nós ser um problema, mas é uma solução para o povo haitiano. Portanto, nós precisamos construir uma solução ordenada e organizada para essas dificuldades que o Acre está enfrentando. Por um lado, é preciso saber como isolar esses grupos que lucram com a miséria dos haitianos, algo de que nem o Governo do Acre nem o Governo brasileiro podem comungar. E não é isso que propõe V. Ex^a, mas, ao contrário, pede apoio do Ministério da Justiça, da Polícia Federal e dos vários órgãos do Governo Federal brasileiro para combater essas máfias que atuam tirando o pouco daquele povo que quase nada tem. Por outro lado, nós precisamos construir uma saída organizada a partir do Haiti. Em vez de recebermos esse conjunto de homens e mulheres, de famílias, dessa forma desordenada, se for possível, devemos criar um ambiente lá no Haiti, onde temos nossas forças organizadas da ONU atuando, para que seja feito o acolhimento dessas famílias de outra forma, de modo que tenham já local certo para chegar, emprego previamente definido para assumir e, se for preciso, também qualificá-los para assumir os bons empregos que o Brasil felizmente está gerando. Quero registrar que essa questão do Haiti é o início de um problema que se enquadra num processo que pode ser crescente se não nos anteciparmos. O Brasil é um dos poucos países do mundo que conseguiu gerar empregos suficientes para seu povo, o chamado pleno emprego, e que está necessitando de mão de obra qualificada – tanto é que terminou de firmar convênio com o governo espanhol e com o governo português para receber profissionais qualificados, principalmente na área da engenharia e da medicina, além de uma série de outras demandas que tem. Exatamente por isso, o Brasil lançou o Pronatec, cujo objetivo é formar mão de obra no seio da nossa juventude, do nosso povo. Mas, junto com isso, vem todo o processo migratório. E, como não queremos assistir ao muro da vergonha que foi feito entre o México e os Estados Unidos para impedir que os latino-americanos fossem para os Estados Unidos, precisamos criar outra política que nos permita receber ordenadamente esses homens e mulheres dos países vizinhos e com eles conviver. Não havendo emprego nem desenvolvimento lá, eles vêm ao Brasil, porque aqui há emprego, com crescimento econômico, com inclusão social e com distribuição de renda. Mas não é justo o que está acontecendo com o Acre. Exatamente por isso, entendo que esse esforço que V. Ex^a está propondo, para que o Governo Federal, juntamente com o Governo Estadual, construa essas políticas, serve também de ponto de partida para outras demandas que fatalmente o Brasil terá

por conta de seu crescimento econômico. Parabéns pelo pronunciamento!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu agradeço a V. Ex^a, que é Líder do nosso Governo. Estou fazendo aqui um relato de uma situação gravíssima, mas a Presidenta Dilma, em janeiro do ano passado, tomou uma medida muito concreta: foi ao Haiti.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Isso é fruto de um trabalho feito, inclusive, através do Conselho Nacional de Imigração, por conta de que o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) tinha negado o *status* de refugiados para os haitianos, mas mandou o assunto para o Conselho Nacional de Refugiados, que se reuniu, baixou uma resolução e criou essa expectativa de 1,2 mil vistos por ano para haitianos. No fundo, para mim, eles são refugiados. Eles estão fugindo da miséria. Agora, estão saindo de uma situação de desastre natural e, então, são refugiados ambientais.

O que acontece é que se baixou a resolução, estabeleceu-se uma norma. Essa norma amenizou o caso da rota via Amazonas, por Tabatinga, mas, neste ano, a imigração começou mais fortemente ainda, com imigrantes vindos da África, do Senegal. Hoje, chegaram mais dominicanos. E a situação, novamente, saiu completamente do controle. Não há solução fácil. Se fizermos a entrada desses 1.280 imigrantes imediatamente, quantos mais virão?

O problema é que deve haver um entendimento, principalmente no Equador, com a chancelaria do Equador, porque é lá que eles estão entrando. Do Senegal, vão para a Espanha, vão para o Panamá, passam por quatro máfias, segundo informações. São dados delicados.

A própria Glória Perez, na novela da Rede Globo, conta a história do tráfico de pessoas. Vou falar com a Glória Perez hoje. Vou mandar uma correspondência para ela. Nós estamos vivendo isso!

Eu conversei ontem sobre isso. Há pessoas pagando, sendo exploradas. Está sendo tirado delas o que elas não têm. Elas tentam a sorte de serem acolhidas em nosso País.

É uma situação que nunca vi. Fui prefeito por quatro anos, fui governador por oito anos daquele Estado. Sempre tivemos a realidade diante de nós. O Acre sempre foi um Estado pobre, mas o que vi ontem foi uma miséria. É a feição mais terrível da miséria apresentada na face das pessoas.

Lá encontrei um jovem, de cabeça baixa, abrindo sua carteira, tentando encontrar umas fotografias. Cheguei mais perto dele. Ele estava olhando as fotos das filhas e da mulher e falava da saudade e do desespero que estava vivendo. Encontramos mulheres

que deixaram seis filhos no Haiti e que, há 40 dias, lá esperam uma solução.

Ouço o Senador Anibal e, em seguida, o caro Senador Paim. O Senador Anibal, inclusive, conhece o assunto, tratou desse assunto na sexta-feira e está ajudando o Governador Tião Viana.

Estou fazendo um apelo: amanhã, irei ao Palácio para pedir à Presidenta Dilma que mande para lá uma equipe múltipla composta por representantes da área social do Governo, do Ministério de Relações Exteriores, do Ministério da Justiça e do Comitê de Refugiados, para ver se aquilo ali não está caracterizado como acampamento de refugiados. Foi o que vi ali. Aquilo parece coisa de filme, daqueles filmes que não queremos que virem realidade, que não queremos crer que representam a realidade.

Senador Anibal, ouço V. Ex^a.

O Sr. Anibal Diniz (Bloco/PT – AC) – Senador Jorge Viana, quero, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pela oportunidade do pronunciamento de V. Ex^a, até porque estão aqui presentes o nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; o Senador Pimentel, que é Líder do Governo; a Senadora Vanessa Grazziotin, que também vive problema parecido no Amazonas; e o Senador Paim, um gaúcho que está sempre solidário com as causas de maior relevância do Brasil e que, certamente, vai também se manifestar a esse respeito. O que vejo, Senador Jorge Viana, em primeiro lugar, é a iniciativa de V. Ex^a de convocar o Ministério de Relações Exteriores e o Ministério da Justiça, assim como o setor de imigração do Brasil, para que façam, imediatamente, uma força-tarefa e procurem conhecer essa realidade. Eles precisam chegar perto e pôr o pé exatamente onde está acontecendo o problema. Nós nos temos pronunciado sobre esse assunto. Ao longo do ano de 2012, foram várias manifestações. A Presidenta Dilma, quando esteve no Haiti, no mês de janeiro, firmou um compromisso, e as fronteiras do Brasil ficaram fechadas por um período, a partir do dia 13 de janeiro, mas isso não aconteceu no Peru, onde acabou entrando uma leva forte de haitianos. Depois, considerando as situações absolutamente precárias em que eles se encontravam na cidade de Iñapari – as condições de Iñapari são infinitamente piores que as de Brasília –, houve uma atitude solidária no sentido de encontrar uma solução para aqueles 300 ou 400 imigrantes que, à época, estavam em Iñapari. Assim, houve a propagação da notícia de que o Brasil estava novamente os aceitando, e, dessa forma, hoje, em Brasília, há 1.280 estrangeiros em condições subumanas. Aqui, não estamos manifestando qualquer tipo de preconceito contra haitianos nem querendo impedir que as pessoas aqui entrem. O que estamos

querendo é alertar as autoridades para o fato de que estamos diante de um problema de difícil solução. O governo do Acre já se colocou, além das suas condições, para bancar essas pessoas. O Secretário Nilson Mourão, que é o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, reclamou que, no ano passado, chegou a colocar 100% do orçamento da secretaria dele só para atender a demanda dos haitianos. Ele o fez exatamente porque é uma pessoa solidária, que tem noção da situação e que tem responsabilidade com os direitos humanos. Mas precisamos da presença do Governo Federal, porque o governo do Acre é muito pequeno e não tem a mínima condição de dar resposta a esse problema. Então, a melhor solução que vemos, neste momento, é uma força-tarefa, é uma sala de situação, em que o problema seja apresentado sob todas as dimensões que ele tem, e aí o governo, dentro da sua multidisciplinaridade, vai encontrar o melhor caminho a ser seguido. Certamente, temos de fazer também esse mesmo contato com a diplomacia do Peru, do Equador e do próprio Haiti, no sentido de tentar fazer esse problema ser amenizado. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu lhe agradeço e incorporo o aparte de V. Ex^a.

Passo a palavra ao Senador Paulo Paim, para que eu possa concluir o pronunciamento.

Agradeço ao Presidente pela compreensão que está tendo, para que eu possa concluir este pronunciamento sobre esse tema tão importante.

Por gentileza, Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jorge Viana, serei bem breve. Primeiro, quero dizer a V. Ex^a... Não sei se o Presidente quer cumprimentar a moçada que está saindo.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Eu queria agradecer a presença de vocês aqui, nesta segunda-feira. Sejam bem-vindos todos!

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. Bloco/PSDB – MS) – Senador Jorge Viana, permita-me saudar os jovens aprendizes de todo o Distrito Federal, os jovens do Centro de Integração Empresa-Escola. Sejam bem-vindos a esta Casa! Prestamos nossas homenagens a vocês todos! (*Palmas.*)

Com a palavra, o Senador.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Jorge Viana, primeiramente, cumprimento-o por trazer esse tema à tribuna do Senado com muita coragem, com muita firmeza, apontando soluções. Essa é uma questão de direitos humanos. Por ser essa uma questão de direitos humanos, tem de haver, de fato, uma participação direta do Governo Federal. A própria Secretaria Nacional de Direitos Humanos, a nossa que-

rida Ministra Maria do Rosário tem de estar, Senador Anibal, nessa força-tarefa. Vi as fotos aqui, e, de fato, o impacto é muito grande. Eu só queria dizer que, mais do que nunca, essa é uma responsabilidade de todos os entes da Federação, não somente do Acre. Todos os Estados, enfim, têm a obrigação de participar desse debate. Não se trata simplesmente de pensarmos que eles deveriam retornar aos seus países de origem. Devemos ver o que temos de fazer, com uma solução imediata, como já foi levantado no passado, quando eu era Presidente da Comissão de Direitos Humanos, de forma tal que os outros Estados também assumam seu compromisso de acolhimento desses homens e mulheres. Como já foi lembrado aqui por todos nós – e que bom podermos dizer isso! –, estamos em um momento de pleno emprego. Quem sabe, Senador Ataídes – V. Ex^a trabalha tanto com este tema! –, esses homens possam fazer um cursinho técnico, para estarem aptos a atender o próprio mercado de trabalho do Brasil? No mais, quero cumprimentá-lo e dizer que a Senadora Ana Rita, que não se encontra no momento aqui e que preside a Comissão de Direitos Humanos, colocará a Comissão à sua disposição.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Paim. Acho que esse assunto tem de estar na Comissão de Direitos Humanos da Casa, na Comissão de Relações Exteriores. Estou junto com o Senador Anibal. Já falei com o Senador Ferraço que para lá vamos levar esse assunto, como já fizemos.

O encaminhamento dado pela Presidenta foi importantíssimo. Quando o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), que não via a tipificação de refugiados, tomou a decisão de mandar o assunto para o Conselho Nacional de Refugiados, este identificou que, por razões humanitárias, dever-se-iam dar vistos aos haitianos, e é isso o que defendemos. A Resolução nº 97 do Conselho Nacional de Imigração estabeleceu 1,2 mil vistos, mas já chegaram ao Acre 1,7 mil vistos até agora, fora os que estão obtendo visto em Porto Príncipe. Então, a situação é da maior gravidade.

Volto a dizer: o mais grave é que agora se institucionalizou uma rota de entrada de pessoas que buscam um auxílio, uma maneira de chegar ao Brasil. Repito: não são 1.280 imigrantes, já são mais de 1,3 mil, pois chegaram mais 30 agora, pela manhã. E não são só haitianos. Já passaram pelo Acre 5.590 homens e mulheres.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Vou concluir. Hoje, dos 1,3 mil imigrantes, como já falei, 1.213 são haitianos, 56 são senegaleses, 2 são nigerianos, e 8 são da República Dominicana. Mas, hoje,

chegaram mais senegaleses e mais pessoas da República Dominicana.

A situação é da maior gravidade. Amanhã, vou solicitar à Presidenta Dilma que mande para lá uma equipe que envolva vários Ministérios. Acho que o ideal é que o Ministro da Justiça possa ir para lá para ver a situação. Não conheço situação mais grave hoje. O governador tem feito o possível e o impossível, mas, como disse o Senador Anibal, um governo de Estado não tem condição de lidar com refugiados, porque não tem os instrumentos para lidar com isso, pela problemática envolvida.

Só há uma solução: uma ação coordenada do Ministério de Relações Exteriores com o Ministério da Justiça, que envolva a Secretaria de Direitos Humanos do País, que possa acolher aqueles que lá estão e que possa criar um mecanismo que possibilite que essa situação não se repita.

Uma máfia se institucionalizou e, agora, está trazendo gente da África até Brasileia. Vejam como é a coisa: Brasileia já teve o nome de Brasília. Era Vila Brasília. Deixou de ser Vila Brasília, para dar nome a Brasília, e passou a ser Brasileia. E, agora, nós vivemos uma situação desse porte, com mulheres, com grávidas, com crianças. É uma situação que merece o envolvimento do Senado Federal.

Ontem, passei o domingo lá e confesso que me sinto na obrigação de trabalhar todos os dias, até que essa situação possa ter um bom encaminhamento. E que façamos isso logo!

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – A Força Nacional deveria ir para lá, porque 10% dos moradores de Brasileia, hoje, são haitianos e estrangeiros ilegais. E se acontecer um crime? E se acontecer algum tipo de divergência? Agora, está entrando lá muita bebida. Até o ano passado era tudo calmo, mas ontem eu vi que a qualquer hora pode acontecer um conflito entre eles ou entre eles e os moradores da cidade. E aí de quem vai ser a responsabilidade?

Então, faço este alerta ao mesmo tempo em que acredito na mobilização do Ministro da Justiça e do Ministro de Relações Exteriores, que assumiram a mim, por telefone, hoje, mobilizar seus ministérios para que, imediatamente, adotemos uma atitude do Governo Federal no sentido de dar uma solução para esse gravíssimo problema que é a situação dos haitianos e de pessoas de outras nacionalidades que estão ilegalmente em Brasileia, na fronteira com a Bolívia e com o Peru.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Ruben Figueiró. PSDB – MS) – Sr. Senador Jorge Viana, eu desejo me soli-

darizar com V. Ex^a pelo justo clamor que levanta perante esta Casa com relação a este grave problema: a presença de estrangeiros, sobretudo haitianos, no Território Nacional.

Eu gostaria de dizer a V. Ex^a Senador Jorge Viana, que em meu Estado também já está ocorrendo a presença de haitianos e que esse fenômeno pode se generalizar por todo o País se as autoridades da República não tomarem providências enérgicas a esse respeito.

Concedo agora a palavra à eminente Senadora Vanessa Grazziotin, pelo tempo regimental.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, companheiros e companheiras, as extraordinárias transformações verificadas na comunicação social ao longo dos últimos cem anos certamente figuram entre os feitos mais marcantes e revolucionários do século XX.

Impulsionada pelas radicais transformações introduzidas pelas novas tecnologias – rádio e televisão, do analógico ao digital e satelital – e pela formidável inflexão representada pela Internet e pela telefonia celular, a comunicação social ganhou ainda mais centralidade na vida das pessoas e das nações e, logo, no cotidiano da própria comunidade internacional.

Alcançando os mais longínquos rincões da Terra, os veículos, em sua admirável multiplicidade, conseguem colocar a informação relevante à disposição, virtualmente, de todos os habitantes do Planeta.

Nos bastidores dessa imensa, complexa e admirável máquina de notícias e informações, capaz de formar, esclarecer e mobilizar o que se convencionou chamar de opinião pública, local, nacional ou global, encontra-se a figura do jornalista, Sr. Presidente.

Aliás, é com muito prazer que faço meu pronunciamento com V. Ex^a, que é jornalista, presidindo esta sessão. Meu intuito, neste momento, Senador, é exatamente fazer uma homenagem pela passagem do Dia do Jornalista, que ocorreu ontem. Portanto, é muito bom tê-lo, Senador Anibal, na direção dos trabalhos neste momento.

Os jornalistas são os profissionais da notícia dos mais modestos periódicos do interior aos grandes conglomerados nacionais e internacionais, que alimentam, cotidianamente, a fabulosa rede de informações que nos fazem não apenas observadores do real, mas agentes da transformação.

Não são poucas as adversidades que milhares de profissionais da comunicação enfrentam no dia a dia. A garimpagem da melhor informação para o seu público usualmente não ocorre de maneira fácil.

Assim, Srs. Senadores, Sr. Presidente, são esses profissionais, mulheres e homens comprometidos com os valores mais altos da humanidade, como verdade, democracia e cidadania, que eu quero homenagear neste meu breve, porém sincero, pronunciamento.

Domingo, ontem, dia 7 de abril, foi a data comemorativa do Dia Nacional do Jornalista. Como representante do Estado do Amazonas, como Senadora da República Federativa do Brasil é que venho, com muita honra, registrar a passagem da data e fazer esta singela homenagem. E, ao homenagear os jornalistas e as jornalistas do nosso País, Sr. Presidente, nada melhor do que falar da importância da liberdade de pensamento e de expressão do pensamento.

Como líder do movimento estudantil, que fui quando estudante universitária, ainda no início da década de 80, Sr. Presidente, lutei, com muitos dos meus colegas, muitos deles hoje jornalistas formados, pelos ideais de mudança de nossa sociedade, na época abalada, de forma tão constrangedora, pelas arbitrariedades da Ditadura que imperava.

Eu me recordo da alternância entre o monitoramento ostensivo, não raro abusivo, e o acompanhamento discreto feitos pelos agentes da Ditadura. Cercavam e cerceavam a ação de políticos, professores, estudantes, trabalhadores, intelectuais e empresários que não simpatizassem com o arbítrio ou mesmo daqueles que, mesmo simpatizando, não concordavam com o que acontecia e davam apoio para esses movimentos organizados.

Eu me lembro muito bem, Sr. Presidente, da censura que se impunha, à época, aos livros, às peças teatrais, aos filmes que não estivessem enquadrados no cânone liberticida dos senhores da hora, gente que se imaginava dona de uma sociedade inteira.

Logo, Sr. Presidente, Srs. Senadores, como tantos nesta Casa, eu sei muito bem exatamente o valor da liberdade e da democracia e sei muito bem como devemos ser sempre intransigentes na sua defesa.

Eu faço esta breve digressão por entender e valorizar os laços indissociáveis entre os dois âmbitos verdadeiramente imprescindíveis para a compreensão da vida contemporânea.

Nas comemorações do Dia Nacional dos Jornalistas, eu parabenizo aqui a Federação Nacional dos Jornalistas, a Fenaj, que acaba de divulgar uma pesquisa inédita no Brasil e até âmbito internacional sobre quem é o jornalista brasileiro, um perfil da profissão em nosso País.

Realizada pelo Programa de pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, a pesquisa revela que existem, hoje, em torno de 145 mil jornalistas com registro profissional, sendo

sua maioria – vejam nobres Senadores –, sua grande maioria, 64%, formada de mulheres – também na área do jornalismo –, mulheres, na sua grande maioria, solteiras e com até 30 anos de idade.

Os dados não podem ser comemorados porque as jornalistas do Brasil ainda são mal remuneradas e ganham sempre menos que os homens, assim como em quase todas as profissões. Eu lia, recentemente, uma reportagem sobre o livro de uma importante executiva da Google que deverá ser lançado em breve no Brasil. No livro, ela fala da luta emancipacionista das mulheres no mundo inteiro e da nova forma de se apresentar do movimento feminista.

Isso é muito importante, porque, apesar dos avanços, o que precisamos enxergar – enxergar compreendendo, não apenas vendo – é que os avanços que nós mulheres estamos conquistando ao longo dos tempos têm sido alcançados de forma muito lenta. Um exemplo disso é o próprio mercado de trabalho. Nós já ultrapassamos os 40% da produção de todo o Brasil – mais de 40% de tudo o que se produz no Brasil é produzido por mãos femininas – e nós já alcançamos um grau, um nível de escolaridade maior do que o dos homens, mas os nossos salários continuam quase 30% inferiores aos salários dos homens. Isto mesmo desempenhando a mesma função. Recebemos salários, repito, quase 30% menores do que recebem os homens no Brasil. Isso não é um fenômeno brasileiro, mas algo que acontece no mundo inteiro.

Portanto, Senador Aníbal, nós não poderíamos fazer a comemoração do Dia do Jornalista, uma categoria como a categoria do magistério, dos professores, que tem uma ampla maioria formada de mulheres, sem chamar a atenção para essas questões que são importantes, porque reconhecer o trabalho profissional dos jornalistas e das jornalistas de nosso País é reconhecer os direitos de todos os trabalhadores e, principalmente, os direitos das mulheres, que ainda não são reconhecidos na sua inteireza.

Portanto, Sr. Presidente, hoje é muito importante falar que nós, além de lutarmos por uma condição de trabalho igual entre homens e mulheres, estamos ao lado dos jornalistas quando estes lutam por melhores salários.

Já há uma campanha da Frente Parlamentar, formada por Senadores e por Deputados Federais, e da Fenaj que foi deflagrada em favor da instituição do piso nacional salarial da categoria, que deve ser de três salários mínimos.

A categoria também luta por mais segurança no trabalho, pois assistimos, a cada dia, aumentar a violência contra jornalistas no exercício da profissão. Por essa razão é que tramita no Congresso Nacional

um projeto de lei que pede a federalização dos crimes contra esses profissionais.

Não podemos esquecer também, Sr. Presidente, da grande batalha pela volta da obrigatoriedade do diploma, que foi derrubada pelo Supremo Tribunal Federal em 20009. Essa batalha já foi vencida no Senado, pois nós já aprovamos, no final do ano passado, o projeto de lei que prevê essa volta. Talvez seja essa, hoje, a maior luta de todos os jornalistas e todas as jornalistas do Brasil. O projeto a que me refiro se encontra na Câmara dos Deputados, ainda sob análise da Comissão de Constituição e Justiça.

Portanto, homenagear os jornalistas e as jornalistas de todo o País é também falar das suas lutas e das suas necessidades, não apenas do papel importante que desempenham no Brasil e no mundo inteiro. Sem dúvida nenhuma, precisamos apoiá-los na luta por um piso salarial, por condições mais seguras e mais dignas de trabalho e, principalmente, precisamos fazer com que o Congresso Nacional aprove o projeto de lei de emenda constitucional que trata da obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão.

Sr. Presidente, concluo esta minha parte do pronunciamento parabenizando os aproximadamente 145 mil profissionais que atuam em todo o Brasil, repetindo, quase 65% deles mulheres, mulheres que não temem absolutamente nada e que trabalham de forma árdua para levar a boa notícia, a boa informação e, assim, contribuir com a boa formação do povo brasileiro.

Então, recebam todos os jornalistas brasileiros e as jornalistas brasileiras os meus mais sinceros cumprimentos.

Mas, Sr. Presidente, hoje também venho a esta tribuna para falar a respeito de um assunto que tenho comentado de forma muito breve da tribuna deste Senado.

Têm sido muitos os pronunciamentos que tratam, Senador Pimentel, da evolução da economia brasileira. De fato, no ano passado, em que pesem todas as medidas adotadas pelo Governo Federal, medidas no sentido de ampliar o crédito principalmente para as empresas, de estabelecer subsídios, de garantir incentivos fiscais para que a produção siga no País, apesar disso tudo, nós tivemos o crescimento da nossa economia de 0,9%. Não tenho dúvida nenhuma de que, não fossem as medidas adotadas pela Presidenta Dilma, certamente, os resultados da economia seriam muito piores. O que nós precisamos fazer é seguir este ano de 2013 entendendo da necessidade de ampliar os investimentos para que, assim, a nossa economia possa seguir mais a contento.

Mas, Senador Pimentel, antes de conceder aparte a V. Ex^a, quero dizer que, apesar de o PIB ter sido

pequeno, nós vivemos um momento fantástico para o povo brasileiro, porque o ano de 2012 foi um ano de recorde em relação ao crescimento da massa salarial, ao crescimento do salário dos trabalhadores, o que faz com que o Dieese mostre que muitas vezes, e não sempre, necessariamente, o desenvolvimento está ligado à melhoria da qualidade de vida das pessoas. Nem sempre.

É claro que o que nós queremos, tenho certeza e convicção absolutas – e o Governo trabalha exatamente para isso – é alcançar o desenvolvimento, mas que, cada vez mais, esse desenvolvimento sirva às pessoas, à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Portanto, há dados que têm sido apresentados aqui, não tanto quanto o PIB, mas que têm sido tratados e que faço questão de repetir, dão conta de que, das 704 negociações de trabalhadores, abrangendo a grande maioria dos trabalhadores brasileiros nas grandes empresas, organizados em seus sindicatos, em suas entidades sindicais, no ano passado, quase 95%, ou ainda, exatos 94,6%, tiveram um aumento acima da inflação. Isso seria inimaginável, impensável em governos anteriores. Impensável em governos anteriores!

E 94% já é um índice superior ao alcançado em 2011, que foi de 87%. Vale dizer: 87% das negociações salariais fecharam com um índice superior à inflação, ou seja, o salário dos trabalhadores, assim como o salário mínimo, e é disso que eu quero falar, segue crescendo muito mais do que o crescimento da própria economia brasileira e, principalmente, além do crescimento da inflação.

E isso mostra quão acertada foi a medida adotada pelo Congresso Nacional, aprovando uma medida provisória encaminhada pela Presidente Dilma, de estabelecermos uma política de valorização do salário mínimo. E muita gente dizia: “mas só para o salário mínimo?” E nós respondíamos: “o salário mínimo é importante, porque ele é base e margem para negociação, inclusive, daqueles que ganham acima do salário mínimo”. Está aqui a prova: nunca no Brasil os trabalhadores tiveram índices de reajuste tão importantes como no ano passado.

Eu concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Pimentel.

O Sr. José Pimentel (Bloco/PT – CE) – Senadora Vanessa Grazziotin, eu quero parabenizá-la pelo tema que traz para o seu pronunciamento, mostrando que o aumento real do salário mínimo e o aumento do poder de compra da massa salarial têm permitido a criação de um mercado nacional de massas. E esse processo tem fortalecido, principalmente, a micro e a pequena empresa. Se nós observarmos, Senadora, nós temos hoje mais de 7,2 milhões de micro e pequenas empresas constituídas no Brasil, formalizadas, cada vez mais

prestando melhor serviço, fidelizando a sua clientela e formalizando o mercado de trabalho. Esse processo permitiu ao Brasil, mesmo com um crescimento mínimo no seu Produto Interno Bruto em 2012, gerar mais de 1,3 milhão de empregos de verdade, empregos com carteira assinada. Esse sistema permite ao Brasil, hoje, ter pleno emprego. Sabemos que o Brasil precisa, cada vez mais, de mão de obra qualificada. Neste momento, para atender ao Programa Saúde da Família, em todo o Território Nacional, o Brasil precisa de 26 mil médicos e não os temos. Nos anos 80 e nos anos 90, o Brasil não se preparou para este crescimento econômico, apesar de termos, praticamente, dobrado a oferta de vagas nos cursos da área de saúde, em especial nos de medicina. Se nós vamos para o mundo da engenharia, estamos precisando de uns 15 mil engenheiros para dar conta da demanda dessa mão de obra no Brasil. Nós precisamos avançar muito com as nossas universidades, com nossos Institutos Federais de Tecnologia para que esses bons empregos fiquem com a nossa juventude, fiquem com o nosso povo, fiquem com as nossas famílias. Por isso, quero parabenizá-la pela forma como V. Ex^a aborda esse tema, explicitando o cenário posto para 2013, para 2014 e o planejamento até 2030, em que o Brasil faz, seja por intermédio do Programa Brasil Maior, sob o aspecto universitário, com o Plano Nacional de Educação, sua infraestrutura para os portos, aeroportos, rodovias e os vários mecanismos de transporte que o Brasil possui. Portanto, quero parabenizá-la. Sei que sua região ainda precisa de muito investimento em infraestrutura, mas que boa parte do Brasil já está adiantado; e o nosso Nordeste não é diferente, pois também estamos precisando de investimentos para dar conta desse bom momento da economia brasileira.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Pimentel, e o incorporo, na íntegra, ao meu pronunciamento.

De fato, Senador, o mais importante, como levantei aqui, é o crescimento dos salários dos trabalhadores brasileiros, isso é muito importante! E V. Ex^a levantou outro aspecto importante quando se referiu às micro e pequenas empresas: o crescimento do nível de empregabilidade e de formalidade dos trabalhadores brasileiros. Vamos falar dos microempreendedores individuais. Agora mesmo, depois de aprovamos a PEC das Empregadas Domésticas, deveremos aprovar as leis que regulamentarão o Texto Constitucional. Sem dúvida nenhuma, eu vejo muito nitidamente a minha frente também a instituição de uma nova relação de trabalho entre um trabalhador e outro trabalhador ou uma trabalhadora e outra trabalhadora.

Assim, seguimos caminhando na formalidade, seguimos melhorando o salário dos brasileiros. E assim como V. Ex^a, também muito otimista quanto a 2013, 2014 e 2015! Muito! O Brasil, equilibrando a economia nacional – e a Presidenta está sendo muito corajosa em diminuir e manter baixas as taxas de juros do nosso País, que foram, até agora, um grande canal de desvio do recurso público para a iniciativa privada, e isso é muito importante –, superando essa crise, que não é brasileira, mas uma crise econômica internacional, e mantendo-se, principalmente, a política que se preocupa verdadeiramente com o povo brasileiro, eu sei que nós estamos todos juntos, construindo um novo Brasil.

Senador Pimentel, veja V. Ex^a que o Nordeste brasileiro foi exatamente a região do País que teve o maior crescimento do nível de salários. Quem diria isso em governos anteriores? No meu Norte, o Norte brasileiro, também, a mesma coisa! O Centro-Oeste! Foi justo nas regiões menos desenvolvidas onde os salários mais cresceram, ou seja, estamos, de fato, plantando e, ao mesmo tempo, colhendo os bons frutos.

Eu espero que a equipe econômica, com a vigilância até mesmo nossa, do Congresso brasileiro, do Senado da República, possa permitir que alguns ajustes e mudanças nas política econômica possam se operar internamente no Brasil, para que possamos ver, cada vez mais, a indústria se desenvolver, o setor de serviços, o setor de comércio, os microempreendedores, cada vez em número maior e todos com muito sucesso, para que o Brasil possa melhorar ainda mais a vida da sua gente.

Somos um país muito jovem do ponto de vista da nossa democracia, muito jovem do ponto de vista da nossa industrialização, mas é um país de muitos talentos. Mas um país que tem muitos talentos e que tem um governo comprometido com esses talentos espalhados de norte a sul é um país que vai longe.

Portanto, é com muita alegria, Senador Pimentel, que eu venho a esta tribuna falar desse aspecto. Nunca a Região Nordeste, nunca a Região Norte tiveram tantos investimentos como estamos tendo hoje. A Copa do Mundo podia ser um exemplo até banal, mas não o é. A Copa do Mundo, que nós vamos sediar em 2014, é a Copa do Mundo do Brasil, porque os jogos não estarão concentrados nas Regiões Sul e Sudeste brasileiras, como poderia plenamente acontecer, e o Governo poderia até dar uma desculpa plausível para isso, pois lá está a grande infraestrutura organizada, lá estão os maiores estádios, lá estão as maiores torcidas, lá estão os maiores times de futebol. Mas não! A Copa do Mundo terá jogos lá no seu Estado, o Ceará; lá no Estado da Bahia, no Estado do Mato Grosso.

Haverá jogos no meu Estado, o nosso querido Estado do Amazonas, vizinho do seu Estado, o Acre.

Tenho certeza de que todos os amazônidas irão ao Amazonas para assistir aos jogos da Copa do Mundo, porque o Brasil não é formado por uma região, não. O Brasil é a somatória do Sul, do Norte, do Nordeste, do Centro-Oeste, com toda a sua beleza, com toda a sua diversidade étnica...

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB –AM) – ... com a sua diversidade cultural e com as suas riquezas também – riquezas naturais, riquezas produtivas. Então, é isso o que comemoro.

Agora, devemos comemorar, Senador – e tenho certeza de que todos nós o fazemos dessa forma – com muita responsabilidade, com o pé muito bem fincado no chão, sabendo que os desafios são muito fortes. O Brasil precisa crescer, no mínimo, de 3% a 3,5% este ano. Nós precisamos seguir aumentando a taxa de investimentos em nosso País, para alcançarmos 25%, no mínimo, do Produto Interno Bruto. Precisamos fazer isso, mas tenho a convicção plena e absoluta – e o povo enxerga plenamente isso – que temos um Governo comprometido com essas questões.

Por isso, ao vir aqui da tribuna homenagear os jornalistas, falar das suas lutas, eu, ao mesmo tempo, falo dessas conquistas que os trabalhadores, de forma geral, tiveram nesse ano passado de 2012, no Brasil inteiro, e da perspectiva e da esperança de que todas as categorias continuem tendo essas mesmas conquistas neste e nos próximos anos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Sr^a Vanessa Grazziotin, o Sr. Ruben Figueiró deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora Vanessa Grazziotin. Compartilho com V. Ex^a desse cumprimento aos jornalistas pelo Dia Nacional dos Jornalistas.

Agora, passo a palavra ao Senador José Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Anibal Diniz, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, na última terça-feira, dia 2 de abril, a Senhora Presidenta da República, a nossa Presidenta Dilma Rousseff, esteve mais uma vez no Ceará e no nosso Nordeste, desta vez para acompanhar de perto e ver a dor da seca e dialogar com os nove Governadores do Nordeste, com os representantes de Minas Gerais, do Espírito Santo e com o Conselho Deliberativo da Sudene sobre os efeitos da seca, deixando claro para a sociedade cearense, nordestina e

brasileira que a seca é uma realidade da natureza e que nós precisamos conviver com ela e, ao invés de combatê-la, criar políticas permanentes de convivência, adotando, ao mesmo tempo, políticas emergenciais para que possamos passar essa fase difícil, em que mais de 1.300 Municípios da Região Nordeste sofrem com a seca. E, destes 1.300 Municípios, algo em torno de 177 são do meu Estado, o Ceará.

Ali, a Senhora Presidenta divulgou um conjunto de ações que implica um investimento superior a R\$9 bilhões, recursos esses aplicados em carros-pipas para o transporte da água para abastecimento humano e também com a ampliação para o abastecimento animal, que é o grave problema da nossa região. Os nossos rebanhos estão morrendo de fome e de sede.

Nessa proposta apresentada, além do que já foi feito no investimento inicial, algo em torno de R\$7,6 bilhões, estão sendo destinados R\$643 milhões para transporte de água nos carros-pipas.

Está-se reequipando o Exército Brasileiro, que é quem fiscaliza esse abastecimento de água, para evitar conflitos de interesse entre um Estado e outro ou entre um Município e outro, e atender às famílias com toda a presteza, com toda a atenção. São recursos da ordem de R\$278 milhões para reequipar o Exército Brasileiro nessa importante tarefa que ele vem desenvolvendo.

Quero aqui registrar que, quando o Presidente Lula resolveu iniciar o Projeto São Francisco, a definição do seu trajeto, a definição das desapropriações nas imediações, contamos também com o Exército Brasileiro ajudando nessa importante tarefa.

Para a construção de cisternas de produção, são R\$640 milhões; recuperação de poços profundos, R\$135 milhões; garantia safra, que são recursos para indenizar as nossas famílias, R\$765 milhões; a chamada Bolsa Estiagem, que é também para atender às demandas: R\$804 milhões. Para a venda do milho, que é um dos graves problemas, porque desde 2011 a Região Nordeste deixou de produzir milho, estão sendo destinados R\$180 milhões, linha de crédito emergencial, mais R\$350 milhões; renegociação das dívidas, particularmente dos pequenos produtores e da agricultura familiar, R\$3,147 bilhões; e aquisição de equipamentos, R\$2,1 bilhões.

Ao todo, é um investimento de R\$9 bilhões, de caráter emergencial, sem esquecer a importante transposição das águas do Rio São Francisco, que vem desde o Império. E a sociedade nordestina – em especial o chamado Nordeste Setentrional, o meu Ceará, parte de Pernambuco, a Paraíba e o Rio Grande do Norte – será beneficiada.

Esse projeto foi desenvolvido ainda quando o Brasil era Império. Houve um conjunto de ações tentando

viabilizar a sua transposição, mas, lamentavelmente, a incompreensão política dos Estados doadores para com os Estados receptores inviabilizou esse projeto. Mas, com a eleição de um nordestino, o nosso Luiz Inácio Lula da Silva, ele resolveu assumir essa tarefa e delegou ao saudoso José Alencar a coordenação desse processo. Foram construídos grupos de trabalho de convencimento, e, com o apoio do Exército Brasileiro, esse projeto está muito adiantado.

São dois grandes canais: o Canal Leste, que beneficiará Pernambuco e a Paraíba, já tem algo em torno de 80% dos seus canais prontos; e o Canal Norte, que beneficiará Pernambuco, o nosso Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, tem algo em torno de 42% já prontos.

Esses dois grandes canais, que são estruturantes, vão permitir resolver a questão do abastecimento de água para algo em torno de 12 milhões de pessoas que vivem na região do Semiárido da Região Nordeste. Ali deverá ser investido algo em torno de R\$8,4 bilhões, e cada um desses Estados tem um conjunto de ações integradas. No caso concreto do Estado do Ceará, nós chamamos de CAC, que é o Cinturão das Águas do Ceará. Serão grandes adutoras, para fazer com que a água circule em todo o Estado do Ceará, evitando o desperdício com evaporação e, ao mesmo tempo, permitindo substituir o velho carro-pipa pela água permanente, através do projeto Água Para Todos.

Com esse conjunto de ações, as águas do São Francisco começam a chegar ao nosso Estado do Ceará e aos dois canais no final de 2014. E há toda uma agenda para que esses canais intermediários em cada Estado sejam desenvolvidos.

Quero aqui registrar que desde quando o Brasil foi ocupado pelos portugueses que a seca tem registros históricos, e o principal registro histórico da nossa seca está no livro da nossa escritora Rachel de Queiroz, no *O Quinze*, em que ela traz um conjunto de registros, de famílias, de pessoas e, particularmente, de pequenos criadores de gado, que, na época da seca, não tinham alimentos nem para as famílias nem tampouco para os animais. Agora, a alimentação para as famílias nós resolvemos através de um conjunto de ações sociais, seja o Bolsa Família, o salário mínimo para os aposentados e pensionistas, ou um conjunto de ações.

Portanto, é verdade que nós não temos nenhuma ocupação de cidades, de prefeituras, do comércio nessa região, e fazia parte da nossa tradição em secas, com menor intensidade do que esta, assistir à ocupação de várias cidades do Nordeste e do nosso Ceará.

Felizmente, com as políticas sociais desenvolvidas pelo Presidente Lula, e dado continuidade pela Presidenta Dilma, esse processo de saques de ocu-

pação de cidades deixou de existir, mas a questão da alimentação animal continua tão caótica como era registrado no romance *O Quinze*, de Rachel de Queiroz, em que ela diz:

Saída a última rês, Chico Bento bateu os paus na porteira e foi caminhando devagar, atrás do lento caminhar do gado, que marchava à toa, parando às vezes, e pondo no pasto seco os olhos tristes, como uma agudeza de desesperança. Algumas reses, sem ir mais longe, começavam a babujar a poeira do panasco que ainda palhetava o chão nas clareiras da caatinga.

Outras, mais tenazes, seguiam cabisbaixas, na mesma marcha pensativa, a cauda abanando lentamente as ancas descarnadas.

Rachel de Queiroz continua sua descrição sobre a seca nos anos de 1930, e diz:

Chico Bento parou. Alongou os olhos pelo horizonte cinzento. O pasto, as várzeas, a caatinga, o marmeleiral esquelético, era tudo de um cinzento de borralho.

O próprio leite das lagoas vidrara-se em torrões de lama ressequida, cortada aqui e além por alguma pacavira defunta que retorcia as folhas empapeladas. [Pacavira é uma planta da família das helicônias].

Depois olhou um garrotinho magro que, bem pertinho, mastigava sem ânimo uma vergôntea [uma haste] estorricada.

E ao dar as costas, rumo a casa, de cabeça curvada como sob o peso do chapéu de couro, sentindo nos olhos secos pela poeira e pelo sol uma frescura desacostumada e um penoso arquejar no peito largo, murmurou desoladamente:

– Ô sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome!

Portanto, essa vivência de sofrimento, de dificuldade das famílias nordestinas – boa parte delas retirante para as Regiões Sul e Sudeste, ao longo dos séculos –, hoje está resolvida com as políticas sociais do Governo Federal, com apoio dos Governos Municipais e Estaduais.

Mas, no que diz respeito ao nosso rebanho, não há diferença. Mais de 30% do nosso rebanho já morreram. Hoje, alguns pequenos e médios proprietários procuram doar o seu rebanho, e não há quem queira receber, porque não há onde alimentar e tampouco há água para beber.

É por isso que nós dizemos que o nosso Dnocs – Departamento Nacional de Obras contra as Secas, foi um órgão muito importante no início do século XX e durante todo o século XX no seu processo de barramento, que chamo de indústria de fazer água na Região Nordeste. Hoje, esse sistema já se demonstra superado, e a interligação das águas do Rio São Francisco será a grande saída que nós teremos para resolver esse grave problema. Mas esse órgão secular necessita continuar existindo com a sua sede no Semiárido, para receber sempre os gestores, as famílias e os trabalhadores daquela região.

Eu sou um daqueles que assistiram, em 4 de abril de 1999, à extinção do Dnocs, através de uma medida provisória. Na época, eu era Deputado Federal. Lutamos fortemente, na Câmara e no Senado, e conseguimos ressuscitá-lo. Foi o único órgão público extinto naquele período e totalmente recuperado. Agora, assisto novamente a alguns setores de Governo falar em trazer a sede do Dnocs do nosso Nordeste para Brasília. É a mesma coisa de se dizer: aquele que tem sede não pode falar, não pode pedir água, porque quem pode ofertar está muito distante.

Sou radicalmente contra retirar um órgão dessa competência, dessa qualidade, do seu meio, que é a Região Nordeste, que é o Semiárido nordestino. Não faz sentido trazer um órgão dessa qualidade, com esse compromisso, para uma região distante da semiárida, porque isso não vai permitir que as famílias mais pobres, mais sofridas, aqueles que necessitam dos serviços prestados pelo nosso DNOCS, desloquem-se até Brasília, para, ali, registrar seus pleitos, a fim de que se construam as políticas públicas para resolver esse grave problema.

A nossa Presidenta, com sua sensibilidade, tenho clareza de que não vai comungar com alguns burocratas ou tecnocratas que querem tirar a sede do DNOCS do Nordeste e do nosso Ceará e trazê-la para Brasília, sob a argumentação de que precisam acompanhar de perto as reuniões do Sr. Diretor-Geral daquele órgão com outros órgãos públicos. É muito mais fácil deslocar um diretor de uma autarquia dessa de Brasília do que trazer centenas de milhares de famílias famintas, que necessitam do serviço do DNOCS.

Por isso, eu que lutei pela não extinção do DNOCS, em janeiro de 1999, não irei permitir, enquanto político for, essa iniciativa de alguns burocratas, que, lá, em 1999, extinguiram o DNOCS e que agora querem tirá-lo da Região Nordeste, porque dizem que o órgão, ali ficando, é um grande tambor de ressonância das reclamações, dos sofrimentos e da necessidade da nossa família.

Senador Jorge Viana, concedo a V. Ex^a a palavra, com muito prazer.

O Sr. Jorge Viana (Bloco/PT – AC) – Quero cumprimentá-lo, Líder Pimentel. Que má hora para alguns que não têm compromisso com o nosso povo e com o nosso Brasil terem ideias, não é? Enfrentamos a maior seca, uma das maiores da história. A Presidenta Dilma foi ao seu Ceará, está trabalhando a mudança na legislação, para que os recursos possam ser liberados, para amenizar o sofrimento daqueles que padecem com essa seca, e, em vez de terem os tecnocratas ideias que possam nos ajudar a ter uma estrutura de Estado mais adequada para conviver com esses desastres naturais – porque é um desastre natural o que o Nordeste está enfrentando –, a ideia é diminuir a nossa representatividade. É o mesmo com a Sudam, é o mesmo com a representação das instituições que temos. Se houve corrupção no passado, é verdade, mas prendam-se os corruptores, denunciem-se aqueles que fizeram a corrupção, mas a instituição não tem nada a ver com isso. Hoje, não temos mais instituições na Amazônia que nos representem. Estamos com espaço de poder sem endereço em Brasília. Acho muito importante que V. Ex^a, como Senador do Ceará e com o prestígio que tem nesta Casa, esteja fazendo este alerta de que não vai permitir que o Nordeste fique sem a sede de instituições que têm a ver com o Nordeste brasileiro. Na Amazônia, lamentavelmente, o desentendimento, a desunião faz com que haja, quando nada, uma representação lá na foz do rio, em Belém, mas precisamos ter o Brasil representado. Tenho certeza de que é esse o propósito da Presidenta Dilma, como foi do Presidente Lula. O Brasil, antes do Presidente Lula, era um Brasil dos litorais Sul e Sudeste, era um Brasil que Juscelino trouxe para Brasília, no Centro-Oeste. E só. O Lula levou o Brasil para o Nordeste e para o Norte, para a Amazônia. Agora, é lamentável que os tecnocratas e os críticos do nosso Governo, primeiro, não reconheçam isso e, segundo, tentem colocar obstáculo para este Brasil, que está no caminho certo, que faz inclusão social e que diminui as desigualdades regionais. Muito obrigado pelo privilégio do aparte e parabéns a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Eu que agradeço, Senador Jorge Viana, pelo aparte, que incorporo na totalidade.

Quero registrar que esses burocratas têm uma leitura: se você tira os braços da União da proximidade de onde essas famílias moram, isso diminuirá a demanda. Esse é o olhar deles. Em 1999, também tivemos uma seca no ano anterior, e eles extinguiram o DNOCS, que foi ressuscitado no Congresso Nacional. Agora, em 2013, 2012, vêm com o mesmo discurso,

não de extingui-lo, mas de mudá-lo de local, dizendo que, vindo para Brasília, ficará mais perto de resolver seus problemas. É a mesma coisa, Jorge Viana, de dizer para o médico do Saúde da Família: “Você não vai viver onde essas famílias estão. Vai ficar na capital do Estado, para que essas famílias não te procurem, e, dali, você manda a receita de que elas necessitam”.

Este órgão DNOCS, que tem mais de 100 anos de história, que já foi Ifocs, precisa continuar existindo, com outra tarefa, é verdade, com outras demandas, é verdade, porque a parte de açudagem já estamos concluindo, mas estamos construindo agora a interligação das Bacias do rio São Francisco, e vamos precisar de uma ação interligada entre DNOCS e Codevasf, que atua na Bacia do São Francisco. Precisamos ter clareza do papel da Sudene, que também foi extinta em 2001 e recriada em 2005, como órgão planejador que se antecipe a essas calamidades e que permita ter uma visão integrada de toda a Região Nordeste e do nosso Semiárido, produzindo políticas que permitam o crescimento econômico com inclusão social e políticas estruturantes permanentes para a nossa região.

O nosso BNB, o Banco do Nordeste do Brasil, que é uma instituição de crédito que atua fortemente com a agricultura familiar, com o pescador artesanal, com o extrativista, com o processo de industrialização,...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – ... que tem um excelente centro de formação de mão de obra, que é o Etene, precisa ser fortalecido.

E foram essas as ações que a nossa Presidenta Dilma fez questão de registrar em sua ida ao Nordeste, deixando claro que ali vive algo em torno de 30% da população brasileira e que, no governo Lula e em seu governo, tem crescido mais do que as outras regiões brasileiras para diminuir a distância que as separa.

É por isso, Sr. Presidente, que o Nordeste tem uma atenção muito forte para com o melhor e o maior Presidente de toda a história do Brasil, que é Luiz Inácio Lula da Silva, e para com a Presidenta Dilma, que dá continuidade ao seu trabalho.

Quero, Sr. Presidente, que seja dado como lido o restante do nosso pronunciamento para permitir aos outros Pares também fazerem uso da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda tem tempo, Senador Pimentel.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR JOSÉ PIMENTEL

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e

Srs. Senadores, venho a esta tribuna hoje para tratar de um tema tão antigo quanto recorrente: a seca que assola o Nordeste. Esse fenômeno climático que leva sofrimento e grandes perdas aos nossos irmãos brasileiros que vivem nos nove estados nordestinos.

Para enfrentar o problema, várias medidas emergenciais estão sendo tomadas pelo governo federal, em conjunto com os governos estaduais e municipais. Outros investimentos estão sendo feitos em infraestrutura para que se possa, de fato, conviver com a seca.

Um exemplo desse esforço ocorreu aqui nesse Plenário, na última quinta-feira, 4 de abril. Nós aprovamos o Projeto de lei de Conversão nº 3 de 2013, proveniente da Medida Provisória 587, de 2012. A proposta autoriza o pagamento de adicional do Garantia-Safra, aumentando o benefício de R\$ 560 para R\$ 1.240 por família. Também autoriza o pagamento do Auxílio Emergencial Financeiro pela quebra da safra 2011-2012, que passa de R\$ 320 para R\$ 720. Esses valores são destinados aos agricultores familiares dos municípios da área da Sudene e que vem sofrendo os efeitos da seca, considerada a pior dos últimos cinquenta anos.

A aprovação dessa matéria, senhor Presidente, é mais uma ação do Governo Federal que contou com a importante colaboração do Parlamento brasileiro para amenizar os efeitos da estiagem que vem atacando centenas de municípios nordestinos. Hoje temos mais de 1.300 municípios da região em situação de emergência, sendo 177 no estado do Ceará.

A seca que atinge a região do semi-árido nordestino é um fenômeno constante na vida do nosso povo. Um fenômeno que nos remete às palavras imortais de Rachel de Queiroz em seu romance “O Quinze”, que pinta em cores vivas os problemas vividos pelos habitantes da região desde a década de 1930. Como escreveu a nossa querida Rachel de Queiroz:

“Saída a última rês, Chico Bento bateu os paus na porteira e foi caminhando devagar, atrás do lento caminhar do gado, que marchava à toa, parando às vezes, e pondo no pasto seco os olhos tristes, como numa agudeza de desesperança.

Algumas reses, sem ir mais longe, começavam a babujar a poeira do panasco que ainda palhetava o chão nas clareiras da caatinga.

Outras, mais tenazes, seguiam cabisbaixas, na mesma marcha pensativa, a cauda abanando lentamente as ancas descarnadas.

Rachel de Queiroz continua sua descrição sobre a seca nos anos de 1930:

Chico Bento parou. Alongou os olhos pelo horizonte cinzento. O pasto, as várzeas, a caatinga, o marmeleiral esquelético, era tudo de um cinzento de borralho.

O próprio leito das lagoas vidrara-se em torrões de lama ressequida, cortada aqui e além por alguma pacavira defunta que retorcia as folhas empapeladas. [pacavira é uma planta da família das helicônias].

Depois olhou um garrotinho magro que, bem pertinho, mastigava sem ânimo uma vergôntea [uma haste] estorricada,

E ao dar as costas, rumo à casa, de cabeça curvada como sob o peso do chapéu de couro, sentindo nos olhos secos pela poeira e pelo sol uma frescura desacostumada e um penoso arquejar no peito largo, murmurou desoladamente:

– O sorte, meu Deus! Comer cinza até cair morto de fome!”

Durante muitos anos, esse cenário desolador, descrito por Rachel de Queiroz, foi o retrato mais fiel do semi-árido nordestino. As pessoas e os animais sem esperança, sem ter o que beber ou comer e a terra num “cinzento de borralho”. Ao longo das últimas décadas buscou-se todo tipo de soluções paliativas para tentar minimizar os efeitos da seca. Hoje, no entanto, há um consenso quando se afirma que devemos buscar medidas que ajudem os nordestinos a conviver com a seca.

Devemos fornecer os meios e os instrumentos, para que aqueles que sofrem com os efeitos da estiagem consigam garantir os proventos para suas famílias e seus rebanhos.

Hoje temos a certeza de que não há como combater esse fenômeno climático. Mas temos como incentivar e aplicar tecnologias para que a sua incidência ocorra de forma natural e sem traumas para o nossos irmãos.

Na semana passada, eu pude acompanhar a nossa Presidenta Dilma Rousseff em visita ao estado do Ceará, onde anunciou o aporte de mais R\$ 9 bilhões para uma série de medidas emergenciais. Sou testemunha das preocupações da Presidenta com a nossa região e de que ela não está poupando esforços e nem recursos para diminuir o impacto dos efeitos da seca para a nossa população.

Uma ação importante, prevista para o próximo dia 17 de abril, é o leilão de 103 mil toneladas de milho coordenado pela Campanha Nacional de Abastecimento. Estão previstas a entrega de 30 mil toneladas para o estado do Ceará. Caberão aos governos estaduais, as ações logísticas para que os grãos cheguem até as regiões de consumo.

A parceria do Governo Federal com os governos estaduais, aliás, foi um dos pontos de destaque do discurso da Presidenta Dilma no Ceará, na semana passada. E essa parceria será de grande importância no médio e no longo prazo no que diz respeito ao transporte, à silagem e ao armazenamento dos grãos.

Estamos buscando soluções para os gargalos de infraestrutura que permitam um melhor escoamento e armazenamento da nossa produção agrícola. Inclusive temos debatido essa questão no Congresso Nacional, nas discussões da Medida Provisória 595. Por isso, precisamos dos portos públicos, mas também dos portos privados, para aumentarmos a nossa capacidade de armazenamento principalmente na entressafra.

A presidenta já anunciou que no Plano Safra haverá recursos para ampliação das estruturas de armazenagem e silagem nos estados do nordeste. Assim, poderemos armazenar mais grãos, evitando o desabastecimento em qualquer período do ano.

Entre as medidas de enfrentamento aos efeitos da seca, gostaria de destacar mais algumas:

– A Operação Carro-pipa coordenada pelo Exército brasileiro receberá um incremento de 30% a mais de pipeiros. Atualmente temos 4.746 carros-pipa que atendem 777 municípios. Vamos passar para 6.170 veículos.

– Construção de cisternas: Atualmente temos 270.611 cisternas para consumo e 12.369 cisternas para a produção, entregues em 2011 e agora em 2013. Estão previstas mais 130 mil cisternas para consumo até julho de 2013; 240 mil até dezembro de 2013; e chegando a um total de 750 mil até o final de 2014. Quanto às cisternas de produção, estão previstas mais 27 mil até dezembro de 2013, chegando a um total de 64 mil até o final de 2014.

– Bolsa estiagem: Atualmente temos 880 mil agricultores beneficiados em 1.311 municípios. O Governo Federal pretende manter o benefício de R\$ 80,00 por família enquanto durar o período da seca.

Além disso, serão incorporados 361.586 novos beneficiários com um custo mensal estimado em R\$ 87,7 milhões.

– Outra ação importante é a renegociação da dívida dos agricultores afetados pela seca. Serão prorrogadas as operações de crédito rural dos agricultores dos municípios da área da SUDENE com situação de emergência reconhecida pelo Governo Federal. Também está prevista a redução da dívida para liquidação das operações de crédito rural.

– Com relação às ações do PAC equipamentos, já começamos a entregar a cada um dos 1.415 municípios atingidos uma retroescavadeira, uma motoniveladora, um caminhão-caçamba, um caminhão-pipa e uma pá-carregadeira. Teremos aqui um investimento de R\$ 1,46 milhão por município chegando a um total de mais de R\$ 2 bilhões.

– A presidenta anunciou ainda a criação da Força Nacional de Emergência, coordenada pelo Ministério da Integração e que conta com a participação da CO-

DEVASF, DNOCS, CHESF, BNB, Agência Nacional das Águas e CPRM. Essa Força Nacional tem como ação imediata fazer um diagnóstico do abastecimento de água e providenciar medidas para mitigar o baixo nível dos reservatórios.

Sr. Presidente, outra grande ação voltada para a convivência com a seca nos próximos anos é, sem dúvida nenhuma, a interligação de bacias e a integração das águas do rio São Francisco.

A grandiosidade do rio São Francisco, relativamente próximo às regiões periodicamente flageladas pela seca, fez com que surgisse, já na época do Brasil Império, a idéia de se levar uma pequena parcela das abundantes águas do “Velho Chico” para aliviar os padecimentos da população do Nordeste Setentrional.

O sonho manteve-se vivo ao longo dos séculos e, no Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, começou a se tornar realidade com o início das obras do “Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional”. É um grandioso empreendimento que vem sendo conduzido sob orientação da Presidenta Dilma.

O objetivo do Projeto é assegurar a oferta de água para uma população de 12 milhões de habitantes, residentes em 390 Municípios do Agreste e do Sertão dos Estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Senhoras e senhores senadores, esse não tem fã sido um projeto de fácil execução. Enfrentamos grandes resistências e toda sorte de problemas legais, desde as dificuldades nas licenças ambientais a desistência de empresas já licitadas – o que obrigou a realização de novas licitações.

No entanto, acredito que encontramos o equilíbrio político para a continuidade dessa obra, fundamental para garantir o abastecimento de água das nossas futuras gerações de nordestinos.

O Governo Federal está realizando um grande esforço para dar toda a agilidade possível às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. Para tanto, tem investido todo o tipo de recursos, financeiros e materiais, o que já permitiu que esse empreendimento de fundamental importância para o desenvolvimento da região Nordeste atingisse fase avançada de execução. A previsão é de que as águas do São Francisco comecem a chegar no segundo semestre de 2014, conforme anunciou a nossa presidenta. Isso servirá de grande alívio para milhões de nordestinos e, com certeza, mudará a paisagem desoladora de boa parte da região em tempos de seca.

Sr. Presidente, outro grande projeto brasileiro, de extrema importância para auxiliar os nordestinos nessa convivência com a seca é o Programa Bolsa Família.

Nós assistimos nas décadas de 1980 e 1990 a uma situação bem diferente dos dias atuais. Em épocas de seca, levadas pelo desespero, centenas de famílias de agricultores saqueavam o comércio municipal e invadiam os principais centros nordestinos. A capital cearense chegou a receber trabalhadores rurais que acampavam na Avenida Bezerra de Menezes, em frente à secretaria de Agricultura.

Hoje, apesar das dificuldades, as populações conseguem se manter em suas casas e comprar o básico para o seu sustento, graças ao Bolsa Família. No estado do Ceará, por exemplo, nos 26 municípios mais atingidos pela seca estão cadastradas 1.089.791 famílias que receberam em março deste ano, cerca de R\$ 165 milhões.

Quero aqui destacar o papel das instituições federais no enfrentamento da seca, como a Sudene, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas e o Banco do Nordeste. Cada um com suas atribuições: a Sudene no planejamento, o Banco do Nordeste no financiamento e o Dnocs na execução das políticas de expansão dos acessos da população à água, um bem tão precioso para toda a humanidade. Aproveito este momento, para manifestar o meu desejo de fortalecimento do Dnocs para que ele possa fazer ainda mais pela região. No meu entendimento, é importante que a sede do Dnocs continue no Nordeste e, especialmente, no nosso estado do Ceará.

A unidade dessas instituições, em trabalho conjunto com a ANA e a Codevasf, será fundamental para o êxito dessas políticas que estamos desenvolvendo.

Tudo isso nos dará a certeza de melhores tempos para o Nordeste brasileiro. Com a atenção do Governo Federal, a importante participação do Congresso Nacional e o esforço de todos os governadores e órgãos públicos, tenho certeza que muito em breve, a seca do semi-árido nordestino será vista como um fenômeno climático que nós estaremos sempre prontos a enfrentar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, com a palavra, o Senador Blairo Maggi, como Líder do PR.

O Senador José Pimentel solicitou à Mesa que seu pronunciamento fosse dado como lido na íntegra.

V. Ex^a será atendido, nos termos do Regimento.

Agora, com a palavra, o Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, Cuiabá hoje completa 294 anos, e eu não poderia deixar de enaltecer essa data festiva da minha capital.

Cuiabá é localizada no centro geodésico da América do Sul. A capital do Estado de Mato Grosso consolida-se como uma importante cidade brasileira. O povoamento iniciou-se quando os bandeirantes paulistas, em busca de minerais preciosos e do índio, para trabalho análogo à escravidão, encontraram ouro às margens do Rio Coxipó, afluente do Rio Cuiabá. A descoberta do metal precioso às margens do lendário rio ensejou a fundação de Cuiabá, em 8 de abril de 1719, com o surgimento do Arraial de Forquilha, denominação dada ao primeiro povoamento que daria origem à cidade de Cuiabá.

O programa Marcha para o Oeste em curto espaço de tempo deixou suas marcas na cidade. A denominada Marcha para o Oeste foi um projeto dirigido pelo governo Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, para ocupar e desenvolver o interior do Brasil, e incorporou o verdadeiro sentimento de brasilidade, uma solução para os infortúnios da Nação. A ocupação do Centro-Oeste visava também à criação de colônias agrícolas, à construção de estradas e ao incentivo à produção agropecuária de sustentação. Em boa parte, tal sonho progressista se concretizou.

Embora eu tenha nascido e sido criado em cidades de outros Estados da Federação, foi em Mato Grosso, mais propriamente nos Municípios de Rondonópolis e Cuiabá, que pude conhecer a força pujante e a importância do calor humano.

Mas hoje quero aqui homenagear a nossa querida Cuiabá e o seu povo, cuja simpatia me conquistou de tal maneira que decidi criar lá os meus filhos e os meus netos, morar, viver e trabalhar.

Quero também render homenagens à “cuiabania”, que é um estado de espírito no qual reside a alma dos cuiabanos e das cuiabanas. Não se pode falar em “cuiabania” sem citar os cidadãos de Rosário Oeste, Santo Antônio do Leverger, Guia, Acorizal, Jangada, Barão de Melgaço, Nobres, Livramento, Poconé, Chapada dos Guimarães, Municípios que integram o que chamamos de baixada cuiabana.

Mas voltemos à nossa querida Cuiabá, capital de Mato Grosso, terra de Marechal Rondon, de São Benedito, de Gegé, da viola de cocho, do cururu, do siriri, da gente alegre e hospitaleira, de Roberto Campos, de Joaquim Murinho, de Filinto Muller, de Gaspar Dutra, das famílias tradicionais como os Campos; os Pinheiros, do meu querido amigo, o falecido Jonas Pinheiro; os Malheiros; os Oliveiras, do Governador Dante de Oliveira; os Taques, da família do Senador Pedro Taques; os Coutinhos; os Campos, repito, do Senador Jayme

Campos, também ex-governador do nosso Estado, e também de Júlio Campos; dos Tocantins, do meu querido amigo Aecim Tocantins; e tantas outras, que poderia aqui citar, centenas de famílias tradicionais da minha querida Cuiabá. Cuiabá da mistura de raça, da mistura de cor, dos credos e sincretismos; cidade na qual se encerra um sentimento de rara nobreza e para onde convergem centenas de milhares de pessoas de todos os recantos do Brasil e do mundo.

É justamente essa pluralidade que transforma, em nossos corações, a admiração por um imenso amor por Cuiabá.

Parabéns ao povo que vive nessa querida terra, a terra de Cuiabá, que será uma das sedes da Copa do Mundo de 2014 e que, com toda a certeza, saberá fazer e fará uma grande festa, uma grande recepção a todos os brasileiros e estrangeiros que chegarem à cidade de Cuiabá exatamente no ano em que ela estará completando 295 anos.

Portanto, quero deixar aqui meu abraço a todos os cuiabanos e cuiabanas que lá nasceram ou que optaram por morar nessa bela cidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Blairo Maggi.

Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Ataídes Oliveira.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, peço minha inscrição pela Liderança. Senador Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrito como Líder do Partido dos Trabalhadores no Senado.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Anibal Diniz, há poucos minutos, ouvi o nosso brilhante Senador, esse Líder, Senador Pimentel, dizer que um dos problemas do nosso País é a qualificação da mão de obra. Perfeitamente! É sabido já, por todos nós, que são diversos gargalos, mas, a mão de obra, eu diria que é um dos maiores gargalos que impedem o nosso crescimento.

É exatamente sobre esse tema que tenho vindo, reiteradamente, a esta tribuna, Sr. Presidente, até mesmo como empresário que sou, falar sobre o Sistema S, essas entidades criadas há mais de 70 anos com a finalidade exclusiva de qualificar essa mão de obra no Brasil. E que, 70 anos depois, com esse rio de dinheiro que tenho colocado aqui também, sempre, compulsoriamente arrecadado como tributo, dinheiro do povo, e a nossa mão de obra continua, ainda, desqualificada. Isso é um pecado!

Pois bem, Presidente. Na quarta-feira passada, o Senador Benedito de Lira, em seu discurso nesta tribuna, sobre o Sistema S, disse – aspas –: “Tentar denegrir ou esfacelar essa imagem é uma tarefa fadada ao fracasso”.

Pois bem. Acredito que o Senador, a quem tenho grande respeito e admiração, não tenha lido o meu livro denominado *Caixa Preta do Sistema S*, tampouco acompanhado os meus discursos nesta Casa, porque a minha intenção, Presidente, sempre foi de aprimorar o sistema e não de denegrir ou esfacelar o Sistema S. É sabido por todos desta Casa. Tenho dito, reiteradamente, que sou defensor do Sistema S. Nunca discuti o mérito. Meu desejo é aprimorar o sistema, inclusive já apresentei o Projeto nº 072, em que trato de lei geral, que irá corrigir todas as distorções verificadas nas auditorias do nosso Tribunal de Contas e, também, da nossa Controladoria-Geral da União, que são órgãos fiscalizadores do sistema.

Diante das auditorias realizadas pelo TCU, CGU, e nota técnica da Receita Federal, bem como no uso das minhas atribuições como Senador da República, que é de fiscalizar o dinheiro público, não posso, não devo e nem ficarei calado diante dessa máfia que se instalou nos últimos anos dentro do Sistema S, tratado como se deles fosse, sendo que, na verdade, o Sistema S é do povo, porque é dinheiro do povo. Mas quem não sabe, no Brasil, hoje, que o Sistema S é desses poucos empresários que estão há 40, 50 anos no cargo e têm até direito sucessório? Quando chegam à idade de 85, 90 anos, colocam seus filhos, netos e bisnetos. É lamentável, Sr. Presidente.

Diante de diversos crimes cometidos pelo Sistema S, que tenho dito sempre aqui, há pelo menos dois verificados pelo TCU que deverão ser corrigidos urgentemente, e os seus gestores penalizados.

Há falta de transparência. Como você administra R\$15 bilhões/ano sem transparência? Como? É só no Brasil que isso pode acontecer? Interessante, não é por falta de lei. Leis existem. Por exemplo, a história da transparência. Por exemplo, as nossas LDOs. A Lei nº 11.768/2008, em seu art. 6º, §3º – e LDOs subsequentes –, determina que o sistema tem que dar publicidade aos seus fatos contábeis, aos seus balanços, às suas receitas e despesas, aos seus atos. Mas nunca fizeram. Assim como a Lei nº 12.527/2011, em seu art. 6º, a Lei de Acesso à Informação, regulamentada pelo Decreto-Lei nº 7.724/2012, a Lei da Transparência. Tem que dar publicidade aos salários, inclusive dos diretores e dos presidentes. Podem ir lá. Colocaram algumas informações sobre salários de servidores de remuneração menor, mas eu disse, há poucos dias, aqui, que um consultor técnico recebia salário acima de R\$40 mil.

De acordo com o art. 37 da Constituição de 1988, combinado com o art. 70 da mesma Constituição, se o dinheiro é público, tem que haver publicidade.

Pois bem, Sr^{as} e Srs. Senadores, existem leis, porém, para eles, não passam de linhas mortas.

Vejam o que disse o Presidente da CNI, Sr. Robson Andrade, no jornal *O Globo*, na semana passada, dia 3 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Ataídes, permita-me interrompê-lo por um minuto para anunciar a presença, nas galerias, dos estudantes do curso de Direito do Centro Universitário da Fundação Educacional de Guaxupé, Minas Gerais.

Sejam todos muito bem-vindos ao Senado Federal.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – Pois bem, Sr. Presidente, veja o que disse o Presidente da Confederação Nacional das Indústrias ao jornal *O Globo* na semana passada: “A CNI vai adotar iniciativa que colocará sob pressão todas as confederações patronais e de trabalhadores.” O seu Presidente, Robson Andrade, decidiu...

Olha só, Sr. Presidente; olha só, povo brasileiro, eu aqui falei de três leis, a Lei 11.768, a 12.527, falei da Constituição Federal, da nossa Carta Maior, mas o poderoso Sr. Robson Andrade decidiu publicar na imprensa um balanço financeiro da entidade, inclusive do Sesi e do Senai. Pronto, Sr. Presidente, agora existe lei! O Presidente da Confederação decidiu.

Outro item que me causa muita estranheza e muita preocupação: a arrecadação direta, feita pelo Sesi/Senai, junto aos industriais. A Lei 11.457, de 2007, art. 3º, § 2º, que tenho citado sempre aqui, transferiu para a Receita Federal, sem ressalva, a competência para a arrecadação das contribuições sociais. É tributo. Se é tributo, somente o Estado, o Distrito Federal e a União podem arrecadar. Não, o Sistema S, através do Sesi/Senai, faz uma arrecadação diretamente. No ano passado, foi superior a R\$ 3 bilhões.

Quero dizer aos senhores industriais que estão pagando diretamente esse tributo ao Sesi/Senai, gostaria de lhes dar um conselho: procurem informações com o seu departamento jurídico ou com um advogado para saber se esse recolhimento direto é legal porque, conforme determina a lei, os senhores estão inadimplentes com a Receita Federal do Brasil e terão de pagar novamente as suas contribuições com as devidas correções. A coisa é muito séria, a coisa é muito grave, porque é muito dinheiro! Se hoje for corrigir esses últimos cinco anos, é possível que chegue próximo dos R\$60 bilhões.

Pois bem, Presidente, eu disse há poucos dias que o TCU não havia terminado a auditoria ora soli-

citada por mim, mas acabaram de chegar às minhas mãos mais quatro acórdãos do Tribunal de Contas da União relativos a licitações. Esses acórdãos se encontram em minhas mãos e vou distribuir a todos os Parlamentares desta Casa.

No Acórdão nº 526, do Sesi/Senai, que citei semana passada, de oito processos analisados pelo TCU, sete apresentam inúmeras irregularidades. Estou falando de licitações, estou falando de como é que se está gastando o dinheiro do povo, ou seja, esses R\$15 bilhões. Então, de oito processos, sete estão danificados, podridos.

Senar – acabei de pegar Senar. Assinaei, simplesmente, as falhas verificadas:

a) sistema indevido de remuneração e acompanhamento de prestação de serviço de educação a distância;

b) prorrogação do contrato de prestação de serviço de educação a distância, sem a devida adequação dos preços;

c) fixação de honorários mínimos em edital de contratação de serviço de comunicação e publicidade;

d) requisito de habilitação que demanda, dos licitantes gastos anteriores, a assinatura do contrato para serviço de comunicação e publicidade e de serviços gráficos;

e) atribuição de ponderação de 70% para técnica e 30% para preço, sem a devida justificativa;

f) fragilidades no planejamento e execução das contratações;

g) contratação direta de serviços de consultoria e instrutoria, por inexigibilidade de licitação, sem previsão legal;

h) não utilização da modalidade pregão na forma eletrônica para aquisição de bens e serviços comuns;

i) presença de nomes e imagens, em publicidade, das ações do Senar.

Não quero, aqui, agora, Presidente, relatar o que disse o Tribunal de Contas, mas vou repetir esse item, para que esta Casa e o povo entendam: presença de nomes e imagens, em publicidade, de ações do Senar. Isso é muito grave, mas não vou ler aqui, não, Presidente.

Sesc e Senac, irregularidades detectadas:

a) restrição ao caráter competitivo mediante a exigência de critérios restritivos e/ou desnecessários;

b) ausência ou deficiência de pesquisa prévia de preços e de estimativa de orçamento nos procedimentos licitatórios;

c) ausência de justificativa para utilização de licitações do tipo técnica e preço;

d) contratação indevida por inelegibilidade de licitação;

e) ausência de formalização de processos para acompanhamento de execução das contratações;

f) pagamento antecipado sem o correspondente contraprestação;

g) realização de pagamento sem cobertura contratual;

h) não imposição de graduação de notas no edital, para valoração dos quesitos das propostas técnicas;

i) inclusão indevida de critérios de julgamento técnico em licitação do tipo menor preço.

SESCOOP – foi detectado que foi questionada a participação de OSCIPs – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – em processo licitatório, uma vez que estariam beneficiadas em relação as outras concorrentes, tendo em vista serem instituições sem fins lucrativos, que recebem incentivos do Estado e benefícios fiscais, o que contraria o art. 37, XXI, da Constituição Federal.

Ou seja, as OSCIPs concorrem em iguais condições com outras empresas. Isso não pode! Isso é ilegal! Essa organização presta serviço praticamente a todas as entidades do Sistema S, temos que ver por que essa empresa sempre é a vencedora. E ela goza de todos esses benefícios.

É evidente, Presidente, que as empresas vencedoras das entidades do sistema são previamente escolhidas, isso está claro em todos os acórdãos das auditorias do Tribunal de Contas e da nossa Controladoria-Geral da União.

Também não há dúvida de que o dinheiro do povo está sendo malversado; diz o Tribunal, Senador Agripino, que o dinheiro do povo está sendo malversado. Há uma malversação do dinheiro do povo. Mas o sinônimo dessa palavra meio que estranha é roubo, está sendo roubado o dinheiro do povo, e o Brasil inteiro sabe disso. Este Congresso sabe disso.

O interessante aqui, Sr. Presidente – só um detalhezinho –, é sobre fatos ocorridos naquela olimpíada da sabedoria, no Rio de Janeiro. Só um pequeno detalhe, aqui, no Acórdão nº 526/2003 do Sesi/Senai: uma cafeteira custa R\$70,00, e foi comprada por R\$1.100,00, Senador Blairo. Custava R\$70,00 e foi comprada por R\$1.100,00! Ou seja, 1.471,43% a mais! Isso aqui é só um detalhe. Não estou falando da compra de um prédio de R\$100 milhões. Um suporte para TV, de R\$200,00, foi comprado por R\$900,00, ou seja, 350% a mais. Isso é só para se ter uma ligeira noção da forma como está sendo tratado esse dinheiro do povo.

Uma vez que os entes do Sistema S não cumprem nem mesmo os seus regulamentos de licitação, criados por eles mesmos, como é sabido por nós, imaginem se os seus gestores têm conhecimento do que determinam, do que disciplinam os arts. 37 e 70 da

Constituição Federal sobre os princípios básicos para quem administra dinheiro público. Ou seja, o princípio da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da economicidade. Tenho certeza de que isso aqui eles nunca nem leram.

Diante de todos os fatos narrados no livro “A caixa preta do Sistema S” e dos novos acórdãos do Tribunal de Contas da União, só vejo uma única saída para desvendar e desbaratar essa quadrilha que hoje tomou conta dessas entidades do Sistema S: a CPI.

Acredito que há pessoas sérias no sistema, como toda regra tem exceção. Há poucos dias, o Senador Luiz Henrique disse que, no Estado dele, o pessoal trabalha honestamente. Disse a ele que é uma exceção e parabeneizei o Sistema S daquela região, mas não vejo outra saída a não ser uma CPI.

Senador Taques, tenho dito que essa causa não é minha, mas da União, deste Congresso, do Ministério Público Federal, do Poder Judiciário, da imprensa, da Polícia Federal, em prol do povo brasileiro.

Eu não estou aqui atrás de voto. Eu vim aqui para ver se possa fazer alguma coisa por este País.

Acredito que este Parlamento não deixará de cumprir as obrigações que lhes são peculiares. E digo mais: acredito que, se providências não forem tomadas com urgência, a qualquer momento, os entes do Sistema S poderão propor um acordo com o Governo Federal. Que acordo é esse? O de repassar as contribuições compulsórias para a União, e eles ficariam tão somente com as receitas oriundas de serviços prestados, aluguéis e de recebimento de juros. E com um patrimônio que suponho – suponho – estar superior a R\$100 bilhões. Não há lei alguma que, uma vez falindo esse sistema ou eles fazendo uma proposição dessa ao Governo, que diz que esse patrimônio retomaria à União. Não há lei alguma. Eles podem tranquilamente fazer isso. E esse patrimônio é muito superior a R\$100 bilhões!

Pois, Sr. Presidente, estou encerrando.

O meu PLS que protocolei nesta Casa – e eles estão brincando com o meu PLS por aí –...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB – TO) – ... veio exatamente para isto: aprimorar o sistema e corrigir essas deficiências. Terão de prestar contas aos ministérios de sua categoria; terão de ser nomeados pelo Presidente da República e terão de ser sancionados, homologados, autorizados por este Congresso.

Também o sistema de contratação de pessoal, que é uma verdadeira balbúrdia, tem de obedecer aos concursos públicos. Quanto à licitação, eu não diria que teríamos de chegar à Lei nº 8.666, mas tem-se que criar critérios rígidos para que eles possam cumpri-los.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Ataídes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Encontram-se sobre a mesa medidas provisórias que precisam ser lidas.

A Senhora Presidente da República adotou, em 2 de abril de 2013, e publicou no dia 4, do mesmo mês e ano, em Edição Extra, a **Medida Provisória nº 610, de 2013**, que *amplia o valor do Benefício Garantia-Safra para a safra de 2011/2012; amplia o Auxílio Emergencial Financeiro, de que trata a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, relativo aos desastres ocorridos em 2012; autoriza a distribuição de milho para a venda a pequenos criadores, nos termos que especifica; altera as Leis nºs 12.249, de 11 de junho de 2010, e 12.716, de 21 de setembro de 2012, e dá outras providências.*

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN; da Resolução nº 1, de 2012-CN; e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)

Titulares	Suplentes
Eunício Oliveira	Ana Amélia
Francisco Dornelles	Kátia Abreu
Sérgio Petecão	Romero Jucá
Paulo Davim	
Ricardo Ferraço	

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB/PSOL)

Titulares	Suplentes
Wellington Dias	Eduardo Lopes
Acir Gurgacz	Randolfe Rodrigues
Rodrigo Rollemberg	Walter Pinheiro
Inácio Arruda	Zeze Perrella

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)

Titulares	Suplentes
Aloysio Nunes Ferreira	Alvaro Dias
José Agripino	Paulo Bauer
Cássio Cunha Lima	

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL)

Titulares	Suplentes
Gim	Eduardo Amorim
Alfredo Nascimento	João Costa

Deputados

PT

Titulares	Suplentes
José Guimarães	Sibá Machado
Valmir Assunção	Luiz Couto

PMDB

Titulares	Suplentes
Eduardo Cunha	Darcísio Perondi
Marcelo Castro	Edinho Araújo

PSD

Titulares	Suplentes
Eduardo Sciarra	Guilherme Campos
Eleuses Paiva	Heuler Cruvinel

PSDB

Titular	Suplente
Carlos Sampaio	João Campos

PP

Titular	Suplente
Arthur Lira	Roberto Britto

DEM

Titular	Suplente
Ronaldo Caiado	Mendonça Filho

PR

Titular	Suplente
Anthony Garotinho	

PSB

Titular	Suplente
Beto Albuquerque	Glauber Braga

PDT

Titular	Suplente
André Figueiredo	Salvador Zimbaldi

Bloco (PV/PPS)

Titular	Suplente

PTB

Titular	Suplente
Jovair Arantes	Antonio Brito

PSC*

Titular	Suplente
Andre Moura	Leonardo Gadelha

*Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

É o seguinte o calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Publicação no Diário Oficial da União: 04-04-2013 (Ed. Extra)
- Designação da Comissão: 8-4-2013
- Instalação da Comissão: 24 horas após designação
- Emendas: até 10-4-2013 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à Câmara dos Deputados: -
- Prazo na Câmara dos Deputados: até 1º-5-2013 (até 28º dia)
- Recebimento previsto no Senado Federal: 1º-5-2013
- Prazo no Senado Federal: de 2-5-2013 a 15-5-2013 (42º dia)
- Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 15-5-2013
- Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 16-5-2013 a 18-5-2013 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-5-2013 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 2-6-2013

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – A Senhora Presidente da República adotou, em 04 de abril de 2013, e publicou no mesmo dia mês e ano, em Edição Extra, a **Medida Provisória nº 611, de 2013**, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$3.969.200.000,00 (três bilhões, novecentos e sessenta e nove milhões e duzentos mil reais) para os fins que especifica.*

A matéria será encaminhada, nos termos do § 6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002-CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, onde poderá receber emendas.

É o seguinte o calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Publicação no *Diário Oficial da União*: 04-04-2013 (Edição Extra)
- Emendas: até 10-04-2013 (6 dias após a publicação)
- Prazo na Comissão: Declaração Incidental de Inconstitucionalidade do *caput* do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia *ex nunc* – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do Senado Federal de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.
- Remessa do processo à Câmara dos Deputados: -
- Prazo na Câmara dos Deputados: até 1º-5-2013 (até 28º dia)
- Recebimento previsto no Senado Federal: 1º-5-2013
- Prazo no Senado Federal: de 2-5-2013 a 15-5-2013 (42º dia)
- Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 15-5-2013
- Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 16-5-2013 a 18-5-2013 (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 19-5-2013 (46º dia)
- Prazo final no Congresso: 2-6-2013

A matéria está publicada em avulsos.

Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Agora, com a palavra, como Líder do DEM, o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente, quero dar uma palavra como Presidente Nacional e Líder dos Democratas, para fazer o registro – e o faço com pesar – do falecimento, hoje, no Reino Unido, da ex-Primeira-Ministra Margaret Thatcher.

A morte de S. Ex^a é notícia em todos os noticiosos do mundo pela importância que ela teve e tem. Digo que ela teve e tem importância, Sr. Presidente, porque não conheço, Senador Blairo Maggi, nenhuma figura viva, neste século, que, em vida, tenha sido objeto, tenha sido argumento de um filme que até Oscar ganhou, tal

a importância de sua presença na política do seu país e na política internacional. A ex-Primeira-Ministra governou a Inglaterra de 1979 até 1990. Foram 11 anos de exercício de governo como primeira-ministra.

O Primeiro-Ministro da Inglaterra, David Cameron, resumiu com uma frase a perda de Margaret Thatcher. Ele disse hoje: "Margaret Thatcher não liderou o Reino Unido; Margaret Thatcher salvou o Reino Unido". Foi o que ele disse, o atual Primeiro-Ministro David Cameron. Por quê? Aqui, quero fazer uma análise rápida.

Depois da Segunda Guerra Mundial, o *Welfare State*, ou seja, o estado de proteção aos cidadãos, com auxílios, com subvenções, com a proteção do Estado, foi uma máxima que ocorreu permanentemente na Inglaterra. Isso foi muito bom para o país, que, com grandes dificuldades, saía de uma guerra que vitimou milhares e milhares de ingleses, de britânicos, que precisavam da proteção do Estado. Isso aconteceu durante certo tempo.

David Cameron disse que Margaret Thatcher não liderou o Reino Unido, mas o salvou, porque, em dado momento, ela entendeu que, para salvar a economia do país, era preciso mudar os valores, valorizar quem tivesse talento, proteger a capacidade, o talento, os valores individuais. Ela foi, na Inglaterra, a grande iniciadora das privatizações, das concessões, da desregulamentação do setor financeiro. A figura do *yuppie*, que era o executivo de talento e que, pela sua capacidade pessoal, vencida, foi criada quando Margaret Thatcher foi Primeira-Ministra.

S. Ex^a foi uma referência na política internacional também. O fato de ter promovido a evidência dos valores individuais e do livre mercado, quando as pessoas disputavam no livre mercado as oportunidades de compra e venda em detrimento da economia planejada e centralizada, como a União Soviética praticava, fez com que regimes como o da União soviética se encerrassem pelo confronto entre a liberdade de mercado e a economia central planejada, ou seja, a economia centralizada, a estatização. Era o livre mercado *versus* a economia estatizada. Era o talento do livre mercado *versus* o talento da economia pública, da economia estatal.

Você pode colocar razões para um lado e razões para outro lado, mas quem diz que Margaret Thatcher salvou a Inglaterra é o atual Primeiro-Ministro.

Como Presidente e Líder do meu Partido, integrante da IDC – Internacional Democrata de Centro, da qual faz parte o partido de S. Ex^a, quero aqui manifestar os sentimentos, em nome dos meus companheiros de partido – e creio que posso falar em nome do Congresso Nacional –, as condolências sinceras pelo

falecimento de S. Ex^a a ex Primeira-Ministra Margaret Thatcher, que coloca hoje em luto o Reino Unido.

Dito isso, Sr. Presidente, quero falar agora como Senador pelo meu Estado.

Eu tive a oportunidade de, há mais ou menos dez dias, falar sobre a seca que se abate sobre o Nordeste. Só há um detalhe: é que, com o passar do tempo, o que se está avizinando não é consequência de seca, é uma catástrofe completa. Eu estive no meu Estado, no interior do Estado, nesse fim de semana. Cheguei até Mossoró, que fica no centro do Estado, e pude avaliar a evolução da seca, as suas consequências e as apreensões em torno dela nesses dez últimos dias. Não é que a água já esteja faltando nos açudes que dão de beber ao gado, que significa a fonte de renda para centenas, para milhares de sertanejos. Não é que a água esteja só faltando nos açudes. A água de beber falta nas casas das cidades e nos açudes.

Eu vou aqui colocar, para a apreciação dos senhores que me ouvem pela TV Senado e pela Rádio Senado e no plenário do Senado Federal, um pequeno exemplo do que está para acontecer, Deus nos livre!

A Barragem Coremas é vizinha à Barragem Mãe d'Água, na Paraíba. Ela segura as águas do Rio Piranhas e, de certa forma, pereniza o Rio Piranhas até a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, já no Rio Grande do Norte. Ela solta um filete d'água, ano após ano, que, entre a Barragem Coremas e a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, pereniza todo o trecho do Rio Piranhas, ao longo do Rio Grande do Norte e da Paraíba. As comportas estão abertas, mas a água está se acabando.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Dentro de pouco tempo, Sr. Presidente Blairo Maggi, não haverá mais água, e as comportas serão compulsoriamente fechadas. Eu vou dizer a V. Ex^a, em sequência, as cidades que vão ficar à míngua de água: Aparecida, na Paraíba; Souza, na Paraíba; Cajazeiras... Todas estas cidades ficam à margem do Rio Piranhas, na sequência da água solta de Coremas até a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves: Aparecida, Souza, Cajazeiras, Paulista e Pombal, na Paraíba. Aí se chega a Serra Negra do Norte, no Rio Grande do Norte. Volta-se à Paraíba, a Catolé do Rocha e a Jericó. Chega-se a Jardim de Piranhas, no meu Rio Grande do Norte, e se volta a São Bento, a Brejo do Cruz e a Belém, na Paraíba, chegando a Caicó e a Jucurutu. Essas cidades vão ficar sem...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. *Fora do microfone.*) – ...suprimento de água.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Elas vão ficar sem suprimento de água de que, há séculos, dispõem, pelo fato de a perenização do Rio Piranhas acontecer pela contenção das águas em Coremas, em Mãe d'Água e na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves. Como as comportas vão se fechar, essas cidades todas vão passar a não dispor de água nenhuma de beber. Água para irrigação? Daqui a três, quatro ou cinco dias ou em uma semana, isso vai estar proibido! Isso vai estar proibido, porque a água no Nordeste está no fim!

Eu fui Governador duas vezes. Em uma das vezes, enfrentei uma situação parecida como a que está para acontecer. Na cidade de Santa Cruz, que é uma cidade grande, Município polo da região do Trairi, a água acabou, e eu tive que, da noite para o dia... Não digo da noite para o dia...

(Interrupção do som.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ...pois eu me preparei para fazer a perfuração (*Fora do microfone.*) dos poços que eu perfurei como Governador. Era um paliteiro em volta de Santa Cruz. E consegui que a cidade tivesse água de poço. Eu nem sabia se encontraria água nos poços, mas os perfurei e salvei a cidade da sede naquela seca inclemente. Creio que isso ocorreu em 1994, em 1993. Não estou bem seguro de quando isso aconteceu. Foi a seca de 1994.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Muito bem! O que está agora ocorrendo é a perspectiva, Sr. Presidente, Srs. Senadores, da falta d'água completa em uma região inteira.

A Presidente da República anunciou um plano e a liberação de recursos para a perfuração de poços. O que quero colocar aqui é a urgência, porque tudo que é anunciado pelo Governo demora uma eternidade para acontecer. Os governos estaduais do Nordeste estão quebrados, não dispõem de meios e recursos para fazer aquilo que eu fiz em Santa Cruz. E urge que se faça isso, porque aquilo que eu disse que vai acontecer entre Coremas, Mãe d'água e a Barragem de Santa Cruz vai ocorrer no Nordeste inteiro. Impõe-se um inédito programa de perfuração de poços, para que a região – Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí – não morra de sede.

Eu quero, dizendo isso, passar às mãos da Taquigrafia, para registro nos Anais, fotografias aterrorizantes.

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a me dedicasse alguns minutos mais (*Fora do microfone.*), porque esse assunto é muito importante.

Chegaram-me às mãos fotografias terríveis de cadáveres de rebanhos inteiros espalhados pela Caatinga. São fotografias que nunca vi na minha vida.

São coisas terríveis que significam o fim do ganha-pão de milhares de nordestinos, que estão tendo o gado morrendo de sede e morrendo de fome porque volumoso capim ou qualquer coisa que signifique volume...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ... não existe porque não há chuva. E não existe ração animal porque não há apoio do Governo. Quando fui Governador, cheguei com dois navios, em momentos distintos, de ração animal para chegar para o pequeno produtor rural. Assisti, com muita alegria, ao anúncio de medida provisória que destina recursos ou meios para a aquisição de milho. Receio que essa medida provisória que está anunciada e que, anunciada, passa a vigorar, demore demais a ter os seus efeitos ocorrendo. E essas fotografias falam por si sós. Não estou cometendo, Sr. Presidente, nenhum desatino e nem amplificando um problema que é enorme na minha região. Estou fazendo aqui o anúncio de uma calamidade em curso: a falta d'água, a falta de ração animal para o gado está dizimando a única fonte de renda de milhares de nordestinos.

E, por último, quero passar às mãos também da Taquigrafia, para registro, "A queda e o coice", porque mandado de citação, pequenos produtores rurais, que, neste momento, não têm para quem apelar e que estão assistindo a estas cenas tristes de verem o seu gado morrer, estão recebendo em casa mandado de citação para pagar um débito que têm com os bancos oficiais, para pagar não sei com quê, só se for com o cadáver de seu gado, só se for com o que resta do seu rebanho, que são ossos e pele.

Então, o que é preciso, e estou reiterando uma fala que fiz há mais ou menos 15 dias, é uma ação vigorosa do Governo central apoiando os já sacrificados Governos...

(Soa a campanha.)

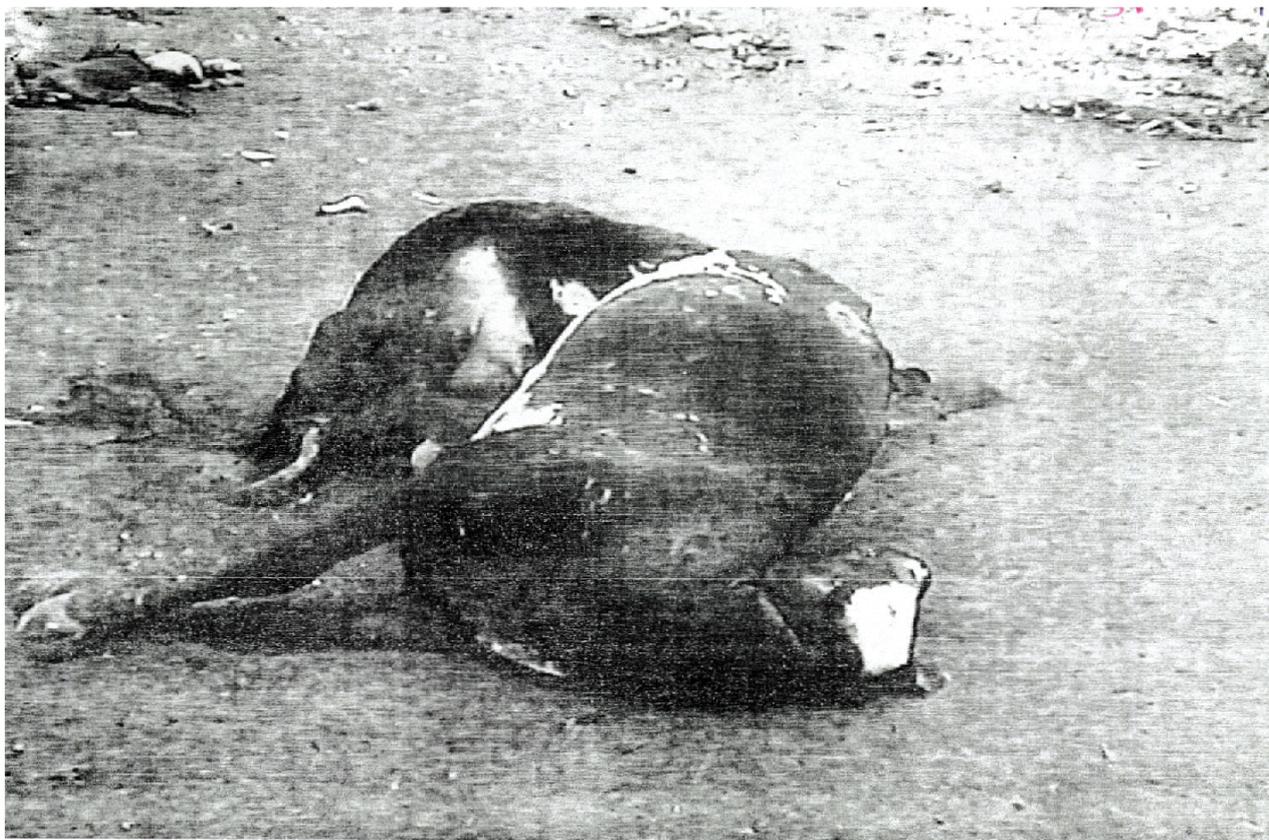
O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – ... dos Estados nordestinos, recursos maciços para um programa maciço de perfuração de poços; segundo ponto, apoio enérgico, rápido, urgente para ração animal, para evitar que essas fotografias se multipliquem, e terceiro, a suspensão dessa perversidade que são as cartas de intimação dos bancos oficiais cobrando do pequeno produtor rural uma conta que ele, em absoluto, não pode pagar.

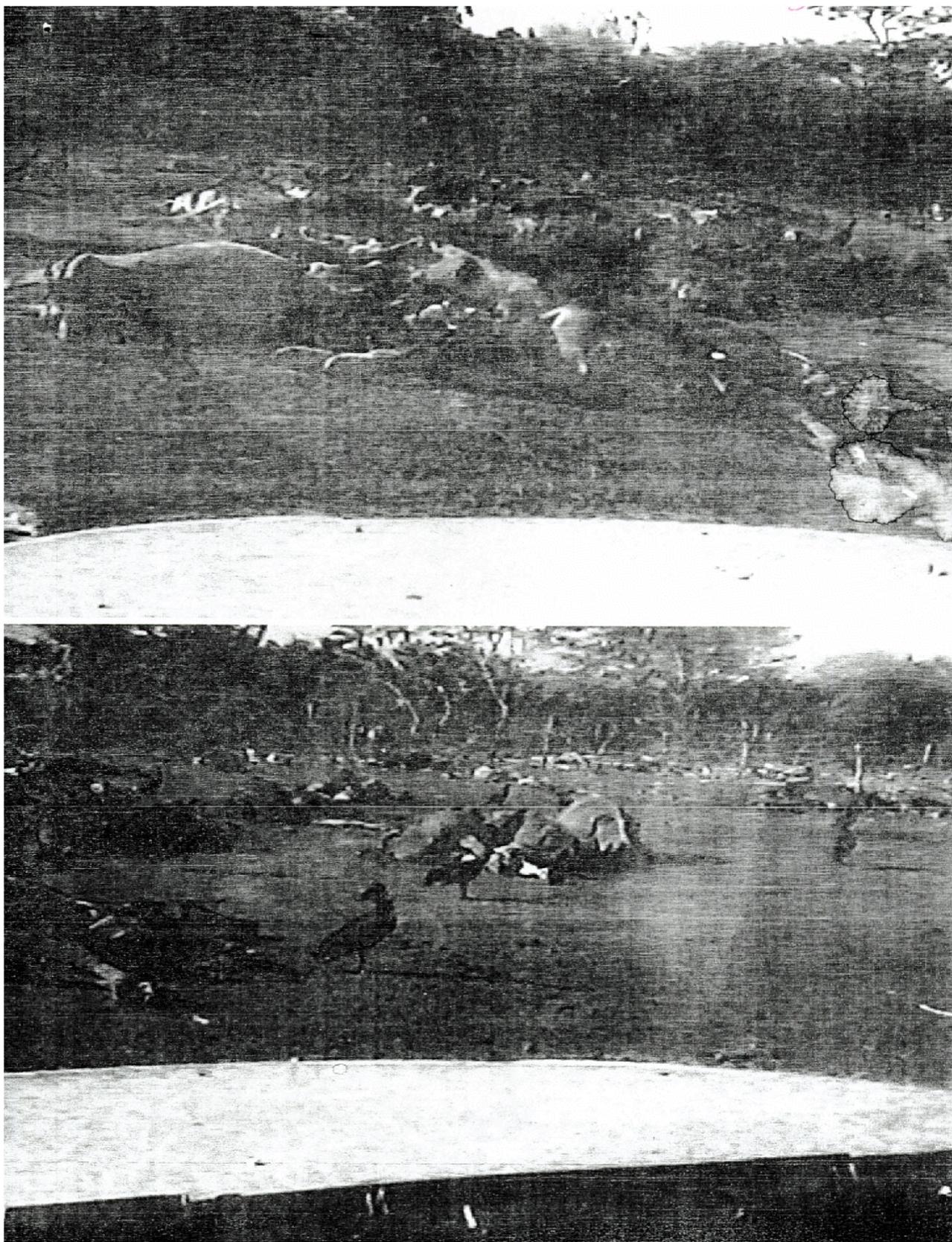
Antes que seja tarde, fica reiterado esse meu apelo, essa minha denúncia e esse meu pedido de socorro.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOSÉ AGRIPINO EM SEU PRONCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)







Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Blairo Maggi.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Obrigado, Senador Agripino.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Passo a ler a comunicação de uma medida provisória.

A Senhora Presidente da República adotou, em 4 de abril de 2013, e publicou no mesmo dia, mês e ano, em Edição Extra, a **Medida Provisória nº 612, de 2013**, que *reestrutura o modelo jurídico de organização de recintos aduaneiros de zona secundária, altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Medida Provisória nº 601, de 28 de dezembro de 2012; reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre as indenizações a que se refere a Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013; altera a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, para dispor sobre multa pecuniária pelo descumprimento do Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores – Inovar-Auto; e dá outras providências.*

Nos termos dos artigos 2º e 3º da Resolução nº 1, de 2002-CN, da Resolução nº 1, de 2012-CN, e do art. 10-A do Regimento Comum, está assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

Senadores

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV)

Titulares:

Senador Eunício Oliveira
Senador Francisco Dornelles
Senador Sérgio Petecão
Senador Paulo Davim
Senador Ricardo Ferraço

Suplentes:

Senadora Ana Amélia
Senadora Kátia Abreu
Senador Romero Jucá

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB/PSOL)

Titulares:

Senador Wellington Dias
Senador Acir Gurgacz
Senador Rodrigo Rollemberg
Senador Inácio Arruda

Suplentes:

Senador Eduardo Lopes
Senador Randolfe Rodrigues
Senador Walter Pinheiro
Senador Zeze Perrella

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM)

Titulares:

Senador Aloysio Nunes Ferreira
Senador José Agripino
Senador Cássio Cunha Lima

Suplentes:

Senador Alvaro Dias
Senador Paulo Bauer

Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL)

Titulares:

Senador Gim Argello
Senador Alfredo Nascimento

Suplentes:

Senador Eduardo Amorim
Senador João Costa

Deputados

PT

Titulares:

Deputado José Guimarães
Deputado Valmir Assunção

Suplentes:

Deputado Sibá Machado
Deputado Luiz Couto

PMDB

Deputado Eduardo Cunha
Deputado Marcelo Castro

Suplentes:

Deputado Darcísio Perondi
Deputado Edinho Araújo.

PSD

Titulares:

Deputado Eduardo Sciarra
Deputado Eleuses Paiva

Suplentes:

Deputado Guilherme Campos
Deputado Heuler Cruvinel.

PSDB**Titular:**

Deputado Carlos Sampaio.

Suplente:

Deputado João Campos.

PP**Titular:**

Deputado Arthur Lira.

Suplente:

Deputado Roberto Britto.

DEM**Titular:**

Deputado Ronaldo Caiado.

Suplente:

Deputado Mendonça Filho.

PR**Titular:**

Deputado Anthony Garotinho.
Suplente: ainda está vago.

PSB**Titular:**

Deputado Beto Albuquerque.

Suplente:

Deputado Glauber Braga.

PDT**Titular:**

Deputado André Figueiredo.

Suplente:

Deputado Salvador Zimbaldi.

Bloco PV/PPS

ainda não indicou os nomes.

PTB**Titular:**

Deputado Jovair Arantes.

Suplente:

Deputado Antônio Brito

PCdoB**Titular**

Deputada Manuela D'Ávila

Suplente:

Deputada Alice Portugal.

* Rodízio nos termos do art. 10-A do Regimento Comum.

E o calendário de tramitação da medida provisória é o seguinte.

– Publicação no Diário Oficial da União: 04-04-2013 (Ed. Extra).

– Designação da Comissão: 8-4-2013.

– Instalação da Comissão: 24 horas após designação.

– Emendas: até 10-4-2013 (6 dias após a publicação).

– Prazo na Comissão: Declaração incidental de inconstitucionalidade do caput do art. 5º da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2002, com eficácia ex nunc – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 – DOU de 16/3/2012. Lida a comunicação do Supremo Tribunal Federal ao Congresso Nacional na sessão do SF de 15 de março de 2012, e feita a comunicação à Câmara dos Deputados por meio do Ofício nº 102, de 2012-CN.

– Remessa do processo à Câmara dos Deputados: -

– Prazo na Câmara dos Deputados: até 1º-5-2013 (até 28º dia).

– Recebimento previsto no Senado Federal: 1º-5-2013.

– Prazo no Senado Federal: de 2-5-2013 a 15-5-2013 (42º dia).

– Se modificado, devolução à Câmara dos Deputados: 15-5-2013.

– Prazo para apreciação das modificações do Senado Federal, pela Câmara dos Deputados: de 16-5-2013 a 18-5-2013 (43º ao 45º dia).

– Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 19-5-2013 (46º dia).

– Prazo final no Congresso: 2-6-2013.

A matéria está publicada em avulsos e será feita a comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Convido para uso da tribuna neste momento o Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

Também quero, enquanto o Senador se posiciona, cumprimentar os estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo, da Escola da Cidade, que é da cidade de São Paulo. Sejam bem-vindos a este plenário, que os recebe de braços abertos.

Muito obrigado.

Com a palavra, o Senador Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV, ouvintes da Rádio Senado, alunos e professores que nos honram com suas presenças aqui nas galerias, trago hoje uma reflexão sobre a ampla reportagem da revista *IstoÉ* sobre o sucesso da política de cotas nos últimos dez anos.

Essa matéria traz uma série de afirmações de capa que vale a pena serem mencionadas.

As cotas deram certo!

Uma década depois, a política de inclusão de negros nas universidades brasileiras apresenta resultados surpreendentes!

Eles têm notas mais altas que a média!

No vestibular, vão tão bem quanto os não cotistas. Os índices de evasão são baixos. A maioria sai da faculdade empregada. Eles ajudaram a melhorar a qualidade do ensino. As histórias de sucesso de quem venceu o preconceito.

A revista *IstoÉ*, Senador Wellington Dias, que circula esta semana traz em sua capa o sucesso da política de cotas raciais nas universidades. Segundo a reportagem, o reflexo está na melhora da qualidade do ensino e na redução dos índices de evasão.

Passo a ler a reportagem produzida pelos repórteres Amauri Segalla, Mariana Brugger e Rodrigo Cardoso, que traz entrevistas e dados significativos e mostra que a política de cotas dos Governos Lula e Dilma deram certo.

A reportagem começa contando uma historinha bem interessante:

Antes de pedalar pelas ruas de Amsterdã com uma bicicleta vermelha e um sorriso largo, como fez na tarde da quarta-feira da semana passada, Ícaro Luís Vidal dos Santos, 25 anos, percorreu um caminho duro, mas que poderia ter sido bem mais tortuoso. Talvez intratável. Ele foi o primeiro cotista negro a entrar na Faculdade de Medicina da [Universidade] Federal da Bahia. Formando da turma de 2011, Ícaro trabalha como clínico geral em um hospital de Salvador. A foto [publicada na revista] (...) celebra a alegria de alguém que tinha tudo para não estar ali. É que, no Brasil, a cor da pele determina as chances de uma

pessoa chegar à universidade. Para pobres e alunos de escolas públicas, também são poucas as rotas disponíveis. Como tantos outros, Ícaro reúne várias barreiras numa só pessoa: sempre frequentou colégio gratuito, sempre foi pobre – e é negro. Mesmo assim, sua história é diferente. Contra todas as probabilidades, tornou-se doutor diplomado, com dinheiro suficiente para cruzar o Atlântico e saborear a primeira viagem internacional. Sem a política de cotas, ele teria passado os últimos dias pedalando nas pontes erguidas sobre os canais de Amsterdã? Impossível dizer com certeza, mas a resposta lógica seria “não”.

Desde que o primeiro aluno negro ingressou em uma universidade pública pelo sistema de cotas, há dez anos, muita bobagem foi dita por aí. Os críticos ferozes afirmaram que o modelo rebaixaria o nível educacional e degradaria as universidades. Eles também disseram que os cotistas jamais acompanhariam o ritmo de seus colegas mais iluminados e isso resultaria na desistência dos negros e pobres beneficiados pelos programas de inclusão. Os arautos do pessimismo profetizaram discrepâncias do próprio vestibular, pois os cotistas seriam aprovados com notas vexatórias se comparadas com o desempenho da turma considerada mais capaz. Para os apocalípticos, o sistema de cotas culminaria numa decrepitude completa: o ódio racial seria instalado nas salas de aula universitárias, enquanto negros e brancos construiriam muros imaginários entre si. A segregação venceria e a mediocridade dos cotistas acabaria de vez com o mundo acadêmico brasileiro. Mas, surpresa: nada disso aconteceu. Um por um, todos os argumentos foram derrotados pela simples constatação da realidade. “Até agora, nenhuma das justificativas das pessoas contrárias às cotas se mostrou verdadeira”, diz [o Professor] Ricardo Vieiralves de Castro, reitor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

As cotas raciais deram certo porque seus beneficiados são, sim, competentes. Merecem, sim, frequentar uma universidade pública e de qualidade. No vestibular, que é o princípio de tudo, os cotistas estão só um pouco atrás. Segundo dados do Sistema de Seleção Unificada, [o Sisu] a nota de corte para os candidatos convencionais a vagas de medicina nas federais foi de 787,56 pontos. Para os cotistas, foi de 761,67 pontos. A diferença entre eles,

portanto, ficou próxima de 3%. A revista IstoÉ entrevistou educadores e todos disseram que essa distância é mais do que razoável. Na verdade, é quase nada.

Se em uma disciplina tão concorrida quanto medicina um coeficiente de apenas 3% separa os privilegiados, que estudaram em colégios privados, dos negros e pobres, que frequentaram escolas públicas, então é justo supor que a diferença mínima pode, perfeitamente, ser igualada ou superada no decorrer dos cursos. Depende só da disposição do aluno. Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), uma das mais conceituadas do País, os resultados do último vestibular surpreenderam. “A maior diferença entre as notas de ingresso de cotistas e não cotistas foi observada no curso de economia”, diz Ângela Rocha, Pró-Reitora da Universidade Federal do Rio de Janeiro. “Mesmo assim, essa distância foi de 11%, o que, estatisticamente, não é significativo”.

Por ser recente, o sistema de cotas para negros carece de estudos que reúnam dados gerais do conjunto de universidades brasileiras. Mesmo analisados separadamente, eles trazem respostas extraordinárias. É de se imaginar que os alunos oriundos de colégios privados tenham, na universidade, desempenho muito acima de seus pares cotistas. Afinal, eles tiveram uma educação exemplar, amparada em mensalidades que custam pequenas fortunas. Mas a esperada superioridade estudantil dos não cotistas está longe de ser verdade. A UERJ analisou as notas de seus alunos durante cinco anos. Os negros tiraram, em média, 6,41. Já os não cotistas marcaram 6,37 pontos. Caso isolado? De jeito nenhum. Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que também é referência no País, uma pesquisa demonstrou que, em 33 dos 64 cursos analisados, os alunos que ingressaram na universidade por meio de um sistema parecido com as cotas tiveram performance melhor do que os não beneficiados. E ninguém está falando aqui de disciplinas sem prestígio. Em engenharia de computação, uma das novas fronteiras do mercado de trabalho, os estudantes negros, pobres e que frequentaram escolas públicas tiraram, no terceiro semestre, média de 6,8, contra 6,1 dos demais. Em física, um bicho de sete cabeças para a maioria das pessoas, o primeiro grupo cravou 5,4 pontos, mais do que os 4,1 dos outros (o que dá uma diferença

espantosa de 32% em favor dos estudantes cotistas).

Em um relatório interno, a Unicamp avaliou que seu programa para pobres e negros resultou em um bônus inesperado. “Além de promover a inclusão social e étnica, obtivemos um ganho acadêmico”, diz o texto. Ora, os pessimistas não diziam que os alunos favorecidos pelas cotas acabariam com a meritocracia? Não afirmavam que a qualidade das universidades seria colocada em xeque? Por uma sublime ironia, foi o inverso que aconteceu. E se a diferença entre cotistas e não cotistas fosse realmente grande, significaria que os programas de inclusão estariam condenados ao fracasso? Esse tipo de análise é igualmente discutível. “Em um País tão desigual quanto o Brasil, falar em meritocracia não faz sentido”, diz Nelson Inocêncio, coordenador do Núcleo de Estudos afro-Brasileiros da UnB. “Com as cotas, não é o mérito que se deve discutir, mas, sim, a questão da oportunidade.” Ricardo Vieiralves de Castro fala do dever intrínseco das universidades em, afinal, transformar seus alunos – mesmo que cheguem à sala de aula com deficiências de aprendizado. “Se você não acredita que a educação é um processo modificador e civilizatório, que o conhecimento é capaz de provocar grandes mudanças, não faz sentido existirem professores.” Não faz sentido existir nem sequer universidade.

Mas o que explica o desempenho estudantil eficiente dos cotistas? “Os alunos do modelo de inclusão são sobreviventes, aqueles que sempre foram os melhores de sua turma”, diz Maurício Kleinke, coordenador-executivo do vestibular da Unicamp. Kleinke faz uma análise interessante do fenômeno. “Eles querem, acima de tudo, mostrar para os outros que são capazes e, por isso, se esforçam mais.” Segundo o professor da Unicamp, os mais favorecidos sabem que, se tudo der errado na universidade, podem simplesmente deixar o curso e voltar para os braços firmes e seguros de seus pais. Para os negros e pobres, é diferente. “Eles não sofrem da crise existencial que afeta muitos alunos universitários e que faz com que estes desistam do curso para tentar qualquer outra coisa”. Advogado que entrou na PUC do Rio por meio de um sistema de cotas, Renato Ferreira dos Santos concorda com essa teoria. “Nós, negros, não podemos fazer corpo mole na universidade”, diz. Também

professor do Departamento de Psicologia da Uerj, Ricardo Vieiralves de Castro vai além. “Há um esforço diferenciado do aluno cotista, que agarra essa oportunidade como uma chance de vida”, diz o educador. “Ele faz um esforço pessoal de superação.”. Esse empenho, diz o especialista, é detectável a cada período estudantil. “O cotista começa a universidade com uma performance mediana, mas depois se iguala ao não cotista e, por fim, o supera em muitos casos.”

O cotista não desiste. Se desistir, terá de voltar ao passado e enfrentar a falta de oportunidades que a vida ofereceu. Por isso, os índices de evasão dos alunos dos programas de inclusão são baixos e, em diversas universidades, até inferiores aos dos não cotistas.

Para os críticos teimosos, que achavam...

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Eu pediria um aparte a V. Ex^a.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Ouço V. Ex^a com atenção, Senador Wellington Dias. Veja só que dados estatísticos interessantes, não é?

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Fantásticos. Estou aqui admirado com a forma como V. Ex^a traz, com coisas práticas, esse tema. Primeiro, parabenizar por pautá-lo. Muitas vezes, nós temos aqui informações que não batem com a realidade. Eu quero chamar a atenção para duas coisas, acrescentando ao que V. Ex^a coloca. Acho que o meu Estado é a prova é maior da importância da política de cotas. Eu tenho defendido no MEC que temos de ir além, reconhecer que nós temos aí um estoque de pessoas que estudaram com professores leigos, em uma fase, no Brasil, com certeza lá no Acre, com certeza lá no Mato Grosso. E é bom a gente não esquecer que, até a década passada, havia pessoas que terminavam o ginásio, que é o ensino fundamental, e já eram professores, muitas vezes, do próprio ginásio; pessoas que, quando tinham uma escola normal, já era algo vantajoso. Então, eu defendo que haja duas coisas: um reforço escolar como parte do currículo, que já há, e um cursinho popular, bancado pelo Poder Público, nesse reforço. Quero aqui citar um exemplo fundamental, e são muitos. Foi feita uma pesquisa pelo Ibope e pelo Datafolha que demonstra o seguinte: 68% da população brasileira aprovam a política de cotas; 18% é que não aprovam a política de cotas. Então, é uma causa abraçada pelo Brasil. Encerro aqui, buscando contribuir com o pronunciamento que faz V. Ex^a, trazendo um dado fundamental para a gente entender a importância disso. No Brasil, cerca de 90% dos estudantes estudam na rede pública, cerca de 10% na rede privada. Ora,

no meu Estado, 92%, na rede pública; 8%, no Piauí, na rede privada; em média, 90 a 10. Pois bem, apenas 18% dos alunos da rede pública tinham acesso à universidade. A política de cotas, junto com o ProUni, junto com o Fies, enfim, faz com que a gente dê uma virada. Hoje, estamos nos aproximando de 40% das vagas de ensino superior com alunos da rede pública em universidades, portanto públicas, e em faculdades. No meu Estado, nós comemoramos, por essa política de cursinho popular, que também complementa, que já chegamos a 60% das vagas preenchidas com alunos da rede pública, primeiro lugar em Medicina, primeiro lugar em Matemática, em cursos importantes. Então, quero parabenizar V. Ex^a. Acho que foi acertada a posição do Congresso Nacional – e eu destaco aqui o trabalho de V. Ex^a – para a aprovação da política de cotas. Muito obrigado.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Obrigada, Senador Wellington.

Para os críticos teimosos que achavam que as cotas não teriam efeito positivo, o que se observa é a inserção maior de negros no mercado de trabalho. “Fizemos uma avaliação com 500 cotistas e descobrimos que 91% deles estão empregados em diversas carreiras, até naquelas que têm mais dificuldade para empregar”, diz Ricardo Vieiralves de Castro [que é o Reitor da Universidade Estadual do Rio de Janeiro]. Com o diploma em mãos, os negros alcançam postos de melhor remuneração, o que, por sua vez, significa uma chance de transformação para o seu grupo social. Não é difícil imaginar como os filhos dos cotistas terão uma vida mais confortável – e de mais oportunidades – do que seus pais jamais tiveram.

Por mais que os críticos gritem contra o sistema de cotas, a realidade nua e crua é que ele tem gerado uma série de efeitos positivos. Hoje, os negros estão mais presentes no ambiente universitário. Há 15 anos, apenas 2% deles tinham ensino superior concluído.

Hoje, o índice triplicou para 6%. Ou seja: até outro dia, as salas de aula das universidades brasileiras lembravam mais a Suécia do que o próprio Brasil. Apesar da evolução, o percentual é ridículo. Afinal de contas, praticamente a metade dos brasileiros é negra ou parda. Nos Estados Unidos, a porcentagem da população chamada afrodescendente corresponde exatamente à participação dela nas universidades: 13%. Quem diz que não existe racismo no Brasil está enganado ou fala isso de má-fé. Nos Estados Unidos, veem-se negros ocupando o

mesmo espaço dos brancos – nos shoppings, nos restaurantes bacanas, no aeroporto, na televisão, nos cargos de chefia. No Brasil, a classe média branca raramente convive com pessoas de uma cor de pele diferente da sua e talvez isso explique por que muita gente re-futa os programas de cotas raciais. No fundo, o que muitos brancos temem é que os negros ocupem o seu lugar ou o de seus filhos na universidade. Não há outra palavra para expressar isso a não ser racismo.

Com a aprovação recente pelo Senado do projeto que regulamenta o sistema de cotas nas universidades federais (e que prevê que até 2016 25% do total de vagas seja destinado aos estudantes negros), as próximas gerações vão conhecer uma transformação ainda mais profunda. Os negros terão, enfim, as condições ideais para anular os impedimentos que há 205 anos, desde a fundação da primeira faculdade brasileira, os afastavam do ensino superior. Por mais que os críticos se assustem com essa mudança, ela é justa por fazer uma devida reparação. “São muitos anos de escravidão para poucos anos de cotas”, diz o pedagogo Jorge Alberto Saboya.

Senador Cristovam, por favor.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Senador. Eu fico satisfeito em estar escutando o seu discurso, porque é a comprovação do êxito de um programa que o Brasil já devia ter feito, sim.

(Interrupção do som.)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – É o êxito de um programa que devíamos ter começado 50 anos atrás. No próximo mês, vai fazer 125 anos da abolição da escravatura, e a elite brasileira continua quase da mesma cor que tinha em 1887. E a elite brasileira continua quase da mesma cor que tinha em 1887, um país mulato, um país plurirracial e uma elite branca, como o Senhor disse muito bem. As nossas universidades pareciam a Suécia. Eu vivi essa experiência quando fiz um circuito na Universidade de Brasília, quando eu era reitor, Senador Blairo, com uma professora da Califórnia. Eu perguntei a ela qual é a diferença daqui para Stanford? Ela disse: aqui não tem negros. O Brasil precisava disso para escurecer a cor da cara da elite brasileira. O bom é que se mostrou que o programa não diminui em nada a qualidade. Não é o lugar em que se passa no vestibular que diz que profissional se vai ser. Ninguém pergunta, Senador Wellington, quando vai ao médico, em que lugar passou no vestibular. Você pergunta onde fez o seu curso, onde fez a sua residência. A entrada no vestibular é

somente para selecionar. E quem entra na cota passou no vestibular, apenas não se classificou entre os melhores. Esse é um grande programa, um exemplo que a gente dá. Eu fico orgulhoso de ter sido reitor na Universidade que começou com as cotas. Dito isso, quero dizer o mesmo que disse aqui quando comemoramos, corretamente, a PEC das Domésticas: ainda é pouco. Quero um dia, no meu País, que não sejam necessárias cotas, que o vestibular seja pelas notas tiradas nas escolas, iguais, federais no Brasil inteiro. Como as escolas serão iguais, quem tiver nota boa é que entrará na universidade. A mesma coisa: orgulho-me de ter iniciado aqui as chamadas Bolsas com a Bolsa Escola. Aliás, na próxima semana, fará 18 anos da primeira: 25 de abril de 1995. Mas sonho um dia em que, no Brasil, ninguém vai precisar de Bolsa, e sonho um dia em que, além da PEC das Domésticas, os filhos das domésticas estudem na mesma escola dos filhos dos patrões. Então, a cota é um grande avanço, fico feliz em vê-lo falando do assunto. Acho que ninguém tinha falado ainda, eu mesmo não tinha pensado em falar sobre elas, mas quero que a gente dê um passo olhando lá longe, pensando no dia em que não mais serão necessárias cotas porque todos terão o direito a uma escola igual, quando você só será excluído pelo seu talento, tendo tido a mesma oportunidade. Mas, hoje precisamos de cotas, porque ainda não estamos dando a mesma oportunidade aos jovens da escola pública e nem aos jovens negros, não tanto por serem negros, mas porque, no Brasil, a pobreza tem a cor negra. Então, estamos fazendo um belo serviço. Os Estados Unidos começaram muito antes de nós, e o resultado, o Senhor mostrou aí, é que a proporção de universitários negros nos Estados Unidos é a mesma proporção de população negra por causa das cotas de lá, trinta anos atrás. O Brasil tem de manter as cotas, enquanto não conseguirmos escolas iguais. E aí eu concluo, fazendo um apelo a quem é contra as cotas: se você é contra as cotas, tudo bem, então, lute para que a escola seja igual para todos. Quando a escola for igual para todos, a gente não precisa de cota.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Perfeitamente, Senador Cristovam, o aparte de V. Ex^a qualifica ainda mais esse pronunciamento e dá mais sentido a esse registro que estou fazendo, que não é de minha inspiração, isso aqui é de uma reportagem da última revista *IstoÉ*, que estou fazendo questão de ler na íntegra, porque não tenho nada a acrescentar.

Veja só:

São muitos anos de escravidão para poucos anos de cotas, diz o pedagogo Jorge Alberto Saboya, que fez sua tese de doutorado sobre o sistema de inclusão no ensino superior. Aci-

ma de tudo, são muitos anos de preconceito. Como se elimina isso? "Não se combate o racismo com palavras", diz o sociólogo Muniz Sodré, pesquisador da UFRJ. "O que combate o racismo é a proximidade entre as diferenças." Não é a proximidade entre as diferenças o que, afinal, promove o sistema de cotas brasileiro?

Então, Sr. Presidente, Srs. Senadores...
(*Soa a campanha.*)

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – ... caminhando para o encerramento deste pronunciamento, o que quero dizer é que esta reportagem da revista *IstoÉ*, dos jornalistas supramencionados Amauri Segalla, Mariana Brugger e Rodrigo Cardoso, merece todo o nosso respeito, principalmente hoje, um dia após o Dia do Jornalista, que foi comemorado ontem, 7 de abril. Temos aqui um belo exemplar do bom jornalismo, praticado com pesquisa, com profundidade, com busca de casos, por isso merece o meu louvor e o meu aplauso.

Ouçõ, com atenção, o Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Anibal, só um minuto, eu sei que seu tempo terminou. Primeiro, cumprimentar V. Ex^a.

(*Soa a campanha.*)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – De fato, eu li toda a entrevista da *IstoÉ* também. Vi, inclusive, como é bom para a gente olhar que aquela sinopse que a gente recebe, no dia de sábado ou domingo, a contracapa era exatamente a capa do Estatuto da Igualdade Racial. Como é bom a gente ver que essa reportagem, no meu entendimento, mostra o fim de um ciclo, porque ninguém mais pode ser contra as políticas de cotas! As cotas deram tão certo que mostraram que a nossa juventude não é preconceituosa, a nossa juventude não é racista. Disseram que haveria uma guerra dentro das universidades. Pelo contrário: é liberdade, é amor, é carinho, é respeito pelo outro. Então, estou muito tranquilo neste momento porque, patrono de todo esse embate, fomos ao Supremo Tribunal Federal discutir essa questão das cotas, e hoje eu diria que é uma página virada. As cotas é uma realidade.

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – São 10 anos, como alguém aqui já disse. Oxalá, no futuro não precisemos mais falar em cotas. Neste momento eu estou na linha do grande entendimento e, eu diria, da conciliação. Isso porque aqueles que erraram em ser contra... Ora, errar é humano. Nós erramos tantas vezes também! Eu também muitas vezes errei em análises que fiz e poderia, por que não dizer aqui, do Plano Real. Mas, neste momento, as cotas e essa reportagem belíssima, para mim, mostram que daqui

para frente é um outro momento: negros e brancos na mesma universidade, ocupando os mesmos espaços e disputando, com enorme alegria e tranquilidade, eu diria, com carinho e respeito, os espaços na nossa sociedade. Parabéns a V. Ex^a por trazer esse tema mais uma vez ao plenário, para mostrar que cotas está resolvido; agora, o passo à frente. Parabéns a V. Ex^a!

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Senador, para concluir.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Blairo Maggi, pela tolerância.

Agora, concluindo. Trouxe essa reportagem da revista *Veja*, um dia após o dia do jornalista, justamente para mostrar que a prática do bom jornalismo pode prestar um grande serviço à sociedade e à democracia. Esse exemplo dado por Amauri Segalla, Mariana Brugger e Rodrigo Cardoso merece o meu voto de aplauso. Por isso estou apresentando esse pedido de voto de aplauso, que espero tenha a aprovação dos Srs. Senadores.

Muito obrigado. Parabéns a todos os jornalistas que praticam vocacionadamente sua função, seu ofício, para contribuir com a construção de um Brasil melhor para todos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Blairo Maggi. Bloco/PR – MT) – Muito obrigado, Senador Anibal Diniz.

Convido para fazer uso da tribuna, pela Liderança do PT, o Senador Wellington Dias, por cinco minutos.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu gostaria aqui de registrar que há poucos minutos, na Presidência do Senado Federal, na presença do Senador Renan Calheiros, Senador Paulo Paim, Senador Jorge Viana, Senador Gim Argello, tivemos a oportunidade de realizar um evento singelo, mas importantíssimo: uma homenagem pelo transcurso do Dia Nacional do Sistema Braille.

Quero aqui, Presidente Renan Calheiros, falar do meu orgulho, da minha satisfação de partilhar desse momento. Lá tivemos a oportunidade de lançar novos desafios para o Senado Federal, garantindo medidas concretas, avançando naquilo que já temos no Senado.

Destaco aqui, Senador Paulo Paim, o desafio de vermos aprovado – se Deus quiser ainda neste semestre – o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Também avançamos com o Estatuto da Juventude. Nós o aprovamos não só na base política do Partido dos Trabalhadores, mas também do Bloco de Apoio ao Governo, e espero que em todos os blocos no Congresso Nacional, nesse caso na Câmara, para que tenhamos, no País, essa consolidação da legislação,

dos direitos, dos avanços que significa o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Hoje vejo aqui o Senado apontando, também, novas medidas no sentido de criar maior acessibilidade. De um lado, assegurando as condições que se tem aqui, desde a sinalização adequada à acessibilidade adequada nas escadas e dentro do próprio Senado, para que a pessoa com deficiência visual possa percorrê-lo. É preciso garantir condições para que a própria identificação do gabinete do Senador seja feita por uma pessoa com deficiência visual, localizando-se pelo Sistema Braille.

Aqui há uma pauta que vamos ter de trabalhar com todo o carinho. Tenho orgulho, meu querido Senador, de projetos da autoria de V. Ex^a. Aliás, é muito difícil a gente achar um que V. Ex^a já não apresentou. São projetos essenciais à vida, aos direitos humanos, enfim, aos avanços da nossa sociedade. Pois bem, dentre eles, acabamos de aprovar, na Comissão de Assuntos Sociais, um projeto que trata do reconhecimento de que a pessoa com deficiência tem uma expectativa de vida menor e que, portanto, precisa de um tratamento diferenciado, senão – e vou usar uma linguagem fácil de entender – o sistema atuarial é uma enganação, ou seja, se alguém tem uma deficiência como o autismo ou outra que, comprovadamente, cientificamente, tem uma expectativa de vida na casa dos 45 anos, sendo que a expectativa média de vida do Brasil é de 75 anos, e ela é considerada para efeito do cálculo atuarial, ora, se existe a exigência de idade mínima de 60 e 65 anos, com 35 anos de contribuição, e, mais do que isso, se temos uma pessoa que começa a trabalhar e ela tem uma deficiência como essa, que reduz a expectativa de vida para algo em torno de 40, 45 ou 50 anos, o que temos? Alguém que, cientificamente, nunca vai completar o tempo para se aposentar, porque ela vai chegar, em sua média de vida, não muito além da média que se alcança.

Com essas palavras, quero registrar a importância dessa mudança na área da Previdência. Trabalhamos aqui a regulamentação do cão-guia, apresentada pelo Senador Gim Argello, para que a pessoa com deficiência visual possa ter esse atendimento.

Acho que nós temos que avançar para que a linguagem...

(Soa a campanha.)

(Interrupção do Som.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) –... a linguagem em Braille, a língua dos cegos, como dizemos, e a linguagem em Libras, a dos surdos, que sejam colocadas como a primeira língua em nossas escolas.

Somente com o domínio do Braille alguém que é cego, que não pode enxergar, pode ler. Esse pensamento é como $2 + 2 = 4$. É cristalino!

Ora, se a pessoa não domina a linguagem dos sinais, a Libras, para os surdos, como ela vai aprender a língua Portuguesa? Como um surdo vai aprender a língua verbalizada se ele não domina sequer os códigos da língua Portuguesa, se ele não escuta?

Por essa razão, acredito que o Congresso faz hoje um gesto e dá passos importantíssimos.

Eu queria fazer esse registro e dizer da minha satisfação por esse importante ato. É grande a nossa missão para avançarmos nessa direção. De um lado, o Congresso Nacional aponta para necessidade de mudanças fortes para o Brasil, a serem cumpridas pelo Executivo municipal, estadual, federal e pelo setor privado. Mas também faz a sua parte aqui, com as publicações da Constituição, do Regimento Interno, também em Libras, com a presença das nossas publicações do Estatutos, enfim.

Então, por tudo isso, Senador Renan, eu quero dizer da minha satisfação em ter partilhado deste momento fundamental dos trabalhos do Congresso Nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – E quero saudar, em nome da Associação dos Cegos do Piauí, em nome das lideranças das APAEs, em nome das entidades, em nome do nosso Secretário da Pessoa com Deficiência lá no Piauí, Helder Jacobina, o Sr. Sebastião, que é um homem lutador – aliás, hoje podemos presenciar pessoas que são cegas... Eu fui convidado outro dia para uma solenidade de formatura, pois eles hoje podem se formar, fazer Direito, fazer Administração.

Então, este é um Brasil que vai aos poucos garantindo de verdade uma sociedade mais justa e certamente fazendo justiça e dando apoio aos que mais precisam.

Por essa razão, eu também queria, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores e do Bloco, fazer esse importante registro.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Wellington Dias, o Sr. Blairo Maggi deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Wellington Dias. Quero dizer que fiz questão, no Rio de Janeiro, de falar da lei que surgiu aqui no Senado dos autistas, e V. Ex^a ajudou muito, tanto na relatoria, como na assinatura, na sanção na Presidência da República.

Senador Renan Calheiros, como orador inscrito.

Ele poderia falar da Presidência, mas faz questão de falar da tribuna, como orador inscrito.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, a exemplo do que fez o Senador Wellington Dias, eu também gostaria de fazer um registro.

Hoje, 8 de abril, foi escolhido como o Dia Nacional do Sistema Braille, em homenagem à data de nascimento de José Álvares de Azevedo, o primeiro professor cego brasileiro, que dedicou sua vida a propagar no Brasil o método que permite a leitura aos privados da visão.

As datas especiais são momentos – e eu tive oportunidade de dizer isto lá – adequados para reflexões sobre os assuntos abordados. São oportunidades para nos conscientizar dos problemas enfrentados por segmentos da população, para repensar posturas, preconceitos e, ainda, firmar o propósito de contribuir para minimizar as dificuldades e sofrimentos de muitos.

Com essa preocupação e com o objetivo de homenagear esse dia, o Senado Federal lançou hoje, há pouco, o plano de adequação dos prédios do Senado Federal, que vai realizar adaptações necessárias para dar acesso aos deficientes visuais. Além de o Senado Federal ter a função constitucional de representar os Estados da União, a Casa tem, ao longo de sua história, demonstrado o quanto se preocupa com a cidadania e com o bem-estar de todos os brasileiros.

Dessa forma, podemos dizer que o Senado é também das minorias, o Senado é também dos excluídos. Ações como o programa Pró-Equidade, a Semana de Valorização da Primeira Infância e a Procuradoria da Mulher são provas disso.

Especialmente, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo ressaltar o Serviço de Impressão em Braille, que, desde 1998 – e V. Ex^a sempre trabalhou para que isso acontecesse –, produz várias obras de especial importância para o cidadão. São impressos em braille aqui, no Senado, a *Constituição*, os *Códigos Civil e Penal*, o *Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa*, os *Estatutos do Idoso, da Criança e do Adolescente*, as *Leis Maria da Penha e de Apoio às Pessoas com Deficiência*, além do *Jornal do Senado* e várias outras publicações de interesse geral.

Ressalto que o Serviço de Impressão em Braille é o único da Capital a produzir obras que são distribuídas gratuitamente às instituições de ensino em todo o País.

Desejo salientar também o trabalho dos Senadores – e fiz questão de destacar isso na rápida solenidade – em propor leis que possam amenizar as condições difíceis do dia a dia das pessoas com deficiência física.

Exemplos disso são a proposta de criação do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que já foi aprovado aqui no Senado Federal e aguarda resolução na Câmara dos Deputados, de autoria do Senador Paulo Paim; e a proposta de lei que institui a doação de cão-guia aos deficientes visuais, como uma medida de política pública, que é um projeto de autoria do Senador do Distrito Federal Gim Argello. São apenas dois projetos, entre outros tantos que se encontram em tramitação, de autoria dos Senadores, com a preocupação de garantir acessibilidade a essas pessoas tão especiais, que merecem e requerem leis específicas para garantir os seus direitos.

O plano de adequação dos prédios do Senado Federal, que estamos lançando hoje, dá continuidade ao Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência, que já rendeu bons frutos a esta Casa do Congresso Nacional.

A Semana da Acessibilidade, todos sabem, foi criada em 2005 e se destinava à discussão de políticas públicas voltadas para a acessibilidade e inclusão social. No Brasil são perto de 24,5 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência. Esse quadro levou o Ministério da Justiça – nunca me canso de lembrar isso porque é um dos orgulhos que carrego comigo –, quando eu ainda era o Ministro, a elaborar o projeto que resultou na Lei nº 10.098, criando normas e critérios para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

O Senado Federal, como todos sabem, passou a ser uma instituição pioneira nesse trabalho, a partir de 2005, levando-o a adaptar seus espaços físicos internos, tornando-os acessíveis a todas as pessoas. Rampas foram adaptadas e alargadas para cadeiras de rodas, os meio-fios e os telefones foram rebaixados, e sanitários foram adequados. Foram reformados corredores de acesso, elevadores, e disponibilizados carros elétricos para as visitas. Também foram providenciadas publicações de leis, de rótulos de remédios e de notícias em braille, assim como a transmissão da TV Senado em Libras – Língua Brasileira de Sinais, além de uma série de outras medidas que nasceram dessa iniciativa elogiável do Senado Federal, da totalidade de seus Senadores.

Passaram pelos eventos de acessibilidade do Senado pessoas anônimas e celebridades que compartilham o mesmo problema, entre eles o jogador, hoje Deputado Federal Romário e sua filha Ivy; o artista plástico Siron Franco, o ator Marcos Frota, as atrizes Isabel Fillardis e Bruna Marquezine, além de várias outras personalidades como o filho do cantor Roberto Carlos, Dudu Braga, que, como todos sabem, é deficiente visual. A parceria levou o tema – e queria

lembrar aqui, nestas poucas palavras – a ser discutido com o País em telenovelas. A Semana de Valorização se tornou um evento obrigatório, uma tradição aqui do Senado Federal.

Agora temos, Sr. Presidente, de retomar, com ímpeto, com vontade, essa discussão. Com este objetivo, nós vamos diminuir as barreiras físicas ao máximo e instalar sinalização especial para que os deficientes visuais possam se orientar por meio do tato.

Em 30 dias, todos os gabinetes dos Srs. Senadores e das Sr^{as}. Senadoras terão placa identificadora em braille, bem como as escadas do Senado Federal estarão devidamente sinalizadas. Ainda teremos pronta a planta baixa tátil, para uso de bengala. Ainda nesta semana, faremos duas readaptações do plenário muito relevantes. O uso do plenário e o acesso à Mesa passarão por modificações e serão readaptados para que os Parlamentares com deficiência possam fazer uso dessas áreas da mesma maneira que os demais Parlamentares.

Temos uma longa caminhada nessa luta pelos direitos sociais, e tive a sorte, Sr. Presidente e Srs. Senadores, Senador Rodrigo Rollemberg, de encontrar, no corpo funcional do Senado Federal, a capacidade, o compromisso e a determinação que nos ajudaram e ajudam a continuar lutando. Muito o Senado já fez, mas ainda há, em todos nós, a convicção de que muito ainda há por fazer.

Eu abro um parêntese para, com muita satisfação, ouvir o Senador Rodrigo Rollemberg e, em seguida, o Senador Cristovam Buarque.

O Sr. Rodrigo Rollemberg (Bloco/PSB – DF) – Senador Renan Calheiros, Presidente Renan Calheiros, eu cumprimento V. Ex^a por esse pronunciamento, e, de fato, nós temos que reconhecer que muito foi feito no Senado Federal e no Congresso Nacional pela acessibilidade, mas ainda temos muito o que fazer. E fico muito satisfeito em ver essas informações do que o Senado pretende fazer no sentido de garantir a acessibilidade. Nós aprovamos, o Congresso Nacional aprovou, num grande momento do Congresso Nacional, a Convenção da ONU sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, que cria um novo paradigma de relação do Estado e da sociedade com as pessoas com deficiência, garantindo, com *status* constitucional, a acessibilidade. No ano passado, realizamos uma grande audiência pública aqui, com apoio do Senador Cristovam Buarque, com apoio do Senador Paulo Paim, com intérpretes de Libras, que faziam uma reivindicação naquele momento em que se encerrava contrato com o Senado Federal: que, ao invés de reduzi-lo, era importante aumentar esse contrato, para que, em todas as entradas do Senado Federal,

houvesse um intérprete de Libras que pudesse receber as pessoas, porque muitas vezes a pessoa com deficiência auditiva chega ao Congresso e não tem a oportunidade de ter acesso a todas as informações. Portanto, eu reitero aqui a reivindicação nacional dos profissionais intérpretes de Libras de todo o Brasil de que o Senado deveria dar o exemplo. Naquela ocasião, também foi feita uma reivindicação junto aos setores de comunicação da Casa, especialmente da TV Senado. A exemplo do que faz já a TV Câmara, que também tivesse o intérprete de Libras em toda a programação do Senado. Nós não sabemos, quem não conhece com mais profundidade esse tipo de deficiência, que muitas vezes a alfabetização das pessoas surdo-mudas não é oralizada. Então, nesse caso, apenas a legenda não é suficiente para uma comunicação adequada. Portanto, quero aqui saudar todas as iniciativas. Entendo que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados devem dar exemplo para todo o Brasil de garantia plena de acessibilidade. Assim, fico muito feliz com os anúncios que V. Ex^a faz neste momento.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Eu agradeço a intervenção de V. Ex^a.

Publicamente assumo, em nome dos Senadores, o compromisso de que nós vamos avançar com relação à disponibilização desses profissionais, sobretudo no dia de hoje, em que tivemos a oportunidade, aproveitando o ensejo, com muita satisfação e orgulho, de anunciar a nomeação e conceder a posse ao servidor Aires das Neves Junior como Diretor da Secretaria de Controle Interno do Senado Federal.

O Aires, como todos sabem, é servidor do Senado, e o Senador Paim o conhece sobejamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É um cadeirante.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – É um cadeirante, deficiente, servidor do Senado desde 1992. Ele foi escolhido para o importante cargo de Diretor de Controle Interno do Senado Federal, não pela sua condição especial, mas pelo histórico profissional, competência, dedicação, talento e empenho.

Eu disse na oportunidade que tinha muito prazer em nomear o Aires para essa missão, para essa importante função e que o exemplo dele servia para refletirmos o quanto temos de possibilidade e também de dificuldades. Eu disse na oportunidade, e queria repetir aqui: uns mais, outros menos, às vezes, dependem somente de uma oportunidade para demonstrar o quanto de superação pode existir efetivamente em cada um de nós.

Senador Cristovam.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Presidente Renan, apenas para cumprimentá-lo por

essas iniciativas. Creio que temos obrigação de fazer isso. Até me pergunto por que demoramos tanto, e fico feliz que V. Ex^a já no início do seu mandato de Presidente esteja fazendo. E ratificar o pedido de que retomemos as intérpretes – as não, porque há pelo menos um rapaz também –, os intérpretes de libras. É fundamental que quem assiste à televisão Senado e que tem deficiência auditiva possa saber o que a gente está falando. Sei que custa dinheiro, sei que não é barato, mas é fundamental que a gente faça isso. E, finalmente, pedir o seu apoio para um projeto em que dei entrada há muito tempo no Senado, que faz com que sempre que houver jovens e adolescentes querendo aprender libras, a escola pública ofereça. Obviamente, não pode oferecer em toda escola pública o curso de libras, mas que haja um professor para todas as escolas, por exemplo, para que incentivemos jovens que não tenham deficiência auditiva, que tenham parente ou mesmo quem não tenham parente, a aprenderem essa língua. Fazemos tanto esforço para aprender inglês, francês, por que não aprender também libras, que é um idioma, uma maneira de se comunicar? E esse projeto está em andamento e vou-lhe mandar uma cópia dele.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – E, desde já, Senador Cristovam, agradecendo o aparte de V. Ex^a que nos honra muito, desde já, assumo publicamente o compromisso de que vamos priorizá-lo e, se estiver pronto, vamos pautar sua votação no plenário do Senado Federal. Se estiver tramitando nas Comissões, comprometo-me – juntamente com V. Ex^a – a tentar arregimentar os Líderes partidários pela urgência para que possamos trazer esse projeto importantíssimo, rapidamente para o plenário do Senado Federal.

Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Renan, apenas para me associar à fala de V. Ex^a e cumprimentá-lo por essas medidas que fazem com que possamos viver a Constituição, retirá-la de uma folha de papel, para que possamos dar-lhe força normativa própria e dar oportunidade. Democracia é sinônimo de oportunidade e V. Ex^a, com isso, está dando oportunidade a outros brasileiros que, por vários motivos, se vêem excluídos de acesso, de informação. Parabéns pela medida tomada pela Presidência.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a e quero, nesse momento em que V. Ex^a faz esse aparte importante, dizer que esse trabalho é esforço de todos os Senadores e é muito importante que possamos colocar esse tema na Ordem do Dia para repetirmos o que vamos fazer com o Senador Cristovam, pautando projetos que tratam desse

assunto e dessa forma resgatar dívidas, compromissos com a própria sociedade brasileira.

Uma outra importante reunião que gostaria de comunicar à Casa foi que hoje tivemos oportunidade de receber representantes do movimento de combate à corrupção eleitoral que, em função da discussão sobre a reforma política, vem evidentemente – e isso é democrático, legítimo e nós recebemos com muita satisfação – trazer subsídios para que possam ser utilizados na reforma eleitoral, que está pautada na Câmara dos Deputados para 9 e 10 e, em sequência, em seguida, será, melhor dizendo, será pautada aqui no Senado Federal.

As entidades, através desse documento, oferecem subsídios para o projeto de financiamento de campanha e apresentam um esboço, que pode ser levado em consideração, para que possamos fazer essa reforma política como querem essas entidades e como quer, em extensão, a sociedade brasileira.

Dentre as sugestões com relação à gestão, distribuição de recursos, origem dos recursos, proibição do financiamento privado, à questão da transparência, às sugestões com relação ao horário eleitoral e aos gastos individuais de campanhas em eleições proporcionais e também penalidades, há sugestões sobre Internet e redes sociais. Queria apenas dizer, em favor do Senado Federal, que sua ampla reforma política mandada para a Câmara dos Deputados não caminhou e foi arquivada. Foi votada profundamente no Senado Federal, que tomou iniciativa da reforma política, acabando com os showmícios e outras despesas que precisavam ser proibidas. Evidentemente, já não dava mais para conviver com elas.

Eles recomendam que a Internet e as redes sociais devam ser utilizadas como instrumento em que o candidato poderá conversar.

Eu quero, em favor do Senado, dizer que a utilização da Internet e das redes sociais já foi posta em prática no Brasil, quando nós promulgamos a emenda à Constituição Federal que fez o primeiro referendo para dizer da eficácia ou não da venda de armas: o referendo do desarmamento, de que eu tive a oportunidade de ser autor aqui no Congresso Nacional. E, naquela oportunidade, foi a primeira vez na história do Brasil que a Internet e as redes sociais foram utilizadas e a prestação antecipada das contas de campanha para exatamente garantir essa transparência que, em boa hora, está sendo recomendada pelos setores que representam o movimento de combate à corrupção eleitoral no Brasil.

Senador Paulo Paim, muito obrigado pela deferência de poder fazer essas duas comunicações ao Senado Federal e ao País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Renan, permita só que eu diga... Eu sei que todos estão com pressa para falar, mas eu queria elogiar V. Ex^a, não só porque está pautando todos os projetos de repercussão nacional, principalmente para os que mais precisam, e, claro, pensando também no desenvolvimento sustentável. Mas, quando V. Ex^a dá o exemplo de pegar o Aires, que é um menino de uma enorme capacidade, é deficiente, é cadeirante e promove-o para diretor, do que V. Ex^a está dando de exemplo, no meu entendimento, para a sociedade? Que não é só cumprir a política de cotas colocando pessoas com deficiência. Nós temos de dar a ele oportunidades, como V. Ex^a está dando, para que ele demonstre toda sua capacidade, inclusive com ascensão no plano de carreira interno.

Então, eu quero só – me permita isso –, em nome de todos, cumprimentá-lo, porque V. Ex^a está passando-o para Diretor do Senado da República, dando oportunidade para a pessoa com deficiência.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Muito obrigado, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra nesse momento ao nobre, sempre Líder do PDT, Acir Gurgacz.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, nossos amigos que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, eu trago nesta tarde, um tema de que venho falando há muito tempo. Não só eu, mas os Senadores de Rondônia, os Senadores do Acre, os Deputados Federais de Rondônia, os Deputados Federais do Acre, também, do Mato Grosso, que é a nossa BR-364.

Conta-nos a história de Rondônia que, no dia 2 de fevereiro de 1960, o então Chefe de Governo do Território Federal de Rondônia, Coronel Paulo Nunes Leal, travou o seguinte diálogo com o Presidente Juscelino Kubitschek: “Sr. Presidente, o senhor já ligou Brasília a Belém, Brasília a Porto Alegre, e está ligando-a, também, a Fortaleza. Por que não completa o outro braço da cruz, construindo a rodovia Brasília-Rio Branco?” Com seu jeito mineiro, o Presidente JK indagou: “Uai, Paulo. E pode?” No que o Coronel Paulo Nunes Leal retrucou: “Pode, sim, Sr. Presidente. Mas é uma coisa pra homem.” De pronto e com a firmeza que lhe era peculiar, o então Presidente Juscelino Kubitschek sentenciou a concretização da obra e disse: “Então, vai sair”.

Essa passagem da história de Rondônia e do Brasil está registrada no livro *O Outro Braço da Cruz*, em que o Coronel Paulo Nunes Leal conta a saga da

construção da BR-364, no coração da selva amazônica, rodovia batizada inicialmente como BR-029.

Após essa conversa do Presidente com o Coronel, foi empreendida uma grande mobilização para a construção da rodovia. Em meados de março, já estavam selecionadas as seis empreiteiras que iriam abrir a estrada com os lotes concedidos a cada uma delas.

Antes, em 10 de fevereiro, o diretor de construções do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), engenheiro Pires de Sá, disse em solo porto-velhense: “Governador, vamos enfrentar o problema mais difícil de que já participei no setor de construções, dado o pouco tempo de que dispomos e o desconhecimento da região, mas vamos cumprir as ordens do nosso Presidente.”

E cumpriram. O traçado da rodovia foi aberto em apenas dez meses. Em dezembro de 1960, após dez meses do intenso trabalho, extrema ousadia e compromisso de engenheiros, técnicos e trabalhadores recrutados em todo o País, a BR-029, hoje, BR-364, tinha o pleno caminho, de Vilhena a Porto Velho, totalmente concluído.

Resgato essa história, Sr. Presidente, meus amigos e minhas amigas de Rondônia, que nos acompanham pela TV Senado, pela Rádio Senado, para dizer que não entendo por que hoje estamos aguardando, há quase oito meses, o início da obra de restauração da BR-364, cuja ordem de serviço, do lote 2, entre Pimenta Bueno e Ouro Preto do Oeste, foi emitida no dia 16 de setembro de 2012, sendo que o resultado do edital de licitação foi proclamado no dia 16 de agosto, de 2012.

Até o momento, o consórcio CCM/CCL, vencedor do certame, que receberá R\$111 milhões para a restauração de 192 quilômetros da rodovia, no trecho entre Pimenta Bueno e Ouro Preto do Oeste, não mobilizou equipes e maquinários para iniciar os trabalhos. O mesmo ocorre com o lote 4, do projeto de restauração entre Ariquemes e Porto Velho, vencido pelo mesmo consórcio, que assinou contrato com o Dnit para o início das obras no valor de R\$88 milhões, no dia 28 de agosto de 2012.

Portanto, quanto ao consórcio formado pelas empresas Construtora Centro Minas e Construtora Centro Leste Engenharia, o Dnit e o Ministério dos Transportes precisam definitivamente explicar o que está acontecendo para a população do meu Estado de Rondônia.

No último dia 31 de março, esgotou-se o prazo dado pelo General Fraxe, Diretor-Geral do Dnit, para que o consórcio vencedor do lote 2, para restauração da BR-364, iniciasse as obras.

Eu falo 31 de março, porque foi o prazo que o General nos deu, Parlamentares federais, Parlamentares estaduais, que estiveram conosco, Deputados da

Assembléia Legislativa, Vereadores de Porto Velho que estiveram conosco na minha audiência com o General Fraxe, e ele deu um prazo até o dia 31 de março se não iniciassem, ele iria tomar as providências cabíveis de acordo com o contrato.

O General Jorge Fraxe comunicou à Bancada Federal que iria notificar a empresa, aplicar a multa prevista e solicitar o início imediato dos trabalhos antes de pensar na ruptura do contrato, o que está previsto no edital e na primeira notificação recebida pelo consórcio.

Na ocasião, o General Jorge Fraxe disse que as chuvas não seriam mais impedimento para o início das obras e mostrou para toda a Bancada de Rondônia, para os deputados estaduais e para os vereadores de Porto Velho que nos acompanhavam e que estiveram em audiência conosco, que, se preciso, usariam um túnel inflável que está sendo usado no Mato Grosso na obra que liga Cuiabá a Santarém, a BR-163.

Também na Comissão de Infraestrutura, para a qual foi convidado o General Fraxe, ele disse que pegaria pessoalmente o talão de multa e iria à estrada verificar. Se não estivesse iniciada a obra, ele iria começar a usar o seu talão para que aquilo que foi assinado pudesse ser cumprido. Mas, infelizmente, General Fraxe, nada disso aconteceu! As obras não andaram, e, para nós de Rondônia, para a população do Acre que depende da BR-364, o prejuízo é muito grande.

Com prazer, ouço o Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Senador Acir, eu também me encontrava com V. Ex^a na reunião da Comissão de Infraestrutura quando o General ali esteve. Eu o ouvi dizendo isso e também fez referência a que responderia a uma solicitação que fiz no ano passado – V. Ex^a está com mais sorte do que eu –, no dia 19 ou 23 de dezembro. Até hoje, essa resposta a respeito da passagem urbana, do anel viário de Rondonópolis, o DNIT não deu. O General veio aqui, falou muito grosso, como se diz, muito forte, mas até agora nada foi respondido de efetivo. Nas estradas, antigamente, faziam-se estradeiros e, agora, dá para fazer buraqueiros. As estradas estão precisando que o DNIT, efetivamente, cumpra o seu papel, ao menos respondendo às perguntas e cumprindo os compromissos assumidos.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Senador Pedro Taques, por suas colocações.

Lembro, Senador Taques, que iniciamos o debate sobre esse assunto em 2009, com a então Ministra Chefe da Casa Civil, hoje nossa Presidenta Dilma Rousseff, que incluiu no PAC mais celeridade na execução da obra. Isso ocorreu em 2009. Estamos em 2013, e ainda não se iniciou essa obra.

Fica claro aqui o empenho da nossa Presidenta Dilma que trabalha para a execução dessa obra desde quando era Ministra e hoje cobra, sempre, do Ministro dos Transportes, mas, principalmente do DNIT, a sua execução.

Como ela diz, dinheiro não falta; o dinheiro está reservado; em dinheiro do PAC ninguém mexe. É imexível. O que é preciso é a execução. E já foi dada a ordem de serviço. Nós não podemos dizer que o DNIT não executou a ordem da Presidenta. Tudo foi feito. Mas a empreiteira – ou o consórcio –, que desde agosto foi decretada vencedora, recebeu a ordem de serviço em setembro e até agora não iniciou a obra.

Pois não, Senador Pedro.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – Muito obrigado. Então, se há dinheiro, está faltando competência para tirar o projeto do papel. Dinheiro há; falta competência.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – É uma dificuldade grande que estamos enfrentando. Esperamos que, o mais breve possível, possamos ver essa obra iniciada, uma obra à qual já foi dada a ordem de serviço, mas até agora nada.

O consórcio vencedor da licitação não mobilizou suas equipes e seus equipamentos, e a rodovia se degrada a cada dia que passa. De modo que só nos resta solicitar ao DNIT que tome definitivamente as devidas providências no edital e na notificação, visto que esse consórcio não está demonstrando idoneidade e respeito aos rondonienses.

Se o consórcio não quer assumir a obra, não quer executar a obra, vamos desclassificá-lo. Agora, vamos também torná-lo inidôneo, para que não participe mais das concorrências, das licitações feitas pelo governo. Não dá para aceitar que uma empresa ganhe uma licitação, não inicie a obra, e fique por isso mesmo. Nós não podemos aceitar. Se fosse falta de projeto, se fosse falta de verba, tudo bem. Mas não é o caso. É apenas o consórcio que não executa a obra, que não inicia essa obra.

Então, fica aqui o nosso pedido ao General Fraxe, para que tome as devidas providências. Se for o caso, desclassifique esse consórcio, chame o segundo colocado, faça outra licitação. Mas tudo teria que ser feito de emergência, porque as chuvas estão acabando, e a obra ainda não se iniciou e não se montou nem o canteiro de obras.

O pior, Sr. Presidente, é que, com isso tudo, perdemos mais tempo, e a rodovia, do jeito que está, continua causando acidentes e mortes, como ocorreu na última quinta-feira, em Jarú, onde cinco carretas colidiram quando a que liderava o comboio tentou desviar de um buraco. Um motorista morreu na hora, e outros

três ficaram gravemente feridos. Ou seja, a rodovia representa alto risco de morte para os seus usuários, prejuízo para os produtores agrícolas que enfrentam dificuldades para escoar a produção, e um prejuízo muito grande para toda a economia do nosso Estado de Rondônia e de todos os Estados das Regiões Norte e Centro-Oeste.

Hoje, para percorrer um trecho de 70km entre Presidente Médici e Cacoal gasta-se cerca de três horas. A pista nesse trecho praticamente não existe mais. É um atoleiro só, não há mais asfalto; é um atoleiro ligando Presidente Médici a Cacoal.

Em situação semelhante estão a BR-425, que liga Ponta do Abunã ao Município de Guajará-Mirim; a BR-429, que liga Presidente Médici a Costa Marques, divisa com a Bolívia; sem falar na BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, que está interdita há vários anos. E nós não podemos ter essa interligação por estrada entre Humaitá e Manaus, ou seja, ligando Porto Velho ao Amazonas e também ao Estado de Roraima.

A BR-429 foi pavimentada em 2011, mas sem previsão da substituição das pontes de madeira por pontes de concreto; ou seja, há a estrada que termina no rio, mas é preciso fazer um desvio e não dá para continuar. Não dá para entender como é que aconteceu isso.

Na semana passada, uma das pontes sobre o Rio Preto, entre São Miguel e Seringueiras, rompeu-se quando um caminhão passava por ela. Caiu a ponte, e o caminhão, junto. E toda a população está isolada da nossa BR-364. A ponte de madeira, que estava em péssimas condições, fazia a ligação entre os Municípios de Seringueiras, São Francisco e Costa Marques, que até hoje estão isolados do restante do Estado. Até ontem, o DNIT arrancou a ponte destruída, fez o aterro das cabeceiras e irá construir uma nova ponte de madeira.

Além da situação das pontes, o trecho de 65km da BR-429 entre Presidente Médici e Alvorada d'Oeste, de pavimentação antiga, está totalmente esburacado. O trecho de 80km entre Alvorada d'Oeste e São Miguel, pavimentado há um ano, também já começa a esburacar, e daqui a pouco nós vamos perder também essa BR.

A chuva é a culpada mais habitual para a situação das rodovias de Rondônia, mas esta é uma desculpa que não serve mais. Se foi possível abrir a rodovia no meio da selva entre os meses de março e dezembro, pegando um bom período de chuvas, por que hoje, com toda a tecnologia de que dispomos, não conseguimos fazer a manutenção devida ou mesmo recuperar a rodovia?

Um exemplo de que as chuvas não são mais desculpas para a paralisação de obras rodoviárias na Amazônia é a travessia urbana de Ji-Paraná, que

teve sua ordem de serviço assinada no dia 5 de julho de 2012 e será concluída em tempo recorde até meados de maio próximo. A obra é a maior em termos rodoviários em andamento no Estado de Rondônia, com a duplicação de um trecho de 8,5km da BR-364, a construção de vias marginais, viadutos e contornos.

O Consórcio Aterpa M.Martins, responsável pela execução das obras da travessia urbana de Ji-Paraná, está demonstrando para todos os rondonienses e para todo o Brasil que é possível, sim, construir rodovias no período de chuvas na Amazônia. Está fazendo isso com muita competência, transparência, preço justo e excelente qualidade. Talvez essa seja a única obra no Brasil que vai ser concluída seis meses antes do previsto e com um valor inferior ao que foi lançado no edital. O previsto inicialmente era de R\$83 milhões, e foi contratada por R\$67 milhões.

Tenho acompanhado de perto o andamento desta obra e vejo com orgulho a transformação que ela tem trazido para nossa cidade de Ji-Paraná e as cidades vizinhas.

Além disso, conseguimos incluir no projeto a interligação da travessia urbana com o anel viário, numa extensão de quase cinco quilômetros de duplicação além do trecho original, e estamos trabalhando para que a iluminação também seja feita pelo Governo Federal.

É uma obra com a marca da eficiência e uma demonstração de que podemos, sim, realizar obras rodoviárias...

(Soa a campanha.)

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – ... em Rondônia na época de chuvas. A desculpa do problema das chuvas não cola mais, e uma prova disso é a travessia urbana de Ji-Paraná, a ponte que está sendo concluída sobre o Rio Madeira, em Porto Velho, e as duas usinas hidrelétricas, de Jirau e Santo Antônio, que não paralisaram suas atividades por conta das chuvas.

Sr. Presidente, creio que não é por falta de ação política e pressão de toda a Bancada Federal e também de apoio da nossa Presidenta Dilma que as rodovias de Rondônia estão nessa situação, pois toda semana cobramos do DNIT e do Ministério dos Transportes a restauração da malha federal em nosso Estado de Rondônia.

O Brasil precisa pensar e enxergar Rondônia e a Amazônia com os melhores caminhos para o seu desenvolvimento sustentável, e não esquecê-los, no atraso em que se encontram. Nós precisamos resolver essa questão da BR-364.

Estivemos, por várias vezes, em reuniões com o Senador Valdir Raupp, Senador Ivo Cassol, os Deputados Federais, juntamente com os deputados estaduais. Nós precisamos da conclusão dessa obra – aliás, não

é conclusão –, do início dessa obra, que é tão importante para todos nós da Amazônia.

Eram essas as minhas colocações para esta tarde, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Acir Gurgacz. V. Ex^a ficou exatamente em dezenove minutos. Eu lhe dei mais cinco, mas usou só dezenove.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Pedro Taques.

O SR. PEDRO TAQUES (Bloco/PDT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pela Rádio, pela TV, pela Agência Senado e amigos das redes sociais.

Hoje, Sr. Presidente, Cuiabá, a capital do Estado de Mato Grosso, atinge 294 anos. Foi fundada em 1719. Minha família chegou a Cuiabá em 1720, segundo o Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Mato Grosso, com a senhora chamada Balbina Taques.

Quero parabenizar os cuiabanos de nascimento e os cuiabanos de coração, que fazem o desenvolvimento daquele Município, e o Prefeito de Cuiabá, Mauro Mendes. Faço isso com um poema de um grande mato-grossense, chamado Moisés Martins. Ele diz o seguinte:

*Toda cidade tem seu tipos
Cuiabá também os tem,
Uma cidade sem eles
Vive cheia de ninguém...
A cidade vive dos que vivem nela
Já dizia o grande locutor
Sem eles qualquer cidade
Seria um jardim faltando flor...
[...]
Viva, cobra fumano
Maria preta, zé bolo flô,
Em cada esquina uma saudade
Em cada canto uma canção de amor*

Este é um poema de Moisés Martins, que foi musicado por Pescuma, Henrique e Claudinho, grandes artistas da nossa cidade.

Toda cidade tem seus tipos, e, hoje, Cuiabá tem novos tipos: o Prof. Gabriel Novis Neves, ex-Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso; o Prof. Aecim Tocantins; a D. Eulália, que faz um bolo de arroz! O Senador Cristovam, além de comer e trazer para Brasília um saquinho cheio de bolo de arroz, teve o prazer de conhecer a D. Eulália.

Cuiabá é uma cidade de quase três séculos, uma cidade que tem passado, tem presente, mas precisa ter futuro.

Como nem tudo são flores, Sr. Presidente, eu preciso falar da Cuiabá do futuro, eu preciso falar de promessas. Promessas são como juramentos, a beleza da promessa, Senador Cristovam, está no fato de ela criar uma realidade futura que ainda não existe.

No casamento, por exemplo, os noivos prometem fidelidade “na alegria e na tristeza, na saúde e na doença”. No ato de posse nesta Casa, os Senadores prometem “guardar a Constituição e as leis do País”. Existem promessas de ir e de voltar, de emagrecer, de viajar, de construir. Quando as promessas não se concretizam, Senador Rodrigo Rollemberg, a expectativa de um futuro bom dá lugar à frustração.

Hoje, ocupo esta tribuna para falar justamente no sentimento de frustração que acometeu a população de Mato Grosso, sobretudo os moradores e frequentadores da Chapada dos Guimarães, localizada a apenas 67 quilômetros da eterna capital de todos os mato-grossenses.

A história é mais ou menos assim: Cuiabá é escolhida como uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. Um dos principais pontos turísticos mato-grossenses e brasileiros, a Chapada dos Guimarães, recebe a promessa de receber um teleférico, investimento de R\$6 milhões. A população local se anima, começa a planejar novos investimentos para atender ao possível aumento na demanda de turistas, até que veio a decepção.

Três anos depois de lançar o edital para a construção do afamado teleférico, o Governo decide simplesmente enterrar a obra, alegando falta de tempo e recursos.

Como se já não bastasse o cancelamento da obra, o Governo do Estado, numa mistura de falta de planejamento e incompetência administrativa, perde quase R\$600 mil. A própria Auditoria Geral do Estado confirmou a “trapalhada”: a empresa, que já havia sido contratada desde 2009, para construir o afamado teleférico, apresentou um projeto básico, o que contraria a Lei de Licitação brasileira, nº 8.666, de 1993. As licenças ambientais necessárias para o empreendimento não foram obtidas. E o pior: a empresa recebeu R\$579.550,00 e não irá devolvê-los aos cofres públicos. Parece pouco, aqui tratamos de bilhões, de trilhões de reais, Senador Sodré. São R\$579 mil, quase R\$600 mil, mas a promessa continua.

A Secopa informou que não vai rasgar o projeto que ficou fora da Copa. O projeto ficará à disposição do Governo do Estado para sua execução no futuro.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quero agora falar sobre futuro – esse intervalo de tempo que se inicia após o presente e não tem um fim definido. Quando se trata de Copa do Mundo, o futuro tem, sim, um fim definido, uma data em que as obras deverão estar prontas. E, se analisarmos o presente e

o passado, é impossível não se preocupar com o que virá pela frente.

No final do ano passado, a Secopa, a famosa Secretaria da Copa, também cancelou o projeto, mais um, de revitalização do Bairro do Porto, em dos mais tradicionais bairros da capital. Cancelou o projeto de revitalização do Bairro do Porto, em Cuiabá. O planejamento previa a construção de um centro turístico com planetário, um aquário gigante e *shopping* popular. O que ontem gerou expectativa, hoje fica apenas no imaginário popular como um sonho, quase que como um pesadelo.

A promessa seguida de frustração também atingiu o planejamento da segurança pública para a Copa. No início de 2013, fomos surpreendidos com a notícia de que todas as obras civis previstas para o setor de segurança, dentro do que se denomina de plataforma da Copa, todas, todas elas restaram canceladas.

Muito bem. O corte em um dos mais importantes legados da competição atingiu os projetos do Centro de Comando e Controle, do complexo da Politec, delegacias, batalhões da Polícia Militar e dos Bombeiros e uma base comunitária. Qual foi a justificativa, Senador Ivo Cassol? A justificativa, mais uma vez, foi a falta de tempo e de dinheiro.

Somente o projeto do Complexo da Politec previa cerca de 10 mil metros quadrados de área construída, incluindo a Coordenadoria de Medicina Legal, laboratórios forense e de DNA e um centro de convenções. No Complexo de Segurança do Jardim Cuiabá, na capital, estavam previstas as sedes das Delegacias de Apoio ao Turista e de Combate à Pirataria, além do 10º Batalhão da Polícia Militar. A obra também foi descartada.

A pergunta que não quer calar: o que o futuro nos reserva? Cancelamentos em doses homeopáticas?

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, o quadro é preocupante. O último balanço do Tribunal de Contas do Estado aponta que, faltando apenas 15 meses para a Copa do Mundo de 2014, dez obras previstas no cronograma de obras do evento, em Cuiabá, ainda sequer tiveram início. Quase 90% das obras estão atrasadas.

Grande parte do atraso é decorrente da implantação do famoso VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), cujo valor é de 1,477 bilhão, que ainda não começou. Uma das justificativas para o atraso dessa e de outras obras de mobilidade urbana tem sido a chuva, como que parecendo que nós todos que lá moramos não saibamos que as chuvas ocorrem neste período todo ano. Ela está passando e nós, esperando. O tempo está passando, a chuva está passando e nós estamos esperando.

Entre as obras que sequer iniciaram está: a construção dos centros oficiais de treinamento na Universidade Federal de Mato Grosso e no bairro CPA; além do chamado Fan Park, previsto para ser viabilizado no

Parque de Exposições Senador Jonas Pinheiro, no bairro Dom Aquino, também na capital.

Por recomendação da Fifa, o chamado Fan Park deve transmitir, em alta definição, os 64 jogos da Copa ao vivo. Durante os 31 dias do evento, o local deverá disponibilizar estacionamento, praça de alimentação, lojas oficiais da Fifa e uma extensa programação de *shows*, incluindo grupos musicais locais e as principais manifestações da cultura regional. O lugar ainda deverá contar com sistema completo de emergência, segurança e atendimento médico.

A Secretaria Extraordinária da Copa informou que a obra do Centro de Treinamento na Universidade Federal já começou e o do CPA, de fato, não será mais construído. Mais uma frustração.

Amigos de Mato Grosso, inclusive, do interior, porque o interior também está colaborando com a Copa, com o chamado Fethab, o Fundo Estadual de Transporte e Habitação, do qual 30% estão sendo destinados para a obra da Copa. Portanto, essa não é uma Copa de Cuiabá, é uma Copa do Estado de Mato Grosso.

Portanto, amigos de Mato Grosso, um fato curioso chama a atenção de quem acompanha os preparativos para a Copa de 2014: no *site* do Governo, no sítio do Governo, as obras previstas para os setores da segurança pública, saúde e turismo já não constam mais. Por que será? É um prenúncio de que outras promessas iniciais também não sairão do papel?

Para não ser injusto, registro que a construção da Arena Pantanal ainda consta do sítio institucional do Governo do Estado. Mas, cumprir a principal exigência da Fifa para receber os jogos da Copa não será tarefa fácil.

A Arena Pantanal começou a ser construída em maio de 2010 – a primeira entre todas as 12 que serão usadas na Copa do Mundo. Maio de 2010! Sua conclusão, a um custo de R\$519 milhões, mais de meio bilhão de reais, está prevista para outubro deste ano. Desde que começou, em maio de 2010, até o final de fevereiro deste ano, a obra atingiu 62% de conclusão. Ou seja, o avanço em 34 meses se deu ao ritmo de 1,82% ao mês, em média.

Assim, para a empreitada ser finalizada dentro do prazo, o ritmo dos trabalhos terá que ser triplicado, três vezes. A construção deverá andar a 5,48% ao mês, três vezes mais do que vem sendo desenvolvida.

A previsão inicial era que o estádio ou arena, como se chama, estivesse pronto em dezembro de 2012. Não ocorreu. Em julho de 2012, a arena tinha apenas 46% de suas obras concluídas; o que levou o Governo a assinar um aditivo ao contrato que prorrogou o prazo de entrega até outubro deste ano de 2013.

O custo inicial previsto pelo Governo de Mato Grosso era de R\$342 milhões. Atualmente, está em

R\$519 milhões, o que representa aumento de 51% na previsão inicial – 51%.

É bom lembrar que, em nota oficial, o Secretário-Geral da Fifa reiterou que o prazo para a entrega dos estádios da Copa do Mundo permanece o mesmo e se encerra em dezembro de 2013. Em dezembro de 2013, segundo o Secretário-Geral da Fifa, as obras das arenas ou dos estádios deverão terminar.

Ele voltou a fazer um alerta: a Fifa não será tolerante com atrasos para o Mundial de 2014, como foi com a Copa das Confederações.

E o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso também vem alertando: Se o ritmo de execução não for intensificado, muitas obras não serão finalizadas a tempo. O Conselheiro-Relator das Obras da Copa, o Conselheiro Antonio Joaquim, sempre vem alertando para a necessidade de aumento do número de turnos para que as obras terminem no tempo aprazado.

É importante destacar que não bastam os prazos de execução das obras serem aditivados, porque a Copa está marcada para junho de 2014 e não será adiada. Como diz a gíria: “Aí já era!” Se o estádio não terminar. Se não cumprirmos os prazos, será uma vergonha internacional.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, amigos que nos acompanham pelas redes sociais e pela Agência Senado, falta transparência, gestão e compromisso com o cidadão que aguarda ansiosamente cada obra prometida. Não podemos permitir que o Brasil repita o que ocorreu nos jogos Pan-Americanos. Em 2007, o custo da competição ficou R\$4 bilhões – dez vezes a previsão inicial e 12 vezes a média das quatro edições anteriores. Em 2011, por exemplo, os jogos do México, mesmo realizados quatro anos depois do nosso evento no Rio de Janeiro, custou 2,3 bilhões a menos – quase a metade do que foi gasto no Rio de Janeiro.

Precisamos somar esforços pela Copa do Mundo em Mato Grosso. É meu dever enquanto Senador da República trabalhar para assegurar que todas as ações sejam executadas seguindo os conceitos de probidade, qualidade, planejamento, execução e controle. Tenho atuado insistentemente no sentido de viabilizar o efetivo controle dos gastos, de modo a minimizar os riscos e a contribuir para o êxito do evento.

Algumas cidades-sede fizeram o compromisso de fazer apenas um estádio. Mato Grosso assumiu obras de mobilidade urbana, de infraestrutura de turismo, ações que passam pelos setores da educação, saúde e segurança pública. Estou otimista de que é possível contemplar a população com o que está programado. Agora, apesar de ser otimista, eu não posso deixar de ser realista – realista. Os fatos não mentem.

Talvez seja utópico esperar que haja transparência e participação cidadã em todo o processo. Mais utópico

ainda esperar que não haja corrupção. Mas creio que a corrupção pode ser mantida em um nível mínimo e que o cidadão tem, sim, interesse de verificar como o dinheiro destinado à Copa está sendo usado e quais serão os benefícios gerados para o País. Lutar vale a pena.

Infelizmente, Sr. Presidente, no Estado de Mato Grosso, algumas pessoas entendem que fiscalizar seja sinônimo de atrapalhar. Fiscalizar é um dever constitucional de todo servidor público, notadamente os servidores públicos que recebem o nome de Senador. Não cabe ao Senador construir obra de mobilidade. Esta é uma obra que tem que ser construída pelo Governo, pelo Executivo. Cabe aos Senadores fiscalizar para saber se essas obras estão sendo ou não realizadas.

Eu sou otimista, mas sou realista. E quero demonstrar aqui minha preocupação e também parabenizar o Município de Cuiabá, a cidade de Cuiabá.

Hoje, às 4h30 da manhã, Sr. Presidente, participei de uma festa, uma festa na Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, o santo negro dos escravos, que fundaram a cidade de Cuiabá, a Vila do Bom Jesus de Cuiabá – às 4h30.

Fui ali rezar, às quatro e meia da manhã, para que as obras da Copa possam nos orgulhar, não nos envergonhar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senador Pedro Taques, pelo pronunciamento.

Está inscrito o Senador Rodrigo Rollemberg, a quem passo a palavra neste momento. Em seguida falará, como Líder, o Senador João Costa e depois, como orador inscrito, o Senador Ivo Cassol.

Senador Rodrigo Rollemberg, com a palavra.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Senador Paulo Paim, prezados Senadores e Senadoras, prezados telespectadores,...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Rollemberg, V. Ex^a me permite?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sei que não é correto o Presidente fazer aparte no início da fala de um Senador. Hoje eu deveria estar em Porto Alegre e sei que V. Ex^a também, porque nosso querido amigo Beto Albuquerque está fazendo aniversário. Vai ser um grande evento na Casa do Gaúcho, lá na capital, com a presença, inclusive, do Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, com a presença também do Governador do Rio Grande, Tarso Genro. Os Senadores, os três, foram convidados. Como eu estava no Rio e voltei hoje, o Beto veio aqui, ao ple-

nário, me convidou, e eu não pude estar lá. Sei que V. Ex^a também tinha um convite especial, especialíssimo, porque é muito amigo dele, e também não pôde ir. Então, eu queria aqui, Beto, pedir-lhe desculpa. Sabe o carinho que temos por você. Não estamos aí, mas é como se estivéssemos. O Fabinho vai me representar aí no evento. Peço desculpa ao Rollemberg, mas sei que ele também vai aproveitar para mandar-lhe um abraço.

Feliz aniversário, Beto Albuquerque!

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim.

Realmente, eu gostaria muito de estar em Porto Alegre hoje, acompanhando o Presidente nacional do nosso Partido, Governador Eduardo Campos, que estará lá, aproveitando para dar um abraço no Deputado Federal Beto Albuquerque, Líder do PSB na Câmara dos Deputados.

Amanhã, o Governador Eduardo Campos participará de um encontro com centenas de empresários para discutir o Brasil.

V. Ex^a me fez lembrar uma época bastante boa e perceber como o tempo passa. Beto Albuquerque está fazendo hoje 50 anos, eu já tenho 53 e, coincidentemente hoje eu sou o Líder do PSB no Senado Federal e o Beto é o Líder do PSB na Câmara dos Deputados. Nós dois fomos, juntos, os primeiros coordenadores nacionais da Juventude Socialista Brasileira.

Claro que isso já faz um tempo. Eu, pessoalmente, estou completando 28 anos de PSB, nunca tive outro partido na minha vida e, desde esse tempo, iniciei essa trajetória com Beto Albuquerque, que é um brilhante Deputado. Acho que é um orgulho, para o Estado do Rio Grande do Sul, ter um representante como Beto Albuquerque, absolutamente comprometido com os interesses do povo brasileiro, comprometido com seu Estado, um grande articulador político. Tenho certeza de que tem uma carreira brilhante pela frente. Portanto, quero aproveitar, Senador Paulo Paim, também para me associar, cumprimentar o Deputado Beto Albuquerque, desejar muita saúde e muito sucesso em sua vida pessoal e na sua vida política.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Senadores, eu subo hoje nesta tribuna com a emoção especial e, também, com profunda gratidão pela oportunidade de homenagear um dos maiores mestres que o Brasil já teve: o médium Francisco Cândido Xavier, Chico Xavier. Registro que há uma exposição aqui, na entrada do Senado, no Salão Branco do Senado, sobre a vida e a obra de Chico Xavier.

Neste mês, celebramos 103 anos do seu nascimento, e, como católico que sou, mas com profunda abertura às diferentes expressões religiosas do Brasil, quero hoje me associar aos kardecistas e espíritas, assim como a todos os estudiosos e admiradores de Chico Xavier, para falar desse mensageiro de luz,

desse líder, desse exemplo maior de solidariedade e compromisso com o testemunho cristão.

Chico Xavier foi um dos maiores símbolos brasileiros de bondade, de abnegação e fé, de humildade e consciência pautada por profundos valores humanos em sua força social e consagração espiritual.

Fico muito feliz por fazer esta justa homenagem, não só pela extraordinária contribuição que Chico Xavier ofertou com tanta generosidade e simplicidade ao povo brasileiro, mas também pela contribuição extremamente oportuna e transformadora que legou ao fazer político, por ser referência e inspiração de uma vida de entrega e vínculo radical com o dever de servir à sociedade.

Ao longo dos seus 92 anos de vida, 74 deles dedicados à atividade mediúnica, Chico escreveu 412 livros, vendeu 40 milhões de exemplares e doou toda a sua renda, em cartório, a instituições de caridade.

Foram cerca de duas mil entidades ajudadas ou mantidas, graças aos direitos autorais que recebia dos livros vendidos ou das campanhas beneficentes que ele realizava no País. Chico Xavier vivia de sua aposentadoria como escrivão nível 8 do Ministério da Fazenda e da ajuda de amigos e admiradores. Jamais – jamais! – tirou proveito pessoal da sua missão como médium.

Ganhava presentes dos mais simples aos mais valorizados, mas sempre se desfazia educadamente e doava tudo o que recebia, num verdadeiro exemplo de cidadania e fraternidade. Ele costumava falar que o real sentido da autoridade era “o amor ao próximo” e que a “omissão de quem pode – mas não auxilia o povo – é comparável a um crime que se pratica contra a comunidade inteira.”

Eis uma reflexão extremamente oportuna, Sr. Presidente, no momento em que presenciamos tantos exemplos de mau uso da política, em que o poder se coloca a serviço de interesses privados e pessoais, e não a serviço da sociedade brasileira. Se Chico Xavier, no exercício mediúnico, mostrou humildemente que nada podia e que o real poder não era seu, mas do mundo divino, nós, no exercício político, temos nele a inspiração maior para a compreensão de que o poder real não é nosso, mas da sociedade. Nossos mandatos só cumprirão seus objetivos se forem legitimados pela confiança e pela necessidade dos cidadãos. É perceber que a política só tem sentido se for, efetivamente, para modificar e melhorar a vida do povo.

Chico Xavier era mineiro, de família pobre, fala mansa e sorriso tímido, filho de um operário e uma empregada doméstica, que fez apenas quatro anos de instrução primária. Publicou obras dos mais diversos gêneros literários e amplas áreas do conhecimento, tais como literatura, história, filosofia e ciência – só para citar alguns exemplos –, algumas traduzidas para

dez idiomas diferentes, como inglês, alemão, francês, espanhol, japonês e até mesmo sânscrito.

Em sete décadas, psicografou obras com apoio de mais de dois mil autores espirituais. Sete milhões de espíritas assumidos prestam reverências a ele. Chegou a ser indicado ao Prêmio Nobel da Paz e, ao ser idolatrado, costumava fazer, com bom humor, trocadilho com o próprio nome, chamando-se Cisco Xavier. E, da mesma forma em que mantinha o esteio da simplicidade, Chico manteve o esteio da compaixão e do amor diante dos inúmeros ataques hostis, preconceitos e perseguições que ele enfrentou ao longo da vida por conta da sua paranormalidade e do seu trabalho espiritual.

Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com muita emoção que faço aqui esta homenagem a este mestre, que nunca teve fraudes em seu trabalho. Muito pelo contrário, acumulou milhões e milhões de testemunhos e provas concretas de fé, renovação e amparo a famílias brasileiras. Mães e pais que perderam filhos e foram consolados por ele; pobres que teriam morrido de fome ou de frio sem a ajuda dos mutirões que ele promovia; espíritas e não espíritas de todo o País aprenderam a ter fé com a sua ajuda.

Hoje não temos mais Chico Xavier, mas guardamos a marca de um coração generoso e consciente. Um eterno convite para que este espírito de luz nos inspire a compartilhar a compaixão que reconhece e aceita as diferenças e o amor que valoriza o próximo, nos encorajando na luta por melhores dias para todos nós.

Há uma frase de Chico Xavier que está exposta aqui, nesta exposição do Senado, que é lapidar. Diz ele: “Conheci gente tão pobre que só tinha dinheiro”. Imagine a profundidade, Sr. Presidente, desta frase. Que sejamos a vida que permanece de Chico, parte desta obra inacabada e eterna de amor ao Brasil e aos brasileiros. Como ele mesmo costumava dizer, “embora ninguém possa voltar atrás e fazer um novo começo, qualquer um pode começar agora e fazer um novo fim”.

Isso é uma lição de vida, é um convite à renovação.

Um homem que nos legou ensinamentos tão profundos acerca da complexidade dos territórios da alma só merece mesmo a nossa constante reverência e admiração. Nunca é cedo para caminhar e nunca é tarde para chegar, se o caminho for de amor.

Esse é o grande caminho trilhado por Chico Xavier e o maior sentido de nosso caminhar.

Era esse o registro, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que, com muita emoção, com muita alegria, com muita reverência, gostaria de fazer hoje, dando o meu muito obrigado a Chico Xavier pela sua obra e pelo seu legado de bondade, de simplicidade e de amor que deixou para todos os brasileiros.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Rollemberg. Grande Chico Xavier. Parabéns!

Que esta mensagem do Chico Xavier a gente possa estender, de forma carinhosa, ao nosso querido aniversariante de hoje. Que a energia do Chico Xavier chegue lá, de forma positiva para ele, por seu belo discurso. Meus cumprimentos.

Passamos a palavra, como Líder do PPL, Partido Pátria Livre, ao Senador João Costa.

Em seguida, como último orador inscrito, Senador Ivo Cassol.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, amigos e amigas que nos assistem e nos ouvem pela TV e Rádio Senado, no último dia 4 de abril, ingressei com o Projeto de Lei nº 114, de 2013, buscando admitir o controle de constitucionalidade concentrado da norma jurídica contratual de caráter geral pela Suprema Corte.

Sabe-se que a obrigação pode resultar da vontade do Estado, que se expressa por meio de lei, ou ato normativo do Poder Público ou da vontade do contratante.

Tanto a vontade do Estado como a vontade do contratante, na condição de fontes de obrigação, produzem norma jurídica: a norma jurídica estatal e a norma jurídica contratual, respectivamente. Assim como fez em relação à norma jurídica estatal, Kelsen também atribuiu vigência à norma jurídica contratual, ou seja, limite temporal de validade e obrigatoriedade.

A mais significativa diferença entre a norma jurídica estatal e a norma jurídica contratual é o fato de nessa, em regra, os sujeitos vinculados terem participado da sua criação. Já na norma jurídica estatal, também em regra, o sujeito alvo de seu comando não tem qualquer espécie de participação direta em sua criação, exceto se se tratar de parlamentar, chefe do Poder Executivo, dentre outras, que, nessa condição, tenham participado do respectivo processo legislativo ou de sua elaboração.

Enquanto a lei ou ato normativo é fonte imediata da obrigação e produz efeito *erga omnes*, a norma jurídica contratual é fonte mediata e normalmente produz efeito *inter partes*. Atualmente, porém, não é incomum que a norma jurídica contratual imponha direitos e deveres aos contratantes e a terceiros estranhos à relação contratual, podendo, nas hipóteses de contrato de massa que envolvem interesses difusos, impor, inclusive, efeitos *erga omnes*.

Com isso, enquanto a sanção ou atos de coerção decorrentes da violação da norma jurídica estatal é dirigida, em tese, contra todos ou contra um grupo, na norma jurídica contratual, essa mesma sanção é, quase sempre,

dirigida contra o contratante – que pode ser um grupo – que, após ter celebrado um contrato, a ele se opõe ou deixa de arcar com o prejuízo causado por essa conduta.

Se a norma jurídica contratual produz efeitos sobre terceiros, há a possibilidade de ela sofrer oponibilidade externa, *maxime* se o contrato envolver interesses transindividuais: individuais homogêneos (socialmente relevantes), coletivos (de interesse de grupo, classe ou categoria) e difusos (difundidos por toda a sociedade ou comunidade).

Segundo essa hipótese, Sr. Presidente, a norma jurídica contratual pode ter caráter individual ou geral. Ao contrário do primeiro, o segundo obriga um ou ambos os contratantes a um número indeterminado de prestações ou de prestações e contraprestações. É o caso, por exemplo, do plano de saúde, no qual a seguradora se compromete a pagar todas – ou quase todas – as despesas que o segurado faça com tratamento de saúde.

Os contratantes detêm uma função criadora de norma jurídica contratual. Em caso de discrepância com relação à sua interpretação, ao intérprete caberá, apenas, a opção entre a vontade real e a vontade exteriorizada, de acordo com a opção feita pelo ordenamento jurídico respectivo.

Diferente do direito público – que se desenvolve entre um sujeito supraordenado e um sujeito subordinado ou entre o Estado e o súdito –, a relação de direito privado sempre representou uma relação entre sujeitos em posição de igualdade. Nessa condição, a norma jurídica contratual dispensava o seu controle de constitucionalidade pelos órgãos do Poder Público.

Nas últimas décadas, com a massificação de contratos, quase sempre de adesão, observou-se um súbito rompimento dessa posição de igualdade, que se transformou, a exemplo do que já ocorria no direito público, numa relação de poder e de domínio. Nessa relação, uma das partes contratantes, na condição de mais forte, age de forma desumana e com total desrespeito aos direitos constitucionais e, de forma especial, à dignidade da parte mais fraca.

Assim como os órgãos de Estado, a norma jurídica contratual também está vinculada a uma ordem de valores que tem na proteção à liberdade e à dignidade humana o objetivo maior de todo o Direito. Se Direito e Estado são a mesma coisa – entendimento comum é que o sejam –, o Estado jamais atingirá os seus objetivos, caso a norma jurídica contratual não esteja vinculada à referida ordem de valores. Portanto, nada justifica a sua exclusão, a ponto de conduzir-se à possibilidade de ela escapar do controle judicial de constitucionalidade.

Na atualidade, Sr. Presidente, acredita-se que alguns contratos de massa, por exemplo, como os de seguros privados, bancários, consórcios, cartões de crédito, financiamento habitacional, energia e telecomunicações, cujas cláusulas, quase sempre de ade-

são, atinjam mais de 150 milhões de habitantes. Por outro lado, sabe-se que há leis, em sentido formal, que não atingem sequer 0,001% desse número, ou seja, mil pessoas. Com isso, nada justifica a submissão das leis ou atos normativos do poder público à jurisdição constitucional e a exclusão da norma jurídica contratual a essa mesma jurisdição.

Meu prazo está terminando, Sr. Presidente? O senhor pode deferir mais um minuto?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É que o tempo de Líder é de 5 minutos. Eu lhe dei um tempo maior, mas vou lhe dar, sim, quantos minutos precisar. De quantos precisa?

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Sim, mais dois minutos, só para terminar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Vou lhe dar mais cinco, porque V. Ex^a merece.

O SR. JOÃO COSTA (Bloco/PPL – TO) – Muito obrigado.

Atualmente, com a mundialização de mercados e a consequente ampliação dos horizontes contratuais, com a desigualdade nas relações contratuais e com a massificação dos contratos – diante de uma submissão dos mais fracos ao poder dos mais fortes, cada vez mais intensa – é preciso redefinir as razões que justificaram a criação da jurisdição constitucional no âmbito dos órgãos do Estado, a fim de estendê-la à norma jurídica contratual.

Com essas palavras, Sr. Presidente, resumo o que tenho a dizer. Nós temos contratos, contratos de massa, contratos de adesão que atingem milhões de pessoas, e esses contratos não se submetem à jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal.

Limitamo-nos, Sr. Presidente, ao longo do tempo, a nos submeter apenas às leis e aos atos normativos, e o projeto de lei que propus é de que precisamos trazer para a jurisdição do Supremo as normas jurídicas contratuais de caráter geral, aquelas que quase sempre têm letras miúdas, letras pequenas, mas que todos nós brasileiros assinamos sem saber o que assinamos, porque se não assinarmos daquela maneira que nos impõem, não poderemos assinar, não poderemos contratar.

Com essas palavras, Sr. Presidente, eu agradeço muito a consideração de V. Ex^a e peço que sejam dadas como lidas as demais peças do meu pronunciamento.

Muito obrigado.

Agradeço também a paciência do Senador Ivo Cassol, a quem rendo aqui o meu respeito e a minha admiração. Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JOÃO COSTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I, § 2º, do Regimento Interno.)

**Jurisdição Constitucional: um breve panorama sobre algumas das
novidades que envolvem o tema**

**Brasília – DF
2013**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	
1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E ATOS NORMATIVOS	
1.1 Enquadramento histórico	
1.2 Constitucionalidade formal e material	
1.3 Controle de Constitucionalidade Preventivo e Repressivo	
1.4 Sistemas de controle de constitucionalidade: político, jurisdicional e misto ...	
1.5 O controle difuso ou aberto (via de exceção ou defesa)	
1.6 O controle reservado ou concentrado (via de ação direta)	
2. NOÇÕES GERAIS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS UNIDOS E NA ALEMANHA: UM ESTUDO COMPARATIVO	
3. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL	
3.1 Análise histórica	
3.2 O controle difuso ou aberto no âmbito dos Tribunais	
3.3 O efeito vinculante causado pela cláusula de reserva de plenário	
3.4 O controle difuso que se desenvolve no âmbito dos Juizados Especiais	
3.5. Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade	
4. A ESPECIFICIDADE DA NORMA JURÍDICA CONTRATUAL	
5. O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA JURÍDICA CONTRATUAL	
6. CONCLUSÃO	
BIBLIOGRAFIA	

INTRODUÇÃO

Sabe-se que o desrespeito pelos direitos à liberdade, o terror e a atuação desumana do Estado são algumas das razões que justificaram a criação da jurisdição constitucional, com a qual se busca vincular os órgãos do Estado a uma ordem de valores, que tem na proteção da liberdade e da dignidade humana o objetivo maior de todo o direito.

Apesar do fascínio que exerce o estudo sobre o controle de constitucionalidade das leis e atos normativos do poder público, decisiva foi a contribuição oferecida pelo Prof. Doutor Gilmar Ferreira Mendes, com sua obra *Jurisdição Constitucional*, que, além de ser precursora na matéria, representa uma análise de vanguarda.

Dessa forma, o presente trabalho enfocará, inicialmente, a origem e evolução histórica da jurisdição constitucional, englobando, por questões didáticas, a inconstitucionalidade formal e material, o controle preventivo e repressivo, os sistemas e os critérios de controle constitucionalidade.

Num segundo momento, examinará os modelos americano e alemão de controle de constitucionalidade, cujos termos acabados e vigorosos serviram de espelho para os estudos iniciais do controle de constitucionalidade no Direito brasileiro. Na perspectiva de seu conteúdo específico, o tema será abordado a partir da arguição de inconstitucionalidade que se desenvolve no âmbito dos tribunais, das turmas recursais e das turmas de uniformização dos Juizados Especiais, bem como do efeito

vinculante causado com a cláusula de reserva de plenário, prevista no art. 97 da Constituição Federal.

Por fim, abordar-se-á o controle de constitucionalidade *difuso ou concentrado* da norma jurídica contratual, com especial enfoque àquela cuja origem se encontra nos contratos massificados, quase sempre de adesão, envolvendo interesses transindividuais – individuais homogêneos, coletivos e difusos.

1. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS E ATOS NORMATIVOS

Nos Países desenvolvidos é antiga a manifestação de justiça através da jurisdição civil e penal. Todavia, é bem recente o controle da atividade do Estado, isto é, dos Poderes Executivo e Legislativo, por tribunais independentes do Poder Judiciário.

1.1 Enquadramento Histórico

Karl Doebling afirma que nenhum ato de qualquer dos órgãos do Estado que produza efeito sobre os direitos ou deveres de outros órgãos do Estado ou cidadãos pode escapar ao controle.¹

Ligado à noção da supremacia incontrastável da lei constitucional sobre as demais leis ou regras de direito vigentes no ordenamento jurídico, o qual a Constituição aparece no vértice, o controle de constitucionalidade visa certificar a compatibilidade vertical ou adequação de uma lei ou de um ato normativo com a Constituição. Isso faz com que a Constituição seja considerada a

¹ DOEHRING, Karl. A Função do Tribunal Federal Constitucional Alemão na qualidade de principal guardião da Constituição, nos termos da lei e da democracia (Trad.). O Federalismo na Alemanha. *Centro de Estudos e Representação da Fundação Konrad Adenauer-Stiftung no Brasil*, n. 7, 1995, p. 209.

“lei das leis” – *lex legum* -, isto é, a mais alta expressão jurídica da soberania.²

Paulo Bonavides, reportando-se à construção escalonada das leis, de Hans Kelsen, esclarece que a validade das normas de grau inferior está condicionada à respectiva compatibilidade com as de grau superior - que é a constituição -, uma vez que a incompatibilidade vertical se resolve em favor das normas de grau mais elevado.³

Na Grécia, no período que compreendeu os séculos IV a.C. instituiu-se o *graphé paranomom* ou argüição de inconstitucionalidade que atribuía a todos os cidadãos responsabilidade pela defesa das leis e de sua Constituição.⁴ Nessa mesma época, em Roma, o Guardião da Constituição e das leis era o Senado Romano, embora alguns autores tenham atribuído essa tarefa a Cícero, o idealizador do *judicial review*.⁵

Nos Estados Unidos, em 1761, o procurador-geral James Otis declarou que *uma lei do Parlamento contra a equidade natural é nula. Se uma lei do Parlamento fosse feita nas próprias palavras desta petição, ela seria nula e seria dever dos*

² BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 267.

³ BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 49.

⁴ MOTTA, Sylvio e DOUGLAS, William. *Controle de Constitucionalidade. Teoria, Jurisprudência e Questões*. Rio de Janeiro: Impetus, 1999, p. 10.

⁵ MOTTA, Sylvio e DOUGLAS, William. *Controle de Constitucionalidade. Teoria, Jurisprudência e Questões*. Rio de Janeiro: Impetus, 1999, p. 10.

*tribunais relegá-la ao desuso.*⁶ Por outro lado, os Estados de New Jersey, em 1780, e da Virgínia, em 1782, já haviam declarado a nulidade de leis por contrariarem a Constituição Estadual respectiva. Em decisão semelhante, a Carolina do Norte, em 1787, invalidou uma lei pelo fato de ela ser incompatível com as normas da Confederação americana.⁷

Após sua aprovação na Convenção de Filadélfia, em 1787, a Constituição americana, que substituiu as Cláusulas da Confederação existentes à época, submeteu-se a um processo de ratificação pelos Estados confederados,⁸ e as dificuldades encontradas nesse processo deram início a uma série de artigos em jornais de Nova Iorque,⁹ a fim de esclarecer as principais dúvidas e controvérsias suscitadas, bem como defender a necessidade de ratificação da Constituição.¹⁰

Para os autores responsáveis pelas publicações referidas, é razoável que os tribunais sejam colocados entre o povo e o poder legislativo, fato que não causa qualquer superioridade do poder judiciário sobre o poder legislativo. Isso, porque o povo está acima de ambos e sempre que a vontade do

⁶ MOTTA, Sylvio e DOUGLAS, William. *Controle de Constitucionalidade. Teoria, Jurisprudência e Questões*. Rio de Janeiro: Impetus, 1999, 13.

⁷ CLÈVE, Clèmerson Merlin. *A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 64.

⁸ O art. VII da Constituição dos Estados Unidos, dispõe que *A ratificação por convenções de nove Estados será suficiente para a entrada em vigor desta Constituição entre os referidos Estados*.

⁹ HAMILTON, Alexander, MADISON, James e JAY, John. *O Federalista*. Brasília: UnB, 1984, p. 13.

legislador, declarada em lei, se opuser à vontade do povo, declarada na Constituição, os tribunais devem submeter-se a essa e não àquela.¹¹ Dessa forma, segundo publicaram,

Nenhum ato legislativo contrário à Constituição pode ser válido. Negar isto seria como que sustentar que o procurador é maior que o mandante, que os representantes do povo são superiores a esse mesmo povo, que homens agindo em virtude de poderes concedidos podem fazer não só o que eles autorizam mas também aquilo que proíbem.¹²

O *judicial review* também tem suas raízes em artigo de Alexander Hamilton intitulado *Os juízes como guardiões da Constituição*, publicado na obra **O Federalista**, nº 78:^{13,14}

“Os principais argumentos utilizados por Hamilton, desenvolvidos no texto conhecido como “Federalista n. 78”, eram, em síntese, os seguintes: (a) a Constituição estatui limitações à atividade legislativa, não sendo adequado que o Legislativo seja “juiz” de suas próprias limitações; (b) a interpretação das leis é função específica dos juízes, razão pela qual é natural que lhes seja atribuída a função de interpretar a Constituição; (c) o Judiciário, pela própria natureza de suas funções, por não dispor nem da “espada” nem do “tesouro”, é o ramo menos perigoso (*“the least*

¹⁰ Posteriormente, descobriu-se que *Publius* era o pseudônimo coletivo utilizado por três conhecidos autores americanos: Alexander Hamilton, James Madison e John Jay.

¹¹ MIRANDA, Jorge. *Contributo para uma Teoria da Inconstitucionalidade*. Coimbra: Coimbra, 1996, p. 54.

¹² MIRANDA, Jorge. *Contributo para uma Teoria da Inconstitucionalidade*. Coimbra: Coimbra, 1996, p. 54.

¹³ HAMILTON, Alexander, MADISON, James, JAY, John. *O Federalista*. Brasília, Ed., Universidade de Brasília, 1984, p. 575-582.

¹⁴ Esta notável obra revela uma longa série de artigos publicados nos jornais de Nova Iorque, no período de 27 de outubro de 1787 a 4 de abril de 1788, e assinados por *Publius* – pseudônimo coletivo de Alexander Hamilton, John Jay e James Madison.

dangerous branch”) do poder para proteger os direitos previstos na Constituição.”¹⁵⁻¹⁶

Em que pese essas manifestações embrionárias, nos Estados Unidos o controle de constitucionalidade das leis ganhou notoriedade em razão da decisão da Suprema Corte Americana, em 1803, presidida pelo Juiz *Marshall*, ao julgar o conhecido caso *Madison v. Marbury*.¹⁷ Nesse precedente, a hipótese era a seguinte: John Adams perdera as eleições americanas de 1800 para Thomas Jefferson, mas - nos últimos minutos do seu mandato - nomeou um grupo de 42 juízes de paz, e 16 juízes federais para o distrito de Columbia. Com a posse do Presidente Jefferson, é nomeado James Madison como Secretário de Estado de Justiça, que se recusou a empossar¹⁸ William Marbury - um daqueles *midnight judges*, como ficaram conhecidos - nomeado para o cargo de juiz de paz. Diante dessa negativa, Marbury ingressou com um *writ of mandamus* na Suprema Corte americana para que Madison fosse obrigado a fazê-lo. Metade dos juízes da Corte, incluindo o respectivo presidente, John Marshall,¹⁹ relator

¹⁵ MORO, Sérgio Fernando. *Jurisdição como democracia*. Curitiba: Tese de Doutorado, 2004.

¹⁶ GEORGE, Marmelstein. *Quando Tudo Começou: o surgimento da jurisdição constitucional no Brasil*. Disponível em: <<http://direitosfundamentais.net/2008/04/13/quando-tudo-comecou-o-marbury-vs-madison-brasileiro/>>. Acesso em: 26.Nov.2011.

¹⁷ KERMITE, L. Hall. *The Oxford Companion to the Supreme Court of the United States*. Oxford University Press: New York, 1999, p. 521-523).

¹⁸ Na verdade, ele se recusou a assinar o certificado de investidura (*comission*), que era o documento necessário à posse do Juiz Marbury.

¹⁹ O Juiz Marshall começou o julgamento respondendo a três perguntas: I) Did Marbury have a right to the commission? II) Do the laws of the country give Marbury a legal remedy? III) Is asking the Supreme Court for a writ of mandamus the correct legal remedy? Tradução livre: I) Marbury tem direito à posse? II) As leis americanas asseguram-lhe o direito a recurso? III)

do processo, tinha sido nomeada pelo próprio Adams. Antes, Marshall era Secretário de Estado no governo de Adams. Todavia, isso não impediu que a decisão fosse tomada por unanimidade, e que a Suprema Corte americana concluísse que a lei federal que dava competência à Suprema Corte para conceder *mandamus* contrariava a Constituição Federal. Como a lei que dava competência à Suprema Corte era inconstitucional, não cabia-lhe decidir o pedido feito por Marbury. Com isso, o *writ* não foi conhecido, e, por conseguinte, Marbury não chegou a ser empossado.²⁰

Surgiu, com isso, o *judicial review*, que consiste na possibilidade de o Poder Judiciário controlar os atos da administração pública. Como a Constituição americana não faz menção expressa ao controle de constitucionalidade, o caso *Madison v. Marbury* é considerado o *leading case* em matéria de competência revisional da Corte Suprema, com o qual restou consagrado o controle repressivo.

1.2 Constitucionalidade Formal e Material

Nesse caso, caberá à Suprema Corte o conhecimento e julgamento do mandado de segurança impetrado? As respostas foram afirmativas em relação às duas primeiras perguntas; todavia, em relação à terceira, a Suprema Corte concluiu que não cabia-lhe o processo e julgamento do mandado de segurança impetrado contra ato de autoridade federal. Em resumo, Marbury ganhou mas não levou.

²⁰ BRANDÃO, Antônio Augusto Pires Brandão, SILVA, Bruno Lima Silva, RESENDE, Caio José Santana de, SOUZA, Caio Vinícius Sousa e, CAMPOS, Hélio Borges, RODRIGUES, Marcos Vinícius R. G. V., ARAÚJO, Smylle Ferreira Araújo. *Marbury v. Madison*. CENAJUS - Centro Nacional de Cultura da Justiça. Disponível em: <http://www.cenajus.org/moodle/mod/forum/discuss.php?d=281>. Acesso em: 26.Nov.2011.

A constitucionalidade de uma lei ou ato normativo pode ser aferida por dois ângulos: o formal e o material. No primeiro, examina-se a compatibilidade entre o processo empregado em sua elaboração e o processo ao qual a Constituição exige que sua elaboração se submeta. Por exemplo: a Constituição brasileira, nos artigos 60, § 3º e 69, dispõe que o *quorum* necessário à aprovação de uma lei complementar e de uma emenda à Constituição dependerá, respectivamente, da maioria absoluta e de três quintos dos votos dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Com isso, qualquer lei complementar ou emenda constitucional, aprovada com *quorum* inferior ao exigido pela Constituição, estará eivada de inconstitucionalidade formal. Vista do ângulo material, no entanto, o exame de constitucionalidade de uma lei ou ato normativo deve recair sobre seu conteúdo. Por exemplo: qualquer lei complementar ou emenda à Constituição que venha extinguir a forma federativa de Estado (CF, art. 60, § 4º, I), ainda que sua elaboração tenha obedecido ao processo legislativo previsto na Constituição brasileira, seria formalmente constitucional, mas materialmente inconstitucional. Em resumo, enquanto a inconstitucionalidade formal recai sobre um vício de procedimento, a inconstitucionalidade material recai sobre vício de conteúdo.

Para Paulo Bonavides, o controle formal é aquele que *confere ao órgão que o exerce a competência de examinar se as leis foram elaboradas de conformidade com a Constituição, se houve correta observância das formas estatuídas, se a regra normativa não fere uma competência deferida constitucionalidade a um dos poderes (...).*²¹ Já o **controle material** *incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da lei, outorga a quem o exerce competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.*²²

1.3. Controle de Constitucionalidade Preventivo e Repressivo

Em relação ao momento de realização do controle de constitucionalidade, esse pode ser preventivo ou repressivo. A via preventiva, normalmente a cargo dos Poderes Executivo e Legislativo, através de vetos jurídicos ou das comissões de constituição e justiça, respectivamente, *impede* que a lei ou ato normativo inconstitucional ingresse no ordenamento jurídico. Por outro lado, com o controle repressivo que, em regra e tradicionalmente, é realizado pelo Poder Judiciário, *exclui-se* do

²¹ BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 268.

²² BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 269-70.

ordenamento jurídico a lei ou ato normativo que se mostrar incompatível com a Constituição, apesar de nele já ter ingressado.

No Brasil, excepcionalmente, nas hipóteses previstas nos arts. 49, V, e 62, da Carta Magna, o controle repressivo de constitucionalidade é realizado pelo Poder Legislativo. Na primeira, o Congresso Nacional sustará os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem de seu poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa; na segunda, o Congresso Nacional rejeitará medidas provisórias editadas pelo Poder Executivo, em face de sua inconstitucionalidade.

Apesar dessas duas exceções, em regra, no direito brasileiro, adota-se o controle repressivo jurídico ou judicial, que se desenvolve de forma mista, ou seja, por meio de dois critérios: reservado ou concentrado (via de ação direta) e difuso ou aberto (via de exceção ou defesa).

1.4 Sistemas de Controle de Constitucionalidade: Político, Jurisdicional e Misto

Existem três sistemas de controle de constitucionalidade: o político, o jurisdicional e o misto. No sistema político – predominante na Europa no século passado - há a entrega da verificação de inconstitucionalidade a órgãos de natureza política, como, por exemplo, o Poder Legislativo, o

Presidium do Soviete Supremo da ex-União Soviética²³ e o *Conseil Constitutionnel* da França.²⁴ No sistema jurisdicional - que predomina atualmente na maioria dos países - a constituição outorga, ao Poder Judiciário, competência para declarar a inconstitucionalidade de lei e de outros atos do Poder Público que contrariem, formal ou materialmente, preceitos ou princípios constitucionais. No controle misto, a constituição submete certas categorias de leis ao controle político e outras, ao controle jurisdicional, como ocorre na Suíça, onde as leis locais submetem-se ao controle jurisdicional e as leis federais, ao controle político realizado pela Assembléia Nacional.²⁵

1.5 O Controle Difuso ou Aberto (via de exceção ou defesa)

O controle difuso ou aberto, que é exercido pela via da defesa ou exceção, ocorre quando, no curso de um processo, em qualquer grau de jurisdição, uma das partes argüi a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público que esteja em vigor, anterior ou posterior à Constituição, em defesa de sua pretensão. A argüição de inconstitucionalidade constitui, portanto, questão prejudicial ao exame do mérito da ação principal, gerando o *incidenter tantum*. No controle difuso, a **pertinência temática** é sempre obrigatória, devendo a questão

²³ Constituição da URSS, art. 121, n. 4.

²⁴ Constituição francesa de 1958, arts. 56 a 63.

relativa à inconstitucionalidade apresentar conexão com o objeto da causa.

Nessa medida, não pode o juiz aplicar lei ou ato normativo que repute inconstitucional, cabendo-lhe, em face do princípio *jura novit curia*, aplicar o direito a fatos concretos. Assim, considera-se partes não só as propriamente ditas (autor e réu), como também o Ministério Público e o juiz ou juízes da causa, agindo *ex officio*,²⁶ para efeito de arguição de inconstitucionalidade, pelo critério difuso ou aberto. Com isso, o Ministério Público, na condição de defensor da ordem jurídica, mesmo nos processos em que, a rigor, não tenha que intervir, deve ser intimado para que se manifeste sobre a questão prejudicial.²⁷

Qualquer juiz, desde que competente para conhecer o caso concreto, poderá declarar a inconstitucionalidade da norma, seja mediante provocação ou *ex officio*. Porém, os efeitos dessa decisão, de caráter constitutivo negativo, todavia, resumir-se-ão às partes (*inter partes*). No direito brasileiro, excetuados os casos que admitem arguição de descumprimento de preceito fundamental, somente por meio do controle de constitucionalidade difuso ou aberto, pela via de defesa ou exceção, será possível fiscalizar a compatibilidade entre leis

²⁵ BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 270-6.

²⁶ RI-TRF-1ª Região, art. 353.

²⁷ VELOSO, Zeno. *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*. 2ª ed. Revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 43.

anteriores à Constituição e essa, independente da ocorrência de efeitos concretos que dela hajam decorrido.²⁸

O julgamento da argüição de inconstitucionalidade deve anteceder o exame do mérito da causa, sem impedir, porém, que a discussão em torno da inconstitucionalidade seja levada pela parte interessada ao órgão de cúpula do Poder Judiciário. Na Suprema Corte brasileira, o controle difuso, em regra, é exercido por meio do recurso extraordinário (CF, art. 102, III, a, b e c). Entre as partes do processo o efeito da decisão é *ex tunc*; já para as demais pessoas, é *ex nunc* a partir da resolução senatorial (CF, art. 52, X).

Ressalte-se que o fato de o controle de constitucionalidade difuso ser realizado pela via de defesa não impõe que sua argüição seja feita, apenas, por meio dos institutos relacionados à defesa do réu, como, por exemplo, na contestação. Dessa forma, nada impede que a argüição seja suscitada na petição inicial ou em qualquer outra fase ou instrumento processual, pelo autor ou pelo réu. A expressão via de defesa significa *que o interessado está defendendo-se de uma norma inconstitucional e não, obrigatoriamente, ocupando pólo passivo da ação.*²⁹

²⁸ Nesse sentido: STF, ADIn 221, rel. Min. Moreira Alves.

²⁹ ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 26.

1.6 O Controle reservado ou concentrado (via de ação direta)

No controle de constitucionalidade reservado ou concentrado - também chamado de jurisdição constitucional concentrada - seu exercício apenas compete ao tribunal de cúpula do Poder Judiciário ou a uma corte especial.³⁰ Tem como objetivo o controle abstrato da norma.

A diferença primordial entre o controle de constitucionalidade reservado ou concentrado - exercido pela via da ação direta e o controle de constitucionalidade difuso ou aberto - realizado pela via da exceção ou defesa consiste no fato de a decisão proferida no primeiro produzir efeito *erga omnes*, enquanto a decisão proferida no segundo apenas produz efeito entre as partes litigantes. Outro traço distintivo relaciona-se à legitimidade para se propor a arguição de inconstitucionalidade: no controle concentrado, os legitimados para propor a ação visando declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo encontram-se sempre elencados em rol *numerus clausus*.

Nesse sentido, a Constituição brasileira, de 1988, buscando conferir um tratamento mais democrático e uma maior segurança jurídica ao controle concentrado de constitucionalidade, aumentou o rol de legitimados para propô-lo. Antes de sua promulgação, apenas o Procurador-Geral da República poderia propor a ação direta de inconstitucionalidade. Porém, como nessa época o Procurador-Geral da República podia ser exonerado *ad*

³⁰ BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 51.

nutum pelo Presidente da República, essa forma de controle acabava perdendo um pouco de sua credibilidade.³¹

Com a promulgação da Constituição de 1988, no Direito brasileiro, aquele que se incluir em um dos nove incisos do art. 103 da Constituição Federal³² poderá propor a ação direta de inconstitucionalidade. Dentre esses nove, três terão que demonstrar a respectiva pertinência temática, isto é, a relação de pertinência entre a defesa de seu interesse específico e o objeto da própria ação.³³ Por isso, esses casos são chamados, doutrinariamente, de autores interessados ou especiais.³⁴ Os demais, por serem detentores de legitimidade ativa universal - autores neutros ou universais -, não precisarão demonstrar a referida pertinência temática.

³¹ Atualmente, a exoneração do Procurador-Geral da República, antes do término de seu mandato, dependerá de prévia aprovação pelo Senado Federal, por maioria absoluta e por voto secreto.

³² CF: Art. 103. Podem propor ação de inconstitucionalidade: I – o Presidente da República; II – a Mesa do Senado Federal; III – a Mesa da Câmara dos Deputados; IV – a Mesa de Assembléia Legislativa; V – o Governador de Estado; VI – o Procurador-Geral da República; VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII – partido político com representação no Congresso Nacional; IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

³³ O legitimados que precisam demonstrar a *pertinência temática*, encontram-se indicados nos incisos IV, V, IX, do art. 103, da CF. São eles: Mesa da Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal (Nesse sentido: STF: STF, Adin nº 1307-6, rel. Min. Francisco Rezek), do Governador do Estado ou do Distrito Federal (Nesse sentido: STF, Adin nº 902, rel. Min. Marco Aurélio) e as confederações sindicais ou entidades de âmbito nacional (Nesse sentido: STF, Adin nº 1.096-4, rel. Celso de Mello).

³⁴ ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1998, p. 31-2.

2 NOÇÕES GERAIS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NOS ESTADOS UNIDOS E NA ALEMANHA: UM ESTUDO COMPARATIVO

Indiscutivelmente, nos Estados Unidos e na Alemanha o controle de constitucionalidade sempre se desenvolveu em termos mais acabados e vigorosos. Deve-se considerar, porém, que enquanto nos Estados Unidos esse controle tem mais tradição e, como já foi dito, o *judicial review* remonta aos anos de 1803, na Alemanha somente foi introduzido, de forma a ganhar significado prático, com a Lei Fundamental de 23 de maio de 1949.³⁵

Do ponto de vista da organização da jurisdição constitucional, são visíveis as diferenças entre o modelo americano e o alemão.

2.1. No Estados Unidos da América

Nos Estados Unidos, por exemplo, a Suprema Corte³⁶⁻
³⁷⁻³⁸⁻³⁹ tem jurisdição suprema em matéria cível e penal,

³⁵ BACHOF, Otto. Estado de Direito e Poder Político: Os Tribunais Constitucionais entre o Direito e a Política. *Ciência Jurídica. Edição Especial Comemorativa do 380º Ano do Tribunal de Justiça da Bahia*, 1989, p. 135.

³⁶ Sempre em sessões plenárias, os nove juizes da Suprema Corte dos Estados Unidos reúne-se de outubro a junho, no edifício inaugurado em 1935. O edifício da Suprema Corte norte-americana possui estilo grego, consistindo numa réplica do templo de Diana em Éfeso. A estrutura do prédio foi orçada em 10 milhões de dólares, dos quais 100 mil foram devolvidos ao Tesouro. Sua imponente majestade impressiona qualquer pessoa que dela se aproxime. Seus juizes são as pessoas menos conhecidas do mundo público. Raramente dão entrevista à imprensa. A última entrevista formal foi concedida por William O. Douglas, em 1973, quando comemorou seus 34 anos de serviços junto à Suprema Corte e se tornou seu Juiz mais antigo. A privacidade justifica-se pelo fato de realizarem delicados trabalhos de pesquisa, meditação e decisão, individual ou colegiada (Cf. WILLIAMS, Richard L. p. 317). Ao entrarem na sala de sessões, mantendo a velha tradição, os nove juizes apertam as mãos uns dos outros e usam muitas vezes o tratamento de meu irmão – *my brethren*. Suas deliberações são absolutamente secretas. Nesse instante, de acordo com a lição do Prof. Fowler Harper, desce uma cortina de púrpura - purple curtain – (Cf. COSTA, Luiz Antônio Severo da. p. 44).

³⁷ Até mesmo para aqueles que militam habitualmente perante seus juizes, a Suprema Corte pode ser enigmática, misteriosa, vestida como está há mais de dois séculos de dignidade délfica (WILLIAMS, Richard L. p. 315). Não existe órgãos fracionários. Nos primeiros quatro dias das primeiras duas semanas de cada mês, é realizada a sustentação oral referente aos recursos já admitidos. Nas outras duas semanas, seus juizes permanecem estudando a matéria controversa

exercendo, ainda, a função de tribunal constitucional. Seus juízes são vitalícios, não havendo aposentadoria compulsória por idade. A funcionalidade do modelo tem respaldo no *stare decisis*, que confere força vinculante à decisão proferida pela Suprema Corte, durante o exame de um caso concreto (*leading case*). Esse precedente, todavia, pode ser alterado pela mesma Corte por meio do *overruling* (ab-rogação do precedente).⁴⁰ Uma única decisão da Suprema Corte vincula os demais órgãos judiciais e, com isso, produz eficácia *erga omnes*, dispensando qualquer comunicação ao Senado Federal e fazendo com que a norma atacada passe a ser considerada como morta (*dead law*).⁴¹

e elaborando seus votos. Nessa fase, as partes e os *amicus* encaminham aos juízes seus memorias, com formato uniforme e no máximo 20 páginas. Somente os advogados previamente admitidos pela Suprema Corte, podem ali funcionar. Entre os requisitos necessários a essa admissão encontram-se os seguintes: ter três anos de exercício de advocacia numa Corte Estadual e pagar uma taxa de 25 dólares mensais, que é destinada à defesa dos indigentes perante a Corte (Cf. COSTA, Luiz Antônio Severo da. p. 44).

³⁸ Perante a Suprema Corte existem os Dias de Conferência (*Conference Day*), normalmente às sextas-feiras, e os Dias de Decisão (*Opinion Day*), que ocorrem nas três segundas-feiras de cada mês. Nos primeiros, em sessão secreta, os juízes se reúnem para discutir casos cuja exposição oral já ouviram e alguns *certiorari* (recurso semelhante ao recurso extraordinário brasileiro). Essas sessões ocorrem de 10 às 18 horas, com intervalo de uma hora para almoço. Nos segundos, a Corte se reúne, por cerca de duas horas, em sessão pública solene para anunciar o resultado dos julgamentos (Cf. COSTA, Luiz Antônio Severo da. p. 44).

³⁹ Até 1910, dois contínuos também participavam das sessões secretas, a fim de auxiliar os juízes administrativamente. A partir desse ano, desde quando se desconfiou da indiscrição de um deles, apenas os nove juízes permanecem nas sessões secretas. Visando justificar a necessidade de haver sessões secretas, o Juiz Frankfurter afirmou que *é essencial que a Suprema Corte não seja aberta à publicidade, à qual o Executivo e o Congresso estão sujeitos*. Ressalte-se, por oportuno, que o Tribunal Federal Suíço, a Corte Suprema da Noruega e os Tribunais brasileiros são os únicos em que as decisões são tomadas diante das partes, em público. Buscando defender as sessões secretas, alega-se que o ato de julgar é processo mental que requer concentração, exame dos fatos em tela, eliminação de dúvidas que um ato público pode muito prejudicar (Cf. COSTA, Luiz Antônio Severo da. p. 43-4).

⁴⁰ SOARES, Guido Fernandes Silva. *Common Law: Introdução ao Direito dos EUA*. 1ª ed., 2ª tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999, p. 42-3.

⁴¹ CLÈVE, Clèmerson Merlin. *A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 63

Alípio Silveira, reportando-se ao controle de constitucionalidade realizado pela Suprema Corte norte-americana, comenta que

O controle de constitucionalidade exige um exercício contínuo de mestria política desinteressada. Os membros do judiciário norte-americano foram incitados a elevar seu padrão intelectual, político e ético. O juiz, nesse país, não é o instrumento de um Parlamento ou de um Ministro de Justiça. O controle judiciário da constitucionalidade das leis poderá excitar o amor próprio do magistrado, levando-o a se esforçar, a se familiarizar com as ciências sociais, a estudar o passado e o presente de um povo, a tornar mais flexível sua imaginação, a experimentar seus ideais, a expandir seu interesse pela comunidade, a elevar sua estatura moral.⁴²

O controle de constitucionalidade exercido pelo Poder Judiciário americano é realizado, apenas, pela via do critério difuso, isto é, no curso de uma demanda, por qualquer juiz ou tribunal.⁴³ Em nenhuma hipótese, admite-se o critério concentrado. O modelo americano também não admite a remessa do incidente de inconstitucionalidade diretamente de um tribunal para a Suprema Corte.

⁴² SILVEIRA, Alípio. A Suprema Corte Americana e a Revolução Constitucional. *Revista Jurídica*, vol. 44, ano 8, março/abril, 1960.

2.2. Na Alemanha

Na Alemanha, admite-se apenas o controle concentrado de constitucionalidade a ser realizado pela Corte Constitucional alemã, se a contrariedade questionada for à Lei Fundamental, e ao Tribunal Constitucional estadual, caso a violação impugnada seja a dispositivo da constituição estadual.

O Poder Judiciário divide-se em cinco jurisdições especializadas: tribunais ordinários, que decidem sobre matéria cível e penal; tribunais administrativos; os tribunais de finanças;⁴⁴ os tribunais sociais, competentes para decidir questões referentes à segurança e previdência social, e os tribunais do trabalho. Ao lado dessas cinco jurisdições especializadas, porém totalmente separado delas, encontram-se o Tribunal Federal de Patentes, os órgãos da jurisdição disciplinar e de honra, o Tribunal Constitucional Federal e os Tribunais Constitucionais Estaduais.⁴⁵

Compete ao Tribunal Constitucional Federal apreciar os litígios constitucionais, se se tratar de violação da Lei Fundamental. Isso vale igualmente nos casos de violação da Lei Fundamental pelo direito estadual ou de incompatibilidade de uma lei estadual com uma lei federal (LF, art. 100.1). Já aos Tribunais Constitucionais Estaduais cabe apreciar os litígios, se se tratar de violação da respectiva constituição estadual.

⁴³ MARTINS, Ives Gandra da Silva e MENDES, Gilmar Ferreira. *Controle Concentrado de Constitucionalidade*. São Paulo: Saraiva, p. 2001, p. 6.

⁴⁴ *Finanzgerichte*

⁴⁵ Na maior parte dos Estados alemães há Tribunais Constitucionais.

O Tribunal Constitucional Federal possui, ao mesmo tempo, uma posição especial no judiciário alemão: de órgão constitucional e de tribunal. É composto por 16 juízes, com mandato de doze anos, não renovável. Essa amplitude de competência faz com que os 16 juízes do Tribunal Constitucional Federal exerçam suas funções como atividade principal. A aposentadoria compulsória se dá aos 68 anos e os juízes são escolhidos, meio a meio, pelo Parlamento Federal e pelo Conselho Federal, exigindo, a escolha, uma maioria de dois terços dos membros. Normalmente, as audiências são secretas, mas o juiz que tiver seu voto vencido poderá registrar por escrito sua opinião, em voto separado. Excepcionalmente, suas audiências são públicas. Em princípio, os processos são isentos de custas; todavia, poderá o Tribunal impor o pagamento de DM 1.000 e DM 5.000, caso rejeite o recurso constitucional ou o considere abusivo, respectivamente.

A competência dos Tribunais Constitucionais Estaduais é mais limitada que a do Tribunal Constitucional Federal,⁴⁶ sofrendo variação de acordo com cada Estado. Caberá,

⁴⁶ A competência do Tribunal Constitucional Federal alemão encontra-se definida no art. 93º, item 1, subitens de 1 a 5, e item 2, da Lei Fundamental alemã, cabendo-lhe, em síntese, no seguinte: decidir litígios entre os órgãos supremos da Federação, ou seja, por exemplo, entre o Parlamento (*Bundestag*) e o Governo, entre o Parlamento e o Conselho Federal (*Bundesrat*), entre o Presidente Federal e o Chanceler Federal, entre a maioria e a minoria parlamentares; decidir litígios entre a Federação e um Estado (*Land*) ou entre diferentes Estados federados (*Länder*); decidir acerca da inconstitucionalidade de uma lei, a solicitação de outro tribunal que a considere inconstitucional; decidir a impugnação de eleições para o Parlamento. Cabe-lhe, ainda, decidir o recurso constitucional (*Verfassungsbeschwerde*), que pode ser interposto por qualquer cidadão, depois de percorridas sem êxito as instâncias judiciais normais, quando

primeiramente, aos Tribunais Constitucionais Estaduais decidir as questões que envolvam as comunas.⁴⁷ Excepcionalmente, porém, os Estados podem transferir o exame das divergências constitucionais estaduais para o Tribunal Constitucional.⁴⁸ Nesse sentido, o art. 99º da Constituição Federal alemã dispõe que se pode atribuir ao Tribunal Constitucional Federal, por lei estadual, a apreciação de litígios constitucionais dentro de um *Land*.⁴⁹

Com fundamento no art. 99º da Lei Fundamental, o art. 37 da Constituição do estado alemão de *Schleswig-Holstein* transferiu a decisão das divergências constitucionais estaduais para o Tribunal Constitucional Federal.

Os Tribunais comuns alemães não podem declarar a inconstitucionalidade de uma lei ou ato do Poder Público, de cuja validade dependa sua decisão. Terão, nos termos do art. 100º da Constituição alemã, de suspender o processo e submeter a questão à apreciação do respectivo Tribunal Constitucional estadual, se se tratar da violação da constituição de um Estado, ou à apreciação do Tribunal Constitucional Federal, se se tratar da violação da Lei Fundamental.

entender que foi ofendido nos seus direitos fundamentais, constituionalmente reconhecidos, por um ato administrativo, por uma sentença judicial ou por uma lei.

⁴⁷ Comuna é uma administração autônoma (*Gemeinde*), que em determinados aspectos se assemelha ao município brasileiro.

⁴⁸ BACHOF, Otto. Estado de Direito e Poder Político: Os Tribunais Constitucionais entre o Direito e a Política. *Ciência Jurídica. Edição Especial Comemorativa do 380º Ano do Tribunal de Justiça da Bahia*, 1989, p. 135.

⁴⁹ Na Alemanha o ente federativo – Estado - se chama *Land* (no singular) e *Länder* (no plural)

Diferente do que ocorre no direito americano, no controle de constitucionalidade alemão, em regra, a decisão do Tribunal Constitucional Federal que declara a inconstitucionalidade tem efeito *ex tunc* (retroativo). Com essa declaração, o ato atacado é considerado nulo desde sua origem. Na prática, porém essa declaração demonstra que se pode chegar a consequências indesejáveis, gerando, às vezes, uma completa incapacidade de agir da administração pública. Nesse sentido, buscando evitar tais consequências, os tribunais, inicialmente, passaram a decidir que uma lei, em determinado momento, não era inconstitucional, mas poderia sê-lo se o legislador não editasse outra norma visando regulamentar a matéria e revogar a lei objeto da impugnação. Agindo dessa forma, os Tribunais outorgavam por certo período - validade a uma lei inconstitucional, até que o Poder Legislativo criasse uma lei compatível com a Constituição.

Posteriormente, os Tribunais alemães alteraram a citada orientação e passaram a considerar que a lei, ainda que inconstitucional, não produzia, em todos os casos, as consequências da nulidade, criando, assim, uma maneira de minimizar as consequências de sua decisão, de certa forma artificiosa. Essa nova orientação tinha como fundamento o argumento de que a decisão judicial que reconhecesse a nulidade *ex tunc* da lei, indistintamente, violaria a Constituição, porque causaria um dano muito maior que a temporária continuação em

vigor de uma lei inconstitucional. Nos casos em que a violação da Constituição por uma lei fosse tão grave, tornando inviável sua vigência temporária, os Tribunais alemães passaram a reconhecer sua nulidade *ab initio*, estabelecendo, concomitantemente, eles próprios uma regulamentação transitória, para vigorar até a vigência de uma nova lei compatível com a Constituição. Agindo dessa forma, os Tribunais alemães, apesar de se limitarem ao estritamente necessário, assumiram funções legislativas, agindo como verdadeiros legisladores positivos.

Para Otto Bachof, isso é um exemplo de como os tribunais constitucionais assumiram, temporariamente, funções que cabem ao Poder Legislativo. Isso, porém, não significa que o judiciário está se antecipando ao legislativo, apenas demonstra que aquele visa preservar a liberdade de movimentos desse, até que ele estabeleça uma regulamentação definitiva.⁵⁰

Por outro lado, caso um tribunal constitucional de um Estado queira, na interpretação da Lei Fundamental, divergir de uma decisão do Tribunal Constitucional Federal ou do tribunal constitucional de um outro Estado (LFA, art. 100º, 3), deverá encaminhar os autos do processo ao Tribunal Constitucional Federal, perante o qual poderão intervir o Conselho Federal e o Governo Federal. Se, porventura, o Tribunal Constitucional pretender divergir de um tribunal constitucional estadual, a esse

⁵⁰ BACHOF, Otto. Estado de Direito e Poder Político: Os Tribunais Constitucionais entre o Direito e a Política. *Ciência Jurídica. Edição Especial Comemorativa do 380º Ano do Tribunal de Justiça da Bahia*, 1989, p. 144.

tribunal, dentro de um prazo a ser determinado, também terá que ser dada a oportunidade para a manifestação⁵¹.

No controle abstrato de normas, apenas os órgãos federais e estaduais afetados podem manifestar-se, dentro de um prazo a ser determinado. Assim, ao Parlamento, ao Conselho Federal e ao Governo Federal, em casos de divergência de opinião sobre a validade de direito federal, e, finalmente, à Assembléia Estadual e ao Governo Estadual, em situação de divergência de opiniões sobre a validade de uma norma estadual, são facultados o ingresso como *amicus curiae*⁵².

No controle concreto de normas, porém, há um alargamento do rol de *amici curiae*. Analogicamente ao que ocorre no controle abstrato de normas, no controle concreto todos os órgãos federais e estaduais afetados – Parlamento, Conselho, Governo Federal, governo estadual e assembleia estadual – podem intervir em qualquer fase do processo. Os órgãos constitucionais mencionados podem intervir em qualquer situação do procedimento⁵³.

Dar-se-á, ainda, às partes que figurem na relação jurídica originária, a oportunidade de manifestação no processo que tramita no Tribunal Constitucional estadual, devendo aquelas serem intimadas para a fase oral⁵⁴. Todavia, perante o Tribunal

⁵¹ LOJTCFA, § 85, 2.

⁵² LOJTCFA, § 77

⁵³ LOJTCFA, § 82, 1 e 2.

⁵⁴ LOJTCFA, § 82, 3.

Constitucional Federal alemão, elas não atuarão como partes, mas como *amicus curiae*. Isso, porque no controle concreto de normas inexistem partes. Acredita-se ser essa uma exceção - à regra antes referida -, na qual o *amicus curiae* não é um órgão constitucional, podendo ser uma pessoa física ou jurídica.

Nesse sentido, Mendes⁵⁵ define:

Partes, nos processos do *Bundesverfassungsgericht*, são o autor (*Antragsteller*), no controle abstrato de normas, e o impetrante (*Beschwerdeführer*), no recurso constitucional. Esses processos não conhecem partes contrárias. No controle concreto de normas inexistem partes, uma vez que nem o Tribunal inferior, que submeteu a questão ao *Bundesverfassungsgericht*, nem as partes da relação processual originária, prevê a possibilidade de que o Parlamento Federal, o Conselho Federal, o Governo Federal e, eventualmente, uma Assembléia Legislativa ou Governos Estaduais venham a intervir no processo de controle concreto de normas (§ 82, n. 2).

Ocorre, porém, que na Alemanha não é incomum a demanda ser proposta por um grupo de pessoas ou contra um grupo de pessoas.⁵⁶ Dessa forma, caso seja necessário instaurar o controle concreto de normas, certamente esse grupo de pessoas poderá atuar como *amicus curiae* perante o Tribunal Constitucional Federal, a quem compete ordenar que o grupo deixe seus direitos serem assumidos por um ou mais mandatários, especialmente o direito à presença em audiência. Nota-se que,

⁵⁵ MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição Constitucional: O Controle Abstrato de Normas no Brasil e na Alemanha*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 17.

⁵⁶ LOJTCFA, § 21.

nessas circunstâncias, nada impede, perante o Tribunal Constitucional Federal alemão, a participação de pessoas físicas como *amici curiae*.

3 O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL

3.1 Análise histórica

No Brasil, a Constituição de 1824 não fez qualquer referência ao controle de constitucionalidade da leis. Já o Decreto nº. 848, de 1890, que organizou a Justiça Federal, admitiu a interposição de recurso para o Supremo Tribunal Federal, de decisões dos Tribunais e Juízes Estaduais que declarassem a validade de lei ou ato de qualquer Estado, em face de questionamento sobre sua compatibilidade com a Constituição.⁵⁷

O art. 13 da Lei nº. 221, de 20 de novembro de 1894, dispôs, expressamente: *Os juízes e tribunais apreciarão a validade das leis e regulamentos e deixarão de aplicar aos casos ocorrentes as leis manifestamente incompatíveis com as leis ou com a Constituição.*⁵⁸

Diferentemente, a Constituição de 1891, sob a influência do constitucionalismo norte-americano, adotou o sistema judicial de controle de constitucionalidade por meio de

⁵⁷ MOTTA, Sylvio e DOUGLAS, William. *Controle de Constitucionalidade. Teoria, Jurisprudência e Questões*. Rio de Janeiro: Impetus, 1999, p. 15.

⁵⁸ MOTTA, Sylvio e DOUGLAS, William. *Controle de Constitucionalidade. Teoria, Jurisprudência e Questões*. Rio de Janeiro: Impetus, 1999, p. 15.

critério difuso ou aberto e pela via de defesa ou exceção. As constituições posteriores mantiveram o controle difuso e foram, gradativamente, introduzindo novidades em seus textos, aproximando-se, cada vez mais, do controle concentrado, ainda que não suprimissem o controle difuso. A Constituição de 1934, apesar de manter as regras inerentes ao critério difuso (art. 76, *a e b*), avançou em direção ao critério concentrado, na medida em que trouxe três inovações, definitivamente incorporadas ao sistema brasileiro: 1ª) a ação direta de inconstitucionalidade interventiva (art. 7º, I, *a e b*); 2ª) a regra de que só por maioria de votos de seus membros os tribunais poderiam declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público (art. 179); 3ª) a possibilidade de o Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou ato declarado inconstitucional em decisão definitiva.⁵⁹

A Emenda Constitucional nº. 16/65 à Constituição de 1946 introduziu significativa novidade, marcando o ingresso do critério concentrado de constitucionalidade no direito brasileiro através da competência ao Supremo Tribunal Federal para processar e julgar originariamente a representação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, federal ou estadual, promovida pelo Procurador-Geral da República (art. 2º, alínea k).

No que se refere ao controle concentrado de constitucionalidade, a Constituição brasileira de 1988, após a

⁵⁹ BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000, p. 53.

Emenda Constitucional nº. 3/93, adotou cinco formas para o seu exercício: 1ª) ação direta de inconstitucionalidade genérica (art. 102, I, “a”); 2ª) ação declaratória de constitucionalidade (art. 103); 3ª) ação direta de inconstitucionalidade por omissão (art. 103, § 2º); 4ª) ação direta de inconstitucionalidade interventiva (art. 36, III), e 5ª) arguição de descumprimento de preceito fundamental (CF, art. 102, § 1º).⁶⁰

A Lei nº. 9.868/99 dispõe, de forma criteriosa, sobre o processo e julgamento da ADC e da ADI⁶¹⁻⁶²⁻⁶³ e a Lei nº. 9.882/99, da mesma forma, dispõe sobre o processo e julgamento da ADPF.

3.2 O Controle de Constitucionalidade no Âmbito dos Tribunais

⁶⁰ A Lei nº 9882, de 3 de dezembro de 1999, regulamentou o art. 102, § 1º, da Constituição Federal, e dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do § 1º do art. 102 da Constituição Federal.

⁶¹ A Lei nº 9.868/99, acrescentou, ainda, a alínea “n” e os §§ 3º, 4º e 5º ao artigo 8º da Lei nº 8.185/91 – *Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal* – a fim de conferir ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios competência para processar e julgar originariamente, a ADI de lei ou ato normativo do Distrito Federal em face de sua Lei Orgânica, definir o rol dos legitimados à sua propositura, e regras relativas a seu processo e julgamento.

⁶² Ao admitir a propositura de ADI de lei ou ato normativo distrital, perante os TJDF, a Lei nº 9.868/99 acabou com antiga dúvida, de índole meramente acadêmica, segundo a qual perante os Tribunais de Justiça - em vez de ADI -, dever-se-ia ajuizar *representação de inconstitucionalidade* de leis ou atos normativos estaduais, distritais ou municipais em face da *Constituição Estadual ou a Lei Orgânica do Distrito Federal* (CF, art. 125, § 2º).

⁶³ Com a alteração decorrente da Lei nº 9.868/99, o § 3º do artigo 8º da Lei nº 8.185/91, passou a ter a seguinte redação: § 3º São partes legítimas para propor a ação direta de inconstitucionalidade: I – o Governador do Distrito Federal; II – A Mesa da Câmara Legislativa; III – o Procurador-Geral de Justiça; IV – a Ordem dos Advogados do Brasil, seção do Distrito Federal; V – as entidades sindicais ou de classe, de atuação no Distrito Federal, demonstrando que a pretensão por elas deduzidas guarda relação de pertinência direta com os seus objetivos institucionais; VI – os partidos políticos com representação na Câmara Legislativa.

Perante os tribunais brasileiros, o controle de constitucionalidade pelo critério difuso é amparado pelo disposto no art. 97 da Constituição Federal, que assim reza: *somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo*. Inspirada numa construção jurisprudencial da Suprema Corte americana,⁶⁴ essa norma já constava nas Constituições Federais brasileiras de 1934 (art. 179), 1937 (art. 96), 1946 (art. 200), 1967 (art. 111) e na Emenda Constitucional nº. 1/69 (art. 116).⁶⁵

Por meio do disposto no art. 97 da Carta Magna, porém, o Constituinte brasileiro de 1988 consagrou a cláusula de reserva de plenário, na qual a declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo - pelos Tribunais - está condicionada à obtenção de maioria absoluta dos membros do tribunal respectivo (ou do órgão especial, onde houver). A cláusula de reserva de plenário - cuja aplicação é restrita aos Tribunais - não impede que os juízes de 1º grau, por meio do controle de constitucionalidade difuso e em decisão monocrática, realizem o controle de constitucionalidade.

Todos os tribunais, inclusive o Supremo Tribunal Federal, poderão realizar, quando do julgamento de cada caso concreto, o controle de constitucionalidade difuso ou aberto, pela

⁶⁴ BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 851.

⁶⁵ BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 850.

via da defesa ou exceção. Ao contrário do que ocorre nos demais tribunais, quando o Supremo Tribunal Federal, incidentalmente reconhecer a inconstitucionalidade de determinada lei em decisão trântita em julgado, deverá, com fundamento no disposto no art. 52, X, da Carta Magna, oficialiar ao Senado Federal, a fim de que esse avalie discricionariamente a possibilidade de *suspender a execução, no todo ou em parte, da lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal*. Ressalte-se, que, após a promulgação da resolução suspensiva, não poderá mais, o Senado Federal, cassá-la ou alterar seu conteúdo, pois essa passa a ser imutável. Nesse sentido, Zeno Veloso, citando precedente do Min. Celso de Mello, esclareceu que *não pode o Senado Federal, depois, a pretexto de melhor interpretar a decisão judicial proferida pelo STF, modificar-lhe o sentido ou restringir-lhe os efeitos*.⁶⁶

Para Clèmerson Merlin Clève, poderá o Senado Federal, a teor do disposto no art. 52, X, da Constituição Federal, suspender - total ou parcialmente - a execução da norma declarada inconstitucional pelo STF.⁶⁷ Com isso, por exemplo, se o STF declarou, incidentalmente, a inconstitucionalidade dos arts. 1º e 2º da Lei nº. A, poderá o Senado Federal suspender a execução desses dois artigos ou de apenas um deles. José Afonso

⁶⁶ VELOSO, Zeno. *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*. 2ª ed. Revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 60

⁶⁷ CLÈVE, Clèmerson Merlin. *A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000, p. 95.

da Silva, Pontes de Miranda e Zeno Veloso discordam desse entendimento, sob o argumento de que não tem, o Senado Federal, a opção de cumprir parcialmente o acórdão do STF.⁶⁸

Questão também controvertida, relacionada à aplicação do art. 52, X, da Constituição, refere-se à extensão do efeito produzido pelo ato do Senado Federal – resolução –, que suspende a execução da lei declarada inconstitucional pelo STF. Seria *ex tunc* ou *ex nunc*? Zeno Veloso, após confirmar a controvérsia doutrinária em torno desse tema, sustenta que o efeito deve ser *ex tunc* (retroativa a origem da lei), reportando-se a antigo precedente do STF, relatado pelo Min. Amaral Santos.⁶⁹ Todavia, conforme ficou registrado anteriormente esse efeito é *ex nunc*.

A Lei nº 9.868/99 apresentou significativa alteração aos artigos 480⁷⁰, 481⁷¹ e 482⁷² do Código de Processo Civil

⁶⁸ VELOSO, Zeno. *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*. 2ª ed. Revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 59.

⁶⁹ VELOSO, Zeno. *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*. 2ª ed. Revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 60. Precedente relativo ao RMS 17.976, publicada na RDA nº 105/111.

⁷⁰ CPC: Art. 480. Arguida a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do poder público, o relator, ouvido o Ministério Público, submeterá a questão à turma ou câmara, a que tocar o conhecimento do processo.

⁷¹ CPC: Art. 481. Se a alegação for rejeitada, prosseguirá o julgamento; se for acolhida, será lavrado o acórdão, a fim de ser submetida a questão ao tribunal pleno.

Parágrafo único. Os órgãos fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão

⁷² CPC: Art. 482. Remetida a cópia a todos os juizes, o presidente do tribunal designará a sessão de julgamento.

§ 1º O Ministério Público e as pessoas jurídicas de direito público responsáveis pela edição do ato questionado, se assim o requerente, poderão manifestar-se no incidente de inconstitucionalidade, observados os prazos e condições fixados no Regimento Interno do Tribunal;

§ 2º Os titulares do direito de propositura referidos no art. 103 da Constituição poderão manifestar-se, por escrito, sobre a questão constitucional objeto de apreciação pelo órgão

(CPC), que disciplinam a cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97). Com os três parágrafos do art. 482 do CPC, admitiu-se, perante os tribunais, no controle difuso, a possibilidade de ingresso do *amicus curiae*, para participar do incidente de inconstitucionalidade perante o pleno ou órgão especial do tribunal.

O deslocamento do respectivo órgão fracionário para o pleno ou órgão especial do Tribunal, previsto no art. 481 do CPC, **não** transforma o processo subjetivo originário em processo objetivo. Com esse deslocamento ocorrerá uma típica intervenção do *amicus curiae* em processo subjetivo (*inter partes*).⁷³ Contudo, esse não é o entendimento sustentado por Amaral Júnior, citado por Rego,⁷⁴ para quem a hipótese referida é de nítida transformação de um processo subjetivo em processo objetivo.

Com isso, o Ministério Público⁷⁵ e as pessoas jurídicas de direito público, responsáveis pela edição do ato questionado, poderão, mediante requerimento, manifestar-se nos autos do incidente. Poderão, também, manifestar-se por escrito, os

especial ou pelo Pleno do Tribunal, no prazo fixado em Regimento, sendo-lhe assegurado o direito de apresentar memoriais ou de pedir a juntada de documentos.

§ 3º O relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir, por despacho irrecorrível, a manifestação de outros órgãos ou entidades.

⁷³RÊGO, Bruno Noura de Moraes. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003, p. 42.

⁷⁴ AMARAL JÚNIOR, José Levi Mello do. *Incidente de arguição de inconstitucionalidade: comentários ao art. 97 da Constituição e os arts. 480 a 482 do Código de Processo Civil*. São Paulo: RT, 2002. Aput: RÊGO, Bruno Noura de Moraes. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2003, p. 42.

⁷⁵ A referência ao Ministério Pública é plenamente dispensável, considerando que, obrigatoriamente, ele deve ser ouvido sobre o incidente de inconstitucionalidade.

colegitimados à propositura da ADI, da ADC, da ADO e da ADPF, elencados nos nove incisos do art. 103 da Constituição Federal,⁷⁶ sendo-lhes assegurada a possibilidade de apresentar memoriais e requerer a juntada de documentos (CPC, art. 482, § 2º). Em que pese as discussões sobre o tema, sustenta-se que a hipótese é de típico ingresso dos colegitimados como *amicus curiae*.

Por fim, o relator, considerando a relevância da matéria e a representatividade dos postulantes, poderá admitir, por decisão irrecorrível, a manifestação de outros órgãos ou entidades como *amici curiae*.

Paralelamente, em harmonia com as normas infraconstitucionais e buscando complementá-las, os regimentos internos também disciplinam o trâmite do incidente de inconstitucionalidade perante os Tribunais. Isso ocorre, por exemplo, nos artigos 237-240 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), nos artigos 355-360 do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1ª Região), e nos artigos 140-141 do Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5ª Região).

⁷⁶ Art. 103. Podem propor a ação de inconstitucionalidade: I – o Presidente da República; II – a Mesa do Senado Federal; III – a Mesa da Câmara dos Deputados; IV – a Mesa de Assembléia Legislativa ou a Mesa da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V – o Governador de Estado ou o Governador do Distrito Federal; VI – o Procurador-Geral da República; VII – o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; VIII – partido político com representação no Congresso Nacional; IX – confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.

Ressalte-se que esse incidente encontra-se disciplinado, também de forma modelar, nos arts. 176 a 178 do Regimento Interno do STF ⁷⁷. Verifica-se que não compete a qualquer órgão fracionário do tribunal decidir sobre a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público. É pacífica a orientação da Suprema Corte brasileira, no sentido de que o desrespeito ao disposto no art. 97 do referido Diploma Maior acarretará a nulidade absoluta de decisão colegiada que tenha declarado a inconstitucionalidade de ato estatal,⁷⁸ através de órgão fracionário.

Caberá, sim, ao respectivo órgão fracionário do tribunal, pela voz da maioria relativa de seus membros e no caso de se concluir sobre a existência de dúvida razoável a respeito da constitucionalidade da lei ou ato normativo indicado,⁷⁹ suspender o julgamento e submeter a arguição de inconstitucionalidade a seu plenário ou órgão especial, para que ali, através do controle difuso, essa seja decidida. Nessa hipótese, dar-se-á o *per saltum* do órgão fracionário para o plenário (ou órgão especial): “Salta-

⁷⁷ Art. 176. Arguida a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, em qualquer outro processo submetido ao Plenário, será ela julgada em conformidade com o disposto nos arts 172 a 174, depois de ouvido o Procurador-Geral. § 1º. Feita a arguição em processo de competência da Turma, e considerada relevante, será ela submetida ao Plenário, independente de acórdão, depois de ouvido o Procurador-Geral. § 2º. De igual modo procederão o Presidente do Tribunal e os das Turmas, se a inconstitucionalidade for alegada em processo de sua competência. Art. 177. O Plenário julgará a prejudicial de inconstitucionalidade e as demais questões da causa.

⁷⁸ STF: Nesse sentido: RTJ, 135/297; 96/1.188; RT, 508/217; RF, 193/131.

⁷⁹ Nada impede que a iniciativa, junto ao órgão fracionário, no sentido de que este submeta a arguição de inconstitucionalidade ao plenário ou ao órgão especial, seja tomada pelo relator, por qualquer outro de seus integrantes ou em conjunto; o que não se admite, é que o órgão fracionário decida a arguição de inconstitucionalidade.

se: há a decisão, e volta-se. Continua o julgamento,” conforme Pontes de Miranda.⁸⁰

Nesse ponto, cotejando-se o Regimento Interno do STF com os demais regimentos internos citados, observa-se que, antes de os autos serem enviados do órgão fracionário para o Órgão Especial ou Pleno do Tribunal, é incontroverso que se deve, sempre, ouvir o Ministério Público.

A discussão surge na parte relativa ao momento de remessa dos autos ao Órgão Especial ou ao Pleno. No Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, exige-se que o acórdão seja lavrado⁸¹ (TJDFT), enquanto no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1ª Região), além da publicação, é exigido o término do prazo recursal ⁸².

Já no Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF-5ª Região), é dispensada a lavratura e publicação do acórdão, bastando que se proceda a juntada das notas taquigráficas aos autos.⁸³ Assim como ocorre no TRF-5ª Região, perante o STF, a questão é submetida ao Plenário, independente de lavratura ou publicação do acórdão.⁸⁴

Inegavelmente, essa última iniciativa busca conferir celeridade ao julgamento do incidente de inconstitucionalidade

⁸⁰ VELOSO, Zeno. *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*. 2ª ed. Revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2000, p. 47.

⁸¹ RI-TJDFT, art. 236, parágrafo único.

⁸² RI-TRF-1ª Região, art. 352, §§ 1º e 2º.

⁸³ RI-TRF-5ª Região, art. 158, § 1º.

⁸⁴ RI-STF, art. 176, § 1º.

pelo plenário ou pelo órgão especial, e por isso deveria ser predominante.

Outra questão encontrada nesse cotejo é o fato de que, perante o STF, após o julgamento da prejudicial de inconstitucionalidade, caberá ao Plenário realizar o julgamento das demais questões da causa.

Nos demais Tribunais, porém, os autos, após o julgamento dessa prejudicial, retornarão ao respectivo órgão fracionário, para que ali se encerre ou se prossiga no julgamento. Com isso, perante os demais tribunais brasileiros e à exceção da Suprema Corte, após julgamento do incidente de inconstitucionalidade pelo plenário ou órgão especial e lavratura do acórdão respectivo, os autos do processo retornarão ao respectivo órgão fracionário (turma, câmara, seção, etc.), para que ali se encerre o julgamento; de outro lado, se a alegação for rejeitada, prosseguirá o julgamento perante o órgão fracionário.

Excluindo-se eventuais embargos declaratórios, esse acórdão do plenário ou do órgão especial é irrecurável. E independente do resultado desse julgamento, não se admitirá, por exemplo, a interposição de recurso extraordinário diretamente. Somente após o retorno dos autos ao órgão fracionário respectivo e juntada do respectivo acórdão do pleno ou órgão especial - quando este puser fim ao processo, com ou sem julgamento de mérito - será facultada à parte o acesso à via recursal própria.

Caso a questão constitucional decidida pelo órgão fracionário seja alvo de recurso extraordinário, e na hipótese desse ser inadmitido, caberá à parte recorrente juntar ao agravo de instrumento os dois acórdãos, proferidos pelo órgão ou pleno do Tribunal e pelo respectivo órgão fracionário.

Não há dúvida quando ao efeito vinculante da decisão proferida pelo pleno ou órgão especial do Tribunal, em face do disposto nos arts. 480-482 do CPC, em relação aos juízes e órgãos fracionários vinculados ao mesmo Tribunal. Dessa forma, não poderá um juiz de primeira instância ou qualquer órgão fracionário do Tribunal decidir em sentido contrário à conclusão a que chegou o seu pleno ou órgão especial, ao decidir a questão constitucional.

Inegavelmente, o ingresso do *amicus curiae* no controle difuso que se desenvolve no âmbito dos Tribunais – decorrente da reserva de plenário –, possibilita um maior debate da tese constitucional perante o seu pleno ou órgão especial, fazendo com que a sua conclusão seja a melhor a ser dada à causa.

Nessa hipótese, evitará que uma causa mal conduzida por determinado advogado – por incapacidade técnica ou desleixo, por exemplo –, e que tenha chegado primeiro ao pleno ou ao órgão especial do Tribunal para o julgamento da questão constitucional, seja julgada sem a participação de um ou mais

amici curiae extremamente qualificado e preparado para discuti-la sob diversos ângulos e aspectos.

3.3 O efeito vinculante causado pela cláusula de reserva de plenário

Em face da cláusula de reserva de plenário, prevista no art. 97 da Constituição Federal, somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. Com isso, suscitado o incidente de inconstitucionalidade perante o órgão fracionário (turma, seção, etc.), o processo deverá ser suspenso e submetido ao plenário do tribunal ou, se o tribunal tiver órgão especial, a esse.

Em harmonia com o disposto no parágrafo único do art. 481 do CPC, somente em duas hipóteses os órgãos fracionários não submeterão ao plenário ou ao órgão especial a argüição de inconstitucionalidade: 1ª) se já houver pronunciamento desses sobre a questão; 2ª) se já houver pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a questão. Na primeira hipótese, a partir do primeiro julgamento sobre a mesma questão, os órgãos fracionários nos próximos julgamentos não a submeterão ao plenário ou ao órgão especial do Tribunal; limitar-se-ão a incorporar o precedente anterior ao novo acórdão, através de simples remissão, com o fim de aplicá-lo à causa *sub judice*. Caso a parte vencida nessa demanda pretenda recorrer, terá que

tirar cópia do acórdão do plenário ou do órgão especial que decidiu a argüição de inconstitucionalidade e, mediante traslado, juntá-lo aos autos do seu processo. Ressalte-se que o acórdão do plenário que decidiu a argüição de inconstitucionalidade é considerado acórdão recorrido, peça obrigatória, portanto, inclusive para efeito de aplicação do disposto nos artigos 544, § 1º, do CPC, e 28, § 1º, parte final, da Lei nº. 8.038/90, que disciplinam a interposição de agravo de instrumento da decisão que inadmitiu recurso especial ou extraordinário.

De outro lado, na segunda hipótese a argüição será indeferida no próprio órgão fracionário, em face do respectivo precedente do STF sobre o tema.

Note-se, que, caso o Tribunal já tenha se pronunciado sobre a questão, o controle de constitucionalidade difuso ou aberto, apesar de não produzir efeito *erga omnes*, termina tendo efeito vinculante nos limites territoriais da jurisdição de cada Tribunal, uma vez que seus órgãos fracionários - com muito mais motivo, seus juízes de 1ª instância - não deverão contrariá-lo.

Porém, caso o STF já tenha se pronunciado sobre a questão, o referido efeito vinculante se estenderá aos demais órgãos do Poder Judiciário, por ter o STF jurisdição em todo o território nacional (CF, art. 92, parágrafo único). Conclui-se, assim, que na inconstitucionalidade pelo controle difuso, no âmbito dos Tribunais, um único precedente tornará sua orientação

jurisprudencial obrigatória, desde que nos limites territoriais da jurisdição de cada Tribunal.

Segundo esse raciocínio, cujos fundamentos são os princípios da segurança jurídica e da economia processual, os juízes que contrariarem um pronunciamento de seu tribunal e os juízes ou tribunais que contrariarem pronunciamento do STF poderão - e deverão -, por meio da cabível reclamação, ter suas decisões cassadas por *error in procedendo*.⁸⁵

Comparativamente, tal raciocínio assemelha-se ao *stare decisis*, adotado na Inglaterra desde o século XIX, *que impõe aos juízes, em dadas condições, seguirem as regras de direito decorrente de julgamentos precedentes de outros juízes*.⁸⁶ No *stare decisis* americano, não há o mesmo rigor que se observa na atual regra inglesa do precedente: *o Supremo Tribunal dos Estados Unidos e os Supremos Tribunais dos diferentes Estados não estão vinculados às suas próprias decisões e podem desviar-se da sua jurisprudência*.⁸⁷ A essa mudança de orientação jurisprudencial, se denomina *overruling*.

No direito brasileiro, após o trânsito em julgado, a imutabilidade das decisões dos Tribunais, incluindo o Supremo Tribunal Federal - que incidentalmente - resolvem a arguição de

⁸⁵ RI-STF, art. 161 *c.c* Lei nº 9.882/99, art. 13.

⁸⁶ DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo* (trad. Hermínio A Carvalho). São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 391.

⁸⁷ DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo* (trad. Hermínio A Carvalho). São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 391.

inconstitucionalidade - ganham expressão, na medida em que não podem ser alvos de ação rescisória.

3.4 O controle difuso que se desenvolve no âmbito dos Juizados Especiais

O controle difuso no âmbito dos Juizados Especiais ainda não recebeu especial atenção legislativa. Todavia, admitindo-se que nenhum juiz ou tribunal pode aplicar lei ou ato normativo inconstitucional nem deixar de decidir alegando lacuna ou obscuridade da lei (CPC, art. 126), torna-se necessário o preenchimento desse vazio normativo.

A aplicabilidade do controle difuso aos Juizados Especiais Federais requer um estudo sobre a organização e estrutura de funcionamento desses.⁸⁸ De acordo com as disposições da Lei nº. 9.099/95,⁸⁹ os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são órgãos da Justiça Ordinária, integrados por juízes leigos e togados, competentes para a conciliação, julgamento e execução de seus julgados. Das sentenças proferidas pelos juízes togados, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado. O duplo grau de

⁸⁸ De acordo com as disposições da Lei nº 9.099/95, os Juizados Especiais Cíveis e Criminais são órgãos da Justiça Ordinária, integrados por juízes leigos e togados, competentes para a conciliação, julgamento e execução de seus julgados. Das sentenças proferidas pelos juízes togados, excetuada a homologatória de conciliação ou laudo arbitral, caberá recurso para o próprio Juizado. O duplo grau de jurisdição ou segunda instância é constituído de um colegiado recursal, no qual cada turma será composta de três juízes togados em exercício no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado (Lei nº 9.099/95, art. 41).

⁸⁹ A Lei nº 9.099/95, dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras Providências.

jurisdição ou segunda instância⁹⁰ é representado por um colegiado recursal, no qual cada turma é composta de três juízes togados em exercício, no primeiro grau de jurisdição, reunidos na sede do Juizado (Lei nº. 9.099/95, art. 41).

No Distrito Federal, as turmas recursais, em número de duas, denominadas Turma Recursal Cível e Turma Recursal Criminal, são compostas, cada uma, de três juízes de Direito titulares e três suplentes, e têm atribuição para o julgamento dos recursos contra as decisões dos Juízes dos Juizados Especiais. As decisões são colegiadas e tomadas por maioria de votos. Os Juízes das turmas recursais, são escolhidos pelo Conselho Especial, dentre os integrantes da primeira quinta parte da lista de antigüidade, para o exercício da função por dois anos, permitida a recondução. A presidência da turma respectiva caberá ao componente mais antigo, em rodizío anual.⁹¹

De acordo com a Lei nº. 10.259, de 13 de julho de 2001, que instituiu os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, os colegiados recursais são chamados de Turmas Recursais. O art. 21 da Lei referida dispõe que o Tribunal Regional Federal decidirá sobre a instituição, composição e área de competência das Turmas Recursais, sendo inquestionável que o Tribunal Regional Federal respectivo gozará

⁹⁰ Lei nº 9.099, art. 46.

⁹¹ a Lei nº 9.699/98 alterou o art. 33 da Lei nº 8.185/91 – Lei de Organização Judiciária do Distrito Federal –, ao qual foram acrescentados os arts. 33-A a 33-F, passando a denominar os colegiados recursais de Turmas Recursais.

de certa liberdade, no que se refere à instituição e à competência. Já quanto à composição, deverá esse Tribunal observar a composição prevista no art. 41 da Lei nº. 9.099/95, de aplicação subsidiária,⁹² ou seja, cada Turma Recursal do Juizado Especial Federal será composta de três juízes togados, em exercício no primeiro grau de jurisdição. A escolha dos juízes que irão compor as turmas recursais nos Juizados Especiais Federais deverá ser orientada pelos critérios de antiguidade e merecimento.⁹³

Embora as **turmas recursais** sejam compostas por um colegiado de Juízes, tais órgãos continuam integrando o **primeiro grau de jurisdição**. Com isso, na hipótese de arguição de inconstitucionalidade pelo Juiz relator, caberá à própria turma recursal julgar o incidente de inconstitucionalidade. Não haverá, nesse caso, a aplicação das normas relativas à reserva de plenário (CF, art. 97). Idêntica situação ocorre nas turmas de uniformização dos Juizados Especiais Federais. Nas duas hipóteses referidas, caberá recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, de acordo com o caso concreto.

3.5. Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade:

Tem-se percebido, atualmente, destacando-se de forma especial a discussão que abrange a constitucionalidade da

⁹² Lei nº 10.259/2001, art. 27

⁹³ Lei nº 10.259/2001, art. 21, § 2º

progressão de regime na lei dos crimes hediondos ⁹⁴, uma nova tendência no Supremo Tribunal Federal em aplicar a **teoria da transcendência dos motivos determinantes da sentença – *ratio decidendi*** não somente no controle concentrado de constitucionalidade, mas também no controle difuso ou concreto. Nesse sentido, tem-se observado a tendência de abstrativização do controle difuso de constitucionalidade no cenário jurídico brasileiro.

O Brasil adotou o sistema jurisdicional misto, já que o controle de constitucionalidade em nosso país é realizado pelo Poder Judiciário – daí a denominação “jurisdicional” – tanto de forma concentrada como por qualquer juiz ou tribunal, forma difusa ⁹⁵.

No controle difuso, sabe-se que a arguição de inconstitucionalidade ocorre incidentalmente, pela acolhida da questão prejudicial, que é fundamento do pedido ou da defesa. Nesse cenário, está mais que acolhido entre nossa doutrina que “a decisão não tem autoridade de coisa julgada, nem se projeta, mesmo *inter partes* fora do processo no qual foi proferida” ⁹⁶.

Não obstante, respeitável parte da doutrina e alguns julgados do Supremo Tribunal Federal – como os casos “progressividade do regime de cumprimento de pena nos crimes

⁹⁴ HC 82.959/SP, Rel. Ministro Marco Aurélio, 23.02.2006.

⁹⁵ LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 278-279.

hediondos” e “Mira Estrela”⁹⁷ – caminham em direção a uma nova interpretação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso pelo STF ⁹⁸.

No entanto, conclui Pedro Lenza que, embora a tese de transcendência decorrente do controle difuso pareça, nas palavras do autor, “sedutora, relevante e eficaz”, inclusive em termos de celeridade processual, efetividade do processo e economia processual, e de efetivação do princípio da força normativa da Constituição, percebe-se que falta, em se tratando de controle difuso, dispositivos e regras, tanto processuais quanto

⁹⁶ A. P. Grinover. *Controle de Constitucionalidade apud* LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. 16.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 279.

⁹⁷ No tocante ao caso “Mira Estrela”, merece destaque trecho do voto constante no REsp 828.106/SP, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, 1ª Turma, j. 02.05.2006, DJ de 15.05.2006, p. 186: “(...) 6. A inconstitucionalidade é vício que acarreta a nulidade *ex tunc* do ato normativo, que, por isso mesmo, é desprovido de aptidão para incidir eficazmente sobre os fatos jurídicos desde então verificados, situação que não pode deixar de ser considerada. Também não pode ser desconsiderada a decisão do STF que reconheceu a inconstitucionalidade. **Embora tomada em controle difuso, é decisão de incontestável e natural vocação expansiva, com eficácia imediatamente vinculante para os demais tribunais, inclusive o STJ (CPC, art. 481, § único: ‘Os órgão fracionários dos tribunais não submeterão ao plenário, ou ao órgão especial, a arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão’), e com força de inibir a execução de sentenças judiciais contrárias, que se tornam inexigíveis (CPC, art. 741, § único; art. 475-L, §1º, redação da Lei 11.232/05 ...).** Sob esse enfoque, **há idêntica força de autoridade nas decisões do STF em ação direta quanto nas proferidas em via recursal. Merece aplausos essa aproximação, cada vez mais evidente, do sistema de controle difuso de constitucionalidade ao do concentrado, que se generaliza também em outros países (SOTELO, José Luiz Vasquez. *A jurisprudência vinculante na ‘common law’ e na ‘civil law’, Temas atuais de direito processual ibero-americano*, Rio de Janeiro, Forense, 1998, p. 374; SEGADO, Francisco Fernandez. *La obsolescencia de la bipolaridad ‘modelo americano-modelo europeo kelseniano’ como criterio analítico del control de constitucionalidad y la búsqueda de una nueva tipología explicativa*, apud Parlamento y Constitución, Universidad de Castilla-La Mancha, Anuário (separata), n. 6, p. 1-53)”. Ainda no aludido REsp, aponta-se que “(...) No atual estágio de nossa legislação ... é inevitável que se passe a atribuir simples efeito de publicidade às resoluções do Senado previstas no art. 52, X, da Constituição. É o que defende, em doutrina, o Ministro Gilmar Ferreira Mendes ...”. nesse sentido, a doutrina do Min. Gilmar Mendes fala em uma autêntica mutação constitucional decorrente da reformulação do sistema jurídico, e, por derradeiro, da nova compreensão que se conferiu à aludida regra (do art. 52,X). [sem grifo no original].**

⁹⁸ LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquemático*. 16.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 279.

constitucionais, para a sua implementação. Ademais, ressalta o autor que o efeito *erga omnes* da decisão foi previsto somente para o controle concentrado, bem como para a súmula vinculante e, no tocante ao controle difuso, haverá tal efeito somente após a atuação discricionária e política do Senado Federal, conforme a disposição do art. 52, X, da Constituição Federal ⁹⁹.

Assim, para Lenza, no controle difuso, caso o Senado opte por não suspender a lei declarada inconstitucional, esta continuará válida e eficaz, tornando-se nula apenas no caso concreto, em razão de sua não aplicação. Terá, dessa forma, efeito *inter partes* ¹⁰⁰.

De acordo com Marcelo Novelino¹⁰¹, a tendência da abstrativização do controle concreto de constitucionalidade manifesta-se, nos planos legislativo e jurisprudencial. Em relação ao primeiro plano, trazemos à tona os institutos da súmula vinculante e da repercussão geral exigida para a interposição de recurso extraordinário. Ao editar súmula vinculante, o STF confere eficácia *erga omnes* a decisões proferidas em controle concreto de constitucionalidade. Por sua vez, a repercussão geral consiste na exigência de um novo pressuposto de admissibilidade para o conhecimento do recurso extraordinário, que deve

⁹⁹ LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 281.

¹⁰⁰ LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. 16.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 2012, p. 281-282.

¹⁰¹ NOVELINO, Marcelo. *Formas de Declaração da Inconstitucionalidade*. Material da 4ª aula da Disciplina Direito Constitucional, ministrada no Curso de Especialização TeleVirtual em Direito Público, REDE LFG.

transcender os interesses subjetivos das partes, devendo ser relevante para a sociedade como um todo. No plano jurisprudencial, o fenômeno manifesta-se em alguns “julgados do STF em sede de controle difuso, onde o próprio Tribunal, por intermédio de alguns de seus ministros, afirmou que a decisão prolatada no controle concreto teria eficácia *erga omnes*”^{102, 103}.

Em suma, o fenômeno em debate consiste em conferir às decisões proferidas pelo STF, em sede de controle concreto, efeito vinculante e eficácia *erga omnes*, próprios das decisões no controle abstrato. É de se concluir que a referida tendência pode ser entendida enquanto um mecanismo por meio do qual se busca atribuir a máxima eficácia aos julgados da Corte Constitucional, reconhecendo-lhes efeito vinculante e, portanto, conferindo-se maior concretude à força normativa da Constituição, difundida por Konrad Hesse, bem como à supremacia constitucional e à consequente necessidade de aplicação uniforme do mesmo, e à consolidação do STF enquanto seu guardião e intérprete máximo.

4 A ESPECIFICIDADE DA NORMA JURÍDICA CONTRATUAL

A conclusão de um contrato exige que uma parte faça a proposta ou oferta e que a outra a aceite. Em relação a isso, os preceitos positivos da ordem jurídica respectiva deverão indicar

¹⁰² HC 82.959/SP, relatado pelo Ministro Marco Aurélio de Mello, onde houve a declaração incidental de inconstitucionalidade da norma que estabelecia a vedação da progressão do regime de cumprimento da pena nos crimes hediondos.

uma das seguintes soluções:¹⁰⁴ não poderá o proponente retirar a sua oferta nem alterá-la;¹⁰⁵⁻¹⁰⁶⁻¹⁰⁷ poderá retirá-la ou alterá-la até a aceitação;¹⁰⁸ o ofertante poderá retirar ou alterar a oferta, desde

¹⁰³ Trabalho apresentado em formato de artigo de Pós Graduação *Lato Sensu* em Direito Público pela aluna Ana Luiza Nuñez Ramalho, na Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes.

¹⁰⁴ De acordo com o princípio do consensualismo, no Direito brasileiro o contrato aperfeiçoa-se no momento em que nasce o vínculo entre as partes, que surge com o acordo de vontades (convergência das declarações). Em regra, a manifestação de vontade pode ser tácita. A manifestação de vontade, todavia, pode se dar simultaneamente ou separadamente. Assim, a manifestação inicial, chamada, doutrinariamente, de declaração receptícia, que visa suscitar o contrato, recebe o nome de oferta e quem a emite recebe o nome de proponente ou peticitante. A declaração que lhe segue, indo de encontro à proposta, chama-se aceitação, designando-se aceitante ou oblato o declarante.

¹⁰⁵ De acordo com o art. 427 do CC, a proposta do contrato, em regra, obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso. Diante dessa obrigatoriedade, sua retirada ou modificação faz com que o proponente responda por perdas e danos. Pode, contudo, ocorrer a relatividade da força vinculante da proposta, em três situações: a proposta contiver cláusula expressa que lhe retire a força vinculante; a falta de obrigatoriedade decorrer da natureza do negócio; se as circunstâncias, peculiares a cada caso, exonerarem o proponente, desobrigando-o.

¹⁰⁶ Nos termos do art. 428 do CC, em determinados casos, porém, a proposta pode nascer com força obrigatória e perder essa força: se feita sem prazo a pessoa presente, não foi imediatamente aceita. Considera-se presente a pessoa que contrata por telefone; se feita sem prazo a pessoa ausente, tiver decorrido prazo suficiente para chegar a resposta ao proponente. Tem-se, aqui, o prazo moral; se feita a pessoa ausente, não tenha sido expedida a resposta dentro do prazo dado; se antes da proposta ou simultaneamente chegar a outra parte a retratação do proponente, ou seja, ocorrer a retratação eficaz.

¹⁰⁷ Duas são as Teorias referentes ao aperfeiçoamento da proposta por correspondência: Teoria da cognição ou informação, que exige o efetivo conhecimento da aceitação pelo peticitante ou proponente, e Teoria da Aagnição ou da Declaração, que se subdivide em três modalidades: Teoria da Declaração propriamente dita; Teoria da expedição ou da transmissão; Teoria da Recepção. Quanto ao aperfeiçoamento do contrato por correspondência, refere-se o art. 434 do CC ao adotar a Teoria da agnição ou declaração, na modalidade expedição, segundo a qual o vínculo se consuma no momento em que o aceitante emite a aceitação e expede sua resposta, uma vez que, nesse momento, se perfaz a convergência de vontades. No Direito brasileiro, três são, basicamente, as exceções à Teoria da Expedição: quando verificada a retratação eficaz da aceitação (CC, art. 433); quando o proponente houver se comprometido a esperar a resposta; quando a resposta não chegar no prazo convencionado nem tiver ocorrido sua expedição.

¹⁰⁸ Os artigos 430-432 do CC, cuidam da aceitação. Para que se tenha por concluído o contrato, a aceitação deve ser pura e simples, não aceitando modificação. Só excepcionalmente admite-se a aceitação tácita (art. 432), por exemplo, nos casos em que o vendedor recebe, periodicamente, mercadoria do industrial e paga tempestivamente, ou que o proponente dispensa a aceitação (proposta de reserva de hotel: se o hoteleiro não a recusar presume-se a conclusão do contrato). A aceitação fora do prazo e com adições, restrições ou modificações, importará em nova proposta (CC, art. 431). Assim como ocorre na retratação da proposta, o art. 433 do CC cuida da retração da aceitação (retratação eficaz). Se entre presentes, a aceitação deve-se dar imediatamente, sob pena de não obrigar o proponente; se entre ausentes, a aceitação

que sua manifestação de vontade ocorra dentro de um prazo previamente fixado. Note-se que a segunda hipótese impõe dificuldades – ou até mesmo óbice –, quando o contrato se dá entre ausentes.

A validade de um contrato exige concordância entre as declarações de vontade das partes contratantes. Por isso, o contrato, como fato produtor de normas jurídicas, se distingue da norma criada através desse fato. Normalmente, a palavra **contrato** designa as duas coisas. O **fato contratual**, entretanto, é o fato produtor da **norma jurídica contratual**. De acordo com Hans Kelsen, fato contratual não se confunde com norma jurídica contratual. A vontade, na condição de elemento fático, encontra-se no fato contratual e não na norma jurídica contratual.

Em seguida, o limite temporal de validade da norma jurídica contratual leva ao exame dos seguintes aspectos: a própria norma contratual já estabelece seu prazo de validade – contrato com prazo determinado; a própria norma contratual admite sua revogação por ato unilateral; o contrato é por prazo indeterminado e por isso a norma contratual também pode admitir sua revogação unilateral.¹⁰⁹⁻¹¹⁰ Em regra, em face do princípio da

deve chegar ao proponente dentro do prazo marcado; se chegar atrasada por circunstância imprevista, deverá o proponente, se for o caso, comunicar o seu desinteresse ao aceitante, sob pena de perdas e danos; Trata-se de aceitação tardia.

¹⁰⁹ A extinção do contrato pode ocorrer, ainda, com o *distrato* ou com a *quitação*. Na primeira hipótese, entretanto, o contrato não poderá ser revogado unilateralmente, mas, apenas, em decorrência de outro contrato firmado pelas mesmas partes (*distrato*).

¹¹⁰ No Direito brasileiro, o art. 472 do CC dispõe que o *distrato* faz-se pela mesma forma que o contrato. O *distrato* terá efeito *ex nunc*. A *quitação*, do contrário, vale qualquer que seja a sua forma.

autonomia privada, os contratos só criam direitos e obrigações para as partes contratantes. Não pode, dessa forma, atingir terceiros.¹¹¹ Excepcionalmente, porém, a ordem jurídica respectiva pode permitir os **contratos a cargo ou em favor de terceiros**, nos quais as partes contratantes poderão, expressamente, impor direitos e deveres a si próprios e a terceiros estranhos à relação contratual.

A norma contratual tem, em regra, um caráter individual,¹¹² podendo no entanto, apresentar um caráter geral,¹¹³ caso em que obrigará as partes a um número indeterminado de prestações e contraprestações. Isso ocorre, por exemplo, no contrato de seguro de saúde, no qual a seguradora se obriga a pagar o tratamento do segurado, e esse, em contrapartida, compromete-se a lhe pagar determinado valor mensalmente.

De acordo com o art. 2º, 1, “a”, da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados, em vigor desde 27 de janeiro de 1980, *“Tratado é um acordo internacional celebrado por escrito entre Estados e regido pelo Direito Internacional, quer conste de*

¹¹¹ Pode-se afirmar, pois, que a obrigação resulta da vontade do Estado, por intermédio da lei ou ato normativo do Poder Público; ou da vontade humana manifestada no contrato, na declaração unilateral ou na prática de um ato ilícito. No primeiro caso, a lei ou ato normativo é fonte imediata da obrigação e produz efeito *erga omnes*; no segundo, é fonte mediata e produz, em regra, efeito *inter partes*.

¹¹² Os contratos comutativos são aqueles cujas prestações são certas e determinadas. As partes podem antever as vantagens e os sacrifícios. Todavia, poderão tornar-se aleatórios. São exemplos de contratos acidentalmente aleatórios: venda de coisa futura (risco quanto a quantidade e existência), de coisa exposta a risco (CC, arts. 458, 459 e 460).

¹¹³ Os contratos aleatórios caracterizam-se pela incerteza, para as duas partes, sobre as vantagens e sacrifícios que deles pode advir. É que a perda ou o lucro dependem de fato futuro e imprevisível. São exemplos: o contrato de jogo, aposta e seguro.

um instrumento único, quer de dois ou mais instrumentos conexos, qualquer que seja sua denominação particular". Torna-se claro "que um Tratado resulta de um **acordo de vontades** entre duas ou mais Pessoas Internacionais com o fim de produzir efeitos perante o Direito Internacional".¹¹⁴

No Direito Internacional, é muito comum os **tratados** terem uma cláusula de adesão,¹¹⁵ semelhante ao que ocorre com os contratos de adesão. Os Estados poderão requerer sua adesão, seja por ato unilateral seja mediante pedido de adesão. Nesta hipótese, o ingresso está condicionado à aceitação do pedido pelas partes já existentes ou pelo órgão da associação ou organização internacional. Inexistindo uma condição, a adesão configurará um negócio jurídico unilateral. Sempre que uma pessoa privada requerer sua adesão a uma associação ou que um Estado requerer sua adesão a uma organização internacional, configurar-se-á um negócio jurídico unilateral e não um contrato que representa um negócio jurídico bilateral ou plurilateral.

¹¹⁴ PACÍFICO, Andréa Pacheco. *Os Tratados Internacionais e o Direito Constitucional Brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002, p. 21.

¹¹⁵ Quanto à formação, os contratos se classificam em: paritários, de adesão ou contrato-tipo. Paritários são contratos do tipo tradicional, em que as partes discutem livremente as condições, porque se encontram em pé de igualdade (par a par); contratos de adesão são os que não permitem essa liberdade, devido à preponderância da vontade de um dos contratantes, que elabora todas as cláusulas. O outro, simplesmente, adere ao modelo previamente confeccionado, não podendo modificá-lo. São exemplos dessa espécie de contrato, os contratos de seguro, de consórcio, de transporte, e os celebrados com as concessionárias de serviços públicos (fornecedoras de água, energia elétrica, etc.). Embora o CC não tenha conceituado o contrato de adesão, o Cód. de Defesa do Consumidor (art. 54) o conceituou. O CDC estatui que no contrato de adesão, as cláusulas serão interpretadas de maneira mais favorável ao consumidor. Já a jurisprudência há muito vem decidindo que na dúvida a interpretação deve beneficiar o aderente. O contrato-tipo assemelha-se com o de adesão. Todavia, com este difere porque não

No Brasil, compete privativamente ao Presidente da República celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeito a ratificação pelo Congresso Nacional (CF, art. 84, VIII). Após a sua ratificação pelo Congresso Nacional (CF, art. 49, I), e respectiva publicação, o tratado passa a ter *status* de lei ordinária, e, nessa condição, se submete normalmente ao controle de constitucionalidade. Note-se que o **acordo de vontades** é, sem dúvida, um ponto comum entre os tratados e a norma jurídica contratual, que, todavia, não afasta aqueles do controle de constitucionalidade.

5. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE DA NORMA JURÍDICA CONTRATUAL

Sabe-se que a obrigação pode resultar da vontade do Estado, que se expressa por meio de lei ou ato normativo do poder público ou da vontade do contratante. Tanto a vontade do Estado como a vontade do contratante, na condição de fontes de obrigação, produzem norma jurídica: a norma jurídica estatal e a norma jurídica contratual, respectivamente. Assim como fez em relação à norma jurídica estatal, Kelsen também atribuiu vigência à norma jurídica contratual, ou seja, limite temporal de validade e obrigatoriedade.¹¹⁶

116 é essencial a desigualdade econômica dos contratantes, bem como admite discussão sobre o seu conteúdo. As cláusulas não são impostas por uma parte à outra, mas apenas pré-redigidas.

¹¹⁶ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito* (trad. João Baptista Machado). São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 286-290.

A mais significativa diferença entre a **norma jurídica estatal** e a **norma jurídica contratual** é o fato de nessa, em regra, os sujeitos vinculados terem participado da sua criação. Já na norma estatal, também em regra, o sujeito alvo de seu comando não tem qualquer espécie de participação direta em sua criação, exceto se se tratar de parlamentar, chefe do Poder Executivo, dentre outras, que, nessa condição, tenham participado do respectivo processo legislativo ou de sua elaboração.

Enquanto a lei ou ato normativo é fonte imediata da obrigação e produz efeito *erga omnes*, a norma jurídica contratual é fonte mediata e normalmente produz efeito *inter partes*. Atualmente, porém, não é incomum que a norma jurídica contratual imponha direitos e deveres aos contratantes e a terceiros estranhos à relação contratual,¹¹⁷ podendo, nas hipóteses de contrato de massa que envolvem interesses difusos, impor, inclusive, efeitos *erga omnes*.

Com isso, enquanto a sanção ou atos de coerção decorrentes da violação da norma jurídica estatal é dirigida, em tese, contra todos ou contra um grupo, na norma jurídica contratual, essa mesma sanção é, quase sempre, dirigida contra o contratante – que pode ser um grupo - que, após ter celebrado um contrato, a ele se opõe ou deixa de arcar com o prejuízo causado por essa conduta. Se a norma jurídica contratual produz efeitos

¹¹⁷ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito* (trad. João Baptista Machado). São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 289.

sobre terceiros, há a possibilidade de ela sofrer oponibilidade externa, *maxime* se o contrato envolver interesses transindividuais: individuais homogêneos (socialmente relevantes), coletivos (de interesse de grupo, classe ou categoria) e difusos (difundidos por toda a sociedade ou comunidade).¹¹⁸

Segundo essa hipótese, a norma jurídica contratual pode ter caráter individual ou geral. Ao contrário do primeiro, o segundo obriga um ou ambos os contratantes a um número indeterminado de prestações ou de prestações e contraprestações. É o caso, por exemplo, do plano de saúde, já comentado, no qual a seguradora se compromete a pagar todas – ou quase todas - as despesas que o segurado faça com tratamentos de sua saúde.¹¹⁹

Os contratantes detêm uma função criadora de norma jurídica contratual. Em caso de discrepância com relação à sua interpretação, ao intérprete caberá, apenas, a opção entre a vontade real e a exteriorizada, de acordo com a opção feita pelo ordenamento jurídico respectivo. No Direito brasileiro, diante da dúvida, deve-se buscar a verdade real, uma vez que nas declarações de vontade, se aterá mais à sua intenção que ao sentido literal da linguagem (CC, art. 112). Esse voluntarismo pretende suprir o eventual vazio da norma jurídica. A vontade real ou exteriorizada, entretanto, somente será aferida pelo intérprete

¹¹⁸ LISBOA, Roberto Senise. *Contratos Difusos e Coletivos – Consumidor – Meio Ambiente – Trabalho – Agrário – Locação – Autor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 273.

¹¹⁹ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito* (trad. João Baptista Machado). São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 289.

caso esteja em um espaço livre a preencher-se, com maior ou menor apreciação ou avaliação autônoma. Nesse aspecto, a norma jurídica contratual assemelha-se à norma jurídica estatal, distinguindo-se, no entanto, pelo fato de, na interpretação da norma jurídica estatal, o intérprete buscar a *mens legis* (no passado, preferia a *mens legislatoris*), e na norma jurídica contratual buscar a vontade real.

No que se refere à interpretação da Constituição – enquanto parâmetro jurídico - Kelsen, ao alinhavar seus estudos sobre a construção escalonada das normas, já sustentava que entre a Constituição e as normas inferiores é estabelecida uma relação dispositiva, estipulativa ou de vinculação, segundo a qual a norma mais alta vincula o conteúdo e o procedimento de produção inferior. Tal determinação, todavia, não é absoluta, porquanto, segundo Kelsen, a norma mais alta nem sempre vincula o ato mediante o qual ela se aplica, havendo um espaço livre a preencher-se de apreciação ou avaliação autônoma.

Diferente do direito público - que se desenvolve entre um sujeito supra-ordenado e um sujeito subordinado ou entre o Estado e o súdito -, a relação de direito privado sempre representou uma relação entre sujeitos em **posição de igualdade**. Nessa condição, a norma jurídica contratual dispensava seu controle de constitucionalidade pelos órgãos do Poder Judiciário. Ocorre que, nas últimas décadas, com a massificação de contratos

quase sempre de adesão, observou-se um súbito rompimento dessa posição de igualdade que se transformou, a exemplo do que já ocorria no Direito Público, numa relação de poder ou de domínio.¹²⁰ Nessa relação, uma das partes contratantes, na condição de mais forte, age de forma desumana e com total desrespeito aos direitos constitucionais e, de forma especial, à dignidade da parte mais fraca.

Assim como os órgãos do Estado, a norma jurídica contratual também está vinculada a uma ordem de valores que tem na proteção à liberdade e à dignidade humana o objetivo maior de todo Direito. Se Direito e Estado são a mesma coisa – entendimento comum é que o sejam - o Estado jamais atingirá seus objetivos, caso a norma jurídica contratual não esteja vinculada à referida ordem de valores. Portanto, nada justifica sua exclusão, a ponto de conduzir-se à possibilidade de ela escapar ao controle judicial de constitucionalidade.

Na atualidade, acredita-se que alguns contratos de massa, por exemplo, como os de seguros privados, bancários, consórcio, cartões de crédito, financiamento habitacional, energia e telecomunicações, cujas cláusulas, quase sempre de adesão, atingem mais de 100 milhões de brasileiros. Por outro lado, sabe-se que há leis, em sentido formal, que não atingem 0,001% desse número, ou seja, 1000 pessoas. Com isso, nada justifica a

¹²⁰ KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito* (trad. João Baptista Machado). São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 310-311.

submissão das leis ou atos normativos do poder público à jurisdição constitucional e a exclusão da norma jurídica contratual a essa mesma jurisdição.

Atualmente, com a mundialização de mercados e a conseqüente ampliação dos horizontes contratuais, com a desigualdade nas relações contratuais e com a massificação dos contratos - diante de uma submissão dos mais fracos ao poder dos mais fortes, cada vez mais intensa -, é preciso redefinir as razões que justificaram a criação da jurisdição constitucional no âmbito dos órgãos do Estado, a fim de estendê-la à norma jurídica contratual.

No dia 4 de abril de 2013, o Senador João Costa ingressou com o Projeto de Lei nº 114, de 2013, buscando admitir o controle de constitucionalidade concentrado da norma jurídica contratual de caráter geral pela Suprema Corte.

6. CONCLUSÃO

Conclui-se que os seguintes aspectos devem ser observados:

1º) Com relação ao controle difuso que se desenvolve no âmbito dos tribunais, deve-se observar que caso o plenário ou órgão especial do tribunal já tenha se pronunciado sobre a

questão, o controle de constitucionalidade difuso ou aberto, apesar de não produzir efeito *erga omnes*, ensejará um efeito vinculante nos limites territoriais da jurisdição de cada tribunal, uma vez que seus órgãos fracionários e seus juízes de 1ª instância não poderão contrariá-lo. Se o Supremo Tribunal Federal já tiver se pronunciado a respeito, o referido efeito vinculante se estenderá aos demais órgãos do Poder Judiciário (CPC, art. 481, parágrafo único), o que, por sua vez, implica a aceitação, pelos juízes e tribunais, dos pronunciamentos de seu tribunal e da Suprema Corte, respectivamente. Isso significa que uma única decisão da Suprema Corte brasileira vincula os demais órgãos judiciais e passa a produzir eficácia *erga omnes*. o que, para efeito de sua interpretação e aplicação judicial;

2º) As turmas recursais e as turmas de uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais são órgãos colegiados de primeiro grau, razão pela qual deverão decidir os incidentes de inconstitucionalidades, sendo-lhes inaplicáveis as regras que disciplinam a reserva de plenário (CF, art. 97).

3º) A comunicação ao Senado Federal (CF, art. 52, X), pode levar o Senado Federal a suspender a execução – no todo ou em parte - da lei vulneradora da Carta Magna, retirando-a do

mundo jurídico por meio de uma resolução,¹²¹ impedindo que o Supremo Tribunal, em novo julgamento, possa mudar o entendimento e restabelecer a eficácia da lei, o que seria perfeitamente possível caso não houvesse a resolução senatorial, a exemplo do que ocorre perante a Suprema Corte americana (*overruling*).

4º) Considerando o referido efeito vinculante, é preciso que no controle difuso processado no âmbito dos tribunais, inclusive perante a Suprema Corte, sejam admitidas as pessoas físicas e jurídicas como *amicus curiae*. Nessa hipótese, a intervenção deve ser autorizada pelo relator, sempre que o desfecho da controvérsia proposta sobre a constitucionalidade ou inconstitucionalidade da norma vier a se refletir, ainda que indiretamente, no processo em que for parte o *amicus*. Com isso, o disposto no art. 482, § 3º do CPC deve merecer interpretação extensiva, para que a pessoa física seja aceita como *amicus curiae*.

5º) Sabe-se que a função essencial do contrato é a livre e lícita circulação de riquezas ou de bens economicamente

¹²¹ STF: RTJ: 38:5; 38:569; 39:628.

apreciáveis na comunidade.¹²² Observa-se que o **acordo de vontades** é, sem dúvida, um ponto comum entre os tratados internacionais e a norma jurídica contratual, não havendo dúvida quanto à possibilidade do controle de constitucionalidade daqueles.

6º) É oportuno afirmar-se que a norma jurídica contratual, especialmente a que decorre de contrato de massa, também deve ser alvo de controle repressivo – judicial - de constitucionalidade, seja pelo critério difuso ou aberto (via de exceção ou defesa) seja pelo critério reservado ou concentrado (via de ação direta). Esse controle ganhará relevância na medida em que a norma jurídica contratual de caráter geral recair sobre a tutela dos interesses transindividuais – difusos, coletivos e individuais homogêneos.

7º) Por fim, com o controle de constitucionalidade da norma jurídica contratual de caráter geral, os atos privados também estariam vinculados a uma ordem de valor que tem na proteção da liberdade e da dignidade humana o objetivo maior de todo o Direito. Essa, aliás, é uma das propostas deste trabalho.

¹²² LISBOA, Roberto Senise. *Contratos Difusos e Coletivos – Consumidor – Meio Ambiente – Trabalho – Agrário – Locação – Autor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997, p. 273.

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Luiz Alberto David e NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 1998.
- BACHOF, Otto. Estado de Direito e Poder Político: Os Tribunais Constitucionais entre o Direito e a Política. *Ciência Jurídica. Edição Especial Comemorativa do 380º Ano do Tribunal de Justiça da Bahia*, 1989.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 10ª ed. São Paulo: Malheiros, 2000.
- BULOS, Uadi Lammêgo. *Constituição Federal Anotada*. São Paulo: Saraiva, 2000.
- CLÈVE, Clèmerson Merlin. *A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro*. 2ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- COSTA, Luiz Antônio Severo da. Técnicas de Julgamento na Suprema Corte Norte-Americana e na Corte de Cassação Francesa. *Revista Forense*, v. 307, jul/agos/set., 1989.
- DAVID, René. *Os Grandes Sistemas do Direito Contemporâneo* (trad. Hermínio ^a Carvalho). São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- DOEHRING, Karl. A Função do Tribunal Federal Constitucional Alemão na qualidade de principal guardião da Constituição, nos termos da lei e da democracia (Trad.). O Federalismo na Alemanha. *Centro de Estudos e Representação da Fundação Konrad Adenauer-Stiftung no Brasil*, n. 7, 1995.
- HAMILTON, Alexander, MADISON, James e JAY, John. *O Federalista*. Brasília: UnB, 1984.
- KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito (trad. João Baptista Machado). 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LISBOA, Roberto Senise. *Contratos Difusos e Colentos – Consumidor – Meio Ambiente – Trabalho – Agrário – Locação – Autor*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- MARTINS, Ives Gandra da Silva, e MENDES, Gilmar Ferreira. *Controle Concentrado de Constitucionalidade*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Jurisdição Constitucional: O Controle Abstrato de Normas no Brasil e na Alemanha*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- MIRANDA, Jorge. *Contributo para uma Teoria da Inconstitucionalidade*. Coimbra: Coimbra, 1996.
- MOTTA, Sylvio e DOUGLAS, William. *Controle de Constitucionalidade. Teoria, Jurisprudência e Questões*. Rio de Janeiro: Impetus, 1999.
- PACÍFICO, Andréa Pacheco. *Os Tratados Internacionais e o Direito Constitucional Brasileiro*. Brasília: Brasília Jurídica, 2002.
- SILVEIRA, Alípio. A Suprema Corte Americana e a Revolução Constitucional. *Revista Jurídica*, vol. 44, ano 8, março/abril, 1960.
- SOARES, Fernando Silva. *Common Law. Introdução ao Direitos dos EUA*. 1ª ed., 2ª tiragem. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- VELOSO, Zeno. *Controle Jurisdicional de Constitucionalidade*. 2ª ed. Revista, atualizada e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2000.
- WILLIAMS, Richard L. A Suprema Corte Norte-Americana (trad. Ricardo Arnaldo Malheiros Fiuza). *Revista do Curso de Direito da Universidade Federal de Uberlândia*, v. 10, n. 1/2, 1982.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Líder João Costa, do Partido Pátria Livre, e cumprimentos pelo seu pronunciamento, que sempre enriquece esta Casa.

Neste momento, passamos a palavra, como orador inscrito, ao Senador Ivo Cassol, pelo tempo regimental de 20 minutos.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, Sr^ªs e Srs. Senadores, é com alegria e satisfação que mais uma vez ocupo a tribuna desta Casa nesta segunda-feira.

Antes de começar o meu discurso, eu quero, primeiramente, agradecer a Deus e agradecer a todos os líderes religiosos, que sempre têm orado pelas autoridades, especialmente nesta semana, que temos aqui em Brasília, na nossa Capital Federal, a Convenção Nacional da Igreja Assembleia de Deus.

Viajaram comigo, hoje, no voo de Porto Velho a Brasília, vários e vários amigos, pastores da Assembleia de Deus, de vários Municípios do interior do Estado de Rondônia, e em nome do Presidente da Assembleia de Deus, Pastor Nelson, quero deixar o meu abraço, ao Pastor Joel Holder e ao Pastor Manoel Chagas, de Rolim de Moura, que vem se recuperando de uma cirurgia, ocorrida poucos dias atrás – estive presente em sua chácara em Rolim de Moura, com sua família.

Esta semana, Brasília recepciona não só os pastores de Rondônia, mas em torno de 25 mil pastores de todo o Brasil para a Convenção Nacional da Assembleia de Deus. Que Deus, mais uma vez, possa abençoar todas as nossas lideranças religiosas na condução do trabalho, na fé, na esperança e nos dias melhores para o nosso povo!

Então, em nome de todos esses amigos que estiveram juntos, Pastor Eli, que hoje está em Burity; Pastor Manoel; Pastor Joel Holder; Pastor Nelson; demais pastores, fica o meu abraço e sucesso nessa Convenção Nacional, que Brasília recebe de braços abertos.

Agradeço a essas lideranças religiosas que estão sempre de joelho ou na igreja ou em casa, às senhoras do círculo de oração, aos nossos jovens, às nossas crianças que estão sempre orando, não só pelo Senador Ivo Cassol, o ex-governador, mas por todas as autoridades: pela Presidente do Brasil, Presidente Dilma; pelos governadores do Estado – vai bem ou vai mal, os nossos líderes religiosos e o nosso povo estão sempre orando –; pelos novos prefeitos, novos vereadores, Deputados Federais e Estaduais e Senadores. Que Deus abençoe todo mundo!

Mas queria aqui, nesta tarde, Sr. Presidente, mais uma vez, levantar uma situação enganosa. Infelizmente, os nossos servidores da educação do Estado de Ron-

dônia foram enganados pelo plano de cargos e salários, publicado na sexta-feira, 7 de setembro de 2012, no Diário Oficial, que tenho na minha mão, de número 2.054, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Salários e Remuneração dos Profissionais da Educação Básica do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Eu acompanhei – e acompanho – porque fui governador. Eu sei que a luta foi muito grande e, no período que estive à frente da administração, eu sempre fui verdadeiro, eu sempre fiz o que eu podia fazer. Ao mesmo tempo, eu nunca criei expectativa ou usei de manobra para beneficiar A, B ou C, mas muito me estranha, Sr. Presidente, o sindicato, que representa os servidores da educação no meu Estado, que é o Sintero, que, infelizmente, sempre foi partidário, está calado, está mudo, está cego. Mas não cego porque tem um defeito e está mudo porque não tem audição ou não tem voz. Infelizmente, é porque é conivente com o que fizeram no Plano de Cargos e Salários dos Servidores da Educação.

Esse Plano de Cargos e Salários, no seu art. 74, diz o seguinte – eu quero dizer para os professores: não precisam acreditar em mim; peguem o Diário Oficial nº 2054, do dia 7 de setembro de 2012, e vocês me acompanhem no art. 74, que diz o seguinte:

O valor do vencimento inicial dos profissionais do magistério será determinado a partir do piso salarial profissional nacional estabelecido pela Lei Federal nº 11.738, de 16 de julho de 2008, sendo este valor proporcional conforme a jornada de trabalho e classe.

E o piso salarial é de R\$1.451,18, se eu não estou enganado.

Ao mesmo tempo, o art. 74 diz o seguinte, no § 1º: “Para os fins do que estabelece este artigo, considera-se piso salarial profissional a referência sobre a qual incidem os coeficientes que irão determinar o valor do vencimento”.

A referência!

O § 2º diz o seguinte: “A Tabela de Vencimentos dos profissionais do magistério é constituída de classes [classe E, classe B e classe C] e referências [de 1 a 16]”.

E quando se fecha, 16 da classe A, se parte para a classe B, dando sequência ao valor.

Agora, olha o que diz o art. 75: “O intervalo entre as referências corresponderá a 2% (dois por cento)”. A referência 1, 2, 3, 4, até a 16, cada uma se refere a adicionar 2% em cima do valor.

Olha a malandragem, olha a pegadinha, olha o acordo que fizeram na calada da noite com a Secretária de Educação, com o Governo do Estado e o sindicato, e também o ex-Deputado Estadual que representa

o sindicato do Sintero. Olha o que diz – e o Anexo I do Diário Oficial, o Anexo I é claro; ele diz o seguinte, o Anexo I: “Quadro demonstrativo de classes e referências da carreira dos profissionais do magistério”. A Classe A começa o salário com R\$1.451,18. Quando chega na Referência 16, Sr. Presidente, Senador Paim, passa para R\$1.886,53, que é o professor de nível médio. Daí, passa para a Classe B, professor de licenciatura curta da sexta ao nono ano, que teria que dar continuidade com R\$1.886,53, aplicando mais 2% e passando para a Classe B, que daria R\$1.904,00. Pasmem, Presidente, pasmem, professores, a Classe B começa de novo com R\$1.451,18!

Olhem o acordo que fizeram, e ninguém se apercebeu ainda. Denunciei esses dias na imprensa do meu Estado, mas infelizmente a maioria tirou do ar ou não divulgou. A Classe B dos professores do meu Estado... O professor de Classe A que está ganhando R\$1.886,53, quando passar para a Classe B, em vez de ganhar R\$1.904,00, passará a ganhar R\$1.451,18.

Essa é a classe. Não fui eu quem inventei. Está aqui no Diário Oficial. Isso foi um acordo que eles fizeram. Aí disseram o seguinte: “Olha, nós fizemos isso porque não temos dinheiro para pagar”. Então, que não fizessem porque o art. 74 e o art. 75 são claros: eles estabelecem que é 2% cada referência e se aplica essa referência para as Classes A, B e C.

Sabem quanto é a perda que os professores têm por causa desse acordo, dessa mutreta que fizeram? Tiveram uma perda de 32% no salário de vocês. E vocês, professores, vão ficar calados? Vão deixar o Sintero comendo e jantando na mesma mesa, ficando acordado e sem ninguém falar nada? Se os próprios artigos 74 e 75 do Plano de Cargos e Salários dizem que vocês têm direito, então, a obrigação do Estado é a de consertar a tabela, retificar o erro e beneficiar vocês. Mas não! Ninguém falou nada. Está todo mundo quieto! Esses que representam vocês, infelizmente, não têm compromisso com a classe da educação.

Alguém pode até falar: “Na época do Cassol, nós ganhávamos menos”. É verdade. Mas eu fiz o que pude fazer. Eu repassei o que podia em cima da receita que nós tínhamos. E sempre fui verdadeiro, tanto que está aí a prova. Então, não adianta criar uma expectativa, botar na lei e depois, na tabela, infelizmente, frustrar todo mundo.

Esta é uma denúncia grave, esta é uma denúncia que estou passando mais uma vez e fiz nos meios de comunicação do meu Estado. Eu espero que o sindicato que representa vocês, professores, não faça mais, na calada da noite, acordos que venham a prejudicar o salário de vocês.

Mas, ao mesmo tempo que faço aqui, na tribuna desta Casa – não queria fazer –, esta denúncia, como não tomaram providência, ficou por isso, fui obrigado a denunciar. Da mesma maneira que os Deputados vêm apurando a farra de diárias, a situação do sumiço de não sei quantos, de centenas de televisores, de centenas de aparelhos de *notebook*, de computadores. Enfim, sumiram do almoxarifado, sumiram da prateleira. Um fez de conta que entregou, a Secretaria fez de conta... Fez de conta que pagou, não. Pagou. E, ao mesmo tempo, esses produtos sumiram, e o povo está no prejuízo, e é bom que as autoridades tomem providências.

Mas eu tenho aqui também, nas minhas mãos: “Abandono na RO 387 faz população sentir saudades de Ivo Cassol”. A rodovia 387 é a que interliga Espigão d'Oeste a Pacarana, cheia de atoleiros, caminhões capotados, infelizmente, de ponta-cabeça. Não é só em Espigão d'Oeste. É na região de Buriti que a situação não está boa. É o asfalto para Alta Floresta, que está difícil; é a rodovia do progresso, que tem atoleiro; são várias rodovias que, infelizmente, se encontram em estado precário.

Mas o DER tem máquinas. É verdade. O DER tem equipamentos. Também é verdade. Eu deixei vários. Compraram mais alguns? Também é verdade que compraram mais alguns. Mas, infelizmente, está faltando gestão, porque não basta só ter equipamento, tem que colocar para trabalhar.

É o Projeto Estradão, que patrôla, patrôla, patrôla, joga o cascalho no mato, e agora falta cascalho, porque não é só a limpeza da rodovia na lateral e na pista que dá presença; o que tem que ter é qualidade para poder fazer. Mas, ao mesmo tempo, não vamos aqui só falar dessa rodovia, ou das demais rodovias do Estado.

Como exemplo, nesses dias, estive na Linha E, no Município de Cacoal, numa reunião no Distrito de Espigão d'Oeste, junto com o Deputado Nilton Capixaba. Para poder chegar de carro traçado deu trabalho. É uma rodovia do Estado, também, entre Riozinho e o Distrito de Nova Esperança, onde está o Rubinho, que é uma grande liderança, que representa e faz um trabalho social extraordinário.

Mas aqui o que também mais me preocupa, Sr. Presidente, é a nossa Rodovia 429. A Rodovia 429 que, quando fizeram a licitação, infelizmente, aqueles que planejaram fazer uma licitação, contratar uma obra, esqueceram de contratar as pontes. Aí é falta de competência! Eu quero saber onde é que os engenheiros compraram esse diploma; em que quitanda foi que conseguiram esse diploma. Porque hoje nós temos lá o Município de São Miguel, entre São Miguel e Se-

ringueira, o Município de Seringueira; o Município de Costa Marques, da nossa amiga, filha do nosso Deputado Lebrão, a Gislaíne – a Lebrinha, como é conhecida ; também o Chico Território, de Costa Marques, um Município isolado. Nem combustível passa; nem ambulância passa porque a ponte de madeira infelizmente veio a desmoronar com um caminhão que foi passar em cima dela.

E, até há poucos dias, a promessa que havia do nosso Diretor do DNIT, que é um homem determinado e arrojado, mas infelizmente não havia feito ainda, o DNIT do meu Estado, a licitação para poder construir essas pontes de concreto e acabar com o problema da BR-429 de uma vez por todas. Chega de meia-sola! Chega de quebra-galhos! Chega desses paladinos que infelizmente não têm competência e quando fazem a licitação não fazem com a complementação completa de todas as obras de infraestrutura e obras que são necessárias para dar a segurança e a estabilidade a essa rodovia nossa, que é uma rodovia federal que interliga o Vale do Guaporé.

Mas não é só isso não, Sr. Presidente! Aqui, nesta tarde, também meu colega, Senador Acir, usou a tribuna e falou muito da BR-364. Falou também da BR-429. Falou aqui, e ele mesmo falou com suas próprias palavras, que é um trabalho que nós temos feito em conjunto com a Bancada Federal: os oito Deputados Federais, os três Senadores; aqui não há ninguém que faça o trabalho sozinho. Por mais que alguém visite, às vezes, o Ministro dos Transportes; o Diretor do DNIT ou outro ministério, mas a bancada de Rondônia tem dado um exemplo para o Brasil e trabalhado integrada por Rondônia.

É inadmissível. Uma BR-364, que é a rodovia da morte, hoje, uma rodovia entre Vilhena e Pimenta Bueno é um desastre, cheia de buracos. Pimenta Bueno a Ouro Preto já foi contratada por umas empresas de mala, um consórcio de picaretas, de pessoas que não têm compromisso com o Brasil; de pessoas que não têm compromisso com Rondônia! É com isso que nós temos que acabar nesse DNIT: acabar com essas empresas de mala; acabar, Sr. Presidente, com essas empresas de pasta.

Como pode uma empresa, a mesma que ganhou a licitação de Pimenta Bueno a Ouro Preto, a mesma que ganhou de Ariquemes a Porto Velho, foi dada a ordem de serviço no ano passado ainda, na cidade de Pimenta Bueno, e a estrada está em buracos? A empresa não mobilizou, e nós, em Rondônia, estamos padecendo, colocando os nossos familiares em risco, quando trafegamos constantemente naquela rodovia. É inaceitável! Nem para tapar buracos essa empresa presta! Portanto, o DNIT tem de meter a taca, tem de

meter a caneta, tem de meter o ferro! Chega de alisar, porque lavar a cabeça de burro perde água e sabão. Não perca tempo com pessoas assim, com empresas irresponsáveis!

É duro, quando andamos nos quatro cantos do nosso País, e assistimos, como estamos assistindo, a nossa BR-364 praticamente, como diz o ditado, Sr. Presidente, diminuindo. Tinha, na verdade, 70% de buracos a nossa BR 364. Vocês sabem, meus amigos de Rondônia, que agora, dos 70% dos buracos na BR 364, diminuiu para 20% o número de buracos? Sabe por que, Sr. Presidente? Porque onde havia três buracos virou um só, um encostou no outro. Por isso que diminuiu o número de buracos, porque o buraco ficou maior, os médios e pequenos ficaram grandes, e os grandes ficaram maiores ainda, e nós, infelizmente, estamos capengando. É inaceitável!

Da mesma maneira, Sr. Presidente, nós temos o anel viário de Ji-Paraná, com recurso defendido por esta Bancada. Eu fiz a ponte quando fui governador, coloquei recurso próprio do Estado de Rondônia; agora só falta pavimentar. Ouvi notícia de que o Governo do Estado, em convênio com o DNIT, vai concluir as obras, o que é fundamental para Ji-Paraná. As marginais de Ji-Paraná são também um trabalho da Bancada Federal, é um trabalho junto, integrado. Da mesma maneira, precisamos trabalhar para fazer as marginais, completar as marginais da cidade de Ouro Preto, concluir a da cidade de Ariquemes, que está pela metade, o dinheiro foi desviado ainda lá atrás, por um ex-prefeito quando passou por aquela cidade, e hoje as obras estão inacabadas em vários lugares.

Não é diferente dos viadutos de Porto Velho. Que vergonha os viadutos de Porto Velho! Viaduto, Sr. Presidente, que foi cancelado, foi refeito, foi feito aditivo, paga a empresa... Meia dúzia foi para a cadeia lá, foram seis secretários presos no mês de dezembro.

(Soa a campanha.)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Parece aquele rolo de fumo que se faz no Sul, qualquer quantidade. Espero que o prefeito que assumiu lá possa agora concluir. Se não tiver condições, se não tiver equipe, passe para o DNIT, passe para o 5º BEC, mas nós precisamos urgentemente concluir as obras dos viadutos, da Jorge Teixeira, do entroncamento do Trevo do Roque, do viaduto que vai para o Acre, que tem uma saída para o Acre, e tantas outras obras. Também, ao mesmo tempo, Sr. Presidente, a BR-425, que interliga a BR-364 a Guajará-Mirim: está intransitável aquela rodovia.

Mas temos o processo licitatório, que esperamos que se conclua nos próximos dias. Esperamos que, no mês que vem, o DNIT possa também concluir esse

processo licitatório. E eu espero que essas empresas construtoras do Brasil, que se pegue uma empresa séria, igual àquela empresa de Ji-Paraná – não sei o nome dessa empresa, mas é uma empresa boa –, ou igual à empresa Odebrecht, que está fazendo a Usina de Santo Antônio, ou igual à Camargo Corrêa, à Andrade Gutierrez, que estão fazendo a Belo Monte, que façam essas obras. Empresas que têm compromisso, empresas que têm CPF e CNPJ, o CPF dos seus sócios, o CNPJ da sua empresa, que possam honrar com os compromissos; e não empresa que pega uma obra, senta em cima, não desocupa a moita, e nós ficamos sofrendo, porque essas empresas querem segurar obra para poder, ao mesmo tempo, viabilizar seus negócios à custa do sacrifício do povo do Estado de Rondônia. É isso que não podemos aceitar!

Por essa razão, Sr. Presidente, que estou aqui, que represento o povo do meu Estado, indignado pela atual situação. Espero que agora o novo Ministro dos Transportes, César Borges, indicado pelo PR, possa, na verdade, agilizar mais ainda essas obras da BR-364; essas pontes da BR-429; a conclusão e as marginais, também, na cidade de São Miguel do Guaporé; como também as demais conclusões; como também a BR-425; como também o viaduto de Porto Velho; também as marginais da BR-364; e, além disso, concluir os aterros da ponte do Rio Madeira, dentro de Porto Velho; a saída que vai para a BR-319, para o Estado do Amazonas.

Em 1977 – 1977! –, lá atrás, há trinta e poucos anos, Sr. Presidente – eu era motorista de caminhão –, eu saía cedo de Porto Velho com carga de banana e, de noite, eu dormia em Manaus, pela BR-319. Estamos no novo milênio, quase 40 anos depois, e, infelizmente, a nossa BR-319 hoje ainda está em discussão, se pode ou não pode fazer, se conclui ou não conclui, enquanto a interligação é só aérea ou por água. Esse esquema que existe de quem é proprietário das balsas, dos barcos, para mim, não interessa! A rodovia tem que estar interligada. São obras estruturantes e de interesse nacional. Além disso tudo, Sr. Presidente, além da reivindicação que faço para o Diretor Nacional do DNIT, que bota no toco. Não poupe, general, no seu estilo. Quem não produzir, quem não tiver coragem, quem não tiver determinação, quem não tiver arrojo, quem não tiver competência, bota para andar. O que não podemos é deixar o povo isolado na 429, não podemos deixar o povo isolado na BR-364, com milhares de caminhões por dia, trafegando com o soja que vai ao porto de Porto Velho, para descer o Rio Madeira e mandar à exportação.

Além disso, Sr. Presidente, na última semana, a Comissão daqui do Senado, que é comandada pelo

Presidente Delcídio e pelo Senador Vice-Presidente Flexa Ribeiro, esteve, juntamente com o Senador Blairo Maggi, pelo Senador, que nos acompanhou, Valdir Raupp e pelo Relator, Senador Ivo Cassol, na cidade de Altamira, no Pará. A nossa Subcomissão acompanha uma das obras mais belas do País. Não consigo entender como ainda existem ambientalistas que falam mal da Usina de Belo Monte. É uma usina que vem ao encontro das necessidades do Brasil. É uma usina que nos dá orgulho, porque os engenheiros e a construtora são brasileiros. Sr. Presidente, na próxima ida da Subcomissão convidarei V. Ex^a para nos acompanhar. Dá orgulho de dizer que são brasileiros.

Eu não consigo entender.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS. Fazendo soar a campanha) – Para encerrar, Senador.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Eu não consigo entender como ainda têm algumas ONGs, alguns interesses individuais, que não estão preocupados com o Brasil e deixam emperrar essa obra tão importante, que já está com 30% pronta. Essa usina vai gerar 11 mil 200 e poucos mega para este Brasil. O impacto é praticamente zero.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, é importante lembrar as pessoas do Consórcio Norte Energia de que eles têm um compromisso com aquela população, têm um compromisso com Vitória do Xingu, têm um compromisso com Altamira.

Fiquei triste, porque quando cheguei à cidade, juntamente com a Comissão de Senadores, tinha a intenção de visitar um hospital, que foi um compromisso feito no ano passado e uma das condicionantes para atender àquela população. Levaram-me, com os demais Senadores, para assistirmos a um meio aterro sanitário como compensação. Eu já vi urubu por metro quadrado, mas como lá não tinha visto em lugar nenhum. Na verdade, eu queria ter ido lá, para começar, para visitar a construção do hospital. Dizia o Consórcio que não se entende o Poder Público. Dizia o Poder Público que onde vai ser construído pelo Consórcio não atende à necessidade da população. Eu dizia ao Prefeito e aos Vereadores

Eu dizia ao Prefeito e aos Vereadores, ao representante do Governador, que quando quer, Sr. Presidente, o prefeito manda uma lei para a câmara. A câmara aprova, desapropria o terreno, indeniza os proprietários ou o próprio consórcio adquire esse terreno. A construção do hospital é fundamental, é um hospital de cem leitos, Sr. Presidente. Obrigam os moradores e os visitantes, que vão em busca de um salário melhor, de um emprego, a, muitas vezes, gastarem o dinheiro que não têm com hospitais particulares. Levantei essa questão lá.

(*Soa a campanha.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Disse também, na reunião, que tudo bem, que a questão dos aterros sanitários é fundamental, mas que, antes do aterro, é fundamental termos um hospital para atendermos essa demanda explosiva de procura por emprego e crescimento que tem a região do Pará.

Peço a V. Ex^a mais cinco minutos para poder completar meu relato sobre essa ida ao Pará. Se o Presidente permitir, gostaria de concluir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Como fiz com o outro orador – a quem dei cinco mais cinco –, naturalmente vou dar-lhe mais cinco.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Fico feliz, Sr. Presidente. Essa ida nossa ao Pará foi importante, porque nós temos essa preocupação. A Subcomissão esteve, ano passado, lá e levantou a situação da supressão das áreas que estão sendo construídas, do canal que está sendo feito, das obras de construção da barragem, da casa de máquinas. As mesmas madeiras que foram tiradas há um ano, há dois anos, se encontram amontoadas e estão podres, apodreceram. Deixaram de gerar empregos, deixaram de gerar renda, como aconteceu em Santo Antonio, como aconteceu em Jirau. Não é por culpa dos consórcios. Infelizmente, é por culpa da nossa legislação.

Sr. Presidente, vão tirar da área de alagamento, que é pequena, da área do canal, em torno de 156 metros³ de castanheira. A castanheira tem sua comercialização proibida por lei. Estão apodrecendo. Por que não pegam essas castanheiras, vendem, o dinheiro não ficaria para o consórcio, seria passado para os indígenas, para os índios de lá? Serviria para fazer um trabalho social com as prefeituras, com as comunidades ribeirinhas. Nós cobrávamos isso da vez passada. Havia sempre muita gente interessada nesses resíduos.

Está aí o exemplo: há pouco tempo atrás assistimos na mídia nacional que os carvoeiros do Pará estavam tirando lenha de madeira ilegal para poder atender e fazer o ferro gusa. E com tanta lenha que existe lá, nem carvão está sendo aproveitado!

E aí precisamos urgentemente que o Ibama e o Ministério do Meio Ambiente não vão de seis em seis meses ou de ano em ano, para liberar. A partir do momento em que se concede um licença, Sr. Presidente, para fazer a supressão, já tem de haver a autorização para comercializar a madeira que há lá. Madeira que gera emprego!

Cento e cinquenta e seis mil metros cúbicos de madeira são suficientes para trabalharem no mínimo dez serrarias; significam, no mínimo, mil empregos, por no mínimo dois anos! Só com as castanheiras, sem contar o resto das madeiras!

E as madeiras melhores já foram. Como aconteceu em Santo Antonio e em Jirau, foi criada uma expectativa de madeiras boas, mas as madeiras boas, nobres, já foram consumidas, serradas e industrializadas há muitos anos. Lá em Belo Monte, no Pará, não é diferente.

Mas há madeira lá com que se pode fazer compensado ou aglomerado; há madeiras com que dá para fazer carvão e está ficando subutilizada e, com isso, o prejuízo!

A Subcomissão verificou isso, a Subcomissão de Senadores que acompanhou. E eu dizia isso lá.

Mas, ao mesmo tempo, também é importante, Sr. Presidente, que o consórcio construtor tenha compromisso com a comunidade ribeirinha, quando começarem a indenizar os proprietários, comprando a sua propriedade e indenizando. Quando tinham plantação de cacau, começaram pagando R\$96,00 o pé de cacau. Hoje, pasmem, estão pagando R\$45,00 ou R\$46,00 o pé de cacau, quando a maioria já acertou e foi indenizada.

Eu chamei atenção para a representante do consórcio construtor, e os demais Senadores também acompanharam. Então, quanto a esta Comissão, não há caneta para determinar o que ela faça. Esta Comissão do Senado tem a compreensão, tanto do consórcio construtor, que está fazendo um belo trabalho, tanto do Poder Público, que também precisa ter as compensações feitas para poder atender as demandas da população que chega lá.

Então, por isso, deve a Comissão do Senado tentar buscar um acordo no qual todos sejam compreensivos. E, ao mesmo tempo, eu dizia que essas compensações têm de ser feitas no começo da obra. Esse hospital a que eu me referi no começo do meu discurso, em Belo Monte, que não começou ainda... Depois da obra pronta não adianta mais...

(*Soa a campanha.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – ... muitas pessoas já perderam a vida.

É por isso que nós estamos aqui para buscar juntos. Essa obra que atende o Brasil é mais necessária para o Brasil do que para Altamira, para os paraenses.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, eu quero aqui agradecer a sua compreensão, nesta segunda-feira, quando me concedeu a prorrogação do tempo por vários minutos, para concluir o meu discurso.

É uma satisfação aqui no Senado, representando o povo do meu Estado, representando o povo brasileiro, juntamente com os meus pares para construir e buscar dias melhores. E que esta semana, Sr. Presidente, na Convenção Nacional da Igreja Assembléia de Deus que Brasília recebe, que o pastor Wellington, ao mesmo

tempo, com os demais pastores que estão presentes junto com as nossas autoridades na Capital Federal, com 25 mil pastores pelo Brasil afora, só de Rondônia há mais de 360 pastores...

Sinto-me feliz, porque eu sei que em muitos dos nossos problemas, muitas das nossas soluções não são do dia a dia, exercidas por nós não, Sr. Presidente, são de lá de cima, exercidas pela força divina, quando está nos guiando, quando está nos dando coragem, quando está nos fortalecendo, quando passa para nós uma energia positiva e quando nos dá saúde. Tudo isso é vontade de Deus. E eu só tenho aqui a agradecer a todas e a todos os representantes religiosos, à população em geral, que sempre na igreja ou mesmo em casa, de joelho, de dia, de noite, ou de madrugada, está sempre orando por nós.

Obrigado, de coração.

(*Soa a campanha.*)

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Que Deus retribua a vocês da mesma maneira que tem sempre retribuído a gente, que Deus acompanhe vocês nesta caminhada e que vocês possam continuar defendendo a família, os princípios da moralidade, os princípios da legalidade, da decência e do orgulho de todos os familiares.

Obrigado, Sr. Presidente e até a próxima oportunidade, se assim Deus o permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem! Esse foi o Senador Ivo Cassol que fez esse pronunciamento.

Eu só quero fazer um pequeno registro.

Tivemos pela manhã aqui uma sessão especial sobre o Holocausto judeu. Eu, infelizmente, não pude estar presente, mas lembro aqui que esta sessão foi em memória das vítimas do Holocausto para lembrar os 70 de insurreição dos judeus no Gueto de Varsóvia.

A sessão foi presidida pelo nosso Senador daqui da Casa, da Mesa, Senador Flexa Ribeiro.

Eu visitei, há pouco tempo, uma hora a duas atrás, aqui no Congresso Nacional, a exposição que mostrou a resistência do povo judeu com informação sobre crianças que foram assassinadas durante o Holocausto. É um acervo especial de peças que resgatam a memória das vítimas.

Essa exposição pode ser visitada até o dia 28 de abril, das 9 horas às 17 horas.

Lembro aqui, para encerrar, o pensamento de um grande líder da Transilvânia, que perdeu mãe, pai e irmã nos campos nazistas de extermínio. Ele afirmou o seguinte:

“Eu jurei nunca ficar em silêncio onde os seres humanos estiverem passando por sofrimento e humilhação. Devemos sempre tomar partido.

Neutralidade ajuda o opressor, nunca a vítima. O silêncio encoraja [somente] o torturador, nunca o atormentado.”

Ainda que profundamente marcado por sua vivência infeliz de aniquilamento e ódio, Elie Wiesel, ganhador do Prêmio Nobel da Paz em 1986, costumava lembrar que “o oposto do amor não é ódio, mas indiferença”, e logrou trabalhar por um mundo melhor, mais livre e mais aberto [aceitando as] diferenças.

Assim, Sr^{as} e Srs. Senadores, nós temos a obrigação de sempre nos lembrar de fatos da história como o Holocausto, que matou mais de seis milhões somente de judeus; de nos lembrar também do extermínio de mais de 50 milhões de indígenas na América Latina; dos mortos pela Inquisição; dos negros escravizados, torturados e assassinados no mundo inteiro; de Hiroshima e Nagasaki.

Em Fruto do Suor, já dizia o poeta:

O interesse fabricou carimbos. O ódio à toa levantou paredes. A baioneta desenhou fronteiras. E a estupidez nos separou em bandeiras.

Nenhuma guerra é aceitável. Não existe conflito que seja sustentado pela razão. E, se há guerras, se irmãos matam irmãos – afinal, somos todos filhos de Deus –, é porque existem governantes inescrupulosos e dominados pela mesquinhez. Só por isso existem as guerras.

Holocausto, Holocausto nunca mais! Guerra, guerra nunca mais!

Que Deus ilumine a todos!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 266, DE 2013

Requeiro, nos termos dos arts. 13 e 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para ausentar-me desta Casa nos dias 10 a 12 de abril do corrente ano, quando participarei, como Membro da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de diligência, objeto do Requerimento nº 13/2013-CMA, no Estado de Minas Gerais, destinada a coletar subsídios para instruir os Projetos de Lei da Câmara (PLC) nº 147 e nº 148, ambos de 2010, cuja relatoria naquela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle está sob minha responsabilidade.

Sala das Sessões, – Senador **Rodrigo Rollemberg**.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido vai à publicação e será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu a **Mensagem nº 112, de 2013**, na origem, da Senhora Presidente da República, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei nº 55, de 2012 – CN**, que *altera a Lei nº 12.708, de 17 de agosto de 2012, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2013 e dá outras providências*, sancionado e transformado na Lei nº 12.795, de 2013.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu, da Senhora Presidente da República, a **Mensagem nº 121, de 2013**, na origem, que restitui os autógrafos do **Projeto de Lei nº 24, de 2012-CN**, que *estima a receita e fixa a despesa para o exercício financeiro de 2013*, sancionado e transformado na Lei nº 12.798, de 2013.

Encaminhe-se à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu do Sistema Arizona de Comunicação Ltda., em atendimento ao **Requerimento nº 1.491, de 2009**, a complementação dos documentos referentes ao **Projeto de Decreto Legislativo nº 192, de 2009**.

Os documentos foram juntados ao processado da referida matéria, que segue ao exame da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para prosseguimento da tramitação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu as prestações de contas relativas ao exercício financeiro de 2012, dos seguintes Órgãos:

- Governo Federal (**Mensagem nº 25, de 2013-CN** – nº 117, de 2013, na origem);
- Tribunal Superior do Trabalho (**Ofício nº 12, de 2013-CN** – nº 117, de 2013, na origem);
- Conselho Nacional de Justiça (**Ofício nº 13, de 2013-CN** – nº 68, de 2013, na origem);
- Superior Tribunal Militar (**Ofício nº 14, de 2013-CN** – nº 104, de 2013, na origem); e
- Superior Tribunal de Justiça (**Ofício nº 15, de 2013-CN** – nº 302, de 2013, na origem).

As matérias serão publicadas em Suplemento ao Diário do Senado Federal de 9 de abril de 2013.

Nos termos do inciso I do art. 71 da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei

de Responsabilidade Fiscal, as contas vão ao Tribunal de Contas da União.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos **Projetos de Lei do Senado nºs 26, 35, 36, 37 e 53, de 2013**, que passaram a tramitar em conjunto em virtude da aprovação, pela Mesa, do **Requerimento nº 139, de 2013**, a Presidência adita o seu despacho a fim de que as matérias sejam apreciadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 192, DE 2011 – COMPLEMENTAR

*(Em urgência, nos termos
do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei
do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89,
100 e 114, de 2012, todos Complementares)*

Projeto de Lei do Senado nº 192, de 2011-Complementar, da Senadora Vanessa Grazziotin, que *estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE*.

Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 289, DE 2011 – COMPLEMENTAR

*(Em urgência, nos termos
do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)
(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei
do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89,
100 e 114, de 2012, todos Complementares)*

Projeto de Lei do Senado nº 289, de 2011-Complementar, dos Senadores Randolfe Rodrigues, Romero Jucá, Valdir Raupp e Jorge Viana, que *altera o art. 2º e acrescenta os arts. 2ºA e 2ºB à Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá*

outras providências, para dispor sobre critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE, e dá outras providências.

Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 744, DE 2011 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 744, de 2011-Complementar, do Senador Marcelo Crivella, que altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE. Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 761, DE 2011 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 761, de 2011-Complementar, do Senador Ricardo Ferraço, que altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para dispor sobre os critérios de distribuição do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE. Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 35, DE 2012 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2012-Complementar, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, que altera o art. 2º da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece

os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados-FPE e dá outras providências.

Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 89, DE 2012 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 89, de 2012-Complementar, do Senador João Vicente Claudino, que estabelece critérios para a repartição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 100, DE 2012 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 100, de 2012-Complementar, do Senador Francisco Dornelles, que altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, as Leis nºs 5.172, de 25 de outubro de 1966, e 8.443, de 16 de julho de 1992, para estabelecer os critérios de rateio do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 114, DE 2012 – COMPLEMENTAR

(Em urgência, nos termos

do Requerimento nº 174, de 2013 – art. 336, II)

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 192, 289, 744 e 761, de 2011; 35, 89, 100 e 114, de 2012, todos Complementares)

Projeto de Lei do Senado nº 114, de 2012-Complementar, do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, que estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências, para incorporar o IDEB nos critérios de distribuição

do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal – FPE.

Pendente de pareceres da CDR, CCJ e da CAE.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal*. Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

10

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades*. Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Anibal Diniz.

11

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima*. Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator:

Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

12

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 46, DE 2012**

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

13

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 61, DE 2012**

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012) (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza*.

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Ta-

ques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

14

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 115, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 115, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Paulo Bauer, que *altera o inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, para vedar a instituição de impostos sobre os medicamentos de uso humano.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (substitutivo), que oferece.

15

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 101, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 101, de 2008 (nº 6.039/2005, na Casa de origem, do Deputado Paulo Rubem Santiago), que *institui o Dia Nacional do Engenheiro de Pesca a ser comemorado na data de 14 de dezembro.*

Parecer favorável, sob nº 510, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Marco Maciel.

16

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 60, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 60, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Gru-*

po Parlamentar Brasil-Dinamarca e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 103 e 104, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Pedro Simon; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

17

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 61, DE 2010**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução do Senado nº 61, de 2010, do Senador Eduardo Azeredo, que *institui o Grupo Parlamentar Brasil-Sérvia e dá outras providências.* Pareceres favoráveis, sob nºs 105 e 106, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Alfredo Cotait; e Diretora, Relatora: Senadora Marta Suplicy.

18

**REQUERIMENTO
Nº 161, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 161, de 2013, do Senador Armando Monteiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2012, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (exoneração de fiança).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão de hoje.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 44 minutos.)

Agenda Cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

08/04/2013

segunda-feira

16h	Solenidade em que anunciará medidas de acessibilidade, em homenagem ao transcurso do Dia Nacional do Sistema Braille Sala de Audiências
17h	Recebe o Senhor Claudio Lamachia, Vice-Presidente Nacional da OAB para entrega do manifesto do Ato Público Eleições Limpas: Contra o Financiamento Privado e em Defesa do Financiamento Democrático de Campanha Sala de Audiências

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
Bloco-PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
Bloco-PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
Bloco-PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

Bloco-PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Amazonas

Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

Bloco-PTB - Gim* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-PSD - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
Bloco-PPL - João Costa** (S)

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PSB - João Capiberibe**
Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PTB - Sodré Santoro* (S)
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA (Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia	PP/RS
Benedito de Lira	PP/AL
Casildo Maldaner	PMDB/SC
Ciro Nogueira	PP/PI
Clésio Andrade	PMDB/MG
Eduardo Braga	PMDB/AM
Eunício Oliveira	PMDB/CE
Francisco Dornelles	PP/RJ
Garibaldi Alves	PMDB/RN
Ivo Cassol	PP/RO
Jader Barbalho	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos	PMDB/PE
João Alberto Souza	PMDB/MA
José Sarney	PMDB/AP
Kátia Abreu	PSD/TO
Lobão Filho	PMDB/MA
Luiz Henrique	PMDB/SC
Paulo Davim	PV/RN
Pedro Simon	PMDB/RS
Renan Calheiros	PMDB/AL
Ricardo Ferraço	PMDB/ES
Roberto Requião	PMDB/PR
Romero Jucá	PMDB/RR
Sérgio Petecão	PSD/AC
Sérgio Souza	PMDB/PR
Valdir Raupp	PMDB/RO
Vital do Rêgo	PMDB/PB
Waldemir Moka	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 25

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PRB-1 / PSOL-1

Acir Gurgacz	PDT/RO
Ana Rita	PT/ES
Angela Portela	PT/RR
Anibal Diniz	PT/AC
Antonio Carlos Valadares	PSB/SE
Cristovam Buarque	PDT/DF
Delcídio do Amaral	PT/MS
Eduardo Lopes	PRB/RJ
Eduardo Suplicy	PT/SP
Humberto Costa	PT/PE
Inácio Arruda	PC DO B/CE
João Capiberibe	PSB/AP
João Durval	PDT/BA
Jorge Viana	PT/AC
José Pimentel	PT/CE
Lídice da Mata	PSB/BA
Lindbergh Farias	PT/RJ
Paulo Paim	PT/RS
Pedro Taques	PDT/MT

Randolfe Rodrigues	PSOL/AP
Rodrigo Rollemberg	PSB/DF
Vanessa Graziotin	PC DO B/AM
Walter Pinheiro	PT/BA
Wellington Dias	PT/PI
Zeze Perrella	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB/SP
Alvaro Dias	PSDB/PR
Ataídes Oliveira	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima	PSDB/PB
Cícero Lucena	PSDB/PB
Cyro Miranda	PSDB/GO
Flexa Ribeiro	PSDB/PA
Jayme Campos	DEM/MT
José Agripino	DEM/RN
Lúcia Vânia	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves	DEM/SE
Mário Couto	PSDB/PA
Paulo Bauer	PSDB/SC
Ruben Figueiró	PSDB/MS
Wilder Moraes	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 12

PTB-6 / PR-4 / PSC-1 / PPL-1

Alfredo Nascimento	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues	PR/SP
Armando Monteiro	PTB/PE
Blairo Maggi	PR/MT
Eduardo Amorim	PSC/SE
Epitácio Cafeteira	PTB/MA
Fernando Collor	PTB/AL
Gim	PTB/DF
João Costa	PPL/TO
João Vicente Claudino	PTB/PI
Magno Malta	PR/ES
Sodré Santoro	PTB/RR

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	25
Bloco Parlamentar Minoria	16
Bloco Parlamentar União e Força	12
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Luiz Henrique** (Bloco-PMDB-SC)
Aécio Neves** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira** (Bloco-PMDB-CE)	Magno Malta** (Bloco-PR-ES)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Aloysio Nunes Ferreira** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro** (Bloco-PSDB-PA)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferraço** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira** (Bloco-PSDB-TO)	Jayne Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Costa** (Bloco-PPL-TO)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima** (Bloco-PSDB-PB)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Sérgio Petecão** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Souza** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira** (Bloco-PP-PI)	Jorge Viana** (Bloco-PT-AC)	Sodré Santoro* (Bloco-PTB-RR)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Agripino** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp** (Bloco-PMDB-RO)
Cristovam Buarque** (Bloco-PDT-DF)	José Pimentel** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin** (Bloco-PC DO B-AM)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vital do Rêgo** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral** (Bloco-PT-MS)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Waldemir Moka** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim** (Bloco-PSC-SE)	Lídice da Mata** (Bloco-PSB-BA)	Walter Pinheiro** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga** (Bloco-PMDB-AM)	Lindbergh Farias** (Bloco-PT-RJ)	Wellington Dias** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes** (Bloco-PRB-RJ)	Lobão Filho** (Bloco-PMDB-MA)	Wilder Moraes** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Lúcia Vânia** (Bloco-PSDB-GO)	Zeze Perrella** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1ª VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2ª SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Magno Malta - (PR-ES)

2º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3ª - João Durval - (PDT-BA)

4ª - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p style="text-align: center;">Líder Eunício Oliveira - Bloco (66,69)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PMDB - 20 Eunício Oliveira (66,69)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (106) Romero Jucá (40,105)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 5 Francisco Dornelles (64)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,89)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 2 Sérgio Petecão (85,88)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,61,86)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PV - 1 Paulo Davim (76)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB/PSOL) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Dias - Bloco (25,71,92)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,70,101,107) Rodrigo Rollemberg (68,94) Inácio Arruda (90,102) Eduardo Lopes (37,44,65,103)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 12 Wellington Dias (25,71,92)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,26,97) Anibal Diniz (27,98) Paulo Paim (99) Eduardo Suplicy (100)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz (49,55,70,101,107)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (87)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Rodrigo Rollemberg (68,94)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (30,39,84)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda (90,102)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PC DO B Vanessa Graziotin (1,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PRB - 1 Eduardo Lopes (37,44,65,103)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSOL - 1 Randolfe Rodrigues (18,77)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p style="text-align: center;">Líder Mário Couto - Bloco (32,62)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Wilder Moraes (104) Ataídes Oliveira (96) Cyro Miranda (33,95)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 12 Aloysio Nunes Ferreira (7,63)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (75) Alvaro Dias (79) Paulo Bauer (5,31,80,81)</p> <p style="text-align: center;">Líder do DEM - 4 José Agripino (2,10,14,45,46,78)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Gim - Bloco (56,59,60)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,67) Eduardo Amorim (17,47,48,73) João Costa (82,83) Blairo Maggi (19,51)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PTB - 6 Gim (56,59,60)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PR - 4 Alfredo Nascimento (41,67)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (93)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim (17,47,48,73)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PPL - 1 João Costa (82,83)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Eduardo Braga - Governo (38)</p> <p style="text-align: center;">Vice-Líderes Gim (56,59,60) Benedito de Lira Lídice da Mata (30,39,84) Jorge Viana Vital do Rêgo</p>	

Notas:

1. Senadora Vanessa Graziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. Nº 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. Nº 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB Nº 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB Nº 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT Nº 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG Nº 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM Nº 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC Nº 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. nºs 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício nº 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
45. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. Nº 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. nº 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVLV nº 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. O senador Mozarildo Cavalcanti está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 12/12/2012 a 12/04/2013.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
61. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
62. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Domelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
66. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB nº 010/2013.
67. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
68. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB Nº 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
69. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB nº 009/2013.
70. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
71. Em 01.02.2013, foi lido o Of. nº 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
72. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. nº 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
73. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
76. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV Nº 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
77. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR nº 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.

78. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
82. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
84. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
85. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
87. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
88. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
89. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
90. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Ofício GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
93. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Ofício GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
94. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Anibal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Wilder Moraes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
105. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
107. O senador Acir Gurgacz está afastado do exercício pelo motivo "Licença Particular" no período de 04/04/2013 a 07/04/2013.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE VIOLAÇÃO AO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾	1. Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽²⁾
Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽²⁾	2.
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽²⁾	3.
Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾
Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾	2. Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁵⁾
Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾	1. Mário Couto (PSDB-PA) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Magno Malta (PR-ES) ⁽⁴⁾	1. João Costa (PPL-TO) ⁽⁴⁾
Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁴⁾	

Notas:

*. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.

1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.17/2013-GLDEM).

2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).

3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão(Of.86/2013-GLPSDB).

4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).

5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

* Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

** Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

*** Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

**** Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

***** Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

***** Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾

Senador Paulo Paim (PT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾

Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾

Senadora Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB(Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão(Of.nº18/12-GLPSDB).
2. Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
3. Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
4. Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

***. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. Senador João Costa (PPL) ^(6,10,11)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

5) CT- COMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁶⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁵⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Ofs. nºs 107/13-GLPSDB e 22/13-GLDEM).

6. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Paulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

**6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)**

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. VAGO ⁽²⁾
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(1,3,4)	

CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
 PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
 PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
 PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
 Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)
 Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)
 Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

*****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Moraes como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GJSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

**7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE
REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP**

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR
ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO**

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateaubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henrique Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Notas:

* Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

** Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

Secretário(a): GUILHERME BRANDÃO

Telefone(s): 33033508

Fax: 33031176

E-mail: gbrandao@senado.gov.br

**9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A
CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL**

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

10) CT - LEVANTAMENTO DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE À PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS NO BRASIL

Finalidade: Realizar levantamento da legislação pertinente à prevenção e combate de incêndios no Brasil, e elaborar proposta concreta, eficaz e de alcance nacional das normas técnicas necessárias, tendo como referência rigorosos padrões internacionais.

(Requerimento nº 18, de 2013, da Senadora Ana Amélia)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Pedro Simon (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Romero Jucá (PMDB) ⁽²⁾
Senadora Ana Amélia (PP) ⁽²⁾	2. Senador Sérgio Souza (PMDB) ⁽²⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Senador Paulo Paim (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽³⁾	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Senador Gim (PTB) ⁽¹⁾	1. Senador Eduardo Amorim (PSC) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 40/2013, designando o Senador Gim, como membro titular, e o Senador Eduardo Amorim, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
2. Em 06.03.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 77/2013, designando o Senador Pedro Simon e a Senadora Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá e Sérgio Souza, como membros suplentes, para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
3. Em 15.03.2013 é designado o Senador Cyro Miranda como membro titular para compor o Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.94/2013-GLPSDB).
4. Em 19.03.2013, são designados como membros titulares os Senadores Paulo Paim e Jorge Viana, e como membro suplentes os Senadores Inácio Arruda e Eduardo Suplicy para comporem o Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 49/2013).
5. Em 26.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia, como Presidente, e o Senador Cyro Miranda, como Vice-Presidente, deste colegiado, e designou como relator o Senador Paulo Paim (Of. nº 1/2013 - CTLEGINC).

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(68,13)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) ^(10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) ⁽³³⁾
José Pimentel (PT) ^(9,10)	3. Anibal Diniz (PT) ^(41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ⁽⁵⁷⁾
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) ^(34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) ^(8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfê Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	1. Casildo Maldaner (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(17,22,60)
Jader Barbalho (PMDB) ^(36,37,49,50,60)	3. VAGO ⁽⁶⁰⁾
Roberto Requião (PMDB) ^(60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	5. Waldemir Moka (PMDB) ⁽⁶⁰⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) ^(3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁶⁰⁾	7. Ana Amélia (PP) ⁽⁶⁰⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽⁶⁰⁾	8. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ^(11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) ^(5,60)
Kátia Abreu (PSD) ^(23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	2. Aécio Neves (PSDB) ^(2,56)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵⁶⁾	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁶⁾
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(30,31,32)
Jayme Campos (DEM) ⁽³⁰⁾	5. Wilder Moraes (DEM) ^(4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(45,29)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁷⁾	1. João Vicente Claudino (PTB) ⁽⁶⁷⁾
Gim (PTB) ⁽⁶⁷⁾	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(48,67)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. João Costa (PPL) (38,39,51,52,67)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Alfredo Nascimento (PR) (21,67)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Domelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

- Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Domelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
VAGO ^(5,6)	1. VAGO ^(3,4)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
 - Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
 - Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
 - Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito
Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516
Fax: 3303-4344
E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes****PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(42,8)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. Pedro Simon (PMDB) ^(23,30,35)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(27,22)	
Sodré Santoro (PTB) ^(31,38,41)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
João Costa (PPL) ^(28,29,32,39,41)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

*** Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. Nº 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012/BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (Of. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (Of. Nº 103/2013-GLPSDB).

Secretário(a): Dulcília Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

1. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

4. Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).

5. Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).

*. Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

***. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes****PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾****VICE-PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(83,23)	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁹⁾
Ana Rita (PT) ^(54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) ^(9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) ^(7,9,76)
Anibal Diniz (PT) ^(6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) ^(8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) ^(32,33)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) ^(39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) ^(3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) ^(39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) ^(39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) ^(14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) ^(20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) ^(39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) ^(39,77)
Francisco Dornelles (PP) ^(39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) ^(39,77)
Sérgio Petecão (PSD) ^(40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) ⁽⁷¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB) ^(22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁷¹⁾	2. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(71,72)
Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁷¹⁾	3. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(11,71)
José Agripino (DEM) ^(17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) ^(18,42,44)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(59,38)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁸²⁾	1. Gim (PTB) ^(5,45,65,81,82)
Sodré Santoro (PTB) ^(62,82)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(10,45,80,82)
Magno Malta (PR) ⁽⁸²⁾	3. Blairo Maggi (PR) ^(19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁸²⁾	4. Alfredo Nascimento (PR) ^(47,48,82)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Anibal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

*** Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfê Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

11. O Senador Cicero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).

17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (Of. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF.GLPMDDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISEF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).
47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).

51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 0013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Atalides Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁶⁾
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁶⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) ⁽³⁰⁾
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ^(41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) ^(41,44,60,2,19)
Roberto Requião (PMDB) ^(41,60,26,27,28,38)	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) ^(41,60,6,12,25)	3. Valdir Raupp (PMDB) ^(41,60)
João Alberto Souza (PMDB) ^(41,60,29,31,37)	4. Luiz Henrique (PMDB) ^(41,44,60)
Pedro Simon (PMDB) ^(41,60,17)	5. VAGO ^(41,44)
Ana Amélia (PP) ^(41,44,60)	6. VAGO ^(41,44,20)
Benedito de Lira (PP) ^(41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO ^(41,10)
Ciro Nogueira (PP) ^(41,44,60)	8. ⁽⁴¹⁾
Kátia Abreu (PSD) ^(41,44,60)	9. ⁽⁴¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ^(59,3)	1. Cícero Lucena (PSDB) ^(59,32)
Alvaro Dias (PSDB) ^(59,14,22)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(59,5)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽⁵⁹⁾	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(59,4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) ^(51,59,18)
José Agripino (DEM) ⁽⁷⁾	5. Ataídes Oliveira (PSDB) ^(42,43,59,61,62,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(48,39)	
Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(55,64,66)
Sodré Santoro (PTB) ⁽⁶⁶⁾	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(66,67,1,40)
VAGO ^(66,11,24)	3. VAGO ^(57,66,34,35)
VAGO ^(58,66,24)	4. VAGO ^(49,50,56,65,66)

Notas:

* Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Domelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Domelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GJSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(64,11)	
Anibal Diniz (PT)	1. VAGO ⁽⁶³⁾
Acir Gurgacz (PDT) ^(8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽³⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) ⁽⁶²⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) ⁽⁶⁰⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) ^(13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) ^(16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) ⁽⁵⁵⁾
Garibaldi Alves (PMDB) ^(55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) ^(17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) ^(4,55)	4. VAGO ^(14,55,61)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁵⁵⁾	5. Eunício Oliveira (PMDB) ^(28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) ^(9,10,19,21,55)	6. VAGO ^(6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁰⁾
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ^(50,54)
José Agripino (DEM) ^(15,23,24)	3. VAGO ^(23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(40,33)	
Blairo Maggi (PR) ^(1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) ^(2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,49,51,59,65)	2. João Costa (PPL) ^(39,59,65)
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁵⁾	3. ⁽⁶⁵⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Anibal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditário Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditário Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of nº 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1°.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).

64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (3)	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Anibal Diniz (PT) (2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (10)	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) (7)	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (10)	
Eduardo Amorim (PSC) (5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 - Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 - Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
 - Em 27.2.2012, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
 - Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
 - Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
 - Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Rodrigo Rollemberg (PSB) (7)	1. VAGO (7,16)
VAGO (16)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (1,5)
Anibal Diniz (PT)	3. VAGO (7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (6)	
Sérgio Souza (PMDB) (7)	1. Valdir Raupp (PMDB) (11)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. VAGO (8)
Eduardo Braga (PMDB)	3. VAGO (16)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO (4)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (6)	
Blairo Maggi (PR) (3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) (7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão de o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Sousa, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).

14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 279/2012/CMA).

15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).

17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o Of. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Anibal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Anibal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
VAGO ^(2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 - Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 - Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
 - Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Estevão Hagel Ledur

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomcma@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(66,14)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(23,12)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(24,26,13)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(37,38,10)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(25,32,58,6,8)
Pedro Simon (PMDB) ^(27,28,29,40,58,2,11)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(30,58,62,16)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(34,44,61,3,7,15)	1. VAGO ^(22,57,5)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(35,43,52,17)	3. Wilder Morais (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(49,41)	
Magno Malta (PR) ^(54,65,1)	1. VAGO ^(45,53,65)
Gim (PTB) ^(42,64,65,69,9)	2. VAGO ^(63,65)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)
12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)
23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).
27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
28. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).
30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVÁLV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Caberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Caberibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (Of. nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. nº 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT) (7)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Sérgio Petecão (PSD) (3)	1. VAGO (4)
VAGO (1)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1,6)	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
 4. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
 5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 6. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. nº 16/2012-GLDEM).
 7. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE COMBATE À PEDOFILIA, DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com o a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 05/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
João Capiberibe (PSB)	2. Anibal Diniz (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolfe Rodrigues e Anibal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(48,7)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Anibal Diniz (PT) ^(5,8,9,44)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(12,13,14,21,28,32,33,40)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(2,38)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(10,30,45)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(29,22)	
Sodré Santoro (PTB) ⁽⁴⁷⁾	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(1,47)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(19,20,37,47)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoría: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.**

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 034/2011 - GLPTB / Of. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoría na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLDBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLDBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoridade na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) ^(8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) (1)

Notas:

- Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
 - O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 - Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
 - Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
 - Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 - Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 - Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. Nº 081/2012/BLUFOR/SF).
 - Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. Nº 260/2012-CRE/PRES).
 - Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 - Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. Nº 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ****. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) ^(11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO ^(14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽²⁰⁾	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(59,8)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20)
Acir Gurgacz (PDT) ^(30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁸⁾	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) ^(25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(25,54)
Lobão Filho (PMDB) ^(25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) ^(25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(25,54)
Valdir Raupp (PMDB) ^(25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) ^(9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) ^(11,21,22,25,54)
Eunício Oliveira (PMDB) ^(25,54)	6. Ivo Cassol (PP) ^(25,54)
Ciro Nogueira (PP) ^(25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) ^(15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) ^(26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) ^(5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(51,55)	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁵¹⁾	2. Alvaro Dias (PSDB) ⁽⁵¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ^(1,4,51)	3. Cyro Miranda (PSDB) ^(4,7,51)
Wilder Moraes (DEM) ^(28,36)	4. Jayme Campos (DEM) ^(28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(40,24)	
Fernando Collor (PTB) ⁽⁶⁰⁾	1. Gim (PTB) ⁽⁶⁰⁾
Blairo Maggi (PR) ^(35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁶⁰⁾
João Costa (PPL) ^(34,60)	3. Eduardo Amorim (PSC) ^(41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) ⁽⁶⁰⁾	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽⁶⁰⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. **Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."**

*****. **Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.**

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 272/2011 - GLPMDB).
11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).
15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)
19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).
21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 36/2012).
23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1° 08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012/BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Moraes como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVLV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012/BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFÍCIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).

56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).

57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).

58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).

59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).

60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A AVIAÇÃO CIVIL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 68/2011, do Senador Vicentinho Alves, com a finalidade de, no prazo de doze meses, realizar ciclo de debates sobre a situação de todos os seguimentos da aviação nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 09/02/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. José Pimentel (PT)
João Costa (PPL) (1,5,6,7,9,10)	2. Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (2)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ivo Cassol (PP)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB) (3,4,8,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido da República - PR (Of. nº 002/2012-GLDBAG).
 2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
 3. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 4. Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
 5. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
 6. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
 7. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 066/2012-PRES/CI).
 8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 9. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
 10. Em 20.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 15/2013-CI/PRES).
 11. Em 04.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 139/2013-GLPMDB).
- * Em 06.02.2012, foram lidos os Ofícios nºs 115, de 2011, e 1, de 2012, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, designando os Senadores Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Vital do Rêgo, Eduardo Braga e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp e a Senadora Lúcia Vânia como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Jorge Viana (PT)	1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ivo Cassol (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)	2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM)	1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
	1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSV ALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- ***. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoría), para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (46)****VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) (46)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (49,10)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (29)	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Moraes (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (36,29)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
Sodré Santoro (PTB) (30,50)	2. VAGO (50)
João Costa (PPL) (50)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

*** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of nº 120/2011 - GLDBAG).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)
20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).
25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.
30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).
32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Moraes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. nº 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 141/2012 - GLDBAG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. nº 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 50/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim ^(3,4,5,7,8)	

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
- Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. Nº 377/2011-PRES/CDR).
- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB nº 140/2012).
- O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. Nº 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO ^(10,11)
VAGO ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽¹²⁾
Ivo Cassol (PP) ^(3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPIÁDA E PARAOLIMPIÁDA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (2)	
Zeze Perrella (PDT) (1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (9)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO (6)
VAGO (5)	2. VAGO (7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) (3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes****PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) (64)****VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (64)**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) (15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (37)	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. VAGO (5,18,48)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) (45,37)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

***** Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (Of. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme Of. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (Of. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (Of. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (OF. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (OF. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 070/2013).
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL) ^(38,7)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Anibal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(1,19,20)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(2,4,11,31)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(5,6,13,15,35)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL) ^(24,21)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(3,16,39)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Capiberibe, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDDB).

12. Em 18.10.2011, os Senadores Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDDB nº 294/2011).

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Anibal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Anibal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Anibal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB, PSOL)	
Anibal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Anibal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Anibal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR*(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)***Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Anibal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antonio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

PROCURADORA: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

Atualização: 06/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDORA-GERAL: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

1ª Designação: 26/04/2011

2ª Designação: 15/03/2013

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)
PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 03/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 16 titulares**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**1ª Designação:** 30/11/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 21/03/2012**4ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTB

Sodré Santoro (RR)

PP

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

MEMBROS
PMDB
Ricardo Ferraço (ES)
PT
Anibal Diniz (AC)
PSDB
Cyro Miranda (GO)
PTB
João Vicente Claudino (PI)
PP
Ciro Nogueira (PI)
PDT
VAGO
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF)
DEM
Wilder Morais (GO)
PR
VAGO
PSD
Kátia Abreu (TO)
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾
PV
Paulo Davim (RN)
PRB
Eduardo Lopes (RJ)

PSC
Eduardo Amorim (SE)
PPL
João Costa (TO)
PSOL
Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2013

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPB n° 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento
Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s): (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260
E-mail: scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013**MEMBROS****PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Moraes (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPL

João Costa (TO)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente**

Atualização: 14/03/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPGB n° 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303.5258 **Fax:**3303.5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO**
(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados

COMPOSIÇÃO²**Presidente:****1º Vice-Presidente:****2º Vice-Presidente:****3º Vice-Presidente:****Relator do PLDO / 2014:****Relator do PLOA / 2014:****Relator da Receita:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Anibal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	
Eunício Oliveira (PMDB/CE)	
Ivo Cassol (PP/RO)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ³
Wilder Moraes (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

3- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airtton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Giroto (PMDB/MS)
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olimpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3.
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1.
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Dr. Ubiali (PSB/SP)	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomen (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.

Secretária: Maria do Socorro de L. Dantas

Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014:

Relator do PLOA / 2014:

Relator da Receita:

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	
II – Saúde	
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	
VII – Justiça e Defesa	
VIII – Poderes do Estado e Representação	
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados ²¹**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Senadora Vanessa Grazziotin ^{15, 20 e 27}
Vice-Presidente: Deputado Fernando Ferro ^{15, 20 e 27}
Relator: Deputado Sarney Filho ^{16, 20 e 27}

Instalação: 27-2-2013 ^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷	4. ^{7 e 17}
²²	5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12}
	2.
PSOL ¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.
- 3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.
- 4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.
- 6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.
- 7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.
- 9- Designado o Senador Cyro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.
- 10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.
- 11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.
- 12- Designado o Senador Cyro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.
- 13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.
- 14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.
- 15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.
- 16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.
- 17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.
- 19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.
- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nºs 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ² ¹⁹
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Antonio Imbassahy (PSDB/BA) ^{2 e 11}	1. Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ²
PP	
José Otávio Germano (PP/RS) ²	1. Rebecca Garcia (PP/AM) ²
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovanni Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Moraes (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Moraes e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.

4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.

5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:**
Vice-Presidente:

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB/MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA) ²
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 13.03.2013)

Notas:

1-Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2-Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3-Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013²¹**Presidente:** Deputada Jô Moraes**Vice-Presidente:** Deputada Keiko Ota**Relatora:** Senadora Ana Rita**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
¹⁶	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cediada uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012/GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.

10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.

11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.

12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.

13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.

14- Cediada uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, como membro suplente, em vaga cediada pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).

18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.

21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. ^{2, 4 e 13}
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Moraes (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB ¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Furlan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vago em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vago em virtude da renúncia da Deputada Teresa Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS**ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012**

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:**Vice-Presidente:****Relator:****Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV) ¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB) ¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD ⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.

2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.

3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.

4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.

5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.

6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.

7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.

9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.

10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.

11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.

12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional. Distrito Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Moraes (PCdoB/MG)

Notas:

1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO Nº 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Carlos Sampaio (PSDB/SP)	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

1 - Alínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.

2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO**CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL**

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO**Grão-Mestre:** Presidente do Senado Federal**Chanceler:** Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u>	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u>	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA** ²Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA** ²

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
 sscn@senado.gov.br
 www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DAS ASSINATURAS**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados - c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020054	GESTÃO - 00001
--------------------	-----------------------

EMISSÃO DE GRU PELO SIAFI

UG - 020054	GESTÃO - 00001	COD. - 70815-1
--------------------	-----------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de Empenho a favor do FUNSEN** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União - GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>** código de recolhimento apropriado e o número de referência: **20815-9 e 00002** e o código da Unidade favorecida – **UG/gestão: 020054/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

Para Órgãos Públicos integrantes do SIAFI, deverá ser seguida a rotina acima **EMISSÃO DE GRU SIAFI**.

OBS.: QUANDO HOUVER OPÇÃO DE ASSINATURA CONJUNTA DOS DIÁRIOS SENADO E CÂMARA O DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SERÁ FORNECIDO GRATUITAMENTE.

Maiores informações pelos telefones: **(0XX-61) 3303-3803/4361, fax:3303-1053** Serviço de Administração Econômica Financeira / Controle de Assinaturas, falar com Mourão.

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV .Nº2 S/N – CEP : 70.165-900 BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49**

Edição de hoje: 350 páginas

(OS: 11418/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

